



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 23

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1990

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 25ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE ABRIL DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PAULO PAIM — Relatório da Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 154/90

DEPUTADO EDMILSON VALENTIM — Relatório apresentado pelo Deputado Tidei de Lima sobre a Medida Provisória nº 154/90.

DEPUTADO TARSO GENRO — Posição de S. Exª a respeito do Plano Econômico do Governo Collor.

Deputado JOSÉ GENOÍNO — Discussão global das Medidas Provisórias nº 154, 155 e 168/90.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Pontos que devem ser examinados quando da discussão do relatório do Deputado Osmundo Rebouças, sobre a Medida Provisória nº 168/90.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Responsabilidade do Congresso Nacional na apreciação das medidas econômicas do Governo Collor de Mello.

DEPUTADO JOVANNI MASINI — Conservação das rodovias federais

DEPUTADO LÉZIO SATHLER — Artigo publicado no jornal *Correio Brasileiro* sob o título *Museu de Ruschi* sofre ameaça de extinção e *Doações do povo ajudam a manter instituição.*

DEPUTADO STÉLIO DIAS, pela ordem — Defesa da existência de um Código de Ética Parlamentar, pelas razões que menciona.

DEPUTADO PRISCO VIANA, pela ordem — Resposta ao assunto tratado pelo Deputado Stélio Dias.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências

Aprovada nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 21/90, com destaques, após usarem da palavra os Srs Tarso Genro, João Cunha, Nelson Aguiar, Nilson Gibson, José Fernandes, Gidel Dantas, João Menezes, Leite Chaves, Florestan Fernandes, Humberto Lucena, Jayme Paliarin, Cesar Maia, Alcides Lima, Luiz Salomão, Brandão Monteiro, Aldo Arantes, Waldeck Ornelas, Sr Abigail Feitosa, José Serra, Doutel de Andrade e Renan Calheiros, tendo feito declaração de votos os Srs. Genésio Bernardino, Octávio Elísio, Gastone Righi, Del Bosco Amaral e Jorge Uequed. À Comissão Mista para a redação final

Medida Provisória nº 158, de 15 de março de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de Importação e dá outras providências.

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade), da Medida Provisória nº 169, de 15 de março de 1990, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como Dívida Ativa da União (apreciação preliminar da constitucionalidade), **Apreciação adiada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Medida Provisória nº 170, de 17 de março de 1990, que altera a redação do art 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências **Apreciação adiada** em virtude do término do prazo regimental da sessão

Medida Provisória nº 173, de 18 de março de 1990, que dispõe sobre a não concessão de medida liminar em Mandados de Segurança e em Ações Ordinárias e dá outras providências. **Apreciação adiada** em virtude do término do prazo regimental da sessão

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento”, tendo **Apreciação adiada** em virtude do término do prazo regimental da sessão

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”.

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28 735.088,00, para os fins que especifica”.

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3 931/89,

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem 2.200-exemplares.

na Câmara dos Deputados, que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica, e de outras providências".

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que "prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7 770, de 11 de maio de 1989". **Apreciação adiada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na

origem), que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão

1.3.1 — Comunicação da Presidência
— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1 4 — ENCERRAMENTO.

Ata da 25ª Sessão Conjunta, em 8 de Abril de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Iram Saraiva

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Moises Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — Jose Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignacio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Marcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Lente Chaves — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Jose Paulo Bisol — José Fogaça

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alercio Dias — PFL; Francisco Diogenes — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Osmir Lima — PMDB; Rubem Branquinho — PL.

Amazonas

Antar Albuquerque — PMDB; Beth Azize — PDT; Carrel Benevides — PTB; Eunice Michiles — PDC; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rorondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PL; Chagas Neto — PL; Francisco Sales — PRN; José Guedes — PSDB; José Viana — PDC; Raquel Cândido — PDT; Rita Furtado — PFL

Pará

Ademir Andrade — PSB; Aloisio Chaves — PFL; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Dionísio Hage — PRN; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Paulo Roberto — PL.

Tocantins

Ary Valadão — PDS; Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — PRN; Leomar Quintanilha — PDC; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PDC; Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Edivaldo Holanda — PCN; Eltêzer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PMDB; Joaquim Haickel — PTB; José Carlos Sabóia — PSB; José Teixeira — PFL; Sarney Filho — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Mussa Demes — PFL; Myriam Portella — PSDB; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB.

Ceará

Acácio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Firmo de Castro — PMDB; Furtado

Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PDT, Luiz Marques — PFL; Moema São Thiago — PSDB; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PRN; Flávio Rocha — PRN; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PL; Ney Lopes — PFL, Vingt Rosado — PMDB

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PFL; Edme Tavares — PFL, Evaldo Gonçalves — PFL; Francisco Rolim — PSC, João Agripino — PMDB; João da Mata — PSDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — PDT; Cristina Tavares — PSDB; Egídio Ferreira Lima — PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Gilson Machado — PFL; Harlan Gadelha — PMDB; Horácio Ferraz — PFL, Inocêncio Oliveira — PFL, José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moua — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Roberto Freire — PCB; Saldatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; Geraldo Bulhões — PRN, José Costa — PSDB; José Thomaz Nonó — PFL, Renan Calheiros — PRN; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansanção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PSDB; Bosco França — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL, Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Domingos Leonelli — PSB, Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamin — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB, Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL; Joaci Góes — PSDB; João Alves — PFL; João Carlos Bacelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage

— PDT; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Juathy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Luiz Vianna Neto — PMDB; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PFL; Miraldo Gomes — PDC; Murilo Leite — PMDB; Nestor Duarte — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Uldurico Pinto — PSB, Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornélas — PFL

Espírito Santo

Jones Santos Neves — PL, Lezio Sathler — PSDB; Lurdinha Savignon — PT; Nelson Aguiar — PDT, Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Stélio Dias — PFL

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PFL; Álvaro Valle — PL, Amaral Netto — PDS, Anna Maria Rattes — PSDB; Aroldo de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT, Bocayuva Cunha — PDT, Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Ernani Boldrim — PMDB; Fábio Raunheitti — PTB, Feres Nader — PTB; Flávio Palmier da Veiga — PRN; Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; Jorge Gama — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT, Márcio Braga — PDT, Messias Soares — PFL; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN; Osmar Leitão — PFL; Osvaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Augusto — PTB, Roberto D'Avila — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Rubem Medina — PRN; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Sotero Cunha — PDC; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Aloísio Vasconcelos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Carlos Cotta — PSDB, Carlos Mosconi — PSDB; Chico Humberto — PST; Christóvam Chiaradia — PFL, Dálton Canabrava — PMDB, Elias Murad — PSDB; Genésio Bernardino — PMDB; Gil César — PMDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-Ackel — PDS, Israel Pinheiro — PMDB, João Paulo — PT, José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PL; José Santana de Vasconcelos — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB, Lael Varella, — PFL, Leopoldo Bessone — PMDB, Luiz Alberto Rodrigues — PMDB, Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB, Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PRN; Maurício Campos — PL; Mauro Campos — PSDB; Melo Freire

— PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PTB; Octávio Elísio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Raul Belém — PRN; Roberto Brant — PMDB, Roberto Vital — PRN, Ronaldo Carvalho — PSDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PSDB Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Sílvio Abreu — PDT, Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Atif Domingos — PL, Agripino de Oliveira Lima — PFL; Airton Sandoval — PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Antônio Perosa — PSDB; Aristides Cunha — PDC; Arnaldo Faria de Sá — PRN; Arnold Fioravante — PDS; Bete Mendes — PSDB; Carlos Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB, Delfim Netto — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Rocha — PRN; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB, Gastone Righi — PTB; Geraldo Aleckmin Filho — PSDB; Gererson Marcondes — PMDB; Gumercindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT, Jayme Paltarin — PTB; João Cunha — PST; João Rezek — PMDB; José Camargo — PFL; José Carlos Grecco — PSDB, José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Koyu Iha — PSDB, Leonel Júlio — PPB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB, Mendes Botelho — PTB, Nelson Seixas — PDT; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ricardo Izar — PL; Robson Marinho — PSDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB, Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tider de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; José Gomes — PRN; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyler — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Tarzan de Castro — PDT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB, Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB, Jofran Frejat — PFL, Márcia Kubitschek — PRN; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB

Mato Grosso

Antero de Barros — PT; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Cam-

pos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Percival Muniz — PMDB, Rodrigues Palma — PTB, Ubiratan Spinelli — PLP.

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil — PDT; Ivo Cersosimo — PMDB; José Elias — PTB; Levy Dias — PFL, Plínio Martins — PSDB; Rosário Congo Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL, Alarico Abib — PMDB; Bastlio Villam — PRN; Borges da Silveira — PDC; Darcy Deitos — PSDB; Dionísio Dal Pra — PFL, Euclides Scalco — PSDB, Gilberto Carvalho — PFL; Hélio Duque — PMDB, Jacy Scanagatta — PFL; José Carlos Martínez — PRN, José Tavares — PMDB; Giovanni Mastri — PMDB, Mathews Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB, Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Max Rosenmann — PRN; Nilton Friedrich — PSDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PRN, Santinho Furtado — PMDB, Sergio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antonio Carlos Konder Reis — PDS, Artenir Werner — PDS; Claudio Avila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Kuster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL, Paulo Macarini — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS, Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB, Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB, Adylson Motta — PDS; Amaury Mullet — PDT; Antônio Brito — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT, Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL, Floriceno Paixão — PDT, Hermes Zaneti — PSDB, Hilário Braun — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB, Irajá Rodrigues — PMDB, Ivo Lech — PMDB; Ivo Maraldi — PMDB, João de Deus Antunes — PTB; Jorge Ulequeu — PSDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB, Luis Roberto Ponte — PMDB, Mendes Ribeiro — PMDB, Nelson John — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Pam — PT, Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PSDB; Tarso Genro — PT; Telmo Kirst — PDS, Vicente Bogo — PSDB, Victor Faccioni — PDS

Amapá

Anibal Barcellos — PFL, Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PRN; Raquel Capiberibe — PSB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PDC.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 439 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos deixar registrado o nosso protesto pela forma como os relatórios das Comissões têm chegado a esta Casa.

O princípio democrático que esta Casa tinha exercido logo após, principalmente, a promulgação da Constituição, via discussão das medidas provisórias, foi totalmente rompido e não está sendo respeitado. Todos sabem que as Comissões, em sua grande maioria, não puderam discutir e nem sequer votar o relatório do Relator.

Nós o estamos recebendo aqui, em plenário, e em cima dele temos que nos posicionar sem poder aprofundar a leitura ou mesmo a discussão. Por isso, gostaríamos de iniciar a nossa oração em cima da Medida Provisória nº 154, que modifica totalmente a política salarial, lamentando que o relatório do PMDB revogue a Lei nº 7.788, aprovada num primeiro momento por este Congresso Nacional, vetada pelo Presidente Sarney, veto esse por nós derrubado. O relatório também revoga a política do salário mínimo, a Lei nº 7.789, que da mesma forma foi aprovada por este Congresso Nacional, vetada pelo Presidente e teve o veto derrubado.

Lamentamos que exatamente o PMDB, que conosco aprovou, recentemente, em julho passado essa lei, neste momento acaba fazendo o jogo do Palácio do Planalto, fazendo o jogo do Senhor Collor de Mello, resultando a classe trabalhadora a perda da política salarial, que no nosso entendimento foi uma conquista da pressão do movimento sindical e da discussão com esses Parlamentares, que neste momento está sendo revogada.

Ainda, Sr. Presidente, entendemos fundamental ressaltar que a proposta do Sr. Relator do PMDB, na verdade, mantém quase que na íntegra a proposta do Governo. Chega ao extremo, Sr. Presidente, de o projeto do Relator apresentar exatamente o que dizia a Medida Provisória: que os aposentados e pensionistas não terão mais os seus vencimentos vinculados ao salário mínimo, num total desrespeito à Constituição. Porque a Constituição, que esta Casa aprovou, garante que enquanto o novo Plano de Benefício e Custeio da Previdência não for aprovado — e nós ainda não o aprovamos — deveriam os aposentados e pensionistas ter os seus vencimentos vinculados ao salário mínimo.

Ainda, Sr. Presidente, lamentamos que o projeto do Sr. Relator modifique a Consti-

tuição entre aqueles itens que devem ser usados para o cálculo do salário mínimo. A Constituição arrola uma série de itens, e o art. 5º do Projeto do Relator não inclui moradia, educação, lazer, vestuário e nem a Previdência. Até que a posição do Relator está coerente com o discurso do Planalto, o Governo falou tanto em descamisados que, neste momento, o art. 5º diz que para o cálculo do salário mínimo não há necessidade de incluir o vestuário, numa posição clara de que os descamisados devem mais do que nunca continuar descamisados. E mais ainda, não têm que ter direito à moradia, nem à educação e nem a lazer.

Sr. Presidente, achamos lamentável. Pretendemos, na discussão que se fará sobre a Medida Provisória nº 154, colocar com clareza, ponto por ponto, o retrocesso que significa o relatório que o PMDB está aqui apresentando.

Gostaríamos, ainda, de lembrar que em nenhum momento o relatório do PMDB cita a inflação de março, de 84,32%, confiscada, retirada do salário dos trabalhadores.

Sr. Presidente, é bom lembrar a esta Casa que a inflação foi medida de 15 de fevereiro a 15 de março e a medida provisória veio no dia 16. Então, a inflação já havia acontecido e teria de ter sido inserida no salário a partir de 1º de abril.

Sr. Presidente, entendemos que esta Casa, na discussão que fará desta matéria, deve revogar todos os artigos que ferem a lei do salário mínimo e também da política salarial. Entendemos que a lei do salário mínimo, aqui colocada, leva os trabalhadores a uma perda real dos seus salários em 50%. A lei anterior garantia um aumento real de 3% ao mês e a lei apresentada pelo Relator do PMDB garante 5% no trimestre. Isso dá 50% a menos de aumento real do que tínhamos assegurado.

Para concluir, Sr. Presidente, só gostaríamos de citar que a forma como foi aqui colocada a estabilidade ou a reposição de perdas futuras é para inglês ver. Isso foge totalmente à realidade. A estabilidade vai depender de uma posição, de uma negociação com o próprio Governo e sabemos que este Governo não garante a estabilidade para os trabalhadores, tanto é que no conjunto do Plano temos números que indicam que vão ocorrer, neste País, em torno de 6 milhões de demissões.

Era isso, Sr. Presidente, e, no momento oportuno, no encaminhamento da Medida Provisória nº 154, pretendemos aprofundar mais a discussão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Aldo Arantes. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Edmilson Valentim.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, não está deixando dúvidas para nenhum brasileiro, hoje, que quem está pagando a maior parte do combate à

inflação, em função do Plano Collor, são, na verdade, os trabalhadores, em especial, a classe operária brasileira, ou seja, os chamados, pelo Presidente da República descaimados

É do conhecimento geral, através de toda a Imprensa, o grande número de demissões na indústria, no comércio e nos bancos, que, hoje, atinge esses trabalhadores, números que já chegam, pelas informações mais recentes, a quase 1 milhão de trabalhadores durante esses últimos 20 dias de Governo Collor, fora as dificuldades que as empresas que não estão demitindo estão tendo para pagar os salários — empresas estatais, empresas privadas —, sem falar nas quebras das micro, pequenas e médias empresas que estão deixando a nossa economia transtornada, desorganizada, parada e atingindo duramente os verdadeiros produtores da riqueza nacional: os trabalhadores.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, os partidos políticos, principalmente os majoritários, têm grande responsabilidade neste processo, pela conivência, pelo apoio a esse Plano e, por isso, assumindo os riscos pela omissão de não interferir neste processo. E os trabalhadores estão pagando não só com a sua maior riqueza, que é o seu emprego, mas também diretamente no bolso, com o arrocho e com o confisco salarial, fruto da inflação do mês de março, fruto da diminuição do salário mínimo, fruto das perdas salariais, que a Medida Provisória nº 154 embute. A diferença com relação à política salarial do Governo Sarney, é que o Governo Collor irá reconhecer as perdas, mas também não deixará de absorver e impor perdas salariais aos trabalhadores na futura política salarial com a Medida Provisória nº 154

Sr. Presidente, o relatório apresentado ontem pelo companheiro, Deputado Tidei de Lima, do PMDB, não interfere neste processo de confisco salarial e de perda, reduz um pouco essas perdas, ainda impõe severos prejuízos à classe operária, aos trabalhadores. Não elimina as perdas futuras, porque não garante a reposição, de acordo com o índice inflacionário. Não rebusca, não busca, não retoma as perdas com relação à inflação de março, que foi a maior deste País até então. Mantém a proposta do Governo!

Preocupa-nos, Sr. Presidente, até porque, na semana passada, o Ministro do Trabalho, o Ministro interino da Economia, Fazenda e Planejamento e o Secretário de Administração, ao virem à Comissão de Trabalho, não conseguiram explicar o que é a atual política salarial aprovada pelo Congresso, Lei nº 7.788 e Lei nº 7.789 do salário mínimo, atrapalhando o Plano. Se não vai haver inflação, ótimo, porque a política salarial ia repor o que a inflação registrasse! Então, a política salarial só resguardaria e protegeria os salários. O salário mínimo também é pequeno, três por cento de aumento real ao mês é uma pequena recuperação ao salário mínimo, tão achatado durante décadas neste País. Os representantes do Governo não conseguiram explicar onde a política salarial e a política

de salário mínimo, aprovadas por esta Casa, fruto da discussão da sociedade, atrapalham o Plano. Por isso, queremos registrar aqui, em nome do PC do B, a nossa insatisfação, o nosso descontentamento, a nossa luta para mudar não só a Medida Provisória nº 154, mas o relatório apresentado pelo Deputado Tidei de Lima, do PMDB, que não repõe as perdas salariais, apenas quer dar uma novalgina para uma dor de cabeça, para uma doença muito mais grave, que não se cura com esse analgésico. Na verdade, as perdas salariais não estão sendo recuperadas, perdas essas que os trabalhadores estão tendo com esse Plano e sem a sua devida proteção ao desemprego

Era este o registro que queria fazer, neste momento de luta, de conclamação aos Parlamentares, aos Companheiros Congressistas, para nos juntarmos em defesa do salário e do emprego daqueles que não podem mais pagar conta alguma, em consequência do combate à inflação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Octávio Elísio. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, a minha saudação aos integrantes desta Casa, no momento em que retorno às minhas funções no Congresso Nacional, como integrante da Bancada do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, nesta primeira manifestação quero registrar a minha posição a respeito do Plano Econômico apresentado pelo Governo Collor. Não são novas, Sr. Presidente, as tensões que existem nas Constituições modernas entre os fatos e as normas, entre os deveres do Estado e a sua relação com o exercício dos direitos na sociedade civil. A sequência de Medidas Provisórias do atual Governo, demarca uma relação do Estado com a sociedade civil que se pauta pelo autoritarismo e pela ausência de qualquer tipo de diálogo com esta Casa, que representa, do ponto de vista político e jurídico formal, a mobilização, as intenções e a pluralidade da sociedade.

Não é novidade para ninguém nesta Casa que diversas Medidas propostas são nitidamente inconstitucionais. Não é novidade também, Sr. Presidente, que qualquer governo que assumisse a direção da República, neste momento de hiperinflação, teria que fazer uma profunda reforma monetária. Nós, da Frente Brasil Popular, faríamos também uma profunda reforma monetária, certamente atingindo, não as classes média e trabalhadora, não o pequeno e o médio empresários, não as camadas da sociedade que constituem a *dinâmica de consumo mínimo da economia* e que viabilizam, portanto, o processo produtivo, mas atingindo o grande capital mono-

polista e oligopolista, e também o grande capital financeiro.

O importante e muito negativo, Sr. Presidente, é o deslocamento que está ocorrendo na discussão do Projeto Collor, como se a reforma monetária fosse algo isolado da proposta de um projeto global para a sociedade brasileira, como se a reforma monetária fosse o começo e o fim da proposta do atual Governo, sobre os rumos da sociedade brasileira, o que não é verdade.

A reforma monetária, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é apenas a porta de entrada de um projeto econômico, de um projeto político e de um projeto cultural para a sociedade brasileira. A reforma monetária propõe um projeto para o futuro deste País, não permitindo que o Brasil, mesmo dentro do âmbito da sociedade de mercado e, portanto, das sociedades capitalistas, torne-se uma Nação economicamente independente, ainda que integrada ao sistema econômico internacional.

Eu diria, Sr. Presidente, que o Projeto do Governo Collor e o projeto global de sociedade, que tem como porta de entrada a reforma monetária é, na verdade, transformar este País numa grande Cingapura, numa grande Hong Kong e, jamais, transformá-lo, por exemplo, mesmo dentro dos moldes de uma economia de mercado, num País economicamente integrado mas com relativa independência econômica e política, como o Canadá, a Itália e a França.

É um projeto, Sr. Presidente, que não tem absolutamente nada de novo, não tem absolutamente nada de moderno, não tem absolutamente nada de nacional. É, na verdade, um projeto atrasado, conservador, que integra o Brasil de forma dependente e de forma subordinada à lógica do grande capital financeiro internacional, impedindo que tenhamos possibilidade de nos constituir como Nação política econômica, financeira e culturalmente independente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Aécio Neves. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou usando o direito regimental de fazer uso da palavra durante cinco minutos, no Congresso Nacional, que, aliás, sempre faço com base no Regimento Interno e na Constituição Federal, apesar de o Presidente, Senador Nelson Carneiro, exigir que eu cite a Carta Magna e o Regimento Interno. Vamos ver se, hoje, S. Exª vai exigir isso de todos os Srs. Congressistas

Sr. Presidente, o País está acompanhando a votação do Congresso Nacional no que diz respeito ao Pacote Econômico, cuja base está

expressa nas Medidas Provisórias n^o 154, 155 e 168, que vamos apreciar, hoje, amanhã ou terça-feira. Enfim, temos até o dia 15 e 16 para fazê-lo.

Em torno dessas Medidas Provisórias está se discutindo o destino, os rumos da economia brasileira e — por que não dizer — da própria organização política da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, nesse sentido não podemos limitar a discussão a aspectos secundários dessa ou daquela Medida. Temos que discutir o sentido global e estratégico delas. Queremos fazer essa discussão principalmente com o Partido majoritário no Congresso Nacional, o PMDB, que é o patrono do Projeto de Lei de Conversão dessas três Medidas Provisórias: a de n^o 155, que reorganiza o papel do Estado na economia; a de n^o 154, que se refere a política salarial; e a de n^o 168, que diz respeito à Reforma do Sistema Financeiro; exatamente na base essencial de um plano conservador, de um plano não liberal, de um plano privatista, de um plano que favorece a concentração do capital. O PMDB, através dos seus Projetos de Lei de Conversão, mantém, institucionaliza e garante essa base essencial, essa lógica, essa essência do plano de ajuste da economia brasileira.

Neste sentido, Sr. Presidente, a polarização fica cristalina. Nós, do Partido dos Trabalhadores, pretendemos realizá-la, deixar claro para a sociedade brasileira que se então que discutindo os destinos da economia a curto e a longo prazos. Não podemos ficar, no Congresso Nacional, discutindo uma emendazinha aqui e outra acolá. Devemos discutir as emendas e as propostas que diminuem o sacrifício da população brasileira, o sacrifício dos assalariados, o sacrifício da pequena e da média empresas, o sacrifício da maioria da população, mas alertamos a opinião pública, alertamos esta Casa, para que o debate entre nas questões de fundo, nas questões globais, nas questões estratégicas dessas três Medidas Provisórias, porque elas compõem o coração do Plano, na fala do próprio Presidente. Queremos discutir a sua cabeça, o seu direcionamento, o seu rumo mais global.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos uma posição clara de crítica à globalidade desse Plano, de crítica à sua lógica, de crítica à sua coerência interna, porque ele não é feito independente das forças políticas, independente das contradições da sociedade, independente das classes sociais, independente dos interesses que estão em jogo.

É necessário, Sr. Presidente, que este debate clareie as posições, para que, na discussão das medidas provisórias que certamente entrarão na pauta após a sessão convocada com a pauta definida para esta manhã não fiquemos discutindo interesses apenas desse ou daquele partido, apenas interesses eleitorais em relação a segmentos da população ou em relação a um sentimento circunstancial da população. Temos que discutir, isto sim, aquilo que vai mudar fundamentalmente, do ponto de vista da lógica do grande capital, do ponto de vista da lógica da internaciona-

lização da economia, do ponto de vista da lógica de uma reorganização recessiva e conservadora, os privilégios e os interesses que estão em jogo. Nós que defendemos um outro modelo, uma outra proposta — deixamos isso claro na candidatura do companheiro Luís Inácio Lula da Silva a Presidência da República —, um programa democrático e popular. Estamos aqui combatendo, estamos aqui discutindo e queremos aqui polarizar uma posição alternativa a este Plano. Não aceitamos a maquiagem, o embelezamento, o cosmético para enterrar algo ou esconder o conteúdo daquilo que não é revelado à sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Delgado. (Pausa)

Concedo a palavra à Sr^a Congressista Cristina Tavares. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V. Ex^{as} sabem tanto quanto sei, sabem mais do que sei, que em todos os Estados deste País, destacadamente em São Paulo, Estado que concentra a maior massa de trabalhadores, está a unidade sindical reunida, menos para fiscalizar este Congresso e mais para orientar cada um dos Congressistas na direção de atuarem bem melhor enquanto examinam as medidas provisórias.

Depois de votadas as medidas, postas em prática, que não se diga aqui que não houve assessoria nem que os trabalhadores das mais variadas categorias profissionais, profissionais liberais, classe média, não vieram dizer primeiro da grandeza do Plano e da disposição do Presidente em acertar e colocar esta Nação a nível de poder ser governada num modelo ético, num modelo moral, num modelo de grande desprendimento que deve sempre nortejar o homem público.

As várias categorias profissionais colocam alguns pontos, Sr. Presidente, pontos nevrálgicos, pontos mais do que importantes para que esta Casa os examine. E falo disso agora, porque exatamente é a hora em que vamos começar a discutir e votar as medidas mais importantes.

Em São Paulo, a Frente Sindical das Federações de Trabalhadores do Estado de São Paulo, que congrega a representação de federações, oitocentos sindicatos, dez milhões de trabalhadores, está vigilante para acompanhar os nossos trabalhos. Essa representação vem de Lázaro Augusto Cruz, um dos líderes que, na verdade, não ficam na vanguarda, não ficam no estrelato, mas no recôndito das fábricas, no recôndito dos estabelecimentos fabris. Ele interpreta realmente a vontade do trabalhador, e Ana Varella Barca, Alair Augusto Cruz, Pedro Gonçalves da Silva e Artur Bueno de Camargo fazem a liderança dessa Frente Sindical.

Que quer a Frente Sindical, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? É bom que V. Ex^s examinem, anotem, porque quando aqui se discutir a medida, cujo Relator é o Congressista Osmundo Rebouças, temos que examinar:

- 1^o a reposição das perdas salariais;
- 2^o a manutenção do art. 7^o da Lei n^o 7.788/89, que impede o efeito suspensivo nos dissídios coletivos;
- 3^o a garantia de emprego;
- 4^o a reposição na perda salarial, enquanto se prefixarem os preços e os salários;
- 5^o a liberdade de saque nas cadernetas de poupança para os não-especuladores.

São Paulo, o Estado de onde venho, deu a vitória ao Presidente da República. São Paulo aplaude o Plano, mas exige que este Congresso o amolde à realidade brasileira, a de uma Nação em pleno desenvolvimento que jamais aceita a corrupção, jamais aceita o desmando, jamais aceita a dilapidação dos cofres públicos, jamais aceita esta atuação negativa. Exige também que não haja recessão, que não haja desemprego, que a produção aumente destacadamente na área agropastoril e na área agrícola, para que tenhamos as prateleiras dos supermercados e das feiras livres tomadas por produtos que devem chegar ao consumidor por um preço compatível com a necessidade do ser humano e dos animais irracionais.

Essa cesta básica, Sr. Presidente, delineada por três ou quatro produtos com preço certo, constitui uma ignomínia que não podemos aceitar. A cesta básica envolve produtos que de fato devem ser consumidos, cada um de nós, pertencentes à sociedade brasileira, deve poder escolher livremente o que deseja consumir, pelo preço justo, sem a intervenção do atravessador. Este, sim, deve ser punido, o sonegador. Quem não deve ser punida, Sr. Presidente, é a classe trabalhadora, o operário das fábricas, o comerciante, o bancário, os profissionais liberais, os advogados, os engenheiros, esta classe que produz e está exigindo que se mantenha o nível de produção no País. Que não se entre nunca na recessão e que não se afunde na depressão.

Este Congresso precisa examinar esses problemas, e eu concito ainda mais o meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, a que se encaminhe nessa direção, porque essa é a direção do estatuto partidário. Temos que seguir este caminho e não podemos aqui bebericar das águas turvas, sem que saibamos quais as consequências do grande lamaçal que pode ser formado neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a nobre Congressista Cristina Tavares.

A SR^a CRISTINA TAVARES (PSDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^o e Srs. Deputados muito mais que um plano que visa enxugar os ativos financeiros e reordenar a inflação, o Plano Collor de Mello tem, inegavelmente, características antipatrióticas, antinacionais e entreguistas.

Alguns dos relatórios que começam a ser lidos nas tribunas, algumas das emendas já aprovadas com certas maquiagens demonstram o caráter perverso que neste final de século se tenta montar no País. É desnacionalizante, sim. É atrasado, sim.

Ainda ontem, Sr. Presidente, vimos este Plenário, talvez influenciado pela proximidade das eleições, ampliar as Zonas de Processamento de Exportação. Isto não é apenas uma insanidade. É muito mais do que isto, é voltar o relógio do desenvolvimento, é ignorar o desenvolvimento tecnológico do final de século, é não saber que as exportações intensivas, em ciência, em tecnologia, não se farão em Zonas de Processamento de Exportação.

Quero atribuir esta atitude do Congresso Nacional à proximidade de eleições, repito, a um certo populismo praticado por Parlamentares que preferem ignorar as realidades nacional e econômica, para conseguir meia-dúzia de votos em seus Estados, com um populismo descarado e enganoso.

Sr. Presidente, não fica aí o equívoco do Congresso. Vai mais além, muito mais além.

Na Medida Provisória relatada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho assiste-se ao desmantelamento daquilo que foi uma das maiores conquistas da Assembléia Nacional Constituinte, o monopólio das telecomunicações

Mudaram os homens do Ministério da Comunicação e até fizeram uma maquiagem; não se chama mais Ministério, mas Secretaria, onde ficaram uns burocratas entreguistas que têm um modelo pronto. Embutida na Emenda à Medida Provisória nº 151 relatada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho está a extinção, praticamente, da Embratel. É a inteligência acumulada, é a engenharia brasileira acumulada que ficam desmontadas, através de uma simples penada, de um inciso, de um parágrafo, de um artigo ou de uma medida provisória aparentemente para sanear as finanças, no campo da comunicação, uma das mais autênticas, uma das mais lúcidas, uma das maiores trincheiras da resistência pelo monopólio das telecomunicações.

Sr. Presidente, hoje à noite, ou amanhã, o País vai assistir, neste plenário, à votação da emenda relatada pelo Deputado Marcelo Cordeiro onde, curiosamente, em nome da decência, recria-se, entre outras excentricidades, entre outras portas abertas para o domínio do capital estrangeiro, a reconversão da dívida, quando o dólar é comprado, no mercado paralelo a 25 cruzeiros, em ações de empresas estatais. Ações, diz o Relator, de apenas 33%, mas 33% do poder acionário tem o poder de veto. Então, as empresas estatais poderão estar, e estarão, com 1/4 dos seus preços à mercê dos interesses de políticas de empresas multinacionais.

Cria-se também a figura extraordinária, não mais de um marajá, mas de imperador da República, que é o gestor do Fundo de Desestatização. O gestor desse Fundo terá, segundo Relatório do Deputado Marcelo Cordeiro, 0,2% de comissão para o Fundo

de desestatização, ou seja, alguns milhões de dólares.

Sr. Presidente, quero fazer essa advertência, para dizer que este Congresso está imbuído da responsabilidade muito maior do que simplesmente sanear finanças, do que simplesmente retirar as gorduras e racionalizar a máquina administrativa do Governo Federal. O que estamos fazendo aqui é demonstrar um projeto do futuro autêntico deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Giovanni Masini

O SR. JOVANNI MASINI — (PMDB — PR Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero aproveitar o tempo que me é destinado para abordar um grave problema que hoje aflige todo o País, mas que é especialmente grave na região cujos cidadãos tenho a honra de representar: a má conservação das rodovias federais. Todos sabemos que a União enfrenta agudas dificuldades de caixa, mas também é de conhecimento geral a existência do selo-pedágio, criado com o objetivo de retirar recursos dos proprietários de veículos automotores para aplicá-los na conservação da malha rodoviária federal. Ora, se os contribuintes estão fazendo a sua parte, cabe ao poder público realizar a contraprestação. Do contrário, a cobrança do selo-pedágio não se justifica.

O Paraná, é grande produtor agrícola e o escoamento da produção necessita de rodovias transitáveis. Além disso, o direito de ir e vir dos paranaenses deve ser exercido sem risco de vida. No entanto, descabros continuam ocorrendo. Chamo a atenção, particularmente, para o terrível estado de abandono em que se encontra a BR-373 — que atravessa o Paraná de leste a oeste — no trecho Ponta Grossa — Foz do Iguaçu. É algo verdadeiramente lastimável: quilômetros e quilômetros de pistas literalmente destroçadas, que expõem quem por elas se aventure a trafegar a toda sorte de transtornos e riscos. Não fossem as placas de advertência afixadas, custaria a crer que ali existe realmente uma rodovia. Apelo aqui aos responsáveis pelo DNER, para que tomem providências imediatas para a recuperação da BR-373.

Ainda na região de Ponta Grossa, outra rodovia, a BR-376, merece especial atenção. Por falta de um retorno adequado no contorno da cidade, criou-se um famigerado “ponto negro”, onde são registrados frequentes acidentes. Quando da elaboração do orçamento para este ano, apresentei emenda alocando recursos para a construção do retorno adequado e, através de pressões junto ao relator, consegui que fossem destinadas as verbas necessárias. Quero, portanto, solicitar às autoridades executoras que iniciem, sem mais tardar, a referida obra.

Sr. Presidente, os casos em pauta ilustram o descompasso entre a imposição de deveres aos cidadãos e a inação governamental. Se

uma nova era está sendo realmente inaugurada em nossa vida política, então, já está na hora de as autoridades se convencerem de que possuem poderes exatamente para cumprir com suas responsabilidades. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Lezio Sathler.

O SR. LEZIO SATHLER (PSDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sob o título “Museu de Ruschi sofre ameaça de extinção” e “doações do povo ajudam a manter a instituição”, o jornal *Correio Braziliense* de hoje, dia oito de abril de 1990, faz um relato dos efeitos do Plano Collor nas atividades desse extraordinário acervo, símbolo da memória e preservação de espécies raríssimas.

Dada a importância e a relevância do assunto, requeiro a V. Ex.^a a transcrição total dos artigos referidos. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. LEZIO SATHLER EM SEU
DISCURSO:*

Brasília, domingo, 8 de abril de 1990

Correio Braziliense

**MUSEU DE RUSCHI SOFRE
AMEAÇA DE EXTINÇÃO**

José Antônio Sarcinelli

Correspondente

Vitória — Ao doar, em 1984, o acervo de seu museu particular — o Mello Leitão, localizado no centro da pequena cidade de Santa Tereza, na região de montanha do Espírito Santo, a apenas 85 quilômetros da capital — o cientista Augusto Ruschi — efigie da cédula de maior valor do País, a de Cr\$ 500,00 — nunca imaginaria que o trabalho de uma vida inteira poderia se perder em apenas seis anos. É que, com a extinção da Fundação pró-Memória, a quem o museu foi cedido, pelo presidente Fernando Collor de Mello, o Mello Leitão passou a enfrentar uma situação crítica, sem dinheiro até mesmo para alimentar os animais e preservar as plantas.

Dirigindo o museu desde a morte de seu fundador, ocorrida no dia 3 de junho de 1986, José Tabacow, disse que nunca viveu dificuldade semelhante. “Sarney, mesmo irregularmente, ainda repassava verba, mas desde que o novo Governo se instalou em Brasília não recebemos mais recursos. E, quando pôs fim à Pró-Memória, o dinheiro da instituição ficou bloqueado”, revelou. O mais grave, porém, segundo o diretor, é a ameaça de demissão dos 30 funcionários, que não chegaram a adquirir estabilidade no emprego, devido ao pouco tempo em que o museu passou para as mãos do Governo.

Tabacow salientou que a maioria das pessoas que trabalha no Mello Leitão é especialista na função "Alguns estão aqui desde a época de Ruschi. São biólogos, taxidermistas, ecológicos e pesquisadores, de difícil substituição", o que ele também lamentou é que uma série de pesquisas que vinham sendo realizadas teve que ser cancelada temporariamente e não há certeza se serão retomadas. Todos na área de botânica e de educação ambiental. "Estamos fazendo o levantamento da flora de Santa Tereza e das palmeiras do Espírito Santo. Havíamos descoberto duas espécies raras", revelou desanimado.

Fundado em 1949, o Museu Mello Leitão compreende uma série de 78 mil metros quadrados, localizada no centro da cidade e mais duas reservas biológicas, que preservam um pouco do que sobrou da Mata Atlântica no Espírito Santo. Uma das reservas, a de São Lourenço, com 23 hectares, está interligada ao museu. A outra, com 25 hectares, a de Santa Lucia, distante 10 quilômetros de Santa Tereza. Todo o conjunto de área foi doado à Pró-Memória por Ruschi.

Segundo informou Tabacow, o acervo da instituição é composto por 190 animais diferentes, todos naturais da região (araras, tucanos, gambás, papagaios, cobras etc), 3 mil 500 beija-flores — criados em liberdade —, 400 espécies diferentes de orquídeas e bromélias e mais as 6 mil plantas do herbário. As orquídeas ali existentes são resultado de anos de pesquisa desenvolvida por Ruschi, quando em vida "Ele catalogou todas as espécies encontradas no estado", afirmou.

Na sede do museu, uma casa construída em estilo colonial, que servia de residência para o cientista, se encontram ainda, como parte do acervo, uma coleção de pássaros empalhados e todo o trabalho científico do ambientalista. São 400 obras publicadas, retratando as espécies de beija-flor e de orquídeas, além de levantamentos da fauna e da flora do Espírito Santo.

Todo este rico acervo, de acordo com o diretor, também está ameaçado. Os animais empalhados e os livros se encontram em uma sala especial, mantidos em condições adequadas de umidade. "Mas sem dinheiro para pagar a conta de energia, ficaremos às escuras e com o ar condicionado desligado. "Essas obras poderão se perder num curto espaço de tempo", afirmou.

Doações do povo ajudam a manter a instituição

Desde a posse de Collor de Mello que as plantas e animais do museu estão sendo cuidadas graças a doações dos moradores da pequena cidade. A frente da campanha de doativos está o jornalista Ângelo Zurlo, presidente da Associação dos Amigos do Mello Leitão "Ruschi e o museu fazem parte da cultura da cidade. São o orgulho de todos os habitantes e nesta hora queremos ajudar", revelou.

Mas mesmo com a solidariedade dos terezenses, um outro problema surgiu no bojo

das novas medidas econômicas do Governo, editadas no último dia 16, está dificultando a remessa de comida para os animais. "Ficamos impedidos de usar carros oficiais. A kombi que tínhamos não circula mais depois da extinção da fundação e não temos como transportar as doações", desabafou José Tabacow. "São necessárias, a cada mês três toneladas de bananas para os pássaros. Não temos uma sequer em estoque", acrescentou

Precipitação

Para o diretor, o Governo se precipitou em extinguir a Fundação Pró-Memória e acabou pondo em risco a sobrevivência do museu capixaba e de muitos outros no País. "Não se interrompe um trabalho assim, instantaneamente. Collor de Mello foi inconseqüente e arbitrário, forçando a gente a cancelar até a visitação pública ao Mello Leitão"

Tabacow entende que o Governo deve, agora, pelo menos promover uma ampla discussão para definir o destino da entidade. "Todos nós, incluindo os funcionários, queremos saber para onde iremos, ou a que órgão federal seremos subordinados". Ele acha a decisão fundamental porque o que está em jogo, em sua opinião, é a sobrevivência do museu.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência encerra o período de Breves Comunicações, uma vez que concedeu quarenta e cinco minutos para que os Srs. Congressistas usassem da palavra.

O Sr. Stélio Dias — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL — ES) Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a fim de salvaguardar a dignidade do Parlamento e a conduta dos seus integrantes, faço apelo a V. Exª e uma brevíssima comunicação, não sem antes cumprimentar a Mesa, em especial V. Exª e o Senador Nelson Carneiro, pelo modo como vêm conduzindo os trabalhos.

É necessário que o Congresso Nacional tenha atrás de si Código de Ética muito atuante e muito presente, porque o instrumento que usamos aqui é a palavra, e a palavra às vezes fere, às vezes humilha, às vezes agride. Junto com ela deve haver liberdade e também responsabilidade no dizer.

A esse respeito, Sr. Presidente, ontem, após a leitura da Medida Provisória nº 157 feita pelo Relator do vencido, Senador Gerson Camata o Deputado Prisco Viana, Relator inicialmente designado e um dos parlamentares mais respeitáveis, colocou em dúvida a Ata dos trabalhos daquela Comissão.

Ao fazer isso, acompanhado também pela incontinência verbal do Deputado Messias Góis, agrediu a Assessoria Parlamentar do Senado, agrediu o próprio Senador Gerson Camata que estava fazendo o relatório, a troco de nada, Sr. Presidente. Por quê? Quero esclarecer à Mesa e cumprimentá-la pelos tra-

balhos, porque o Sr. Prisco Viana esqueceu que S. Exª mesmo aprovou neste Congresso, a admissibilidade da medida, tendo constado isso no seu relatório. O Senador Gerson Camata nada mais fez do que, no seu relatório, retratar a verdade dos fatos e corroborar aquilo que S. Exª, o ilustre Deputado Prisco Viana, havia escrito no seu relatório, que passo a ler.

"..... tendó em vista pressupostos de urgência e relevância, a que se refere o art. 62 da Constituição. A conclusão do mesmo foi no sentido da admissibilidade da Medida, do que resultou ser o parecer aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional, não tendo havido apresentação de recursos contra ele, na forma do art. 5º § 1º, inciso I da Resolução — CN nº 1 .."

Portanto, Sr. Presidente, ao esclarecer esses fatos, peço à Mesa e aos Srs. Parlamentares que, uma vez comparecendo a este microfone, atentem, para a verdade dos fatos, não agredindo seus Companheiros e, conseqüentemente, o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência quer agradecer aos nobres Líderes, Deputado José Fernandes, do PST, e Senador João Menezes, do PDC, por haverem aberto mão de suas inscrições para que possamos passar imediatamente à discussão das medidas

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, por haver sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PRISCO VIANA (PMDB — BA), Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, a Casa me conhece e sabe que eu não agrido e que também não falto à verdade. Estou aqui há vinte anos, tenho uma linha coerente de comportamento. Lamento o equívoco do nobre Congressista Stélio Dias, mas não quero comentar a indelicadeza de suas palavras.

A admissibilidade, Sr. Presidente, não entra no mérito da questão. Pela Resolução — CN nº 1, julga-se na admissibilidade se foi atendido o pressuposto constitucional do art. 62 da relevância e da urgência. Feito isso, a Comissão vai examinar o mérito, e a Resolução diz que, ao se examinar o mérito deve-se examinar a preliminar da constitucionalidade quanto ao mérito, não da constitucionalidade quanto a iniciativa de propor

Assim, o que o nobre Congressista Stélio Dias leu, que é o meu parecer sobre a admissibilidade, prende-se ao aspecto constitucional da iniciativa e não à constitucionalidade do mérito. Insisto, o que aconteceu ali foi um equívoco. Primeiro não se examinou a arguição da constitucionalidade quanto a matéria tratada, quanto ao mérito da Medida, e não se examinou o conjunto de emendas, não foram votadas as emendas

Agora, a direção da Comissão também se equivocou ao designar um relator do vencido. O vencido foi o parecer, derrubado o parecer teria que vir para este Plenário a Medida Provisória e não um novo relator, com um novo projeto de conversão.

De sorte que peço ao nobre Congressista Stélio Dias que recorra à sua Assessoria para que ela também lhe diga do equívoco que cometeu no depoimento que aqui deu.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Apenas a Mesa solicita a S. Ex^a, que sempre se mostrou um parlamentar que tem procurado contribuir com os trabalhos, que use o menor espaço de tempo possível, porque temos ainda muitas discussões

O SR. MESSIAS GÓIS (PFL — SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex^a quero confirmar as palavras do nobre Congressista Prisco Viana e solicitar que a Mesa, ao examinar a Medida objeto da questão, veja se, efetivamente, a Resolução — CN n^o 1 foi cumprida, para que não votemos aqui um projeto de lei de conversão, quando deve ser votada a Medida Provisória na sua inteireza.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n^o 151, de 15 de março de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências

À Medida foram apresentadas 517 emendas.

O Relator, em seu parecer, concluiu pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão n^o 21, de 1990, incorporando as Emendas de n^{os} 2, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 18, 19, 26, 32, 35 a 39, 43 a 45, 50, 54, 55, 58, 59, 61, 62, 66, 76 a 78, 80 a 82, 84, 86, 87, 90 a 102, 106, 107, 116, 117, 119, 121, 123, 129, 133, 135, 137, 138, 140 a 142, 148, 153 a 157, 161, 165, 168, 170, 172, 174, 175, 179 a 182, 184, 185, 187, 193, 197, 200, 201, 212 a 217, 220, 221, 224, 225, 229 a 231, 234 a 238, 240, 243, 246, 249, 256 a 258, 260, 263, 264, 266 a 269, 272, 273, 276, 277, 280, 282 a 284, 286, 290, 292, 294 a 296, 298, 300, 306, 307, 309, 311, 315, 316, 318, 325 a 329, 331 a 333, 336 a 340, 343, 346, 349 a 351, 353, 354, 358, 359, 364 a 367, 371, 372, 374, 377, 379 a 381, 383, 384, 388, 391 a 393, 395, 396, 398, 401, a 403, 406, 412, 423, 425, 427, 428, 430, 431, 433, 436, 438 a 440, 442, 447, 449, 452 a 457, 459, 461 a 464, 473 a 476, 478 a 482, 487, 489 a 491, 493, 496 a 499, 502, 503, 508 e 512, e pela prejudicialidade e rejeição das demais.

Em discussão a medida, o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai abrir agora a relação dos inscritos para que os Srs. Congressistas discutam.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, reitero aos nobres Congressistas que já estamos trabalhando há muitas horas. Estamos pretendendo voltar àquele período de votações. No entanto, só para esta Medida Provisória n^o 151, nós temos mais de 100 inscritos

A Presidência vai concedendo a palavra e na medida em que os Congressistas entenderem da inconveniência de sua fala, por gentileza, poderiam abrir mão, para que possamos iniciar o processo de votação.

O Sr. Ronaro Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Para uma questão de ordem ou pela ordem?

O SR. RONARO CORRÊA — Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONARO CORRÊA (PFL — MG. Para questão de ordem. Sem revisão do orador) — Indago à Mesa se os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, ao serem chamados por V. Ex^a, Sr. Presidente em não estando presentes, se se lhes preserva o direito de ainda virem a falar?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência não vai poder abrir esse precedente, porque, se exortamos agora mesmo para que os Srs. Congressistas abram mão de sua fala nós vamos entender...

O Sr. Ronaro Corrêa — É exatamente nesse sentido que estou fazendo a indagação e numa segunda questão de ordem, na mesma colocação, pergunto se ainda há tempo hábil para inscrição ou se V. Ex^a já a deu por encerrada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não. Já encerrou.

O Sr. Ronaro Corrêa — Muito agradecido a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Hermes Zaneti. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Arthur da Távola. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre congressista Bete Mendes. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelton Friedrich. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Lélio Sousa. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Vicente Bogo. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Oswaldo Lima Filho. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Jorge Hage. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Octávio Elísio. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO (PT — RS. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta Medida Provisória n^o 151 serve para desta Casa refletir a respeito do que ocorre atualmente no plano internacional e as suas conseqüências na sociedade brasileira.

Quando a ideologia neoliberal começa a dar os seus sinais de cansaço e de esgotamento em países como a Inglaterra, a proposta do Governo brasileiro é exatamente dentro do velho recetário neoliberal introduzir na sociedade brasileira os mecanismos fundamentais de privatização do Estado e de deslocamento dos interesses da sociedade civil para os grandes monopólios internacionais que submeterão, com a sua lógica demolidora, a possibilidade da formação de uma grande, genuína e soberana economia nacional.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o neoliberalismo sob a desculpa e sob os argumentos de fazer fluir a economia de mercado, realiza um deslocamento das estruturas do Estado para essas leis do mercado: recria fórmulas políticas completamente artificiais e conservadoras, para não introduzir o poder do Estado nas relações econômicas, que são relações entre agentes, entre sujeitos, profundamente desiguais. Na verdade, a Medida Provisória n^o 151, ao eventualmente colocar no mesmo barco algumas instituições do Estado, desnecessárias, criadas, artificialmente, coloca, para a extinção ou privatização, empresas como a Interbrás. Como age o Executivo e como age o Estado brasileiro sob a direção neoliberal e conservadora do Governo Collor? A alegação central é ineficiência do Estado

Pois bem, foi o conservadorismo no Brasil, durante o regime militar, precisamente, quem criou e quem geriu instituições ineficientes e que se tornaram sucateadas não por serem estatais, mas por não terem sobre elas o controle público, o controle democrático, o controle, portanto, da sociedade civil; mas a tipicidade da proposta do Governo Collor, que se apresenta com roupagem nova, como se a submissão às leis do mercado, sem interferência do Estado, como se a submissão ao grande capital financeiro internacional, fosse uma coisa nova, está sintetizada na desconstituição dessa empresa, a Interbrás. Tal fato tipifica a visão do Governo sobre a economia e tipifica quais os interesses que ele efetivamente representa, quando, sob a desculpa de "liberalizar a economia", privatiza profundamente o Estado e coloca endevidamente do Estado subordinado aos interesses da acumulação dos grandes monopólios.

A Interbrás não é uma empresa deficitária, Sr. Presidente. A Interbrás exerce um papel fundamental no comércio exterior. A Interbrás não é uma empresa subsidiada. Na verdade, o que se pretende com a privatização dessa empresa é abrir uma cunha decisiva no monopólio estatal do petróleo, através da agressão ao seu processo de comercialização

no exterior. A quem serve a extinção da Interbrás senão às sete irmãs, às grandes empresas internacionais que, certamente, liberadas da presença dessa empresa estatal, irão também monopolizar, na sua relação com a Petrobrás, a comercialização do petróleo, essa riqueza fundamental de uma sociedade capitalista moderna!

O Sr. Del Bosco Amaral — Permite-me V. Exª uma aparte?

O SR. TARSO GENRO — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Del Bosco Amaral — Congresso Tarso Genro, conheço a Interbrás por dentro e por fora. Inegavelmente, não é porque uma empresatinha praticado a corrupção em larga escala nos serviços de trading que vamos extingui-la; é melhor consertar a empresa do que extingui-la. Não estou contrariando a tese da defesa, mas a Interbrás, pelos menos no Porto de Santos, praticou atos dos mais lesivos à época da importação da carne, procedida por ela, a mando da Velha República V. Exª está identificando os inimigos externos e eu identifico inimigos internos. Existe uma certa Cotia Tradings, existem os trapinhos do aço, onde está a Duferco, onde está essa própria Cotia, hoje um grande polvo colocado aqui no Ministério da Economia. E mesmo que essas empresas venham a ser logicamente riscadas do mapa, como é o caso da Interbrás, este Congresso Nacional, pelas suas duas Casas, tem que investigar como a Cotia Trading, que é nacional e não menos corrupta que as internacionais ou multinacionais, está querendo neste momento açambarcar todo o movimento das tradings. Taremos uma desestatização para uma corrupção privada, porque ao menos na área da siderurgia, na área da importação, principalmente de carne, o que fizeram as tradings nacionais foi uma verdadeira vergonha e um descalabro. Estou parcialmente solidário com o discurso de V. Exª, mesmo reconhecendo, no meu entender, que a Interbrás não é o anjo que precisa ser defendido nas, na verdade, os inimigos não são só de multinacionais, mas estão aqui dentro do País e dou-lhe os nomes, como a Cotia Trading e a Duferco, principalmente na área da siderurgia.

O SR. TARSO GENRO — Agradeço a V. Exª pelo aparte e registro também que, evidentemente, a constatação de corrupção em uma empresa não é argumento suficiente para fechá-la, porque se assim o fosse já deveríamos ter fechado, por exemplo, o próprio Estado brasileiro, que a partir, fundamentalmente da cessação das liberdades democráticas, da violência do Estado contra a sociedade civil e do verdadeiro terror policial que se instalou, desde o regime militar, é um Estado que se ergueu sob o símbolo da corrupção e da violência, e nem por isso foi fechado.

Sr. Presidente, encerro minha intervenção propondo a esta Casa um debate de princípios, para que os Srs. Congressistas, defensores desse projeto fundamental para a des-

truição da economia nacional, que é o Projeto Collor, venham demonstrar aqui que a visão neoliberal, a visão do estreitamento do Estado, a visão da liquidação da presença do Estado nas relações entre os desiguais é algo novo e produtivo para a maioria.

Se isso for uma visão “moderna”, proponho-me a mudar o meu ponto de vista.

A velha Inglaterra já está sendo destruída pelo neoliberalismo, hoje, o Governo de Margareth Thatcher tem apenas 24% de apoio na população, precisamente o apoio daqueles setores privilegiados da sociedade, classes médias, alta, grandes, acionistas de oligopólios e monopólios, dos que não necessitam da presença do Estado na economia para que as relações mercantis sejam apenas formalmente iguais.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui para rejeitar não somente essa proposta mas o tipo de sociedade que o projeto enseja o seu perfil mais geral que transforma a sociedade brasileira como já acentuamos, numa verdadeira Cingapura, numa verdadeira Hong Kong, sem a menor possibilidade de que sejamos um país econômico, político e culturalmente independente.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Cunha

O SR. JOÃO CUNHA (PST — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, venho firmando posição que diz respeito à minha condição de cidadão, por isso ligado aos interesses comuns da minha gente. Venho firmando posição como Deputado responsável por cerca de 110 mil votos que me fizeram representante de São Paulo pela quarta legislatura, diante do desastre a que vão levando a Pátria brasileira.

Eu penso — e agora há pouco conversava com Parlamentares responsáveis —, também, que o Congresso Nacional, na sua generosidade e sabedoria — a sabedoria dos colegiados, independentemente das qualidades individuais — o Congresso Nacional, discutindo, seguindo, amarrando as pontas percebeu que esse não é um Plano honesto, se fosse um plano objetivamente do interesse nacional, se fosse correto, teríamos a aprovação deste Congresso Nacional

O plano mostra, na realidade, que é um jogo feito por meia-dúzia de tecnocratas, de burocratas de gabinete, formados na chapa Unicamp de São Paulo, que fazem da Nação um laboratório de experiência e que dela não merecem o respeito, porque já estiveram no Plano Cruzado, no Plano Bresser, no Plano Verão, no Cruzado Novo e estão neste Plano Collor. Quando a Nação for para o precipício, esses apátridas cívicos dirão que têm o remédio para salvar a Nação.

O problema começou antigamente, com o Governo Castelo Branco e Roberto Campos, quando atravessamos os tempos do “milagre brasileiro” de Delfim Netto. Passados

esses anos de tragédia nacional S. Exªs vêm, agora, dar a solução, o remédio, a proposta, a sugestão. Pois bem, o Brasil tem sido vítima desse câncer chamado técnico burocracia, particularmente, a dos pajés da economia nacional, formados em Chicago, pensando em Washington e abrindo guarda-chuvas aqui quando chove em Nova Iorque.

Interessante, Srs. Congressistas, o artigo que liamos ontem, do economista Paul Craig Roberts, que lidera uma equipe do maior centro de pesquisa de Washington, numa investigação sobre a falência do planejamento e desenvolvimento econômico.

“A única bala que o Presidente Fernando Collor de Mello tinha para abater a inflação acertou sua própria cabeça” Esse economista, que tem uma visão de política econômica de dentro dos Estados Unidos, diz que considera catastrófico o Plano Collor e qualifica de irresponsáveis os que prestigiaram a Ministra Zélia Cardoso de Mello em sua passagem por Washington, durante a semana, entre eles o Secretário do Tesouro e o Presidente do Federal Reserve Board, Alan Greenspan.

O Congresso Nacional, com a sabedoria do seu Colegiado, com a intuição dos seus integrantes, com a sensibilidade dos seus Deputados e Senadores, já percebeu que o Plano furou, já percebeu que o Plano fez água. Não adianta a interpretação de César Maia. Não adianta a interpretação de Beluzzo. Não adianta a interpretação da economista Maria da Conceição Tavares. Não adianta a interpretação de ninguém. A realidade é muito maior, é muito mais dramática. Eles tentaram disciplinar uma economia, fixando normas e regras, só que há mil, há bilhões de situações que o computador não vê. Há contratos, há pactos preestabelecidos antes que colocassem, na realidade, as suas normas. Agora, há que se regulamentar norma por norma. São bilhões, nobre Congressista, Líder do Governo. Não há como. Ninguém brinca com a economia de um povo. Sei que o projeto deseja mais do que acertar a economia nacional. Se observarem a Medida Provisória nº 157, verão que ela prevê pagamentos por parte do Tesouro Nacional, de quem adquira as estatais brasileiras, das diferenças entre os certificados de privatização e ações das estatais, para daqui a dez anos, receberem o resgate dessa diferença com correção monetária. Então, eles admitem que haverá inflação daqui a dez anos também. O que não querem admitir, confessar e deixar claro, é que, da Presidência da República, com a anuência do Congresso Nacional, querem fazer da Pátria balcão, para venderem as riquezas, os centros estratégicos, a esperança, o sonho de uma Nação valente, o sonho de uma Nação humilhada ao longo de duas décadas, o sonho de uma Nação violentada há quatro séculos, pelo colonialismo.

Sinto, percebo, noto e vislumbro, na cara dos banqueiros e da banqueirada que têm assento aqui dentro, o trabalho em cima de interesse que lhes dizem respeito e por isso

não podiam votar e apoiavam o andor do Sr. Fernando Collor de Mello.

Cheguei à conclusão, pelo que entendi da análise dessas medidas, de que, se o Congresso Nacional, pelos seus integrantes, tivesse tido a oportunidade de sentir de pronto o Plano, não tivesse sido impactado pela Rede Globo de Televisão, emissora que foi porta-voz e diário oficial da ditadura durante vinte anos, que se locupletou com o Sr. Antônio Carlos Magalhães no jogo da ditadura em vinte anos, que se tornou, coincidente, não só preparadora da campanha do Senhor Fernando Collor como também o seu porta-voz, não fosse esse impacto na consciência dos Srs. Parlamentares, tenho a certeza de que a sabedoria do Congresso deveria, de pronto, não admitir nenhum dos projetos que vieram como medidas provisórias e devolvê-los-ia ao lixo do Palácio do Planalto. Se não fosse possível impedir a admissibilidade, o Congresso deveria devolver ou aprovar as medidas sem colocar nenhuma emenda. O jogo da emenda, o jogo do substitutivo e o jogo dos projetos de lei de conversão estão servindo ao espetáculo da eleição, ao espetáculo do engana-povo, ao espetáculo daqueles que que querem mais uma vez mistificar, agora atrelados à mistificação do Palácio do Planalto. São partidos valorosos que no passado tiveram uma grande luta mas que hoje, por suas lideranças, fazem o jogo, aqui, pequeno e apequenado, dos seus próprios interesses com vistas a 3 de outubro, esquecidos dos superiores interesses da Nação que passarão de nossas vidas, que mergulharão em outros séculos que não vemos. Pois bem, esse espetáculo vem se pondo à tona. Mais uma vez a Nação pode ser enganada num instante, quanto à ação desses ou daqueles, mas certamente a História não se enganará.

Depois que provocarmos a derrama, esta nova derrama deste tempo de inconfidência, em que teremos os "Silvírios dos Reis" e "os Tiradentes", o povo verá, tenho certeza. Independentemente da nossa vontade, a consciência dos homens e mulheres perceberá. Pode demorar um pouco. Alguns podem estar equivocados por não terem lido as Medidas — e proponho que leiam antes de votá-las — outros podem estar conscientemente voltados — a aprovar esse crime — assumam as suas responsabilidades — e os outros, que têm consciência, não podem permitir que a tragédia avassale definitivamente a Pátria.

A Nação saiu da expectativa do "Collo-rido" e passou para a estupefação. Dentro em breve virá a ira-sagrada e a indignação dos traídos. Muito em breve

Não sei se o Sr. Fernando Collor poderá cumprir o seu destino com mais tempo do que o tempo usado por Jânio Quadros para ser Presidente, quando o povo for às ruas. Lembro-me de Ceausescu, que pagou toda a dívida externa da Romênia, cumpriu os ditames do FMI, esvaziou as prateleiras e acabou com a economia do povo romeno. Não se passaram trinta dias para que fosse fuzilado, junto com a digníssima esposa.

Quando o povo vai à rua, não há Exército e não há Parlamento, não há autoridade, não há quepe, não há coturno e não baioneta.

Espero que pelo menos o destino reserve, quando o Brasil acordar e se levantar, a possibilidade de um helicóptero que permita ao Sr. Fernando Collor, na agilidade da sua velocidade de atleta, escapar dos braços do Brasil e cair nos braços dos seus patrões em Washington.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO CUNHA EM SEU PRO- NUNCIAMENTO:

ECONOMISTA DIZ QUE PLANO É CATASTRÓFICO

*Nos EUA, Paul Craig
Roberts acha que
Collor acertou a bala
na própria cabeça*

*Moisés Rabinovici
Correspondente*

A única bala que o presidente Fernando Collor tinha para abater a inflação "acertou sua própria cabeça", como concluiu o economista Paul Craig Roberts, que lidera uma equipe do maior centro de pesquisas de Washington, o Center for Strategic & International Studies (CSIS), numa investigação sobre a falência do planejamento do desenvolvimento econômico.

Roberts, 50 anos, ex-assistente de política econômica do Tesouro, considera "catastrófico" o Plano Collor e qualifica de "irresponsáveis" os que prestigiaram a ministra Zélia Cardoso de Mello em sua passagem por Washington durante a semana — entre eles o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e o presidente do Federal Reserve Board, Alan Greenspan.

"O presidente Fernando Collor está numa situação muito difícil se continuar com o plano, caminhará para o precipício. Se retroceder, perderá muita credibilidade política" diz Roberts, que ocupa a cadeira William E. Simon do influente CSIS, do qual são conselheiros e ex-secretário de Estado Henry Kissinger e o ex-assessor de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski.

A economista Karen La Follette, que trabalha com Roberts na investigação sobre a falência do planejamento do desenvolvimento na América Latina, avisa, como se fosse uma introdução: "Nós somos marxistas, mas realistas" E explica: "O sistema em que o governo regula a economia está falido. O que o Brasil precisa é de uma revolução no setor privado".

Karem ficou "chocada" com o Plano Collor — "um plano pela metade", como ela diz. "O controle de preços e salários é um controle retrocesso ao Plano Cruzado do ex-presidente, José Sarney. O confisco da poupança tem o potencial de destruir a economia brasileira, pois bloqueia o desenvolvimento".

A equipe sob a liderança de Roberts concluiu que o presidente Collor optou "exata-

mente pela direção errada". O remédio para acabar com a hiperinflação seria a combinação de privatização com o corte imediato da emissão de dinheiro para financiar o déficit. O crescimento da competição e a derrubada dos monopólios do governo completariam a cura "O que o governo fez, no entanto, foi dar desestímulo ao setor privado, o maior que já vi".

A única saída para o Plano Collor, segundo Karen e Roberts, será uma abertura na direção dos incentivos ao setor privado, "uma contradição com o que está sendo feito atualmente". O crescimento econômico poderá render uma base para negociação da dívida externa. "O Brasil está carente de liberdade econômica. O que tem é liberdade política", diz Karen.

Roberts não tem dúvidas de que o presidente Fernando Collor "acertou um tiro na cabeça" com a única bala que dizia dispor para acabar com a inflação. Ele acha que as medidas deveriam ser debatidas publicamente, antes de anunciadas, e comenta: "Segredo e democracia não se misturam".

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Aguiar

O SR. NELSON AGUIAR (PDT — ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Congressistas, temos uma necessidade política de deixar marcada a nossa posição. Na verdade, já sabemos o resultado, podemos antecipar o resultado da votação.

A essa altura dos acontecimentos, já se percebe, sem esforço de imaginação, em face do Plano Brasil Novo, que o Congresso apresenta três grupos distintos: o primeiro e majoritário é formado por aqueles que estão fechados com o Governo, para que der e vier. A posição desses é de natureza política: eles aprovarão todas as medidas provisórias que o Governo encaminhou à Casa, com ou sem emendas. O segundo grupo é o daqueles que querem aperfeiçoar o Plano e por isso fazem um extraordinário esforço de negociação. São os que preferem perder os anéis para não perderem os dados. Esses podem não ter posição política, no macro sentido da palavra, em relação ao Plano, mas também estão de olho nas próximas eleições. Ao mesmo tempo que agem com patriotismo dando enorme e extraordinária contribuição para mudar alguns aspectos do Plano, candidatam-se a sócios do governo no tocante aos possíveis dividendos eleitorais das eleições de outubro; e o terceiro grupo, no qual me filio, aguerrido e minoritário, é politicamente contrário ao Plano. Combate-lo como um todo porque o considera como um todo contrário ao modelo de desenvolvimento e ao tipo de sociedade que desejamos para o nosso País. Este grupo denuncia o Plano como um todo e vota contra o Plano como um todo.

O que não está bem claro, porque não está sendo debatido aqui, tem ficado fora da grade discussão, é que tipo de modelo econômico, que tipo de sociedade, que tipo de regi-

me e que tipo de sistema o Senhor Collor de Mello deseja implantar neste País. O seu Plano não deixa nenhuma margem de dúvidas de que o seu modelo econômico e o capitalismo clássico, do mais escancarado liberalismo, com todas as suas fronteiras abertas à mais escancarada competição.

Daí por que as providências iniciais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional haveriam de ser tomadas, como de fato o foram. E o fizeram com tanta perfeição e com tanta profundidade, que o próprio Fundo Monetário Internacional levou um susto, quando a jovem e elegante titular da Pasta da Economia lhe apresentou o Plano. Surpresos e maravilhados disseram: "Deram muito mais do que pedimos". Eis por que nós, minoritários, não temos por que colaborar. Somos contra o Plano porque somos contra esse modelo econômico. Não temos que aperticó-lo, porque o consideramos antiBrasil, contrário, portanto, aos interesses nacionais.

Eleito pelo voto do povo, e portanto ungido de legitimidade, o Sr. Collor de Mello tratou muito bem de identificar, perante a Nação, segundo o seu juízo, o seu entendimento, as causas essenciais do monstro da inflação, as causas essenciais do que Sua Excelência considera déficit público. Com facilidade identificou na empresa pública e no funcionalismo público, nos servidores públicos, uma dessas causas essenciais. Nós, do grupo minoritário, sabemos que as causas não são essas. Esses estão entrando na história como uns patinhos feios. Não são eles, não é a empresa pública. Se fôssemos partir desse pressuposto, as empresas públicas que estão dando lucro estariam a salvo da sanha devoradora do Governo.

Vejam o que ocorre com a Companhia Siderúrgica de Tubarão, em meu Estado. Segundo seu Presidente, José Moais, ela apresentou, perante a Siderbrás, um superávit de doze bilhões de cruzados novos e esta com uma enorme quantidade de peças de aço, em seus canteiros, para serem exportadas. No entanto, é também passível de ser vendida, de ser leiloada.

Não poderíamos aceitar nós, do grupo minoritário, e não aceitamos, essa falência de querer culpar a empresa pública e o servidor público como causas essenciais do déficit público e, portanto, do monstro da inflação.

Sabemos que as causas são outras, e é profundamente lamentável que este Congresso Nacional, por suas figuras, mais ilustres, não esteja apontando aqui essas verdadeiras causas.

O companheiro Leonel Brizola tem uma equação simples, ao alcance do seu povo. E é exatamente por isso que lemos hoje, nos jornais do Rio de Janeiro, a preferência de 62% do povo carioca em favor dele, para as eleições deste ano. Leonel Brizola mostra que em economia da qual sai mais riqueza do que entra não há como combater inflação e economia para onde entra mais riqueza do que sai não tem o problema de déficit público e de inflação. Estão aí os Estados Unidos da América com o maior índice de déficit

público no mundo e com a inflação mais abaxo. O que está aí e uma história bem urdida, bem montada, para encontrar culpados onde não existem. Poderíamos apontar uma das causas do déficit público que não tem sido debatida aqui, a questão dos orçamentos militares para a compra de sucata da II Guerra Mundial. Por que não se vem aqui dizer a Marinha brasileira comprou fragatas da II Guerra Mundial? Estamos pagando isso com dinheiro do Tesouro, portanto com dinheiro do povo. Por que não se diz aqui que fomos comprar foguete no Canadá para fazer experiências na barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte? Isto é dinheiro do povo, dólares que estão saindo para esse tipo de brincadeira, no momento em que a Nação apresenta ao mundo — já estou cansado de dizer isto aqui — os milhões de meninos e meninas atirados na sarjeta deste País, famintos, torturados, presos, massacrados como se fossem filhos de ninguém. Agora, aparece um "salvador da pátria" com um discurso tão velho e tão conhecido a apontar na empresa pública e no servidor público a causa essencial da inflação.

Hoje, nesta República, existem dois bandos públicos numero um, Deputado João Cunha: o Congresso Nacional e a empresa pública, os políticos, os parlamentares e o servidor público. Estes têm sido apontados pela grande imprensa, que tem interesse em desmoralizar esta Casa, porque desmoralizando-a desmoralizam a democracia.

A maioria deles está com saudades dos bons tempos da ditadura, em que nas caladas da noite poderiam carregar nosso dinheiro o dinheiro do povo para seus interesses particulares.

Ao invés de a grande imprensa dizer, apontar o parlamentar porventura envolvido em atos escusos, apontar o seu nome e o fato, não apontam o Congresso, porque desta forma desmoralizam a todos nós, sem a responsabilidade de apontar o nome de ninguém.

Com o servidor público está acontecendo da mesma forma. Ao invés de se baixarem medidas próprias para erradicar do meio deles os incompetentes, os omissos, os apadrinhados, não, apanham-se todos na mesma malha, através de uma medida ingrata, anti-patriótica, violenta, como estão fazendo.

O Sr. Del Bosco Amaral — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. NELSON AGUIAR — Com prazer, ouço V. Ex.

O Sr. Del Bosco Amaral — O escândalo acontecido no Espírito Santo com a privatização da Cofavi — Companhia de Ferros e Aços de Vitória, que foi dada de presente para a Duferco, uma empresa de São Paulo, leva-me a solidarizar-me em parte, com V. Ex., porque sou contra a privatização de Tubarão, que é conquista do povo brasileiro e é rentável. Agora, pergunto: os escândalos que atingiram a siderurgia, os escândalos que atingiram o Bndespar, que é o órgão de privatização do BNDES, que privatizaram Máqui-

nas Piratininga, Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, não tiveram a convivência da Siderbrás? No meu entender, nobre Deputado, as siderurgias produtivas e não só as lucrativas, pois as outras podem se tornar lucrativas, desde que não exista cancro, como ocorria com a Siderbrás, fazendo negócios em Brasília contra os interesses das siderúrgicas. É desta forma que precisamos separar, sem emoções, aqui, hoje, não o que deve ser privatizado, mas, sim, o que deve ser extinto, porque um departamento em Brasília é capaz de reger toda a siderurgia brasileira para proteger, como quer V. Ex., também a Siderúrgica de Tubarão. Vamos separar o joio do trigo, porque muitas coisas aconteceram pela existência de órgãos como a Siderbrás.

O SR. NELSON AGUIAR — Nobre Deputado, ouço V. Ex. e conheço bem essa história. Sei disto, sei da história dos escândalos e já os denunciei aqui muitas vezes; denunciei aqui, com o apoio de bem poucos, a compra dos helicópteros pelas Forças Armadas, da Aeroespacial, quando outras empresas do mesmo ramo vendiam mais barato e em melhores condições. Denunciei isso aqui e conheço esse caso.

Lamento é que tudo isso foi feito através de diretorias escusas, nomeadas com expedientes políticos, muitos deles indicados por Parlamentares desta Casa. No entanto não consta que nenhum desses que foram responsáveis pela falência, pela quebra da empresa pública esteja sendo punido; quem está sendo punido é o pobre servidor. Esses é que estão pagando o preço.

Quero saber qual a medida do Governo Collor de Mello para investigar a vida desses ladrões públicos. E aqueles que faliram o IPC, aqueles que faliram o Infaz, aqueles que faliram o IAA, onde estão eles? Todos eles estão ricos, tranquilos, sossegados e a maioria deles apoiando o Governo. E nós, agora, em nome desse mesmo Governo e de um tipo de moralidade que não condiz com a verdade, nem com os propósitos da sã democracia, vamos punir quem não tem culpa: os servidores, os trabalhadores da área pública.

Esse tipo de política não vamos aceitar e não vamos dar o nosso voto para coonestar isto, porque sabemos que esse tipo de política de terra arrasada, atende aos interesses.

O Sr. João Cunha — Permite-me um aparte para subsidiá-lo nobre Deputado?

O SR. NELSON AGUIAR — Sr. Presidente, vou encerrar, mas antes ouvirei o Deputado João Cunha. Só quero dizer ao nobre Deputado que me aparteu, Del Bosco Amaral que, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Deputado Nelson Aguiar, a Presidência vai conceder mais um tempo a V. Ex. apenas para que possa ouvir o Deputado João Cunha, a quem a Presidência solicita que seja breve.

O SR. NELSON AGUIAR — Agradeço, Sr. Presidente.

Só quero lembrar ao nobre Deputado Del Bosco Amaral que S. Ex^a não concorda com a venda da Companhia Siderúrgica de Tubarão, mas o Fundo Monetário Internacional concorda. E aqui não estão fazendo o jogo dos que defendem, como nós, a preservação daquele patrimônio, não. Vão votar cegamente para atender aos interesses lá de fora.

Ouçõ o nobre Congressista João Cunha.

O Sr. João Cunha — Pois bem, nobre Deputado, quero acrescentar — apenas subsidiando este formidável pronunciamento de V. Ex^a, *patrótico, expressivo* — que o Governo Collor colocou em situação deprimente, em situação de inimigos públicos o funcionalismo brasileiro, os que habitam nos imóveis de Brasília, e que para cá vierem há 20 anos, atendendo ao chamado de um outro Presidente patriota, para construir a nova Capital da República, no coração do Brasil. Sua Excelência coloca o Congresso Nacional **Sub judice**, no jogo da imprensa manipulada. E, no entanto, não disse uma palavra no que diz respeito ao que foi a dívida externa brasileira na sua forma de constituição. Não coloca ao conhecimento da Nação uma atitude com relação ao Brasilinvest, com relação ao Comind, com relação a todos os bancos do sistema financeiro que violentaram a Nação na sua economia, que constituíram parte dessa formidável dívida externa. O Sr. Garnero, ladrão da República, estelionatário, assumiu outro dia os poderes do seu antigo banco. O que fizeram no setor financeiro de saneamento da pilantragem dos banqueiros atrevidos, *corruptos e ladrões da República*? Sua Excelência não teve uma palavra, brindou os banqueiros, sim, com o jogo da manipulação, agora, e da licitação das empresas nacionais. Era o que eu queria dizer a V. Ex^a.

O SR. NELSON AGUIAR — Eu acolho, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, encerro dizendo que se esse Governo tivesse seriedade no trato da empresa pública, encaminharia um projeto de lei para esta Casa debater cada aspecto, cada medida, cada situação, porque nós não estamos tendo condições de examinar sequer a repercussão que isso vai ter na vida deste País.

O Sr. Eliel Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é com pesar e com decepção que ouço palavras do teor e do quilate que acabamos de ouvir neste plenário. Eu reprovoo esse tipo de atitude, porque nós estamos aqui para discutir o problema maior do País, com respeito, com honestidade e com decência. A minha reprovação, Sr. Presidente.

O Sr. João Cunha — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO CUNHA (PST — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, qual é a ofensa dirigida ao Congresso Nacional? Qual é a ofensa dirigida ao povo brasileiro? Qual é a ofensa dirigida aos Parlamentares? Quando se denuncia o ladrão, o estelionatário, o que violenta a Pátria, nós estamos cumprindo o dever; não estamos violentando ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece ao Plenário e ao nobre Deputado João Cunha que é lógico que a Mesa sabe das suas funções e das suas obrigações, e observará as notas taquigráficas. O que for atentatório e não for regimental, a Mesa tomará as providências.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a nossa posição em relação à Medida Provisória n^o 151, é favorável ao parecer do eminente e ilustre Relator, Cid Sabóia de Carvalho...

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, só pela ordem dos trabalhos, eu pediria ao orador, que ocupasse a tribuna, para que possa haver aparte. Se não forma-se uma fila.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado Del Bosco Amaral, nós sabemos que o orador pode ocupar o lugar que preferir. A Presidência não pode exigir isso. V. Ex^a poderá apartear-lo daí também.

Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. NILSON GIBSON — Exatamente. Sou favorável, Sr. Presidente, ao parecer do ilustre e eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho, inclusive votando favorável aos destaques que forem apresentados pelo meu Partido, o PMDB.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o Presidente do Senado Federal, Nelson Carneiro, que não está presente, e que hoje comemora o seu aniversário. S. Ex^a merece os aplausos de todo o Congresso Nacional.

Igualmente, como foi dito pelo Deputado Eliel Rodrigues, pedimos a V. Ex^a que determine a supressão das palavras anti-regimentais e antiparlamentares, proferidas pelo Deputado João Cunha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa já comunicou à Casa que tomará as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT — AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito tem-se discutido aqui, o pacote econômico, especialmente em relação à medida que trata da extinção de alguns órgãos na estrutura do Governo Federal.

Muito tem-se discutido, também, aqui, o famoso déficit público, que muitos sequer sabem do que se trata. Em primeiro lugar, de-

vemos colocar a ineficiência da máquina estatal.

Ora, o Governo não faz outra coisa a não ser atender o clamor de muitos que iam à imprensa e que, até de certa forma agressiva, achavam que tinha que haver uma medida forte, de administração corajosa para resolver o problema do déficit público. Então, volta-se àquela história de que o sujeito é preso por ter cão e é preso, também, por não tê-lo. Se o Governo anterior era um fraco, agora vem uma medida forte, e reverte a posição e começa a condenação.

O Sr. Alcides Lima — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alcides Lima — Nobre Deputado José Fernandes, nós não estamos discutindo mais, aqui, a questão da Medida Provisória n^o 151. Entretanto, há um Projeto de Lei de Conversão, da lavra do Relator da matéria que contempla a não extinção da Embrater e do BNCC. Ele incorpora o acervo técnico, material e humano da Embrater à Embrapa e do BNCC junto ao Banco do Brasil. Ora, vejamos por exemplo, o caso da Embrapa. O Governo quer acabar com o drama da fome em nosso País; precisa, então, produzir alimentos, mas a produção agropecuária deve, necessariamente, passar pelo aumento da produtividade, e o pressuposto para o aumento da produtividade é a geração da tecnologia e a transferência dessa tecnologia, e os órgãos competentes para isso são a Embrapa e a Embrater. Por outro lado, o Congresso aprovou, ontem, a existência da atividade de Extensão e Assistência Técnica Rural, através da aprovação da Medida Provisória n^o 150. Então, nós temos que compatibilizar essa decisão da aprovação dessa medida com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória n^o 151. Desta maneira, apelamos, nesta oportunidade, nobre Deputado, às lideranças do Governo e de todos os partidos, para que aproveemos o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória n^o 151, para que possamos fazer justiça aos produtores rurais, à agropecuária brasileira e acabar com a fome em nosso País.

São duas atividades complementares entre si, a geração da tecnologia e a transferência da tecnologia ao meio rural.

O SR. JOSÉ FERNANDES — O Deputado Alcides Lima tem razão no seu aparte. A Embrapa, que é um órgão de pesquisa, não deseja e não tem interesse em fundir-se à Embrater.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP) — Sr. Presidente, transfiro o meu espaço de tempo ao nobre Congressista Gidel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Gidel Dantas.

O SR. GIDEL DANTAS (PDC — CE. Para discutir.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, no decorrer de toda a campanha eleitoral, o então candidato Fernando Collor anunciou, como parte das medidas moralizadoras com as quais estava comprometido, a extinção de um grande número de organismos ditos estatais cuja existência era sabidamente onerosa e indiscutivelmente injustificada.

A manutenção desses organismos, além de lesiva à economia do País representa a prática condenável que a moral administrativa mais elementar não podia admitir.

Agora, porém, que as promessas do candidato foram transformadas em decisão pelo Presidente, também de todos os lados levantam-se vozes de protestos e de oposição, invocando os mais distintos argumentos. Ora condena-se a extinção de organismos inúteis em nome de uma ideologia superada pela história e pelos fatos e que sempre teve, na prática, a suportável, a burocracia e a estatização hoje eliminadas até do berço onde nasceram. Ora ela é condenada em nome do interesse social sob a alegação de evitar-se o desemprego de um grande número de pessoas. Assim, defensores de uma política monopolista e estatizante dão suas mãos aos representantes e defensores de uma política paternalista e clientelista que também já não tem espaço nem ambiente para sobreviver.

Como a maioria dos nobres colegas, lamento que muitas pessoas percam seus empregos. Mas em nome deste sentimento não posso e não devo consentir que o dinheiro dos contribuintes, isto é, o dinheiro do povo, seja utilizado para manter órgãos desnecessários e, por consequência, funcionários improdutivos e muitas vezes privilegiados com mordomias, gratificações, representações e benefícios injustificados.

Entendo que, dentre as pessoas atingidas pelo desemprego consequente à extinção desses órgãos inúteis, devam existir profissionais competentes e qualificados, muitos deles detentores de cursos de pós graduação. E estou certo de que o Governo, que busca também a eficiência de sua ação, encontrará meios e critérios para preservar a cooperação dessas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a Medida Provisória nº 151 refere-se à dissolução de entidades administrativas públicas federais e dá outras providências.

O Plano Brasil Novo tem três pontos fundamentais.

O Primeiro diz respeito à reforma monetária; o segundo referente à reforma fiscal,

e o terceiro referente à reforma administrativa. Esses constituem, por assim dizer, a espinha dorsal para que se possa, na realidade, combater a inflação neste País.

A reforma administrativa, todos conhecemos retirou do meio circulante aproximadamente US\$ 100 bilhões e deixou ainda em circulação cerca de US\$ 30 bilhões. Esse fato tem causado discussões terríveis e difíceis. O mais importante é que as pessoas falam e discutem sobre esse assunto sem muitas vezes ter um dado ou sequer elementos para apresentar esse ou aquele subsídio.

Sobre a Reforma Monetária verificamos que — aparece nos jornais — existe um Partido político propondo que se abra a poupança para retirada de Cr\$ 600 mil. Esse Partido não fez qualquer cálculo do que representa isso em torno do Plano atual, porque somente a retirada até Cr\$ 50 mil representa quase 91% do Produto Interno Bruto. Não se pode, em uma reforma monetária, estar querendo aplicar aumentos no valor da retirada para colocar no meio circulante apenas porque se acha melhor, porque é mais bonito ou porque é mais popular. Ou esse plano funciona ou realmente estaremos diante de uma dura realidade: não saberemos o caminho a seguir.

Hoje, temos em discussão aquilo que chamamos de Reforma Administrativa, que também é muito importante. Não podemos, em uma reforma administrativa, estar retirando esse ou aquele fato daqui ou de acolá. A Reforma Administrativa tem que ser dura, efetiva, sob pena de não atingirmos as condições ideais. Verificamos, ainda mais, que todos esses planos que aqui estão sendo votados o são dentro daquilo que chamamos de Constituição Federal.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Com muita honra, Ex^a

O Sr. Antônio Luiz Maya — Senador João Menezes, V. Ex^a está fazendo uma análise referente, exatamente, à espinha dorsal do Plano apresentado à discussão deste Plenário, Plano do novo Governo. Aliás, o novo Governo veio para apresentar sugestões e proposições destinadas a corrigir a situação de calamidade pública em que havia se metido o País. V. Ex^a vem dizendo que a espinha dorsal do Plano Collor tem como linhas mestras a Reforma Monetária, a Reforma Fiscal e a Reforma Administrativa. Realmente, nobre Senador, é exatamente o nó da questão. Tudo o mais é acessório e pode ser modificado. Nesse sistema de reforma, sobretudo na sua estrutura dorsal, é impossível admitir-se uma modificação, porque, do contrário, o Plano não vai atingir seu objetivo maior, que é o de combater a inflação e de moralização, não só da administração como também do sistema monetário nacional. Nobre Senador, o Cruzado Novo veio para moralizar o Cruzeiro antigo. Entretanto, a sua fase de moralização foi muito curta e quase que se concentrou naquele Plano chamado Cruzado. Vimos desmoralizado o Cruzado, moeda

que não tinha valor absolutamente nenhum. Hoje, o nosso cruzeiro já foi moralizado. No pouco espaço de tempo em que ele foi reimplantado na economia nacional, o Cruzeiro já é uma moeda respeitada a nível nacional e a nível internacional. V. Ex^a tem toda a razão, nobre Senador. Faça uma análise a respeito dessa estrutura, porque estamos discutindo o âmago da questão do Governador Collor de Mello. Muito obrigado pelo aparte concedido.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex^a pelo aparte.

De nada adianta, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, querer-se alegar essas Medidas de inconstitucionalidade. Todas foram elaboradas de acordo com a Constituição que tanto se defende. Essas Medidas Provisórias estão expressamente no art. 62 e seguinte da Constituição.

Por outro lado, fala-se também, no Congresso, que ele está sendo forçado a tomar esta ou aquela providência. Não é verdade porque só nessa Emenda Provisória que hoje se discute o Congresso apresentou mais de quinhentas emendas. Se se aprova ou não, isso não depende do Senhor Presidente da República, mas do próprio desejo, da própria vontade do Congresso. A Medida, o Plano, ou é feito com toda a segurança e abrange todos os setores ou falha.

Vou terminar esta pequena intervenção repetindo uma frase de Mikhail Gorbachev, no seu livro "Perestroika":

"Concluímos que medidas tímidas não funcionam e que precisamos atuar com firmeza e energia em uma frente ampla, não fraquejando diante da necessidade de tomar medidas corajosas e imprescindíveis."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, só depois de muito tempo o Congresso Nacional passou a entender o sentido e a extensão deste pacote. Ele não é um acervo de instrumentais de ordem econômica, mas é um pacote evidentemente político que visa a duas coisas: a contenção da inflação a curto prazo e a eliminação do déficit público.

O pacote acarretará, inexoravelmente, grandes injustiças, sobretudo, injustiças sociais. Muitos empregados zelosos haverão de perder suas funções em razão dele, mas não seria aqui a oportunidade de se fazer a reparação, porque as demissões ensejariam situações casuísticas. Somente através de lei posterior ajustaremos todas essas situações. Dir-se-á, em lei posterior, que os funcionários prejudicados por essas Medidas passam a ter tais e tais tratamentos.

O meu Partido, o PMDB, passou a assumir, de um tempo a essa parte, uma posição muito mais sensata e consentânea com a sua expressão de Partido majoritário.

Durante a Constituinte ele foi um caldeirão para nós. O PMDB tinha que se exacerbar em posições de ordem social, apenas porque passou a seguir os ditames de um Partido organizado, representante de um segmento aristocrático do setor obreiro de São Paulo e ficou o PMDB inativo, sem qualificação para conduzir a Constituinte

Os grandes males da Constituinte decoreram exatamente do fato de o PMDB, na época, ter-se submetido à orientação e determinação ideológicas de outros Partidos. Ele, agora, compreende que a finalidade deste pacote é esta. Um homem, um Presidente da República, um candidato com essas teses ganhou, empolgou a Nação.

Quando esse pacote aqui chegou, passou a haver uma resistência muito grande, porque todos os Presidentes derrotados estavam sensíveis, susceptíveis e procuravam fazer oposição pessoal ao jovem Presidente. Todos eram líderes de expressões valiosas desta Casa.

Hoje, estamos vendo que a alternativa é esta. O PMDB, a meu ver, no começo, não estava correto. Procurou colocar Relatores em todos os projetos. Se ele nada mudasse haveria de se incorporar a um eventual insucesso. Fazendo modificações substanciais, poderia ser acusado da inviabilidade do projeto.

A melhor forma é aprovarmos o projeto excluindo algumas inconstitucionalidades cuja presença possa comprometer o Congresso Nacional. A preocupação com vírgulas, com aspectos secundários, mostra que não estamos à altura de compreender o que seja esse projeto

Finalmente, quem assumiu pela Nação a responsabilidade de dirigi-la foi o Presidente Fernando Collor de Mello, foi a Sua Excelência que a Nação delegou poderes para isso, e não ao Congresso Nacional. Querer mudar ou querer fazer oposição restrita é nos querer diminuir no sentido de um entendimento nacional. Esta Medida visa a tornar possível, a tornar exequível a administração nacional. Muitas dessas empresas existem há muito tempo por uma razão apenas. Qual a razão? Para manter funcionários, embora zelosos, que entraram nessas empresas por razão de mérito. Não tem sentido que só por eles tenham elas que continuar onerando e dificultando o interesse nacional.

A Sr^a Abigail Feitosa — Permite-me V Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muita honra concedo o aparte a V. Ex^a e dou por encerrado o meu discurso

A Sr^a Abigail Feitosa — Nobre Senador Leite Chaves, eu queria acrescentar ao pronunciamento que V. Ex^a está fazendo uma referência à denúncia que o **Jornal do Brasil** traz hoje de que a extinção da Petromisa interessa à Construtora Norberto Odebrecht S. A. e ao Grupo Lume. Gostaria que V. Ex^a revisse essa posição da maneira como está sendo privatizado agride o interesse nacional,

pois está sendo privatizada também a Interbrás que dá lucro. É toda uma experiência que o País tem em fazer uma ligação com os outros países no comércio internacional e isso não pode ser desperdiçado. O que sentimos, o receio que temos é de que essa privatização seja uma internacionalização e, se não o for seja do mesmo feitio em que foi feito, por exemplo, a Caraíba Metais, lá na Bahia. A Caraíba, Sr. Senador, foi avaliada em 400 milhões de dólares, foi vendida por 70 e o grupo que a comprou deu 23 de entrada com 13 anos financiados pelo BNDES, com um ano de carência. Isso tem que ser revisto, porque fere o interesse nacional. A nossa preocupação, Sr. Senador, é que com esta atitude não se diminua o déficit público e, ao contrário, o País perca todo um patrimônio que foi construído com o suor do povo brasileiro.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Ex^a o aparte, a intervenção.

Concordo que, no particular, há realmente prejuízo. No varejo, há prejuízos sanáveis através de leis ou outras medidas, mas no geral só o Presidente da República ou o novo Governo poderá aquilatar a sua vantagem. A Nação, pelo menos, está com Sua Excelência em concordância, eis que os percentuais de apoio são muito grandes.

Era o que tinha a dizer nesta manhã, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Virgílio Guimarães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não entendi a lista de oradores, porque, preferencialmente, falam um contra e um a favor

Havia uma lista de Congressistas sobre a Mesa e não há nenhum dispositivo regimental que diga que haja alternância de Senadores e Deputados; são Congressistas.

Portanto, não entendi por que se deu a palavra, agora, a dois Senadores que, aliás, falaram sequencialmente a favor da Medida Provisória. O que houve? Estou inscrito. Faço parte da lista e sinto-me até prejudicado ao vê-la invertida, não havendo nenhum dispositivo regimental que dê essa condição. O que se pode fazer é, preferencialmente, dar a palavra a um contra e a um a favor. Falaram dois a favor da Medida Provisória e aqueles que estavam inscritos para falar contrariamente ficaram prejudicados na ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa gostaria de esclarecer a V. Ex^a que falaram, no momento em que estavam presentes, os Deputados Tarso Genro, contra; João Cunha, contra; Nelson Aguiar, contra. A Mesa decidiu permitir que Deputados a favor também falassem, porque já recebeu aqui a mesma reclamação levantada por V. Ex^a. Não há tratamento diferenciado.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES — O Regimento é claro, Sr. Presidente: "Alternadamente "

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não há tratamento diferenciado. Eu não queria, inclusive, dizer que já chamei Congressistas que não estavam presentes, vou fazê-lo agora, já que V. Ex^a insiste. Deputado Hermes Zanetti, ausente, Deputado Artur da Távola, ausente, Deputada Bete Mendes, ausente, Nelton Friedrich, ausente, Deputado Lélcio Souza, ausente; Deputado Vicente Bogo, ausente, Deputado Oswaldo Lima Filho, ausente, Deputado Jorge Haje, ausente, Deputado Octávio Elísio, ausente

A Mesa não quer ter essa atitude. Se o Deputado estiver presente, fala

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá (PRN — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, para um requerimento.

"Requeremos o encerramento da discussão da Medida Provisória n^o 151, de acordo com o § 2^o do art. 13 da Resolução n^o 1, após já terem discutido a matéria seis Deputados e dois Senadores."

Assinam o presente requerimento o Senador Edison Lobão, Vice-Líder do PFL, e Arnaldo Faria de Sá, Vice-Líder do PRN na Câmara.

Com a apresentação deste requerimento regimentalmente subscrito por Senador que representa mais de dez Senadores e por Deputado que representa mais de dez Deputados, cumpre-se o preceito regimental e solicito a V. Ex^a que, em havendo **quorum** na Casa, coloque-o em votação.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ Pela ordem) — Sr. Presidente, já foi um absurdo o Governo ter mandado a quantidade de Medidas Provisórias que mandou não permitindo ao Congresso Nacional um debate acalorado e consciente de todas as medidas.

Não é possível que haja Liderança que tenha a coragem de pedir o encerramento das discussões. Diante da gravidade da Medida n^o 151, é o fim.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, realmente nós não podemos entender a Liderança do Governo em querer

suspender a discussão da Medida nº 151, que propõe uma reforma muito grave no Estado brasileiro. Esse Governo precisa levar em conta que ele não é o último Governo da República, que é um dos Governos da República. Outros virão; as eleições estão previstas. O sistema democrático é o sistema de rodízio do poder. Lamentamos que o Governo, por um golpe de força aqui no Congresso, impeça maior discussão da Medida nº 151. Nós procuraremos impedir que isso ocorra, se V. Exª colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência pode até aceitar que o requerimento não seja bom é o ponto de vista de cada Parlamentar isoladamente. Mas a Mesa terá de colocá-lo em votação para ser apreciado. Caso o Plenário o rejeite, voltaremos à lista de oradores.

O Sr. Edmilson Valentim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estava presente à Mesa. Fui checar a minha ordem de inscrição e chequei inclusive o número de Srs. Senadores que antecederiam a minha inscrição, para verificar o momento em que esse requerimento poderia ser feito.

Na lista de nomes não incluía, anteriormente à minha inscrição, o nome do Senador Leite Chaves que, no momento, estava do lado solicitando a inscrição. Senti-me prejudicado na minha inscrição, e antes que V. Exª coloque este requerimento da Liderança do Governo em votação, peço esclarecimento sobre isso.

Vários Deputados poderiam falar contra e não Senadores que permitiriam o requerimento do Governo. Deputados falando contra, tudo bem. Poderia até fazer alternância com Deputados. Incluir Senador que não estava na lista..

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa fez alternância entre Deputados e Senadores.

O Sr. Edmilson Valentim — Correto, Sr. Presidente. Não estou discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa pode fazer isso. Há Senadores inscritos. Ou V. Exª quer que apenas Deputados falem. Vou submeter o requerimento a voto. É só derrubar.

O SR. EDMILSON VALENTIM — Não estamos questionando isto. Estamos questionando que na hora da inscrição — eu vi a ordem de inscrição — o Senador não estava inscrito. Eu estava ao lado de V. Exª quando o Senador solicitou a inscrição. Este é o questionamento à Presidência. Não estou questionando a ordenação. Todos aqui são Congressistas, nesta sessão do Congresso. Este é o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A inscrição é feita no livro, não com o Presidente, mas com a assessoria da Mesa. A Presidência terá apenas a obrigação de cumprir o que lhe é apresentado. Há aqui uma lista de oradores e é ela que a Presidência está ordenando.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 303, DE 1990-CN

Requeremos o encerramento da discussão da Medida Provisória nº 151, de acordo com o § 2º do art. 13, após terem discutido 6 Deputados e 2 Senadores.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990
Edison Lobão — Vice-Líder do PFL
Arnaldo Faria de Sá — Vice-Líder do PRN

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Aprovado

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Vai-se proceder à verificação.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a votação da verificação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo orienta o voto “sim” para o requerimento de encerramento da discussão.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, dada a gravidade dessa Medida Provisória e o esvaziamento desta sessão, consideramos um acinte a este Congresso pedir a suspensão da discussão de matéria tão relevante, tão grave e tão séria. Ou estamos aqui para discutir seriamente, ou estamos aqui para colocar em prática o rolo compressor da imposição de Medidas Provisórias autoritárias e contrárias ao interesse nacional.

É necessário discutir, portanto, nos manifestamos contra. Acho que este Governo é irresponsável pela maneira com que nos mandou um pacote, sem nos dar subsídios e elementos, e agora querendo que votemos a “toque de caixa”, sem sequer fazer uma discussão. Manifestamo-nos radicalmente contrários à suspensão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa faz uma solicitação muito especial ao Plenário, aos Srs. Deputados e Senadores. Ontem tivemos várias dificuldades para conduzir os trabalhos, agora surge um outro impasse. Ontem, o grande número de Deputados e Senadores atrás da mesa da Presidência criou uma série de embaraços e muitas dificuldades. Com o plenário lotado, logicamente o som não estava muito bom, o que nos dava muita dificuldade em interpretar as questões de ordem e as palavras solicitadas pela ordem. Há questão de alguns minutos surgiram as mesmas dificuldades. Assim a Mesa pede aos Srs. Congressistas, quando chegarem à Mesa para tratar de qualquer assunto, que o façam com rapidez, porque agora mesmo, procedente, o Senador Humberto Lucena levantou uma questão importante, pois estava inscrito antes do Senador Leite Chaves. No entanto, a Mesa termina sendo confundida, porque vários Congressistas chegam e discutem: “eu estava ausente, eu estava em uma reunião, e não fui chamado”; isso atrapalha. Queremos que seja respeitado o livro de inscrições, e que, por gentileza, não façam o tumulto que estão fazendo aqui, senão sempre vamos continuar cometendo injustiças. É uma questão séria e procede a reclamação feita pelo ilustre Senador Humberto Lucena.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, apelamos à calma, à tranquilidade, à ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estou pedindo calma ao Plenário.

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Depois concederei a palavra a V. Exª.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB apenas consigna que vota “sim” e recomenda aos seus liderados que também votem “sim” ao requerimento.

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a minha sugestão a V. Exª, que vem presidindo com tanta habilidade os nossos trabalhos, deve-se abrir no livro de inscrição uma coluna a favor e outra contra. Alguns Srs. Congressistas não querem definir. O Regimento é muito claro e obriga definir o voto a favor ou contra.

A segunda proposta é abrir um livro de inscrição para Deputados e Senadores, para evitar este tumulto. V. Exª poderá verificar

que não há proibição. V. Exª pode chamar, alternadamente, um Deputado e um Senador, e, se houver dúvidas, é só consultar o Plenário, que é soberano.

Na verdade, Sr. Presidente, querem fazer obstrução e dizer que não estão obstruindo. Vamos ao voto e não vamos discutir mais. Vamos votar, chega de conversa, estamos falando muito e votando pouco.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Deputado Israel Pinheiro, a obstrução faz parte também, das sessões, desde que regimental.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento em suas bancadas

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para fazer uma declaração de voto do PDS, eu precisava deixar clara uma posição. Nós, da Bancada do PDS, como acredito que a maioria desta Casa, estamos todos muito preocupados com o trabalho que se vem desenrolando aqui, no Congresso, porque o povo já está cansado de esperar por uma solução.

Não discuto se vota "sim" ou "não", acho que é preciso votar, porque não podemos deixar o povo em suspense todo esse tempo. Portanto, eu pediria a V. Exª que desse a essa situação uma atenção muito especial para evitar, não a obstrução que é direito, mas evitar a obstrução que não é legal, a obstrução obrigada ou consentida.

Portanto, gostaria de aconselhar o voto "sim" à minha Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência apenas responde a V. Exª que a obstrução regimental é assegurada pela Presidência que a assegurará sempre.

O Sr. Francisco Rolim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Francisco Rolim (PSC — PB. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PSC vota "sim".

O Sr. Vicente Bogo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VICENTE BOGO (PSDB — RS. Pela ordem) — Sr. Presidente, fui citado como ausente na sessão e, na verdade, estava na Casa, em reunião de Bancada, para acertar os entendimentos: Eu gostaria de, neste momento, registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Deputado Vicente Bogo, a Mesa pede desculpas a V. Exª, principalmente quando o Senador Iram Saraiva estiver presidindo, pois S.

Exª nunca irá dizer que está ausente um parlamentar. Foi obrigado a dizer isso porque alguma injustiça começava a se praticar contra a Presidência.

O Sr. Jairo Azi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JAIRO AZI (PDC — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão vota "sim".

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O Sr. Nelson Sabrá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NELSON SABRÁ (PRN — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PRN vota "sim".

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ LINS (PFL — CE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O Sr. Ricardo Izar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares para darmos início à votação eletrônica

Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Srs. Deputados queiram selecionar os seus votos. Acionem simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem. (Pausa.)

Procede-se à votação

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Francisco Diógenes — Sim
Narciso Mendes — Sim

Amazonas

Antar Albuquerque — Sim
Eunice Michiles — Sim
José Dutra — Sim
José Fernandes — Sim

Rondônia

Assis Canuto — Sim
José Guedes — Sim

Pará

Aloysio Chaves — Sim
Araldo Moraes — Sim
Asdrúbal Bentes — Sim
Benedicto Monteiro — Não
Dionísio Hage — Sim
Domingos Juvenil — Sim
Eliel Rodrigues — Sim
Fausto Fernandes — Sim
Fernando Velasco — Sim
Gerson Peres — Sim
Paulo Roberto — Sim

Tocantins

Ary Valadão — Sim
Paulo Mourão — Sim

Maranhão

Cid Carvalho — Sim
Costa Ferreira — Sim
Edivaldo Holanda — Sim
Enoc Vieira — Sim
Eurico Ribeiro — Sim
Francisco Coelho — Sim
José Teixeira — Sim
Victor Trovão — Sim
Wagner Lago — Sim

Piauí

Felipe Mendes — Sim
Jesuvaldo Cavalcanti — Sim

Ceará

Bezerra de Melo — Sim
César Cals Neto — Sim
Furtado Leite — Sim
Gidel Dantas — Sim
José Lins — Sim
Lúcio Alcântara — Não
Luiz Marques — Sim
Orlando Bezerra — Sim
Paes de Andrade — Sim

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — Sim
Ney Lopes — Sim

Paraíba

Adauto Pereira — Sim
Aluizio Campos — Sim
Antonio Mariz — Não
Edivaldo Motta — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim
Francisco Rolim — Sim
João Agripino — Sim
João da Mata — Sim
José Maranhão — Sim

Pernambuco

Fernando Bezerra Coelho — Sim
Gilson Machado — Sim
Harlan Gadelha — Sim
Horácio Ferraz — Sim
Inocência Oliveira — Sim

José Carlos Vasconcelos — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Moura — Sim
 Marcos Queiroz — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Oswaldo Lima Filho — Não
 Salatiel Carvalho — Sim
 Wilson Campos — Sim

Alagoas

Albérico Cordeiro — Sim
 Antonio Ferreira — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim

Sergipe

Djenal Gonçalves — Sim
 João Machado Rollemberg — Sim
 José Queiroz — Sim
 Messias Góis — Abstenção

Bahia

Ângelo Magalhães — Sim
 Fernando Santana — Não
 Francisco Benjamim — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Jairo Azi — Sim
 Luiz Vianna Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Marcelo Cordeiro — Abstenção
 Miraldo Gomes — Sim
 Murilo Leite — Sim
 Nestor Duarte — Sim

Espírito Santo

Jones Santos Neves — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Stélio Dias — Sim

Rio de Janeiro

Amaral Netto — Sim
 Arolde de Oliveira — Sim
 Bocayuva Cunha — Sim
 César Maia — Não
 Daso Coimbra — Sim
 Ernani Boldrim — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Jorge Leite — Sim
 José Maurício — Não
 Nelson Sabrá — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Sotero Cunha — Sim

Minas Gerais

Álvaro Antônio — Sim
 Chico Humberto — Sim
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Dálton Canabrava — Sim
 Genésio Bernardino — Sim
 Gil Cesar — Sim
 Humberto Souto — Sim
 Ibrahim Abi-Ackel — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Geraldo — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 Lael Varella — Sim
 Leopodo Bessone — Sim

Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mello Reis — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Oscar Corrêa — Sim
 Paulo Almada — Sim
 Raul Belém — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Ronaldo Carvalho — Não
 Ronaro Corrêa — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Saulo Coelho — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Sílvio Abreu — Abstenção
 Ziza Valadares — Sim

São Paulo

Aristides Cunha — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Arnold Fioravante — Sim
 Cardoso Alves — Sim
 Cunha Bueno — Sim
 Del Bosco Amaral — Sim
 Delfim Netto — Sim
 Farabullim Júnior — Sim
 Fausto Rocha — Sim
 Fernando Gasparian — Não
 Gastone Righi — Sim
 Hélio Rosas — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 João Rezek — Sim
 José Camargo — Sim
 Leonel Júlio — Sim
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Nelson Seixas — Não
 Ricardo Izar — Sim
 Roberto Valle Rollemberg — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Ulysses Guimarães — Sim

Goiás

Délio Braz — Sim
 Fernando Cunha — Sim
 João Natal — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Pedro Canedo — Sim

Distrito Federal

Francisco Carneiro — Sim
 Jofran Frejat — Sim

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — Sim
 Júlio Campos — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo — Sim
 José Elias — Sim

Rosário Congro Neto — Sim
 Valter Pereira — Sim

Paraná

Alarico Abib — Sim
 Basílio Villani — Sim
 Hélio Duque — Abstenção
 Jacy Scanagatta — Sim
 Giovanni Masini — Sim
 Nilso Sguarezi — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Tadeu França — Não

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Eduardo Moreira — Sim
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Luiz Henrique — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Paulo Macarini — Não
 Ruberval Pilotto — Sim
 Víctor Fontana — Sim
 Walmor de Luca — Não

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Não
 Adylson Motta — Sim
 Darcy Pozza — Sim
 Erico Pegoraro — Não
 Hilário Braun — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim
 Irajá Rodrigues — Sim
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Lélio Souza — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Paulo Pam — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim

Amapá

Annibal Barcellos — Sim
 Geovani Borges — Sim

Roraima

Alcídes Lima — Sim

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A mesa comunica aos Srs. Congressistas que aprovado ou não o requerimento de encerramento da discussão, a Presidência, tão logo encerre esta votação, suspenderá por duas horas a sessão, de qualquer forma.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, apelo aos Srs. Congressistas que se encontram em seus gabinetes, que acorram ao plenário para votar.

Solicito que sejam acionadas as campanhas, até porque sendo aprovado este requere-

rimiento já reabriremos a sessão na parte da tarde apenas com o encaminhamento de votação da Medida Provisória nº 151.

O Sr. Virgílio Guimarães — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador) — V. Exª anunciou que em qualquer hipótese a sessão seria suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sim.

O Sr. Virgílio Guimarães — Mas, na hipótese de não haver **quorum** para votação e havendo **quorum** para discussão, a fase de discussão deveria continuar. Parece-me que não havendo **quorum** para a votação, para deliberação, a sessão deveria ser encerrada e convocada uma outra para o início da tarde. Porque não haveria sentido a suspensão, uma vez não havendo mais inscrições, pois o requerimento se aprovado, teria encerrado a fase de discussão. Naturalmente, deveria ter apenas a fase de encaminhamento de votação e votação.

Então, não vejo sentido de V. Exª prosseguir na discussão na continuidade da sessão à tarde, uma vez que o próprio requerimento pede que essa fase seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai esclarecer.

A Presidência esclarece ao nobre Congressista Virgílio Guimarães o seguinte: o que comunicou foi que qualquer que seja o resultado desta votação a Presidência vai suspender a sessão. Não significa dizer que a discussão será encerrada. Só será encerrada se esta votação agora assim determinar. Se não determinar, suspenderemos por duas horas para almoço quando voltarmos continuaremos a lista de oradores inscritos para a fase de discussão.

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Exª tem razão. Os Congressistas dos Partidos da Esquerda que se opõem ao Plano não estão percebendo que este requerimento é para encerrar a discussão e se não houver **quorum** continua na sessão da tarde a votação do mesmo requerimento. Então, há pouca diferença em votar agora ou votar às 14 horas e 30 minutos.

É o apelo que faço à compreensão de todos os Srs. Congressistas. Vamos encerrar, porque a sessão não será suspensa mas, sim interrompida para almoço e a votação será às 14 horas e 30 minutos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não! A sessão será suspensa. A Presidência já determinou que será suspensa.

O Sr. Israel Pinheiro — Será reaberta às 14 horas e 30 minutos para votação do mesmo requerimento. Gostaria que V. Exª confirmasse ou não.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece que qualquer que seja o resultado desta votação a sessão será suspensa para almoço por duas horas. Voltaremos em qualquer circunstância. Se acaso esta votação definir que estará encerrada a discussão, quando voltarmos, a sessão terá continuidade com os outros itens da pauta. Se acaso não acontecer de ser encerrada a fase de discussão, quando retornarmos, a discussão prosseguirá normalmente.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente a palavra para uma questão de ordem.

O Sr. Israel Pinheiro — Discordo, Sr. Presidente. O requerimento está na mesa. Se o requerimento não tiver **quorum** tem que ser votado novamente na outra sessão. Penso que sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Se não houver **quorum**, volta-se normalmente à discussão. V. Exª estão fazendo uma confusão que não existe.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. V. Exª está respondendo a quem não fala no microfone...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não é só do Regimento como é uma praxe permanente da Presidência do Congresso que todos os presentes tenham a sua presença assinalada, independentemente de registrarem o fato ou o de terem votado.

Encontram-se em Plenário os representantes do PT, os representantes do PDT e dos Partidos de esquerda comunista que não estão assinalando as suas presenças. Isto revela que a Liderança dos Partidos de oposição e de esquerda estão querendo obstruir o andamento dos trabalhos usando de subterfúgios, de manobra soez, não assinalando, inclusive, suas presenças.

Perante à Nação, terão que ser responsabilizados por essa omissão, por esse procedimento que, na realidade, deixa o país atormentado e angustiado diante da incerteza quanto aos destinos do Plano atual.

Sr. Presidnete, fica aqui o meu protesto e um requerimento à Presidência para que assinale e conte como presentes aqueles que, efetivamente, aqui estejam em Plenário. (Muito bem! Palmas)

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, eu pediria a V.

Exª que encerrasse a sessão porque aqueles que apoiam o Governo não têm responsabilidade para aprovar o Plano do seu Governo. S. Exª deveriam estar presentes. A responsabilidade é de S. Exª., o que não têm.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO DELGADO (PT-MG. Pela ordem) Sr. Presidente, o PT não aceita nenhum tipo de omissão que venha do PTB e muito menos do seu Líder Gastone Righi (Muito bem! Palmas)

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressistas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, quem fez o requerimento fui eu, de modo que solicito a sua retirada.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito o encerramento da votação

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai encerrar a votação. (Pausa) Está encerrada.

A Presidência vai suspender por duas horas a sessão.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Para questão de ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exª que esclareça à Casa se houve **quorum** para a votação de requerimento de encerramento da fase de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Para deliberação, não. Para discussão, sim

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — É para votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Para deliberação, não.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Então, Sr. Presidente, só para esclarecer à Casa. A sessão, Sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva Fazendo soar a campainha) — Não, consigo ouvir V. Exª. Há muito barulho no plenário.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Por causa da balbúrdia à direita

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita aos nobres Congressistas, que se encontram aqui na frente que me per-

mitam ouvir a questão de ordem para poder decidir.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, data vênua, a sessão caiu por falta de **quorum** para a votação.

O Sr. Gastone Righi — Mas o Congressista Brandão Monteiro não está presente à sessão! Não é possível! Tem que assinalar a presença de S. Ex^a

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, esta sessão, para votação, caiu por falta de **quorum**. Ela não está suspensa! Ela não tem número para votação. Vamos ter uma outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Congressista Brandão Monteiro, perdoe-me! A Presidência está suspendendo a sessão para almoço. A Presidência tem este poder! Estou suspendendo! logo após as duas horas de suspensão, retornamos e continuamos o processo de discussão!

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 44 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Continua a discussão da Medida Provisória n^o 151, interrompida na sessão da manhã, que foi suspensa às 12 horas e 42 minutos.

A Mesa vai fazer um apelo que repetirá no curso desta sessão: quando os Srs. Deputados e Senadores se inscreverem no livro para falar durante a discussão da matéria, por favor, declarem se farão a favor ou contra a medida, porque assim facilitará à Mesa, a fim de que possa obedecer rigorosamente o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Florestan Fernandes, que falará contra.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT — SP. Para discutir Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas não tenho a pretensão de discutir todo o conjunto da Medida Provisória n^o 151. Outros Congressistas têm discutido com muito brilho, e Colegas meus, do PT, já trouxeram para esta tribuna as posições do Partido. Gostaria de examinar, aqui, uma questão mais restrita e fundamental para que possamos tomar posição diante desta matéria e votá-la com objetividade, no tocante às bases econômicas do Estado.

O Estado capitalista é apresentado pela iniciativa privada como se fosse destituído de funções econômicas. Mesmo o Estado capitalista liberal, na fase clássica do seu apogeu, teve atribuições econômicas, como teve também atribuições de caráter cultural, social e de interesse coletivo na defesa da Nação, nas condições de habitação, saneamento, etc. O Estado precisa dispor de bases econômicas para poder realizar as suas funções que naturalmente se alteram ao longo do tempo. O Estado capitalista, dito liberal, que já desapareceu, foi um Estado pioneiro, um Estado que se envolveu nas conquistas coloniais e

acumulou recursos para dar impulso ao desenvolvimento capitalista, para financiar o crescimento das cidades, a expansão das universidades, dos centros de pesquisa, da produção artística, etc.

Esse Estado tem sido descrito como se nunca tivesse preenchido tal função, e como se essa função tivesse sido algo derivado exclusivamente da iniciativa privada. Ora, a iniciativa privada sempre se circunscreveu aos seus interesses mais diretos e imediatos, que durante um período se concentrou no capital comercial e, posteriormente, no capital industrial.

Sob a aparência de um Estado inerte, que não fazia nada, esse Estado capitalista liberal foi o principal responsável, por exemplo, pela criação de uma imensa rede de comunicações ferroviárias, pela ampliação do transporte marítimo e pela criação dos grandes impérios modernos, tanto em termos de dominação colonial quanto em termos de expansão da empresa comercial e industrial.

O Estado capitalista de nossos dias sequer chega a ser o Estado capitalista do fim do século XIX e do início do século XX, caracterizado como um Estado capitalista monopolista. É um Estado capitalista oligopolista e, de acordo com um autor norte-americano que escreveu um livro muito importante sobre a crise fiscal do Estado, ele desenvolve duas funções básicas: uma de acumulação de capital, a função acumulativa; e outra, a função legitimadora.

A função de acumulação de capital é a primordial. Grande parte dos recursos colhidos através das finanças são drenados para o desenvolvimento capitalista, entendido em **stricto sensu**, e a outra parte é dirigida para a expansão das condições que são necessárias a um padrão de vida respeitável, digno, à atividade cultural e ao desenvolvimento de universidades, centros de pesquisa, à expansão tecnológica etc.

O que aconteceu no Brasil é que tivemos um Estado capitalista incapaz de equilibrar essas duas funções, e essa incapacidade nunca foi corrigida pela iniciativa privada: ao contrário, os livros que tratam do aparecimento de Volta Redonda ou da exploração do petróleo mostram que o Estado brasileiro tentou captar o apoio da iniciativa privada e não conseguiu porque esta preferiu envolver-se em negócios que podiam dar compensação imediata. Por isso, nosso Estado sempre se concentrou na criação da infra-estrutura do sistema de produção do mercado e da criação dos parques meios que temos de assistência hospitalar, educacional, financeira etc. Mas este setor que seria de legitimação, pelo qual o contribuinte teria a noção de que os impostos arrecadados pelo Estado se destinam a beneficiar uma parte do desenvolvimento da Nação, esse setor sempre foi muito limitado em nosso País.

A característica básica de nossa história econômica tem sido esta: predominância quase exclusiva das funções de acumulação e asfixia das funções de legitimação, o que fez com que na área da cultura, por exemplo, o Esta-

do sempre tivesse uma contribuição p^obre e restrita.

Quando se trocou o modelo de desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista surgiu a necessidade de envolver o Estado mais a fundo na criação de uma infraestrutura moderna da economia, e, nesse momento, a disparidade, a desproporção entre as funções de acumulação do Estado e as funções de legitimação se tornaram ainda mais dramáticas. E foi só lentamente, através de alguns governantes esclarecidos, que surgiram iniciativas ligadas à expansão da educação e da cultura. Pode-se dizer que foi a República, especialmente depois de 1930, que deu um impulso à expansão do ensino público e especialmente alguma atenção às atividades intelectuais, seja no campo universitário e da pesquisa científica, seja no campo da produção artística, artesanal e da criação intelectual em sentido amplo.

Graças a isso, surgiram várias entidades que foram se acumulando, Fundação Nacional de Artes, a Funarte, Fundação Nacional de Artes Cênicas, Fundacen; Fundação do Cinema Brasileiro, FCB; Fundação Nacional Pró-Memória; Fundação Nacional Pró-Leitura, Fundação Nacional para Educação dos Jovens e Adultos, Fundação Museu do Café são algumas das entidades que se poderia mencionar aqui. Na área das empresas, surgiu a Embrafilme.

Esse Projeto de Lei de Conversão n^o 211 propõe suprimir essas entidades, englobando-as no Instituto Nacional de Atividades Culturais — INAC, com relação às três primeiras que mencionei aqui, e no IPHAN com relação às últimas quatro fundações.

Essa tentativa de redução vai empobrecer a contribuição do Estado à produção intelectual, científica, artística e tecnológica. É lamentável que isso ocorra, asfixiando ainda mais as funções de legitimação, às custas de uma tremenda reviravolta que está se dando nas funções de acumulação de capital que eu pretendo examinar em uma outra discussão, daqui a alguns dias.

O Sr. Paulo Ramos — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Concedo o aparte solicitado pelo ilustre Deputado.

O Sr. Paulo Ramos — Na Medida Provisória n^o 150, Deputado Florestan Fernandes, o Presidente Fernando Collor criou o Departamento da Inteligência. Em compensação, investiu contra a cultura. Todos nós sabemos que o Departamento da Inteligência consiste na reedição do Serviço Nacional de Informações. E criou também uma Escola de Formação de Quadros que nada mais é do que a Escola Nacional de Informações. O crime que Sua Excelência pratica contra a cultura no Brasil representa a sua imagem fascista mais visível em todo esse conjunto de medidas. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Muito obrigado, nobre Congressista

O Sr. Miro Teixeira — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Peço a V. Exª que não conceda mais apartes. V. Exª já esgotou o prazo e a Mesa tem o maior pesar em comunicar isso.

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Então, gostaria de encerrar a minha exposição dizendo que vi com surpresa, neste projeto, o aparecimento de uma entidade que é extremamente necessária, o Programa Nacional de Alfabetização. Só que a mim me parece que esse programa está deslocado. Se existe um Ministério de Educação, era dentro deste Ministério que deveria estar localizado esse programa.

De outro lado, carecemos não de um Programa Nacional de Educação, necessitamos de uma terrível, intensa campanha de alfabetização que não pode ficar circunscrita ao âmbito de um programa limitado. Ainda que a intenção seja louvável, esse elemento é restritivo.

Por sua vez, é preciso dizer que o Relator procurou amenizar principalmente a situação daqueles que vão se ver a braços com o desemprego, mas infelizmente S. Exª não teve suficiente coragem para enfrentar as emendas que se impunham fazer para que o Estado, hoje, fosse dotado daquelas condições que necessita para realizar no Brasil uma revolução educacional, cultural e científica

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Renovo o apelo aos Srs. Congressistas que, ao se inscreverem, declarem, sempre, se são a favor ou contra, para que a Mesa não seja inquinada de parcialidade.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Márcio Braga, que falará a favor. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo, que falará a favor. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Eliel Rodrigues, que falará a favor. (Pausa)

Já que não há orador para falar a favor, concedo a palavra ao nobre Congressista Virgílio Guimarães, que vai falar contra. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Humberto Lucena, que permutou com o Congressista Vladimir Palmeira.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falo como Membro do PMDB, que, pela sua Comissão Executiva Nacional, se declarou em oposição ao atual Governo, logo após o resultado oficial das eleições

Falo para dizer que, como todo brasileiro, estou preocupado em que o País saia da crise e que, por isso mesmo, em vários artigos de minha lavra, dei o meu apoio crítico ao Plano Collor, nas suas linhas gerais.

Mas acho que o Congresso Nacional tem um papel muito importante a desempenhar neste instante. Não podemos admitir a idéia de votar esse Plano sem nenhum retouque,

sem que se altere uma vírgula, por ser ele intocável, como afirmou o Senhor Presidente da República. O Congresso Nacional tem que assumir a sua posição, pois somos os Representantes do povo e temos que tomar uma decisão ativa, firme, digna e corajosa

No caso específico da Medida Provisória nº 151, digo que, em tese, no meu plano de combate à inflação, sou favorável ao corte das chamadas "gorduras" do Estado, ao enxugamento da máquina. Isso tem que ser feito, porém, criteriosamente, através de projetos de lei, através de uma ampla discussão, porque não posso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em sã consciência — e disse isto dentro do meu Partido, nas reuniões dos Relatores com as Lideranças — votar a favor da extinção de órgãos e de empresas públicas, sem que diga o Governo qual a razão em cada caso.

Li a Exposição de Motivos do Ministro Bernardo Cabral ao Senhor Presidente da República. É, diga-se de passagem, uma Exposição de Motivos que não deveria ser assinada pelo Ministro da Justiça, mas pela Ministra da Economia, pois o que se pretende não é extinguir órgãos nem empresas vinculadas ao Ministério da Justiça, mas, sim, órgãos e empresas vinculadas ao ex-Ministério da Cultura, ao Ministério da Infra-Estrutura e ao Ministério da Agricultura

Mas, assim mesmo, vou examinar a Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Justiça.

Diz S. Exª:

"No elenco das providências tendentes a modernizar a Administração Pública Federal, torná-la mais eficiente e reduzir custos, há a convicção firme de restringir a máquina estatal, especialmente no âmbito da Administração indireta, atuante, presentemente, em todos os setores da economia

2. A proposta da Medida Provisória que tenho a honra de submeter à superior consideração de Vossa Excelência extingue ou dissolve autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista

3. São entidades cuja existência não mais se justifica. Suas atividades, de um lado, podem ser exercidas por outros órgãos da Administração Pública e de outro, devem ser reservadas à iniciativa privada, segundo modelo econômico traçado pela própria Constituição.

4. A redução do número de entidades da administração é um dos fatores fundamentais para racionalizar e tornar menos onerosa a prestação dos serviços públicos...

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, onde uma palavra sequer sobre a razão de ser da extinção de qualquer desses órgãos ou empresas? Por que extinguir a Portobrás e não a Radiobrás? Por que extinguir a EBTU e não o Geipot? Por que extinguir o DNOCS e não o DNOCS? Por que extinguir a Embraer e não a Embraer? São as perguntas que coloco na hora desta discussão.

O Sr. Miro Teixeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Portanto, não há lógica. Revelou-me as razões e curvou-me. Eu preciso ter motivos fortes, para concordar com a extinção desses órgãos e empresas.

Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Miro Teixeira — Percebe-se que qualquer emenda a uma medida provisória que integre o conjunto desse pacote pode correr o sério risco de produzir uma deformação ainda maior do que produz cada uma dessas medidas isoladamente ou todas, no seu conjunto. Para mim, pessoalmente, o pacote é muito ruim. Produziu-se um mecanismo de inibição da manifestação das pessoas, através dos veículos de comunicação de massa, em que o pacote era apresentado como um grande instrumento contra os especuladores, contra os sonegadores, colocando todo mundo no mesmo saco, o pequeno poupador, o pequeno investidor, o trabalhador de estatal. (Manifestações das galerias. O Sr. Presidente faz acionar as campanhas) Produziu-se o estigma do "marajá"...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Um minuto. Quero pedir aos Senhores das galerias que não interrompam os oradores nem com palmas nem com apupos. A Mesa será rigorosa e respeitará todos os presentes, mas exige que todos os presentes respeitem os pronunciamentos dos Deputados e dos Senadores

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, a manifestação da galeria nada tinha a ver com o que ocorria no Plenário.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — acostume-se a falar pedindo a palavra, nobre Deputado.

O Sr. Miro Teixeira — Produziu-se o estigma do marajá neste País e começaram a colocar o rótulo nos funcionários públicos, nos servidores públicos, quase todos vítimas de uma política salarial nociva do Estado. Começaram a colocar um carumbó de marajá e se produziu um estigma para evitar que as pessoas comecem a defender claramente as suas convicções, com medo de serem malinterpretadas. Sobre aqueles que se lançam em defesa, quer seja dos servidores quer seja dos agentes de cultura, vem logo o ataque por essa vertente da manipulação da massa, da manipulação da informação. O ataque às instituições culturais está dentro desse contexto, porque são as instituições culturais que ajudam, em última análise, a passar para a opinião pública aquilo que pelos veículos formais da comunicação de massa não se consegue. Através do teatro, do cinema, da música se consegue passar para a opinião pública que está se instalando no Brasil a república da mentira. Agradeço a V. Exª, que me pressiona para concluir o meu aparte, e que está também pressionado pelo escasso tempo que possui, mas faço questão de deixar esta preocupação para que comecemos a reagir contra

essas intimidações, porque acabam resultando no fechamento do Congresso Nacional. Dentro de muito pouco tempo poderemos estar, aqui, falando de novo em transição democrática, se não reagirmos e derrotarmos essas medidas do Governo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sou-lhe grato, nobre Deputado, pelo aparte. Realmente V. Exª tem razão. Transformaram, de repente, o funcionário público e o trabalhador, de modo geral, em bodes expiatórios da crise. Temos que estar atentos para este aspecto da questão.

O Sr. Paulo Ramos — Senador Humberto Lucena, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pediria apenas a V. Exª fosse breve, porque tenho muito pouco tempo para terminar.

O Sr. Paulo Ramos — O Presidente Fernando Collor, na propaganda que fez, ontem, em todos os jornais do País, disse que o Governo estava gastando, sem ter condições, em fábricas de tecidos, supermercados, editoras, gráficas, bancos, frigoríficos. Tudo estava dando prejuízo. Gostaria de perguntar àqueles que apóiam o Plano Collor se a Embraer, se a Portobrás, se a Siderbrás, se a Petromisa, se essas empresas que foram extintas estão incluídas na propaganda do Governo, porque é um atestado de que esta proposta não passa de uma farsa, que esta extinguindo entidades e instituições lucrativas mas mente para o povo na propaganda oficial.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A indagação de V. Exª é válida, nobre Congressista Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já coloquei o meu ponto de vista sobre a Medida Provisória nº 151.

Antes de terminar, porém, peço vênia a V. Exª, porque desejo esclarecer ao Plenário uma questão que me diz respeito pessoalmente, já que há como que uma campanha organizada contra os políticos, com o claro objetivo de desmoralizá-los perante a opinião pública.

Vi-me, de anteontem para hoje, envolvido no noticiário do **Jornal do Brasil** e da TV Globo — pasmem! — a respeito de uma emenda, a esta medida, que pretende colocar nos quadros do Senado, da Câmara e dos Tribunais Superiores, todos os servidores requisitados!

Fiz sentir ao repórter do **Jornal do Brasil** que me procurou que absolutamente era autor de qualquer emenda neste sentido, e que, inclusive, a considerava inconstitucional. Apesar disso, meu nome apareceu no **Jornal do Brasil** como sendo um dos seus autores.

Sr. Presidente, devo dizer a V. Exª que o Sr. Relator, Senador Cid Sabóia de Carvalho, tem certa culpa nisso, porque se equivocou no seu parecer, quando, aludindo à referida emenda, afirmou que ela seria de autoria dos Senadores Maurício Corrêa, Aluzio Bezerra e Humberto Lucena. S. Exª porém, já se comunicou comigo, para dizer que está encaminhando um ofício a V. Exª retificando

o seu parecer, com o intuito de esclarecer que não tenho nada a ver, direta ou indiretamente, com essa emenda.

Trago aqui a prova do que digo, para a defesa da honra de meu nome parlamentar e da minha dignidade política. Desejo registrar nos Anais os números das minhas emendas à Medida Provisória nº 151. São: 116, 117, 118, 119, 120, 121, 129, 142, 143, 144, 145 e 146. Nenhuma delas trata de funcionário requisitado.

A emenda a que se alude é a de nº 123, com esta redação:

EMENDA Nº 123

Senador Maurício Corrêa

Acrescente-se ao art. 21 a seguinte alteração e parágrafo:

1 — O parágrafo único passará a ser § 1º

2 — § 2º — Os servidores das autarquias e fundações extintas, mencionadas no art. 1º desta Medida Provisória, cujas cessões foram mantidas nos termos do art. 15 do Decreto 99.178, de 15-3-90, passarão a integrar os respectivos quadros, onde se encontram credidos, dentro da designação funcional que exercem ou lotados em função correlata.

Justificação

A Medida Provisória nº 151, de 15-3-90, extinguiu e dissolveu várias autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, ao mesmo tempo que autoriza o Executivo a constituir novos órgãos autárquicos.

Em alguns casos, no tocante à situação dos servidores desses órgãos extintos ou dissolvidos, definiu — a Medida — a posição dos mesmos, com o que se relaciona como os da Central de Medicamentos, os quais serão absorvidos pela Empresa Pública de que trata o § 4º do art. 11.

A Medida, que tem como objetivo enxugar o quadro administrativo federal, depara, por outro lado, com o problema do corpo funcional respectivo, composto, em grande parte, por servidores concursados, do quadro permanente, portanto efetivos; de outros estáveis e de um relativo número de simples contratados.

Os Poderes, a que alude o art. 15 do mencionado Decreto, citados no parágrafo objeto da presente emenda, foram buscar, em épocas diversas, a participação de uma força de trabalho, particularmente, de formação especializada, a fim de compor ou complementar as suas necessidades, em diversos órgãos do Poder Executivo, através de requisição, obedecendo, inclusive a legislação pertinente.

Estes servidores que — em decorrência da presente Medida Provisória assistem a extinção ou a dissolução de seus órgãos de origem — se vêm amparados pelo que estabelece o art. 15 do Decreto

99.178, de 15/03/90, no tocante a continuidade de sua cedência ao órgão ou poder requisitante, fugindo, portanto, à situação a que foram submetidos os demais, por força da própria Medida.

Ora, a desvinculação desses servidores com o seu órgão de origem e a sua consequente integração aos setores em que se encontram hoje, vinculados, levou o Poder Executivo a dar-lhes tratamento especial, dentro do já mencionado Decreto Governamental de 15 de março.

Muito embora a medida preserve, temporariamente, o servidor cedido, este poderá indiscriminadamente, permanecer no órgão requisitante, uma vez que não há, na maioria dos casos, a determinação do prazo de cedência.

Ficaria assim, o servidor, em face do que estabelece a Medida e o Decreto, em situação incômoda e indefinida, vivendo em uma expectativa constante de permanecer requisitado, quando outros, que, também, constituem força de trabalho ativa, buscam novo abrigo, dentro dos quadros dos novos órgãos que a própria Medida autoriza a sua instituição.

Em face, portanto, dessa situação, que o exame da matéria nos conduz observar, acreditamos que a presente Emenda há de constituir o remédio acertado, para atender a esses servidores que, de há muito, afastados de sua área original de trabalho, prestam relevantes serviços aos diversos setores em que se encontram, hoje, lotados.

A absorção da força de trabalho, que esses servidores desenvolvem, passando a integrar, definitivamente, a área em que se encontram, atualmente, lotados, não só proporcionará ao órgão que os requisitou a tranquilidade da manutenção da colaboração inicialmente reclamada e agora considerada imprescindível ao desenvolvimento de suas atividades, como oferecerá ao servidor um posicionamento definitivo de sua vida funcional, capaz de oferecer-lhe no desempenho necessário ao perfeito cumprimento da tarefa que, de há muito, lhe foi atribuída e vem desenvolvendo.

A presente Emenda completa, portanto, os objetivos do Executivo ao proporcionar ao servidor que vem cumprindo com as suas obrigações, o agasalho de que ele necessita, para bem prosseguir cumprindo o seu dever funcional e oferecendo o de melhor, que produzir possa, como força de trabalho que a administração pública requer.

Assinam, portanto, a emenda: Senador Maurício Corrêa, Senador Jamil Haddad, Deputado Ruy Nedel, Senador Antônio Luiz Maya, Senador Pompeu de Sousa, Senador Nabor Júnior, Deputado Artur da Távola, Deputado Francisco Pinto, Deputado Hélio Duque e Senador Mendes Canale.

O Sr. Aloysio Chaves — Eminentíssimo Senador Humberto Lucena, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Só um minuto

Fui Presidente do Senado e instituí, definitivamente — sabe V. Ex. Sr. Presidente Nelson Carneiro — o concurso público naquela Casa, através da Mesa que dirigi no biênio 1987/1988.

Como, então, poderia propor uma emenda com essa que permite o aproveitamento de funcionários sem concurso?

Por isso mesmo, assinei, com o Deputado Genebaldo Correia, Líder em exercício do PMDB, um destaque para rejeição do dispositivo incluído no projeto de lei de conversão.

Ouçõ o aparte de V. Ex.º, Senador Aloysio Chaves

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Humberto Lucena, trabalhamos juntos no Senado da República durante oito anos, durante mais de dois anos V. Ex.º, Líder do PMDB e eu Líder do PDS, V. Ex.º Presidente daquela Casa. Posso dar um testemunho isento, como sempre o faço ao longo da minha vida pública, da probidade e da correção com que se houve em todas essas funções em que ocupou no Senado da República nesse período. Quando li a notícia divulgada no jornal, tinha certeza absoluta de que ela era incorreta e não corresponderia à verdade, porque V. Ex.º seria incapaz de patrocinar uma providência dessa natureza, que atenta contra a moralidade pública, contra a instituição que temos o dever de respeitar e honrar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço a V. Ex.º conclua o seu discurso, e o peço com o maior pesar. O tempo de V. Ex.º já terminou.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a V. Ex.º suas palavras, que muito me sensibilizam.

Sr. Presidente, eu estou apenas exercendo, no final deste pronunciamento, um direito de defesa que me parece sagrado. Eu tinha o dever de dar uma satisfação ao Plenário e à Nação, porque não deixaria jamais que pesasse, sobre mim uma suspeita tão grave e comprometedora.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite-me V. Ex.º um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço V. Ex.º

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.º me permita, nobre Senador, mas não posso consentir que conceda o aparte, porque se não prolongarmos seu pronunciamento além dos dez minutos V. Ex.º já está falando há catorze minutos

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concluo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, com o pesar de não ouvir o aparte do nobre Senador Antônio Luiz Maya

Espero e confio, depois destas palavras, que pelo menos o *Jornal do Brasil* e a Rede Globo assegurem-me o direito de resposta, para que o que disse aqui possa chegar ao conhecimento de todo o povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa reitera aos Srs. Congressistas que, ao assinarem o livro para a discussão, declarem se são a favor ou contra. De agora em diante, a Mesa não levará em conta aqueles que não o fizerem, porque não sabe como organizar a chamada.

Eu próprio estou em dificuldades. Há vários Deputados que assinaram sem declarar a sua posição. Não sei como posso fazer a alternância. Certamente terei que praticar algumas injustiças.

Concedo a palavra, para falar a favor, ao nobre Deputado Jayme Paliarin.

O SR. JAYME PALIARIN (PTB — SP. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Congressistas: estamos ouvindo neste Congresso dezenas de pronunciamentos que estão sendo feitos contra a Medida Provisória nº 151.

Quero dizer a V. Ex.º que até há quatro anos atrás, eu era defensor das estatais, achava que o Estado devia ser o dono de tudo. Mas, Sr.º e Srs. Congressistas, na convivência e na lida cheguei à conclusão de que dezenas de órgãos, centenas de empresas estatais colaboraram para levar esta Nação ao caos, colaboraram para o déficit público, colaboraram para levar o País a uma inflação de 100% ao mês.

A minha conversão à privatização aconteceu na Estação da Noroeste do Brasil, em Campo Grande. Havia eu comprado uma passagem de cabine para viajar às dezenove horas. Cheguei à estação às dezoito e trinta e havia escrito num quadro, em legras garrafas, que o trem estava atrasado em onze horas. Logicamente, o passageiro tem que ser ressarcido do dinheiro da sua passagem. Fui, então, ao chefe da estação e me informaram: “O chefe não está.” — “E o subchefe?” — “Também não está.” — “Quem é o imediato aqui ou picador de bilhete, há alguém que aqui, na estação, possa me orientar? Um dos funcionários disse: “Olha, o chefe, o subchefe, o diretor de tráfego, estão todos jogando bola lá na quadra de basquete, jogando futebol de salão”.

Passéi por baixo de várias composições e cheguei até o local onde toda a equipe de administração dos trens da Estação da Noroeste do Brasil, lá em Campo Grande, estava jogando bola na hora do expediente. Pergunto a V. Ex.º se essa empresa fosse uma empresa privada algum dos Srs. Diretores estaria jogando futebol na hora do expediente? Pergunto a V. Ex.º se alguma empresa admite isso. Não. Por isso, Sr.º, Congressistas, e que grande parte das estatais é deficitária e contribui para levar a Nação ao fracasso, ao desleixo, à ruína, à queda e à falência, como está acontecendo.

O *Jornal do Brasil* publica hoje que dois mil e quinhentos funcionários do SNI estão recebendo dos cofres do Tesouro. Pergunto a V. Ex.º: o Serviço Nacional de Informação

precisa de dois mil e quinhentos funcionários?

Alguns Srs. Congressistas que desfilam por esta tribuna não têm a coragem de se humilhar e dizer a verdade, que precisávamos de um Presidente determinado, que dísse as normas e medidas que foram ditada pelo Presidente Collor de Mello. Os que estiveram no Poder não o conseguiram fazer e agora estão com dor de cotovelo. Há um grande número de pessoas despeitadas. Confesso a V. Ex.º que não tenho medo de não ser aplaudido ou de ser vaiado pela platéia ou por quem quer que seja. Só tenho medo de não aprovarmos esse Plano e levarmos o País ao desespero, indo contra 90% da população que estão com o Presidente Collor e pedem que este Congresso apresente serviço, após as medidas.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Congressistas, que é fundamental diminuir o déficit público, o que não poderá ser alcançado se não se diminuirmos as estatais e os órgãos sanguessugas da Nação, do Governo. O povo pobre não está chorando por ter dinheiro preso na poupança. Esse povo não está chorando para aumentar a poupança, mas está chorando para que com os três mil e seiscentos cruzeiros que ele recebe no final do mês possa comprar alguma coisa. Mais de 50% dos trabalhadores brasileiros recebem três mil e seiscentos cruzeiros por mês. Então, afirmo que será muito melhor uma inflação “zero” do que uma inflação de 100%. Assim sendo, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Congressistas, sou pela aprovação da medida. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente

O Sr. Paulo Ramos — Permite V. Ex.º um aparte?

Nobre Congressista Jayme Paliarin, só para esclarecer a V. Ex.º que os funcionários do SNI são militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que não vão perder os empregos.

O SR. JAYME PALIARIN — Quero chamar a atenção da Mesa, porque eu não concedi aparte, pois esses Congressistas já têm falado demais. Enquanto ele fala quatro horas, os outros não falam nem quinze minutos. Eles vêm pedir aparte e sem que eu dê o aparte eles fazem uso da palavra. Então, peço ao Presidente que não permita o aparte, porque eu não o concedi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa pede à Taquigrafia que só inclua nos Anais os apartes que forem concedidos. Não é possível que sem conceder aparte o orador seja interrompido.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, quero concluir minha reclamação dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está atendida a reclamação de V. Ex.º

O Sr. Paulo Ramos — Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não V. Ex.º já foi atendido.

O SR. JAYME PALIARIN — Sr. Presidente, peço a V. Exª que não assegure a palavra a esse Deputado. Ele não tem o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª foi atendido. Não é isto que V. Exª deseja? É ser atendido, V. Exª o foi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista Vladimir Palmeira.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu havia cedido a minha vez ao nobre Congressista Humberto Lucena.

SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Congressista Vladimir Palmeira, V. Exª havia cedido a sua vez.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Virgílio Guimarães. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Gumercindo Milhomem, que falará contra. (Pausa)

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, neste momento, em nome da Liderança do meu Partido, e acredito seja o pensamento de todas as demais Lideranças desta Casa, desejo a V. Exª todas as felicidades do mundo, no dia em que faz aniversário. (Muito bem! Palmas)

(Manifestações do Plenário e das Galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pessoalmente, agradeço a iniciativa do nobre Deputado Brandão Monteiro, meu velho companheiro de lutas no Rio de Janeiro e

a solidariedade manifestada por todo o Plenário e por todos os que estão presentes a esta sessão.

O nosso dever é trabalhar, por isso é que estamos trabalhando, e vamos continuar trabalhando na esperança de votar o melhor que seja possível em benefício do País.

Agradeço a todos os que estão no plenário e os das galerias, pedindo que a grande contribuição que as galerias podem trazer ao andamento dos trabalhos é colaborar com a sua assistência, o seu comentário um a um e não perturbando os trabalhos desta Casa.

Agradeço e faço votos que continuem tranquilos e acompanhando os debates da Casa. Todos estamos interessados em fazer o melhor pelo Brasil. Ainda que algum voto, alguma vez, possa parecer discordante, o objetivo é o mesmo, apenas são homens livres que divergem livremente para manifestar suas opiniões.

Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, a Nação, nós todos, aguardamos dias, com ansiedade, o relatório correspondente à Medida nº 168, que trata da reforma monetária. Devemos registrar a nossa perplexidade com o trabalho realizado pelo relator daquela Medida.

Sr. Presidente, é difícil qualificar um trabalho que contém tamanha dose de irresponsabilidade, em relação à coisa pública, em relação à conjuntura econômica, dramática, que vive o nosso País.

A bem da verdade, o Relator consegue a fantástica mágica de liberar mais recursos do que o volume que se encontra bloqueado na forma de cruzados novos. Libera, Sr. Presidente, os recursos de depósitos à vista, mas só quem poderia ter depósitos à vista, naque-

le momento em volumes superiores a 50 mil cruzados, seriam aqueles prevenidos ou bem informados; libera 20% nos mesmos critérios do *overnight* em cima dos saldos das poupanças, o que privilegia apenas aqueles grandes poupadores; libera, Sr. Presidente, praticamente, todos os recursos bloqueados da poupança; libera 10 bilhões de dólares dos fundos de pensão, fundações e similares, de orientação privada; libera aplicações de pessoas desempregadas, sem qualificar o que seja isso; libera, Sr. Presidente, recursos provenientes de salários, sem que se determine, antecipadamente, a que teto, a que limite isso se refere. Enfim, Sr. Presidente, temos um conjunto de Medidas que nos chega de forma muito grave. Esperávamos um trabalho consciencioso, pautado na responsabilidade, um trabalho na defesa do emprego, que a cada dia importa em maiores preocupações para todos nós, e defesa efetiva do pequeno poupador. Mas o que vimos, Sr. Presidente, foi um trabalho que libera inteiramente todos os bloqueios. Acaba e arrasa inteiramente com a reforma monetária e joga o País no caos. Todos temos que ler, com muita atenção, o relatório do Deputado Osvaldo Rebouças, que lhe atribui uma orientação política mais ampla e mais alta do que ele.

Sr. Presidente, estou entregando, para registro nos Anais desta Casa, um pequeno e modesto trabalho indicando todas as alterações feitas e seus efeitos. Até onde pude realizar, fiz um esforço quantificando, e cheguei praticamente a 20% do Produto Interno Bruto.

Sr. Presidente, estas são as nossas preocupações, que eu gostaria de deixar registradas nos Anais desta Casa. Muito obrigado.

EFEITOS DA LEI DE CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168.

Cesar Maia
Deputado Federal — PDT

-DISPOSITIVO	ALTERAÇÃO	EFEITO
Art. 5º; § 1º	permite saque sobre depósito a vista de 20% do saldo, convertendo em 15/7.	grandes posições em depósitos a vista só podem ter ocorrido por "precaução", o que protegeria os bem informados. Valor:?
Art. 6º; § 1º	idem para cadernetas de poupança. (1/7)	favorece as cadernetas com saldo superior a 250 mil, não atingindo aquelas entre 50 e 250, representa 35% do valor total e libera US\$3bi, ou 0,8% do PIB.
Art. 6º; § 6º	libera das cadernetas de poupança 600 mil em 3 parcelas trimestrais a partir de julho.	efeito financeiro: *em julho US\$14bi ou 4% do PIB. Em outubro e em janeiro 91:US\$2,7 cada ou 1,5% do PIB no total (já descontados os 20%).
Art. 7º; § 1º	estende para todas as aplicações a liberação de 25 mil além dos 20% autorizados para <i>over-night</i> . em 15/7.	favorece aplicações diversas abaixo de 125 mil. Valor:?
Art. 12; § 1º	estende aos fundos de pensão e aposentadoria privados a conversão automática dada ao setor público.	favorece aos privados. Valor: US\$10bi ou 2,85% do PIB. Na prática recria a dívida pública.
Art. 12; § 2º	idem para os fundos fiscais do NE e ES.	valor pouco significativo.
Art. 19; § 2º	dá preferência a conversão sem qualquer deságio. Leilões só com aprovação do Congresso.	valoriza os cruzados novos e tira flexibilidade do governo para combinar a monetização com a redução de sua dívida, via leilões. Aumenta o poder dos lobbies e poderá acarretar uma valorização uns US\$10 bi ou 3% do PIB., na dívida.

* Inclui art. 6º, § 1º

efeitos da Lei de Conversão da Medida Nº 168. Pág. 2

DISPOSITIVO	ALTERAÇÃO	EFITO
Art. 20 ;I	autoriza a conversão em cruzeiros: pessoas desempregadas.	cria casos para a conversão automática. atinge todos os demitidos antes de 15/3. Difícil controle, quanto mais afastada for a data da demissão. Valor: impossível medir.
;II	pessoas de baixa renda	inócuo
;III	recursos provenientes de salários.	permite a todos os assalariados terem seus recursos desbloqueados desde que demonstrem a fonte. Valor: não deverá ficar abaixo de 3% do PIB ou uns US\$10bi. Trata assalariados de renda muito diferente como iguais.
;IV	recursos decorrentes da extinção de contratos de trabalho	estende o benefício dos desempregados aos prestadores de serviços. Valor: 7
;V	pagamento de sentenças judiciais sociais ajuizadas até a publicação desta lei	estende às ações sociais em tramitação na Justiça. Valor: só judiciário pode avaliar. No caso das pensões alimentícias é inócuo.
;VI	libera os recursos para indenizações de seguros feitos até 15/3.	libera as seguradoras do bloqueio para pagamento de indenizações. Valor: para o período até set.91:US\$4,5bi ou 1,3% do PIB.
;VII	libera recursos via Lei Sarney	valor pouco significativo.
;VIII	idem depósitos judiciais aguardando ordem do juiz	valor: só judiciário poderá informar.
Art. 21 ;a)b)c)	Conversão em cruzeiros para investimentos: conversão livre para cruzeiros, aplicando em projetos de investimentos prioritários definidos em 60 dias pelo Governo.	cria casos para conversão. depende de programação do Governo. Governo pode usar alongar dívida, com carência.

efeitos de Lei de Conversão da Medida Nº 168. Pág. 3

DISPOSITIVO	ALTERAÇÃO	EFITO
Art. 21 ;II	continuação estende a liberação para as construções habitacionais em andamento, contratadas.	valor: 7
;III	idem para projetos aprovados de cooperativas habitacionais	valor: 7
;IV	permite quitar o saldo devedor com SFH.	valor: embora dependa de situações, deve ser significativo.
Art. 22	autoriza transferência de titularidade entre credores e devedores:	permite a transferência de posições de débitos e créditos em cruzados.
;I	entre empresas de um mesmo grupo, mesmo sem comprovação	favorece os grandes grupos econômicos que poderão equilibrar suas posições. É importante notar que o Plano penaliza credores.
;II	para compra de certificados de privatização sem deságio de correção monetária.	na prática elimina o processo previsto de antecipação de compra de CP, e valoriza a dívida pública bloqueada. A privatização sairá mais barata para os particulares
Art. 23	autoriza o Executivo a abrir caderneta aonde cada cruzado desbloqueado deverá corresponder ao depósito de 1 cruzeiro. Carência de 8 meses	atende apenas aos grandes aplicadores em poupança. (os demais já o foram). Assim no início de 91 todos os US\$40bi de poupança ou 11% do PIB, estariam desbloqueados. É autorizativo: depende do Governo.
Art. 24	autoriza o Executivo reduzir prazos para o seguro desemprego e fiança com o novo IOF.	o financiamento deveria vir de uma fonte nova para proteger contas do Governo
Art. 25	libera recursos para as folhas de pagamento, durante 120 dias, com correção e juros, de 12%, desde que as empresas deem estabilidade por 90 dias.	na prática permite às empresas que não vão demitir ter uma linha de crédito adicional, barata nas condições iniciais, para aplicação livre. As medidas de defesa do emprego deveriam penalizar o empregador açoadado para desestimulá-lo.

Observações Gerais:

A Lei de Conversão incorpora boas intenções. No entanto seus efeitos financeiros seriam desastrosos, se integralmente aplicados dispostivos, como as pequenas aplicações e a tentativa de defesa do emprego sejam justos, o conjunto das alterações é regressivo

Talvez seja apenas um jogo para a platéia, aguardando o veto. Mas, aí,

Cesar Maia
deputado federal - PDT - RJ.

Brasília. 03-04-90

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Agora falará um a favor

Não há aqui nenhuma referência quanto aos Deputados Eduardo Siqueira Campos, José Maria Eymael, Ismael Wanderley e outros, que não sei a posição. A favor tem o Deputado Alcides Lima, em seguida.

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, um esclarecimento. Vi agora o Congressista César Maia ocupar a tribuna, falando sobre a Medida Provisória 168, de ponta a ponta. Tenho a impressão que o orador falará contra ou a favor da Medida que

está sendo votada. Houve algum engano ou alguma abertura regimental? Só para esclarecer, porque há uma dúvida do Plenário. Por que esse discurso, para nós, fora de propósito, neste momento, do Congressista César Maia?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa esclarece a V. Ex^a o poder de polícia da Mesa não vai até esse limite. O

Deputado ou Senador que pede a palavra para falar sobre um determinado projeto é o juiz da condução do seu discurso. A Mesa apenas exige que ele se pronuncie a favor ou contra, porque isso é do Regimento, e marca o prazo para o término de seu discurso. Evidentemente, é muito difícil, e por isso mesmo é que a Mesa está pedindo que os Srs. Deputados e Senadores, ao se inscreverem, declarem que são contra ou a favor, porque os que não se declararem eu não os chamarei. Não posso adivinhar o pensamento de um ou de outro. Quero que todos registem se são a favor ou contra. Já que vão manifestar seu pensamento da tribuna, não há nenhuma dificuldade em antecipar a sua posição; isso facilitará a Mesa.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peça a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Para questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Regimento Interno, realmente, não se expressa de uma maneira clara como a Mesa deve proceder com relação aos Destaques. Existe sobre a mesa de V. Ex.^a cerca de 500 Destaques.

Ontem, tivemos o cuidado de, a título de curiosidade, verificar o tempo que V. Ex.^a gastou, regimentalmente, anunciando a votação na Câmara e no Senado, para cada Destaque: 1 hora e 15 minutos. Perguntaria a V. Ex.^a, se, com a anuência de todos os Líderes, separados os Destaques que têm conflitos, têm divergências, V. Ex.^a não poderia colocar aqueles sobre os quais não há divergências, contra os quais não há nada a contestar; se V. Ex.^a poderia reuni-los em bloco, como ocorreu época da Constituinte, para submetê-los ao Plenário, à votação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, respondo a V. Ex.^a

Se houver um requerimento para que determinados Destaques com parecer contrário sejam votados em bloco, quem decidirá é o Plenário.

Se o requerimento for aprovado pelo Plenário, a Mesa colocará em bloco todos os requerimentos de Destaque que não tenham merecido apoio.

O melhor seria retrair. Essa seria a grande solução. Mas, se não houver a possibilidade da retratada e houver um requerimento para que todos os Destaques, com parecer contrário, sejam submetidos numa só votação, a Mesa o fará desde que seja aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao Nobre Congressista Alcides Lima

O SR. ALCIDES LIMA (PFL — RR. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas embora desejando ardentemente que este Governo tenha o necessário êxito na busca das soluções para os graves problemas do nosso País, e que essas

Medidas que compõem o Plano de Reformas alcancem seus objetivos na busca e no alcance desse desiderato, desde o início defendo a tese de que a reforma administrativa deveria ser feita através do encaminhamento ao Congresso Nacional de projetos de lei.

Entretanto, como isso não aconteceu, como há uma realidade, temos de trabalhar em cima dela, desta Medida Provisória nº 151, que extingue órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de diminuir o déficit público para o combate à inflação. É claro que nenhum de nós, nem as Lideranças, nem o Relator, teve tempo suficiente para analisar, com a profundidade necessária, as consequências e os desdobramentos dessas extinções.

Entretanto, lendo o Projeto de Lei de Conversão do eminente Relator, penso que S. Ex.^a buscou sintetizar, conciliar os interesses na busca de oferecer a este Plenário a melhor contribuição

Vejam V. Ex.^a, Sras. e Srs. Congressistas, o exemplo da Embrater — Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão de extrema importância para que se consiga a melhoria da qualidade de vida do produtor rural e sua família, e o aumento da produção, através do aumento da produtividade. E o aumento da produtividade passa, necessariamente, pela geração da tecnologia, do conhecimento científico agropecuário e também da transferência dessa tecnologia ao homem do campo, à comunidade rural. E os dois órgãos que fazem isso, em nosso País, são a Embrapa e a Embrater, que exercem essas atividades complementares entre si. Daí nós termos que preservar a existência do órgão gerador do conhecimento e da tecnologia como também do órgão que transfere esse mesmo conhecimento e essa mesma tecnologia à comunidade rural.

Não se pode, desta maneira, relegar a importância da Embrater ou de um órgão similar, que possa coordenar, a nível nacional, toda a política de extensão e assistência técnica ao produtor rural.

A própria Constituição, no seu art. 187, inciso IV, determina a existência desta atividade e, ontem mesmo, o Congresso Nacional considerou como uma das atividades do atual Ministério da Agricultura e Reforma Agrária a existência da assistência técnica e extensão rural em nosso País.

O Sr. Virgílio Guimarães — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Congressista Alcides Lima?

O SR. ALCIDES LIMA — Concederei o aparte em seguida.

Dessa maneira, o ilustre Relator conseguiu no seu Projeto de Lei de conversão, contemplar a existência de um órgão que pudesse desenvolver essa responsabilidade. É S. Ex.^a propõe, no art. 6.^o, que o acervo técnico, humano, e material da Embrater seja incorporado à Embrapa, embora saibamos que há uma corrente contrária a isso dentro da própria Embrapa, liderada naturalmente pela sua direção, que está sendo conduzida pela Federação dos Funcionários da Embrapa.

Se isso representa uma mesquinhez de comportamento, a nós não poderá e nem deverá influir na nossa decisão, porque está acima da vontade dos funcionários da Embrapa o interesse público da Agropecuária e do nosso País

Dessa maneira, apelamos, em nome dos funcionários da Embrater, da Extensão Rural do nosso País, da maioria dos pequenos, mini e médios produtores rurais, é necessária, é imperativa a existência desse acervo que a extensão rural conseguiu construir ao longo de quarenta anos de existência. Não podemos deixar que essas inteligências, que esse acervo seja disperso, jogado fora, desprezado. Acima de tudo, o nosso País investiu vultosas somas para tê-lo até hoje.

Apelo a todas as Lideranças, apelo ao espírito público de todos os Congressistas, para que aproveemos o projeto de lei de conversão.

Concedo o aparte ao Congressista Virgílio Guimarães

SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campainha) — V. Ex.^a já terminou o seu tempo. Não pode mais conceder aparte.

O SR. ALCIDES LIMA — A Minha conclusão, Sr. Presidente, deixo-a ao Congressista Virgílio Guimarães.

O Sr. Virgílio Guimarães — Nobre Congressista Alcides Lima, no que se refere ao problema da Embrapa, sem dúvida temos uma visão semelhante quanto à questão da Extensão Rural. É fundamental para o País, nos dias de hoje e para o futuro do País. Queria apenas levar o lume também aos demais aspectos do projeto econômico, ao projeto da Reforma Administrativa. Uma série de outras atividades está sendo tão-somente extinta do ponto de vista orgânico, administrativo, sem haver qualquer referência de como essas atividades-fins serão trabalhadas no espaço governamental. Lamentamos que não haja tempo maior para o debate profundo desses aspectos. O que V. Ex.^a aponta para a Embrater se aplica também a uma série de outros órgãos. Chega de enxergar os servidores públicos como problemas; eles podem ser a solução, porque temos muitos servidores que querem a sua realização profissional e um futuro melhor para o nosso País.

O SR. ALCIDES LIMA — Vou assumir as palavras de V. Ex.^a. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Salomão, que falará contra.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, já foi caracterizado o espírito da Medida Provisória nº 151, no contexto geral da reforma do Estado, onde todos encontramos agressões ao interesse público. O que se passou com a Medida Provisória nº 151 e o relatório que propõe uma lei de conversão é, ao mesmo tempo, um crime e uma imoralidade. O que havia

sido preparado no relatório, um parecer e um projeto de lei de conversão, foi substituído por pressões dentro do próprio PMDB, no sentido de apoiar as intenções do Governo Collor de Mello, constituindo-se, assim, num endosso do Partido Majoritário desta Casa ao projeto administrativo do Governo.

O mais grave é que nesse endosso estão sendo cometidos verdadeiros atentados ao interesse público. Gostaria de me fixar aqui nos casos do DNOS, da Petromisa, da Interbrás, sem deixar, evidentemente, de sublinhar o que se está fazendo com a cultura nacional através da autarquização das fundações, objeto do art. 1º, tanto da Medida Provisória quando da Lei de Conversão.

Assinal também que esse endosso do relatório do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que foi constrangido a mudar seu parecer, promove a extinção de duas autarquias que já tinham sessenta anos de idade, o IBC e o IAA, fundamentais para a garantia da economia canavieira e da economia cafeeira. Envolvem esses dois órgãos mais de seis milhões de trabalhadores e estão sendo extintos para satisfazer interesses privados. Estão sendo extintos para anistiar dirigentes dessas autarquias que roubaram o Tesouro Nacional, que promoveram verdadeiras negociações e que vão ser anistiados pela extinção do IAA e do IBC.

Ao invés de se manter os órgãos essenciais para a defesa da economia canavieira e da cafeeira, estão se extinguindo, junto com essas entidades, processos e inquéritos que deveriam incriminar os responsáveis pelos prejuízos causados à Nação.

Como se vai negociar café onde há milhares de produtores, centenas de exportadores, mas não mais que uma dezena de compradores internacionais, um verdadeiro oligopsonio do lado da procura e uma verdadeira concorrência perfeita ao lado da oferta. Isto é colocar em vulnerabilidade estas *Commodities* que durante muito anos foram o principal item da nossa pauta de exportações.

Não vou me estender sobre o IBC e o IAA, porque quero analisar aqui, de passagem, o crime que se comete, sobretudo, contra as populações carentes do nosso País com a extinção do DNOS, numa medida demagógica, inconsistente e incoerente. O DNOS faz, em muitos casos, o que faz o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, proteção contra enchentes, construção de dispositivos de regularização de cheias, sistema de abastecimento de água, sistemas de esgotamento e de drenagem, exatamente o que faz o DNOCS com oito mil funcionários é feito pelo DNOS que tem apenas dois mil. O Governo promove a extinção do DNOS mas não tem a coragem de ser coerente e extinguir também o DNOCS, porque sabe que haveria reações políticas no Nordeste.

A extinção da Petromisa, empresa que resulta também da absorção de um projeto privado falido, originalmente de iniciativa do Grupo Lume, do Sr. Linaldo Uchoa de Meireis, naquele projeto faraônico da Caio Mi-

neração e que a Petrobrás, constituindo uma subsidiária na pessoa da Petromisa, viabilizou para fornecer potássio à agricultura brasileira. A Petromisa, investindo mais de 80 milhões de dólares durante a sua existência, descobriu uma série de outros jazimentos de importância estratégica para o País. Agora, está sendo extinta para facilitar e viabilizar interesses ligados à importação do cloreto de potássio que, dizem — não tenho provas — envolveria o Grupo Monteiro de Carvalho ao qual está ligado, por laços de família, o Presidente da República.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Congressista Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO — Com muito prazer, nobre Congressista Oswaldo Lima Filho, desde que seja breve.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Serei brevíssimo. Felicito V. Exª pela exposição que está fazendo sobre os erros do programa de estabilização. Saliento que o Governo, que parece ter tanta coragem em atacar e promover a demissão de milhares de humildes funcionários, até hoje não encontrou decisão para enfrentar a agiotagem bancária que está levando este País ao desespero.

O SR. LUIZ SALOMÃO — Muito obrigado, nobre Congressista Oswaldo Lima Filho.

No que concerne à questão da Interbrás, cuja articulação vem de muito longe — peço que sejam transcritos nos Anais esta nota da coluna Radar da revista *Veja*, do dia 3 de dezembro de 1989 — quando o então presidente da Petrobrás, atual Ministro da Infraestrutura, Coronel Ozires Silva, que construiu sua carreira em cima da reserva de mercado, já antevia, já propunha a extinção da Interbrás e a criação de uma nova empresa de comércio exterior, com a participação das sete irmãs do petróleo, a fim de que pudesse negociar a exportação de produtos brasileiros em troca de petróleo e, ao mesmo tempo, viabilizar a penetração das sete irmãs na exploração das reservas de gás da Bacia Amazônica. Isso teve um desdobramento através da tentativa da Petrobrás *Over seas* que o Congresso Nacional obstou, na Comissão de Fiscalização, então presidida pelo Deputado Fernando Gasparian, com um questionamento profundo, porque não havia sentido em criar a Petrobrás *Over seas*, como queria o Sr. Ozires Silva, se tínhamos a Braspetro e a Interbrás.

Quero esclarecer à nobre Deputada Cristina Tavares que essa extinção da Interbrás joga fora o fundo de comércio de uma empresa que se revelou eficiente nas suas atividades. Ela visa atender não apenas aos interesses da Cotia Trading, como tem sido denunciado, mas de um grupo de outras *Trading Companies* em que se incluem a IAT, presidida pelo Sr. Jacques Eluf, também articulada com esse esquema da Petrobrás, que já teve interesses na venda de álcool nos Estados Unidos. Estão envolvidos também o grupo Chitec, muito

ligado ao Ministro Ozires Silva, que tem interesse de absorver o mercado iraquiano, a Interunion, do Sr. Artur Falk, amigo do Sr. Ozires Silva, que pretende absorver a comercialização dos petroquímicos, e também, do Sr. Eduardo Prado, a Intermesa, que pretende absorver o mercado de siderúrgicos explorando-o pela Interbrás. Enfim, há uma conjunção de interesses de outras *trading companies* que querem absorver e já estão oferecendo oportunidades de trabalho aos funcionários da Interbrás para transferirem os negócios gerados por esses funcionários dentro da empresa estatal.

Pergunto: Por que extinguir uma empresa cujo fundo de comércio é miseravelmente avaliado em 50 milhões de dólares, que vale muito mais que todas as mansões do Lago, que o Presidente da República pretende vender? Isso, evidentemente, tem dente de colmo.

A Srª Cristina Tavares — Permite-me V. Exª uma intervenção?

O SR. LUIZ SALOMÃO — Ouço com muito prazer a nobre Congressista Cristina Tavares, que fará uma intervenção.

A Srª Cristina Tavares — Nobre Deputado Luiz Salomão, o dito popular fala em "maracutaia"; a voz do povo está falando, agora, em "maracutia". Quero lembrar a V. Exª que há, ao lado de todas essas transações que deixam a Nação profundamente chocada, a proposta da quebra do monopólio estatal das telecomunicações, com a extinção da Embratel. Esta Casa não pode se desmentir. Durante a Assembléia Nacional Constituinte votamos o monopólio estatal das telecomunicações. Isso era uma questão estratégica para o País. Este Projeto de Conversão deixa em aberto a extinção da Embratel. Parabéns a V. Exª e que esta Casa preste atenção para este projeto que estamos discutindo. Vamos votar, porque ele representa, a rigor, uma grande "maracutia".

O SR. LUIZ SALOMÃO — Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir o apoio do Plenário às Emendas de nºs 317/318, do nobre Deputado Euclides Scalco, e de outros Parlamentares, assim como às Emendas nºs 143 e 144, que propõem a incorporação da Petromisa à Petrofértil, de autoria do Deputado Gabriel Guerreiro, a fim de impedir que esse ato insano do Presidente Collor de Mello cause graves prejuízos para que interesses privados se imponham sobre o interesse nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro Fazendo soar a campanhia.) — A Mesa volta a falar com as galerias.

O que estão perturbando irão prejudicar os que estão assistindo tranquilamente aos debates do Plenário. Ao menos em respeito a esses, pedimos a todos que se conservem em silêncio.

A Mesa não pode transigir é o Regimento da Casa.

O Sr. Gidel Dantas — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Trata-se de um requerimento que quero apresentar a Casa

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GIDEL DANTAS (PDC — CE. Pela ordem). — Sr. Presidente, requeremos, nos termos regimentais, que seja encerrada a discussão relativa a Medida Provisória n° 151, já que vários Srs. Deputados e dois Srs. Senadores se pronunciaram a respeito da Medida Assinado pelo Líder do PDS e pelo Líder do PDC.

Encaminho à Mesa, nestes instantes, o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.º encaminhará à Mesa para que o Sr. 1.º-Secretário proceda à leitura

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um apelo aos líderes que subscreveram esse importante documento, no sentido de que o Congresso Nacional debata exaustiva e profundamente essa questão, em função dos danos que ela causa à soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Plenário decidirá, rejeitando o requerimento. Se aprovar, é porque não acolheu o pedido de V. Ex.º.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 304 DE 1990 — CN

Requeremos, nos termos regimentais, que seja encerrada a discussão relativa à Medida Provisória n° 151, já que se pronunciaram mais de seis Deputados e dois Senadores — **Gerson Peres** — PDS — **Eduardo Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovado

O SR. VIVALDO BARBOSA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT quer manifestar a sua posição de que vota contrá-

rio ao pedido e solicita a V. Ex.º que tome o voto, Partido a Partido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não se aplica aqui esse processo, mas somente quando não há possibilidade de o Plenário pedir verificação. Havendo a possibilidade regimental de pedir verificação, e ninguém tendo feito o pedido é aprovado o requerimento

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado o requerimento na Câmara.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa)
Aprovado

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, aprovado com o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALDO ARANTES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Pela ordem) — Aprovado com o voto contrário do PC do B, Sr. Presidente.

O Sr. Bocayuva Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BOCAUYVA CUNHA (PDT — RJ. Pela ordem) — Aprovado com o voto contrário do PDT

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Pela ordem) - Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro também registra o voto contrário.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos proceder à verificação.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, desisto do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senador Jamil Haddad desistiu.
Encerrada a discussão

Passa-se à votação da matéria.

O SR. Eliel Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que V. Ex.º dê por encerrada, solicito a retirada do meu destaque, n°461, que se refere a medida em questão, porque já foi parcialmente atendido no dispositivo que o projeto de lei de conversão redigiu

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.º será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sobre a mesa requerimento e destaques que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário

São lidos os seguintes.

REQUERIMENTO N° 305 DE 1990 — CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 2 à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lysâneas Maciel**.

REQUERIMENTO N° 306 DE 1990 — CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 3 à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**

REQUERIMENTO N° 307 DE 1990 — CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 4 à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Doutel de Andrade**

REQUERIMENTO N° 308 DE 1990 — CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 5 à Medida Provisória n° 151, de 1990

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Doutel de Andrade**

REQUERIMENTO N° 309 DE 1990 — CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 6 à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**

REQUERIMENTO n° 310, DE 1990-CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 6 à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

REQUERIMENTO N° 311 DE 1990-CN

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda n° 7 à Medida Provisória n° 151 de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Doutel de Andrade**.

Requeiro destaque para discussão e votação da Emenda nº 00039 à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Oswaldo Lima Filho**.

**REQUERIMENTO Nº 339,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeiro destaque para discussão e votação da Emenda nº 40 à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, 8 de abril de 1990 — Deputado **Oswaldo Lima Filho**.

**REQUERIMENTO Nº 340,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Requeiro destaque para discussão e votação da emenda nº 41 à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, de abril de 1990. — Deputado **Oswaldo Lima Filho**.

**REQUERIMENTO Nº 341,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda nº 43 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 342,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda nº 44 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 343,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda nº 45 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 344,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais para votação em separado da Emenda nº 45 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO 345,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 46- MP 151/90

Sala das Comissões, de de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 346
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 50, apresentada à Medida Provisória nº 151

Sala das Sessões, — Em 7-4-90 Sen. **Jamil Haddad**.

**REQUERIMENTO Nº 347,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente.

Requeiro, consoante o art. 15 da Resolução nº 1, de 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda MP 00151/00056, ao alt. 12, inciso I da Medida Provisória nº 151 (Art. 16, inciso I e art. 16 único do projeto de Lei de Conversão nº 21 de 1980

Plenário; 6 de abril de 1990. — Dep. Fed — **PFL Aroldo de Oliveira, Erico Degoaro V Líder do PFL**

**REQUERIMENTO Nº 348
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado da Emenda de nº 57, oferecida à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, em 6-4-90. — **Roberto Jefferson**.

**REQUERIMENTO Nº 349
DE 1990 — CN**

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, destaque para a Emenda nº 00058 sobre os § 1, 2 e 3 do art. 1º da Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, em Deputado **José Luiz de Sá, Sandra Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 350,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, destaque para a Emenda nº 00059, que suprime a letra g do inciso IV do art. 1º da Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, Deputado **José Luiz de Sá — Sandra Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 351,
DE 1990-CN**

Sr Presidente do Congresso Nacional
Senador Nelson Carneiro

Requeiro a V. Exª destaque para emenda nº 000060 da Medida Provisória nº 751. Nestes termos pelo deferimento. Deputado **Átila Lira**:

**REQUERIMENTO Nº 352
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a emenda nº 060-MP 151/90

Sala das Comissões, em de de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 353,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro para votação em separado, destaque para a emenda nº 061-MP151/90.

Sala das Comissões, em de de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 354
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a emenda nº 063-MP151/90

Sala das Comissões, em de de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 355
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 00064 apresentada à Medida Provisória nº 151, pelo Deputado **José Melo**

Sala das sessões, 7 de abril de 1990. — Deputado **José Costa** — Deputado **Euclides Scalco PSDB** — **SC Líder do PSDB. Dep. Francisco Kuster**.

**REQUERIMENTO Nº 356,
DE 1990 — CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Requeiro destaque para discussão e votação da Emenda nº 74 ao Projeto de Conversão nº 21 oferecido à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, 7 de abril de 1990. — Deputado **Oswaldo Lima Filho, Roberto Freire** — Líder PCB.

**REQUERIMENTO Nº 357
DE 1990 — CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 81 — MP151/90

Sala das Comissões, de de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 358,
DE 1990 — CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 82-MP 151/90

Sala das Comissões, de de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 359,
DE 1990-CN
Medida Provisória nº 151.**

Solicita destaque, para votação em separado da Emenda nº 00084, do Deputado **Jonas Pinheiro**

Sala das Sessões 7-4-90. — Dep. **Alcídes Lima**.

**REQUERIMENTO Nº 360
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 91 MP151/90

Sala das Comissões, de de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 361,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 100 MP 151/90.

Sala das Comissões, de de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 362,
DE 1990 — CN**

Solicito destaque para a Emenda nº 104 MP nº 151:

Sala da Sessão, 6-4-90. — Deputado **Fernando Coelho.**

**REQUERIMENTO Nº 363
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 105 — MP 151/90.

Sala das Comissões, de de 1990. — **Vivaldo Barbosa, Lucio Alcântara.**

**REQUERIMENTO Nº 364
DE 1990 — CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 106 — MP 151/90.

Sala das Comissões, de de 1990. — **Vivaldo Barbosa/Lucio Alcântara.**

**REQUERIMENTO Nº 365,
DE 1990 — CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 107 - MP151/90

Sala das Comissões, em de de 1990. — **Vivaldo Barbosa Lucio Alcântara.**

**REQUERIMENTO Nº 366,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 113 apresentada à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, 8 de abril de 1990. Deputado **Octávio Elísio** — Deputado **Euclides Scalco**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 367,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 114 apresentada à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Octávio Elísio** — Deputado **Euclides Scalco** Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 368,
DE 1990 — CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a Emenda nº 123 MP 151/90

Sala das Comissões, em de de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**, Dep. **Ruy Nedel.**

**REQUERIMENTO Nº 369
DE 1990 — CN**

Senhor Presidente,
Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 125 à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1990. Deputado **Leopoldo Souza.**

**REQUERIMENTO Nº 370
DE 1990 — CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Requeiro destaque para discussão e votação da emenda nº 125 ao Projeto de Conversão nº 21 oferecido à Medida Provisória nº 151.

Sala das sessões, em 7 de abril de 1990. Deputado **Oswaldo Lima Filho, Roberto Freire** — Líder PCB.

**REQUERIMENTO Nº 371,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 125 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990. **Ibsen Pinheiro.**

**REQUERIMENTO Nº 372
DE 1990 — CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Requeiro destaque para discussão e votação da emenda nº 00125 à Medida Provisória nº 00151.

Sala das sessões, em 4 de março de 1990. Deputado **Oswaldo Lima Filho, Roberto Freire** — Líder PCB.

**REQUERIMENTO Nº 373
DE 1990 — CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional.

Requeiro destaque para discussão e votação da emenda nº 00126 à Medida Provisória nº 00151.

Sala das sessões, em 5 de março de 1990. Deputado **Oswaldo Lima Filho, Roberto Freire** — Líder PCB.

**REQUERIMENTO Nº 374,
DE 1990-CN**

Exmº Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado da Emenda

nº 131, oferecida à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **José Serra** — Deputado **Euclides Scalco**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 375,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 132 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 376,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 133 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 377,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 134 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 378,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 136 à Medida Provisória nº 151, de 1990

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 379,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 136 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa.**

**REQUERIMENTO Nº 380,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 137 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 381
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 138 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 382
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 139 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 383
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 140 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 384
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 141 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 385
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 148 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Lysâneas Maciel

**REQUERIMENTO Nº 386,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 149 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Lysâneas Maciel

**REQUERIMENTO Nº 387
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos da Resolução nº 1, 1989-CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 152 de autoria do Deputado Eduardo Bomfim, relativa à Medida Provisória nº 151.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1989. —
Deputado **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

**REQUERIMENTO Nº 388,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 154 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade

**REQUERIMENTO Nº 389,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 156 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 390,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 160 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Francisco Kuster.

**REQUERIMENTO Nº 391,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 163 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 392,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 166 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Erico Pegoraro.

**REQUERIMENTO Nº 393,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 167 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Oswaldo Macedo.

**REQUERIMENTO Nº 394,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 168 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Oswaldo Macedo.

**REQUERIMENTO Nº 395,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 169 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Maurício Corrêa.

**REQUERIMENTO Nº 396,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 169 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 397,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 170 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 398,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 171 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 399,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 176 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Gumercindo Milhomem.

**REQUERIMENTO Nº 400
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 183 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Oswaldo Lima Filho, Roberto Freire.

**REQUERIMENTO Nº 401,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 185 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Lysâneas Maciel.

**REQUERIMENTO Nº 402,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 196, à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Lysâneas Maciel.

**REQUERIMENTO Nº 403,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 197 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Lysâneas Maciel.

**REQUERIMENTO Nº 404,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 200 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
José Carlos Sabóia.

**REQUERIMENTO Nº 405,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 201 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **José Carlos Sabóia.**

**REQUERIMENTO Nº 406,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 202 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 407,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 203 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 408,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 204 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 409,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 205 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 410,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 206 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 411,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 207 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 412,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 211 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**

**REQUERIMENTO Nº 413,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 215 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Alcídes Lima**

**REQUERIMENTO Nº 414,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 220 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Haroldo Lima.**

**REQUERIMENTO Nº 415,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 221 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 416,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 222 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 417,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 229 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Haroldo Lima.**

**REQUERIMENTO Nº 418,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 237 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 419,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 238 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 420,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 239 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 421,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 240 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 422,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 244 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 423,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 245 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 424,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 246 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 425,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 247 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 426,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 427 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Tavares.**

**REQUERIMENTO Nº 427,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 248 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 428,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 249 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 429,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 252 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Erico Pegoraro**

**REQUERIMENTO Nº 430,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos de regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 256 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 431
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 257 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 432,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 258 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 433,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 259 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 434,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 260 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 435,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 261 à Medida provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 436,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 262 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 437,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 263 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 438,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 263, à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 439,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 264 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 440,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 264 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 440-A,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda nº 274 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Tavares**.

**REQUERIMENTO Nº 441,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda nº 275 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Tavares**.

**REQUERIMENTO Nº442,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 281, à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Carlos Sabóia**

**REQUERIMENTO Nº 443,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 295 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 444,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 302 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**.

**REQUERIMENTO Nº 445,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 303 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**.

**REQUERIMENTO Nº 446,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 304 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº 447,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 305 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº 448,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 306 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº 449,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 307 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº450,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 308 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**.

**REQUERIMENTO Nº 451
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 309 à Medida provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº 452
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 316 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Euclides Scalco

**REQUERIMENTO Nº 453,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 317 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Euclides Scalco

**REQUERIMENTO Nº 454,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 320 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade

**REQUERIMENTO Nº 455,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 321 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Doritel Andrade**

**REQUERIMENTO Nº 456
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 322 à Medida provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 457,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 323 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 458,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 324 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 459,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 325 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 460,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 328 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 461
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 329 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Auusto Carvalho

**REQUERIMENTO Nº 462,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 330 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Augusto Carvalho.

**REQUERIMENTO Nº 463
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 334 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 464
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 335 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 465
De 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 337 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 466
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 338 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 467
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 341 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 468
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 342 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Gumercindo Milhomen

**REQUERIMENTO Nº 469
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 354 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Euclides Scalco

**REQUERIMENTO Nº 470
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 355 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Euclides Scalco

**REQUERIMENTO Nº 471,
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 356 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Artur Lima Cavalcanti

**REQUERIMENTO Nº 472
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 358 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Oswaldo Macedo

**REQUERIMENTO Nº 473
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 360 à Medida provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 474
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 356 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 475
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 362, à Medida provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 476
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 364 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 477
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 367 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Filho.**

**REQUERIMENTO Nº 478
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 370 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Sacalco**

**REQUERIMENTO Nº 479
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 376 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen**

**REQUERIMENTO Nº 480
DE 1990 — CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 377 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomen.**

**REQUERIMENTO Nº 481
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 378 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Carlos Sabóia**

**REQUERIMENTO Nº 482
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 382 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 483,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 382 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Roberto Jefferson**

**REQUERIMENTO Nº 484
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 385 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Carlos Sabóia**

**REQUERIMENTO Nº 485
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 388 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Carlos Sabóia**

**REQUERIMENTO Nº 486
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 389 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **José Carlos Sabóia.**

**REQUERIMENTO Nº 487
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 390 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 488
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 393 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**

**REQUERIMENTO Nº 489,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 394 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 490,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 397 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Euclides Scalco**

**REQUERIMENTO Nº 491,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 402 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Doutel de Andrade**

**REQUERIMENTO Nº 492,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 405 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO nº 493,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 408 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 494,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 409 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 495,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 410 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 496,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 411 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 497,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 412 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 498,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 413 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 499
DE 1990-CN**

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 414 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Artur Lima Cavalcanti**

**REQUERIMENTO Nº 524,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 482 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Roberto Freire.

**REQUERIMENTO Nº 525,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 483 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Doutel de Andrade

**REQUERIMENTO Nº 526,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 491 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Donítel de Andrade

**REQUERIMENTO Nº 527,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 500 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO Nº 528,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 506 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. **Artur Lima Cavalcanti.**

**REQUERIMENTO Nº 529,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 512 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Euclides Scalco.

**REQUERIMENTO Nº 530,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 513 à Medida Provisória nº 151, de 1990.
Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.
Artur Lima Cavalcanti.

**REQUERIMENTO Nº 531,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente
Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do(s) dispositi-

vo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art.: 1º
Inciso: III
Alínea.
Parágrafo:
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Gumercindo Milhomem.

**REQUERIMENTO Nº 532
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para o inciso III e suas alíneas a, b, c, do art. 1º, da MP 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Brandão Monteiro.**

**REQUERIMENTO Nº 533,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente,
Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado da alínea "c" do inciso III do art. 1º da Medida Provisória nº 151, para integrar o art. 3º do Projeto de Lei de Conversão respectivo.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
José Ignácio Ferreira — Marco Maciel.

**REQUERIMENTO Nº 534,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da alínea "c" do inciso III do art. 1º da Medida Provisória 151 para integrar o art. 3º do Projeto de Conversão correspondente.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Deputado **Ricardo Fiuza**, Líder do PFL.

**REQUERIMENTO Nº 535,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente
Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art.: 1º
Inciso. IV
Alínea:
Parágrafo:
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Gumercindo Milhomem.

**REQUERIMENTO Nº 536,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente,
Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado da alínea "b" do inciso IV do art. 1º da Medida Provisória nº 151, para integrar o art. 3º do Projeto de Lei de Conversão respectivo.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
José Ignácio Ferreira — Marco Maciel — Ricardo Fiuza — Arnaldo Faria de Sá.

**REQUERIMENTO Nº 537,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da alínea "B"

do inciso IV do art. 1º da Medida Provisória nº 151 para integrar o art. 3º do Projeto de Conversão correspondente.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Deputado **Ricardo Fiuza**, Líder do PFL.

**REQUERIMENTO Nº 538,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para as alíneas "c", "d" e "e", do inciso IV, do art. 1º, da MP 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Brandão Monteiro.**

**REQUERIMENTO Nº 539,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos da Resolução nº 01, de 1989-CN destaque para Votação em separado do art. 3º da Medida Provisória nº 151, em substituição ao art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 21.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Deputado **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

REQUERIMENTO Nº 540, DE 1990

Exmº Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nos termos regimentais, requeiro Destaque, para votação em separado, para fins de supressão, do art. 4º e seu parágrafo da Medida Provisória nº 169/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990: —
Deputado **José Serra** — Deputado **Euclides Scalco**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 541,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente.

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do Artigo 10 da Medida Provisória nº 151/90 para substituir o artigo 14 do Projeto de Lei de Conversão correspondente.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990 —
Gastone Righi — Afif Domingos — Eduar- do Siqueira Campos — Marco Maciel — Ney Maranhão — Ricardo Fiuza — Renan Calheiros.

**REQUERIMENTO Nº 542
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do art. 10 da Medida Provisória a fim de que conste do Processo de Conversão como art. 14.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990 —
Roberto Jefferson.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 543**DE 1990-CN**

Senhor Presidente
Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do(s) dispositi-

vo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151

Art. 10

Parágrafo único

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990

— **Gumercino Milhomem**

**REQUERIMENTO Nº 544
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art.: 11

Parágrafo: 1º

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990

— **Gumercino Milhomem**

**REQUERIMENTO Nº 545
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art. 12

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990

— **Gumercino Milhomem**

**REQUERIMENTO Nº 546,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Requero, nos termos regimentais, destaque supressivo para o inciso I do artigo 12 da Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 547,
DE 1990-CN**

Requero, nos termos da Resolução nº 01, de 1989-CN, destaque para votação em separado do inciso I do art. 12 da Medida Provisória 151, em substituição ao inciso I do artigo 16 e seu § único do Projeto de Lei de Conversão nº 21

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990 — Deputado **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

**REQUERIMENTO Nº 548
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art.: 12

Inciso I

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990 — **Gumercino Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 549,
DE 1990-CN**

Requero, nos termos regimentais para votação em separado do art. 15 da Medida Provisória nº 151, de 1990

Sala das Sessões em 8 de abril de 1990

— **Irajá Rodrigues**.

**REQUERIMENTO Nº 550,
DE 1990-CN**

Requeremos, nos termos regimentais para votação em separado do art. 25 da Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990

— **Irajá Rodrigues — Roberto Freire**.

**REQUERIMENTO Nº 551,
DE 1990**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão do art. 1º do Projeto de Conversão nº 21 da MP nº 151.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990.

— **Brandão Monteiro — Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 552,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a expressão "a extinguir ou", constante do art. 1º, do Projeto de Conversão nº 21, à MP nº 151/90

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990.

— **Lysâneas Maciel**.

**REQUERIMENTO Nº 553,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero, destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151

Art 1º

Inciso I

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 554,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), apresentado(s) à Medida Provisória nº 151.

Art. 1º

Inciso. I

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990

— **Gumercino Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 555,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para alínea a,

do inciso I, do art. 1º, do PLC 21, de MP 151/90

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990.

— **Arthur Lima Cavalcanti**.

**REQUERIMENTO Nº 556,
DE 1990-CN**

Requero, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do inciso I, alínea a, do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990 à Medida Provisória nº 151, de 1990.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990.

— **Gumercino Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 557,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "a", do inciso I, do art. 1º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990.

— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 558,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "b", inciso I, art. 1º do Projeto de Conversão nº 21, da MP 151

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990.

— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 559
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a alínea "c", do inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 151

Sala das Comissões, em 8 de abril de 1990

— **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 560,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "c", inciso I, art. 1º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Comissões em 8 de abril de 1990.

— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 561,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a alínea d, do inciso I, do art. 1º do Projeto de Conversão nº, à Medida Provisória nº 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990

— **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 562,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supres-

são da alínea d, inciso I, do art. 1º do Projeto de Conversão n° 31, da Medida Provisória n° 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO N° 563,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para alínea e, do inciso I, do art. 1º, do Projeto de Conversão n° 21, a Medida Provisória n° 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO N° 564,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea e, do inciso I, do art. 1º do Projeto de Conversão 21 da Medida Provisória n° 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO N° 565,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado DO(S) dispositivo(S), abaixo relacionado(S), constante(S) do Projeto de Lei de Conversão n° 21, apresentado à Medida Provisória n° 151

Art. 1º

Inciso II

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Florestan Fernandes

**REQUERIMENTO N° 566,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais destaque para votação em separado do art. 1º, II, a, do PLV 21/90 (MP 151).

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Gumercindo Milhomem.

**REQUERIMENTO N° 566-A,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do Inciso II, e suas alíneas, do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão n° 21, para a MP 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Jorge Hage.

**REQUERIMENTO N° 567,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para o inciso II e alíneas, do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21, à Medida Provisória n° 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Miro Teixeira.

**REQUEIRO N° 568,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do inciso II, do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão

n° 21, de 1990, à Medida Provisória n° 151, de 1990.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Lysâneas Maciel.

**REQUERIMENTO N° 569,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea a, do inciso II, do art. 1º, do Projeto de Conversão n° 21, a Medida Provisória n° 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO N° 570,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "a" inciso II do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21 da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Vivaldo Barbosa

**REQUERIMENTO N° 571,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "b", do inciso II, do art. 1º, do Projeto de Conversão n° 21, à Medida Provisória n° 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO N° 572,
DE 1990**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "b", inciso II do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21 da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO N° 573,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "c", do inciso II, do art. 1º, do Projeto de Lei de Conversão n° 21, à Medida Provisória n° 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO N° 574,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "c", inciso II do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21, da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Vivaldo Barbosa.

**REQUERIMENTO N° 575,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado destaque para a alínea "d", do inciso II, do art. 1º, do Projeto de Lei de Conversão n° à Medida Provisória n° 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Doutel de Andrade.

**REQUERIMENTO N° 576,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "d", inciso II, do art. 1º do Projeto de Conversão n° 1, da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Vivaldo Barbosa.

**REQUERIMENTO N° 577,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a alínea "e", do inciso II, do art. 1º, do Projeto de Lei de Conversão n° à Medida Provisória n° 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO N° 578,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "c", inciso II, do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21 da MP n° 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO N° 579,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão da alínea "f" inciso II do art. 1º do Projeto de Conversão n° 21 da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 —
Vivaldo Barbosa.

**REQUERIMENTO N° 580,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro destaque, para votação em separado, do § 1º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão n° 21, à Medida Provisória n° 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —
Deputado **Rosário Congro Neto** — Deputado **Euclides Scalco**.

**REQUERIMENTO N° 581,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da expressão "quando de sua instalação" contida no § 1º do art. 1º do PLC n° 21, apresentado a Medida Provisória n° 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 —
Deputado **José Tavares**.

**REQUERIMENTO N° 582,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a expressão "estáveis", contida no art. 1º, do Projeto de Conversão n° 21/90, à MP n° 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— Deputado **Lysâneas Maciel**.

**REQUERIMENTO N° 583,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para o art. 2º,

do Projeto de Conversão nº 21/90, à MP nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Vivaldo Barbosa** — **Brandão Monteiro**.

**REQUERIMENTO Nº 584,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para todo o art 2º, do Projeto de Conversão nº 21/90, à MP nº 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 585,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero destaque, para votação em separado, da(s) expressão(ões), abaixo relacionada(s), constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir.

(... as receitas e dotações orçamentárias...); constante do artigo 2º, incisos I e II.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 586,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o inciso I, do art. 2º, do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 587,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero destaque, para votação em separado, da(s) expressão(ões), abaixo relacionada(s), constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir

(... as receitas e dotações orçamentárias...), constante do artigo 2º, inciso I

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Gumercindo Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 588,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso II, do art 2º, do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 589,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o § 4º, inciso II, do art 2º, do PLC nº 21, da MP 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990 — Deputado **Lysáneas Maciel**, Vice-Líder — PDT.

**REQUERIMENTO Nº 590
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero destaque para votação em separado da(s) expressão(ões), abaixo relacionada(s), constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

(... e as receitas e dotações orçamentárias...); constante do artigo 2º, inciso II.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 591
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 3º

Inciso

Alínea

Parágrafo

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 592
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais; requero destaque para votação em separado — para — do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 21/90, para a MP 151/90

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lysáneas Maciel**.

**REQUERIMENTO Nº 593
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a expressão “a dissolver ou” contida no art. 3º, do Projeto de Conversão nº 21/90, à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lysáneas Maciel**.

**REQUERIMENTO Nº 594
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso I, art. 3º do PLC 21/90, relativo à MP 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lúcio Alcântara**.

**REQUERIMENTO Nº 595
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso I, art. 3º do Projeto de Conversão 21 da MP 151

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 596
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso

II, art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 21 à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 597
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso II, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 598
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso III, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 599
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o inciso IV, art. 3º do PLC 21/90, relativo à MP 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lúcio Alcântara**.

R U R I M D
D R 9 9 0 C

Requero, nos termos regimentais destaque para votação em separado do Art 3º — IV do PLV 21/90 (MP 151).

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**, Líder do PT.

**REQUERIMENTO Nº 600-A
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o inciso IV, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21, da MP 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 601
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o inciso V, art. 3º do PLC 21/90, da MP 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Lúcio Alcântara**.

**REQUERIMENTO Nº 602
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o inciso V, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21, à MP 151/90

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Raquel Cândido**.

**REQUERIMENTO Nº 603
DE 1990-CN**

Requero, nos termos regimentais destaque para votação em separado do Art. 3º — V do PLV 21/90 IMP 151).

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**, Líder do PT.

**REQUERIMENTO Nº 604
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão do inciso V, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21, da MP 151.

rt. 3º — V do PLV 21/90 IMP 151)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 605
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão do inciso VI, art. 3º do PLC 21/90, relativo a MP 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Lúcio Alcântara**.

**REQUERIMENTO Nº 606
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais destaque para votação em separado do Art. 3º — VI do PLV 21/90 (MP 151)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**, Líder do PT.

**REQUERIMENTO Nº 607
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão do inciso VI, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21, da MP 151)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 608
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para o inciso VII, do art. 3º do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 609,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos regimentais destaque para votação em separado ao art. 3º — VII do PLC 21/90 (MP 151)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**, Líder do PT.

**REQUERIMENTO Nº 610,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão do inciso VII, art. 3º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 611,
DE 1990-CN**

Requeiro, nos termos da Resolução nº 01, de 1989-CN, destaque para votação em separado do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 21, referente a MP 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

**REQUERIMENTO Nº 612,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a supressão do art. 4º do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 613,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para o art. 4º e seu parágrafo único, do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 614,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado a Medida Provisória nº 151

Art. 4º

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 615,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação da(s) expressão(ões), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

(.. poderá.); constante do artigo 4º, parágrafo único

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 615-A,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado da(s) expressão(ões), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

(... ou as instituições de educação e de assistência social, sem fim lucrativos, reconhecidas na forma da lei), constante do artigo 4º, parágrafo 2º.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 616,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151

Art. 5º

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 617,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do § 1º do artigo 5º do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Afif Domingos** — **Eduardo Siqueira Campos** — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 618,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente:

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do § 2º do artigo 5º do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Afif Domingos** — **Eduardo Siqueira Campos** — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 619,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requeiro, para votação em separado, destaque para o art. 6º e parágrafos do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Raquel Cândido**.

**REQUERIMENTO Nº 620,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requeiro, para votação em separado, destaque para o art. 6º e Parágrafos, do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade**.

**REQUERIMENTO Nº 621,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requeiro, para votação em separado, destaque para o art. 6º, §§ 1º e 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, (MP nº 151).

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Senador **Maurício Corrêa**.

**REQUERIMENTO Nº 622,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, destaque na votação da Medida Provisória nº 151, — Projeto de Lei de Conversão, no art. 6º — que dispõe: art. 6º e §§ 1º e 2º, para integrar, onde couber, no Texto da Medida Provisória. Fica assim redigido, na referida Medida Provisória:

Art. 6º O acervo técnico, físico, material e patrimonial, dotações orçamentárias, bem como os servidores da Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural — Embrater,

são transferidos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa.

§ 1º A Embrapa passa a incluir, entre os seus objetivos e atribuições estatutárias, o de apoiar a formulação e a implementação da política de assistência técnica e extensão rural no País.

§ 2º O Poder Executivo promoverá, no prazo de sessenta dias, as medidas administrativas necessárias ao ajustamento organizacional da Embrapa, de modo a operacionalizar as transferências definidas neste artigo.

Em consequência suprima-se o item e, inciso II, do art. 3º se for o caso

Proponente: Deputado Eliel Rodrigues.
Sala das Sessões, 3 de abril de 1990. — **Eliel Rodrigues.**

**REQUERIMENTO Nº 623,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente:

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do § 1º do artigo 6º do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi — Afif Domingos — Eduardo Siqueira Campos — Marco Maciel — Ney Maranhão — Ricardo Fiúza — Renan Calheiros.**

**REQUERIMENTO Nº 624,
DE 1990-CN**

Sr. Presidente:

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do § 2º do artigo 6º do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi — Afif Domingos — Eduardo Siqueira Campos — Marco Maciel — Ney Maranhão — Ricardo Fiúza — Renan Calheiros.**

**REQUERIMENTO Nº 625,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requero, para votação em separado, destaque para o art. 7º do PLC 21/90, relativo à MP 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — **Lysâneas Maciel.**

**REQUERIMENTO Nº 626,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do dispositivo abaixo relacionado, constante do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151

Art. 8º, parágrafo 3º
Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes.**

**REQUERIMENTO Nº 627,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado da expressão, abai-

xo relacionada, constante do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

(...ou a instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, como tal reconhecidamente na forma da lei); constante do art. 9º, parágrafo 2º

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Florestan Fernandes.**

**REQUERIMENTO Nº 628,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para art. 10, do Projeto de Conversão nº 21, à Medida Provisória nº 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 629,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do dispositivo abaixo relacionado, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Gumercindo Milhomem.**

**REQUERIMENTO Nº 630,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado da expressão abaixo relacionada, constante do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

"...Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A constante do art. 13".

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Paulo Paim.**

**REQUERIMENTO Nº 631,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 14, parágrafo 1º

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes.**

**REQUERIMENTO Nº 632,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o § 2º, do art. 14 do Projeto de Conversão nº 21, da MP 151/90.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — **Doutel de Andrade.**

**REQUERIMENTO Nº 633,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Solcito, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do § 2º, do art. 14, do Projeto de Lei de Conversão nº 21,

de 1990 (relativo à Medida Provisória nº 151, de 1990)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Cesar Maia.**

**REQUERIMENTO Nº 634,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero destaque supressivo, para votação em separado do § 2º do artigo 14 do Projeto de Lei de Conversão nº 21 referente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Deputado José Serra — Deputado Euclides Scalco.**

**REQUERIMENTO Nº 635,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero destaque p/votação em separado do (s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 15, parágrafo 1º.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes.**

**REQUERIMENTO Nº 636,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais requero destaque p/votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 16.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes.**

**REQUERIMENTO Nº 637,
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão do art. 16, do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — **Vivaldo Barbosa.**

**REQUERIMENTO Nº 638,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

Requero, nos termos regimentais, destaque supressivo para o inciso 1º e parágrafo único do art. 16, do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Deputado José Costa — Deputado Euclides Scalco, Líder do PSDB.**

**REQUERIMENTO Nº 639,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

Requero, nos termos regimentais, destaque supressivo para o inciso 1º e parágrafo único do art. 16, do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. —

Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 640,
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero destaque p/votação em separado do(s) dispositivo(s) abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art 16 — Inciso I.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 641,
DE 1990-CN**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional:

Requero, nos termos regimentais, destaque supressivo para o inciso 1º do art. 16, do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **José Costa** — Deputado **Euclides Scalco**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 642
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para o inciso I, do art. 16, PLV nº 21, da MP 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — **Cristina Tavares** — **Lysâneas Maciel**.

**REQUERIMENTO Nº 643
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero destaque p/votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 16, parágrafo único.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 644
DE 1990-CN**

Sr. Presidente,

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do Parágrafo Único do Artigo 16 do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Aff Domingos** — **Eduardo Siqueira Campos** — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 645
DE 1990-CN**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero destaque p/votação em separado da (s) expressão (ões), abaixo relacionada (s), constantes do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Expressão a suprimir:

“Salvo as de natureza trabalhista ou previdenciária”; constante do Artigo 17, Inciso —, alínea —, parágrafo —.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990 — **Paulo Patm**.

**REQUERIMENTO Nº 646
DE 1990-CN**

Requeremos destaque para discussão e votação do art. 18 do Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 21 à Medida Provisória nº 151.

Sala das Sessões em 8 de abril de 1990. — **Oswaldo Lima Filho** — **Irajá Rodrigues** — **Roberto Jefferson**.

**REQUERIMENTO Nº 647
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do § 5º do artigo 18 do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Aff Domingos** — **Eduardo Siqueira Campos** — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 648)
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero destaque p/votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151.

Art. 22.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Florestan Fernandes**.

**REQUERIMENTO Nº 649
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 24 do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990. (MP 151/90)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Genebaldo Corrêa**, Líder do PMDB.

**REQUERIMENTO Nº 650
DE 1990-CN
Destaque**

Parágrafo único do art. 24 do PLV à MP.151

Em 8 de abril de 1990. — Deputado **Genebaldo Correa**.

**REQUERIMENTO Nº 651
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do Parágrafo Único do artigo 24 do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Aff Domingos** — **Eduardo**

Siqueira Campos — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 652
DE 1990-CN**

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero destaque para votação em separado do(s) dispositivo(s), abaixo relacionado(s), constante(s) do Projeto de Lei de Conversão nº 21, apresentado à Medida Provisória nº 151

Art. 24, Parágrafo único.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gumercindo Milhomem**.

**REQUERIMENTO Nº 653
DE 1990-CN**

Destaque MP 151 art. 24, Parágrafo único do PLC, para supressão.

Em 8-4-90. — **Maurício Corrêa** — **Hélio Duque** — **Francisco Pinto** — **Doufel de Andrade** — **Jamil Haddad**.

**REQUERIMENTO Nº 654
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão as expressões “das autarquias e fundações extintas” e “poderão” do parágrafo único do art. 24 do Projeto de Conversão da MP 151.

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Lúcio Alcântara** e **Márcio Braga**

**REQUERIMENTO Nº 655
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão da expressão “das autarquias e fundações extintas” do artigo 24, parágrafo único do Projeto de Conversão à MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Lúcio Alcântara** e **Márcio Braga**

**REQUERIMENTO Nº 656
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requero, para votação em separado, destaque para a supressão da expressão “poderão” do parágrafo único do art. 24 do Projeto de Conversão da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Lúcio Alcântara** e **Márcio Braga**

**REQUERIMENTO Nº 657
DE 1990-CN**

Sr. Presidente,

Requero, na forma regimental, destaque para votação em separado do texto integral do artigo 25 do Projeto de Lei de Conversão correspondente à Medida Provisória nº 151/90.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — **Gastone Righi** — **Aff Domingos** — **Eduardo Siqueira Campos** — **Marco Maciel** — **Ney Maranhão** — **Ricardo Fiúza** — **Renan Calheiros**.

**REQUERIMENTO Nº 657-A
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais, requeiro, para votação em separado, destaque para a expressão "se de nível médio, ou a mais dois salários, se de nível superior", do art. 25, do PLC nº 21/90, da MP 151/90

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Lúcio Alcântara** Vice-Líder PDT

**REQUERIMENTO Nº 658
DE 1990-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do art. 26 do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990 (M P Nº 151/90)

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Genebaldo Correia**. p/Líder do PMDB.

**REQUERIMENTO Nº 659
DE 1990-CN**

Nos termos regimentais requeiro, para votação em separado, destaque para a expressão "colocados em disponibilidade" no art. 26 do Projeto de Conversão nº 21 da MP 151

Sala das Comissões, 8 de abril de 1990.
— **Vivaldo Barbosa**.

**REQUERIMENTO Nº 660
DE 1990-CN**

Requeiro destaque para votação e discussão em separado do art. 31 do Projeto de Conversão de autoria do relator da Medida Provisória nº 151.

Irajá Rodrigues — Oswaldo Lima — Roberto Freire — Líder do PCB

Sala das Sessões 8 de abril de 1990.

**REQUERIMENTO Nº 661
DE 1990-CN**

Nos termos do Regimento, requeiro destaque para votação em separado da expressão "o art. 242 da Lei nº 6.404, de 15 de setembro de 1976", no texto do art. 31 do Projeto de lei Conversão nº 21, para MP 151/90.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1990
— **Jorge Hage — Lysâneas Maciel**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência prorroga por quatro horas a sessão, de ofício

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os requerimentos de destaques lidos serão votados oportunamente.

Em votação Projeto de Lei de Conversão nº 21 que tem preferência sobre a Medida Provisória.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Congressista Brandão Monteiro, que falará contra.

O Sr. Érico Pegoraro — Sr. Presidente, V. Exª poderia me dar uma informação? Os destaques que foram feitos não é para votar em bloco, é para votar cada destaque?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim.

O Sr. Érico Pegoraro — Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Brandão Monteiro. V Exª tem 5 minutos.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Para encaminhar Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos diante, talvez, da primeira votação mais importante e polêmica desta Casa, que diz respeito a Medida Provisória nº 151.

Durante muito tempo, temos visto, neste País, uma campanha dos corifeus do moralismo de que é necessário perseguir empresas, liquidar o patrimônio público, porque são responsáveis, segundo este raciocínio e estes argumentos, por todos os males do País: pelo déficit público, pela inflação e outras afirmações do mesmo jaez.

Analizamos em profundidade tanto a medida provisória o como projeto de lei de conversão. Como tem acontecido na Casa, ao afogadilho das votações, medidas provisórias chegam a este Congresso, arremetidas diariamente com o ímpeto da voracidade do autoritarismo. Examinamos em profundidade, essas propostas. Como dizíamos antes a respeito das medidas provisórias e dos projetos de lei de conversão, só existem hoje duas unanimidades neste País: a intocabilidade das medidas provisórias do Governo, Fernando Collor e os projetos de lei de conversão dos Relatores do PMDB.

Parece-me que são duas vertentes da mesma raiz; parece que são duas posições nascidas no mesmo lar e na mesma casa. Não vemos modificações substanciais em qualquer projeto de lei de conversão, a não ser modificações cosméticas que justificam a medida provisória e levam, para a opinião pública, a idéia de que a estão modificando.

Nesse sentido, Sr. Presidente, esse Plano, no que diz respeito à reforma administrativa, tem três pilares fundamentais básicos: privatizar empresas, extingui-las ou incorporá-las. A posição do Governo, na medida provisória, foi pela extinção, porque a sua proposta de privatização está em outra medida. A proposta do projeto de lei de conversão também é de extinção, somente com um sofisma para enganar os que não se aprofundam, quando, já no art. 2º, delega poderes ao Governo para extinguir ou privatizar.

Ora, se o Governo manda uma medida para extinguir e o Relator oferece ao Governo a opção de extinguir ou privatizar, evidentemente que está dando cheque em branco para extinguir. Não se discutem, nesta Casa, as razões de extinção de empresa caso a caso; confundem-se empresas que devem ser extintas, porque penduricalhos jogados no Estado, com empresas que prestam serviços a este País, empresas que são superavitárias, como se todas pudessem ser colocadas no mesmo balde, no mesmo saco.

Esta medida provisória, com este projeto de lei de conversão, é extremamente grave

e, nesta Casa, se vota com acordos anteriores, sem se discutir a essência da medida.

Chamo a atenção dos Parlamentares, patriotas deste País, para aqueles que só têm compromissos com o Brasil e não com governos eventuais, e não com pessoas ou com grupos econômicos.

Srs. Parlamentares, se V. Exª puderem me dar atenção, pelo menos dois minutos, eu lhes diria do crime que a Medida Provisória e o projeto de lei de conversão querem fazer com este País. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.421, de 29 de março de 1988; o art. 242, da Lei nº 6.004, de 15 de setembro de 1964; o art. 5º, da Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, e as demais disposições em contrário. Revogam-se o princípio da não falência das empresas estatais deste País; revoga-se esse princípio. Conheçamos a História do Brasil, e o Banco do Brasil falu uma vez no Governo de Joaquim Murinho. Atrás dessas medidas e do projeto de lei de conversão, está o projeto de desestatização, da extinção das empresas, da venda e da entrega do patrimônio público brasileiro ao capital internacional.

Eu chamaria à reflexão os nobres Pares: hoje, via, na Comissão de Trabalho, a competência estampada no rosto e na palavra de João Santana, o garoto que já foi do PT, que serviu ao Governo do Presidente Sarney, e, hoje, é o todo-poderoso da administração, que não conhece os meandros da administração pública, justificando questões injustificáveis, como a extinção da Interbrás. Onde chega a Interbrás, lá está a Cotia e, onde, hoje, a Cotia está? No Ministério do Planejamento, com quatro cargos na assessoria da Ministra Zélia.

Os defensores da extinção da Portobrás esquecem-se do trabalho que esta empresa faz pelas populações ribeirinhas de Manaus, de Rondônia e de outros lugares. Mas, como o tempo é pouco para o encaminhamento, eu pediria, Sr. Presidente, que, pelo menos esta Casa vote para salvar o mínimo. Primeiro, a emenda supressiva do art. 32, que é um crime contra o País, não é uma emenda do meu Partido, um destaque do PSDB, ela coloca a seguinte redação.

O Presidente da República, no prazo de até 60 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei com justificativa fundamentada, propondo a privatização, a extinção ou incorporação à entidade com natureza jurídica de finalidades afins, das seguintes entidades: Empresa de Portos do Brasil (Portobrás); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); Banco Nacional de Crédito Cooperativo BNCC; Petrobrás Comércio Internacional (Interbrás); Petrobrás Mineração (Petromisa), Distribuidora de Filmes (Embrafilme); e Companhia Brasileira de Projetos Industriais (Cobrapi).

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa renova apelo mais uma vez às galerias

Com a palavra o nobre Deputado José Fernandes, que falará a favor.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT — AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação da Medida Provisória que trata da extinção de órgãos estatais

E hoje, estou ouvindo, desde manhã, quando da abertura da sessão neste Congresso, palavras que se contradizem. Todos nós somos recém-saídos de uma campanha presidencial. E naquele momento em que a Nação vivia a insatisfação e a aflição de ver se aproximava a hiperinflação, todos os candidatos, sem exceção, sem uma só, iam à televisão dizer à Nação brasileira que queriam ser presidente para reduzir o déficit público, para tomar novos caminhos, buscando desenvolver com equilíbrio a economia nacional

E no processo de hiperinflação que se avizinhava não havia esperança para o capital, para o trabalhador, e os desenganos estavam na frente, porque atrás tinham passado as esperanças. E esse não é um plano para acalantar, esse é um plano duro, corajoso, perigoso, que só os grandes homens e os grandes políticos são capazes de apoiar. É esta a história que não se diz.

Ninguém disse na televisão, ao povo brasileiro, que ia acalantar o empreguismo, que ia combater o processo inflacionário via medidas adocicadas, medidas fáceis, medidas de contentamento fácil. Esse é um plano difícil, mas nós achamos que se esta Casa tiver coragem de partir nessa caminhada, de dar algum prejuízo momentâneo, mas de abrir esperanças à frente, nós vamos ter um resultado acalantador para o processo de abismo que se avizinhava.

Sei que há órgãos extintos, sei que aqui também há uma compressão do setor público, sei que há redução de salários, mas sei que pior do que isso é o abismo da hiperinflação, da irresponsabilidade, da palavra fácil daqueles que não tiveram coragem de dizer aos brasileiros que fariam diferente, mas que hoje condenam, com muito entusiasmo, a medida corajosa que tomou Fernando Collor para traçar para nossa economia novos caminhos, com novas medidas, com coragem dos que não ficam com a desesperança, mas abre o caminho, o caminho mais tortuoso, mais espinhoso, mas corajoso, caminho da esperança do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra o Deputado Aldo Arantes, que falará contra.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho aqui, em nome do Partido Comunista do Brasil, para dizer que somos contra a Medida Provisória nº 151.

Consideramos um grave erro e uma atitude irresponsável extinguir empresas rentáveis,

quando este Congresso não tem conhecimento detalhado da sua situação.

Na verdade, Sr. Presidente, quer se atropelar este Congresso. Não se quer permitir uma análise detalhada, acurada e democrática com a participação da sociedade civil. Não se quer que o povo opine, não se quer que o próprio Congresso Nacional opine com conhecimento de causa. Para que este Congresso vote Medidas Provisórias dessa natureza ele tem que ter conhecimento detalhado.

Por isso mesmo, na nossa opinião, matéria dessa complexidade, dessa abrangência só poderia ser objeto de lei ordinária com caráter de urgência.

Quero aqui lembrar, Sr. Presidente, que uma das empresas que se pretende extinguir por essa Medida Provisória é a Interbrás.

Pois bem, a Interbrás não recebe subsídio ou dotação orçamentária; não é uma empresa deficitária portanto. Ela, em 1989, obteve um lucro superior a 7 milhões de dólares. Conseguiu contribuir para os cofres públicos com 100 milhões de dólares na época da crise cambial. O próprio Presidente da Petrobrás ressalta a importância da manutenção da Petrobrás no sentido de criar condições competitivas para o Brasil no mercado exterior.

Mas nós sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que além das multinacionais, a Cotia-trading está por trás dessa manipulação. Mas não é somente o caso da Interbrás; é o caso da Siderbrás. Sabemos que muitas das empresas do Grupo Siderbrás estão numa situação de crise, não por responsabilidade dessas empresas, mas por uma política irresponsável da ditadura militar, por uma política irresponsável do Governo Sarney, de subsidiar as empresas particulares e multinacionais, com preços de aço muito abaixo dos preços de mercado.

A mesma coisa, Sr. Presidente, acontece com a Portobrás. Sabemos que na maioria dos países desenvolvidos, como Japão, Austrália, França, Itália e China, os portos estão sob controle do Estado. Mas aqui, Sr. Presidente, deu-se uma crise de privatização quer se entregar tudo para a chamada iniciativa particular; quer se entregar tudo para as multinacionais. Daqui a pouco, procurar-se-á também entregar o próprio Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, quero aqui chamar a atenção para um fato. Hoje, o *Jornal do Brasil*, denunciando a questão da Petromisa, mostra a grande negociata que está por trás da extinção dessa empresa e os interesses da Odebrecht e do Grupo Lume. Isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para não falar da Embrater, para não falar no caso da cultura. Essa área da cultura vai ser praticamente destruída, sem que os setores a ela ligados sejam sequer ouvidos.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em curso no Brasil uma política da qual discordamos. Independente dela, o mínimo é que este Congresso Nacional decida de forma responsável. Aprovar a Medida Provisória nº 151 é adotar uma atitude irres-

ponsável, é decidir sem conhecimento de causa

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Congressistas sobre o Relator dessa Medida Provisória nº 151, o Senador Cid Sabóia de Carvalho. S. Ex^a, no seu parecer inicial, falava da continuidade da Portobrás, da Interbrás, da Petromisa, da Siderbrás, mas, no meio do caminho, ou seja, no meio do seu parecer, mudou de posição. Aqui, no seu relatório, S. Ex^a fala que aquela formulação inicial dizia respeito à necessidade de o Congresso Nacional ter conhecimento de causa, saber o que se passa com essas empresas para adotar uma atitude responsável. Por isso, não só por uma posição que tenho acerca do papel do Estado na economia, não só porque a Frente Brasil Popular defendeu durante a Campanha eleitoral, que se trata de desprivatizar o Estado brasileiro; trata-se de fazer com que o Estado brasileiro e as empresas estatais, ao invés de estarem a serviço de grupos particulares; ao invés de estarem a serviço de empresas multinacionais, que se coloquem a serviço da sociedade brasileira, do bem-estar.

Por isso, apelo aos Srs. Congressistas, votem de acordo com os interesses da Nação, votem de acordo com os interesses de milhares e milhares de brasileiros não torrem o patrimônio da União, exijam que essa matéria volte para esta Casa, na base de projeto de lei, para que possamos, de forma responsável, tomar uma decisão sobre o assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente (Palmas)

O Sr. Samir Achôa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não tenho que fundamentar, em nenhum dispositivo legal, quando peço a palavra pela ordem, para homenagear um dos homens mais ilustres deste País, que é V. Ex^a

Em nome do PMDB, queremos prestar a homenagem justa a um dos homens públicos que mais dignificam a política neste País. V. Ex^a merece. Oitenta anos servindo a este País. Que Deus o conserve, Sr. Presidente, para poder levar avante, nesta transição, o barco, que há de chegar a um porto seguro.

Nossas homenagens sinceras a V. Ex^a, Deus o abençoe, continue abençoando, porque os serviços de V. Ex^a, prestados a esta Pátria são dignos de encômios e de aplausos.

Nossas homenagens sinceras e que as bênçãos do Céu estejam sempre presentes na vida de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Presidente da Mesa agradece penhorado as palavras do nobre Congressista Samir Achôa, em nome do nosso Partido, o PMDB.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, quero agradecer a obstrução do PMDB nesta sessão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Waldeck Ornélas, para encaminhar, por cinco minutos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL — BA. Para encaminhar Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trata-se de encaminhamento de votação. É preciso que o Plenário vote e de forma esclarecida.

O acordo de Líderes conclui pela aprovação do texto do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 151, que incorpora a avaliação e a contribuição do Congresso Nacional. É preciso termos a consciência, Srs. Congressistas, de que este Projeto de Lei de Conversão inclui alguns penduricalhos que não honram esta Casa, entre eles destaque-se um "trem da alegria", que incorporaria, pela "janela" nos quadros de pessoal do Congresso Nacional, pessoas à disposição, oriundas de órgãos extintos ou transformados pela Medida Provisória, que ora se vai votar.

Por outro lado, ao aprovarmos, ontem, a Medida nº 150, já incorporamos na competência de vários Ministérios, itens que não haviam sido expressamente incluídos na proposta do Poder Executivo. Por isso, nada há a temer. O que há, dentro do projeto de reforma, é uma valorização, um fortalecimento da administração centralizada, frente à administração descentralizada. O que se quer é exatamente fazer com que a administração central possa cumprir aquelas funções que cabem e que comportam na área de atuação do Estado. O critério para que uma empresa seja estatal, não é lucro ou prejuízo, mas que corresponda à função que evidencie a essência do papel do Estado na sociedade.

Disponho de mais tempo, contudo este Plenário já ouviu dezenas de discursos, razão pela qual dou por encerrado o meu pronunciamento, porque o Plenário deseja, agora, manifestar a sua vontade.

A Sr. Abigail Feitosa — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — Com a palavra a nobre Congressista Abigail Feitosa.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB — BA Para contraditar. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De uma ora para outra os funcionários públicos do Brasil são responsáveis pela dívida externa, pela hiperinflação e pela bagunça que tomou conta do País. É inaceitável que os funcionários públicos que têm o salário archoado, que passam dias difíceis, sejam responsabilizados pelas dificuldades do Brasil. Nós não aceitamos que a Interbrás, Petrobrás e a Portobrás sejam privatizadas.

Aqui está o compromisso de campanha do Sr. Collor de Mello, se responsabilizando em melhorar a estrutura portuária do Brasil. Que Presidente é esse, minha gente, que faz a campanha em cima de propostas e que depois nega-as? Que confiança merece um Presidente que vai à tribuna se comprometer com

a luta para a melhoria do povo brasileiro e traz de volta, pior do que o desemprego, o arrocho salarial e milhões de pessoas desempregadas e com desesperança?

E, pior do que tudo, vai à televisão e mente, mente com a cara limpa, dizendo que o povo está aceitando. O povo está desempregado, o povo está sofrendo o arrocho salarial e não tem confiança nem no sistema financeiro do Brasil.

Chega de mentira! O rei está nu! Nós temos que botar abaixo, tanto a Medida Provisória como o Projeto de Lei de Conversão, todos são lesivos ao interesse da Pátria. Nós não aceitamos que este País seja internacionalizado, nós não aceitamos que o povo brasileiro entregue o que é seu de mais precioso para o grande capital internacional, porque atrás da venda de cada uma dessas empresas, tem uma maracutaia que a todo o tempo a imprensa está denunciando. Chega! Quem tiver compromisso com este País tem que dizer um basta. E não está certo haver uma medida provisória atrás da outra e este Congresso não poder nem discutir-las. Que Casa é esta que não quer nem discutir os projetos, as medidas provisórias?

Está na hora de se dar um basta e dizer que isso aqui tem de ter um ritmo regular. Se precisarmos privatizar uma empresa, que venhamos a discutir empresa por empresa e não passar um cheque em branco para o Presidente, porque não é pelo fato de Sua Excelência ter sido eleito pelo voto direto que vamos entregar tudo e ficar submissos e de cabeça baixa.

Vamos resgatar a honra desta Nação. Não vamos privatizar as nossas empresas! Chega! Muito obrigada (Palmas)

O SR. PRESIDENTE(Nelson Carneiro) — A Mesa não voltará a pedir às galerias que fiquem acomodadas. Peço às pessoas que se encontram nas galerias que não obriguem a Mesa a tomar medidas que não estão de acordo com a sua vontade, mas que estão de acordo com o Regimento da Casa, sob pena de os que estiverem hoje nesta galeria não poderem voltar amanhã, porque todos estão identificados e todos ficarão proibidos de entrar outra vez na Casa, durante os trabalhos da votação das Medidas Provisórias.

Concedo a palavra ao último orador inscrito Deputado José Serra

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

O PSDB, no tratamento da Medida Provisória nº 151, deixou, inicialmente muito clara sua posição de que acreditávamos que Medida Provisória não representa o caminho institucional para mexer na organização do Estado.

Prevalecendo, neste Congresso, idéia contrária de dar curso ao exame da Medida Provisória, efetivamente, então, um conjunto de emendas, para as quais solicitaremos destaques e os quais encaminhamos a outros Partidos, com vistas a melhorar a Medida Provi-

sória, a adferá-la melhor às necessidades de reorganização do Estado neste País.

Há uma emenda proposta que venho aqui defender, em nome da Bancada do PSDB, que se refere à necessidade de que, neste programa de estabilização o governo, se realize um corte de despesas que não implica demissão de funcionários, não implica fechamento de nada, mas significa enxugar o gasto público e fazer com que o Governo corte também na sua carne, o setor de empresas e muitas famílias foram bastante afetados por esse programa de estabilização, e o corte de gastos públicos, implícito no conjunto destas Medidas, é considerado bastante insuficiente como parte daquele sacrifício que deveria caber ao Governo.

Por esta razão, encaminhamos uma emenda, propondo o corte do equivalente de 10 bilhões de dólares no Orçamento deste ano, quanta aprovada, sem o devido, sem o adequado financiamento constitucional, segundo os parâmetros da Carta que aprovamos em 1988.

Eu quero dizer que esse corte de 10 bilhões de dólares, se impõe até para que a sociedade acredite, de credibilidade ao programa de estabilização, porque sabemos o quanto estão afetadas hoje as empresas, de outros setores particularmente na área de bens de investimentos, de máquinas, equipamentos, construção civil, serviços, inclusive de engenharia. Sabemos o quanto foram prejudicados milhares de famílias no Brasil que tinham suas pequenas poupanças, seja em caderneta, seja em aplicações de outro tipo. No entanto, o que o Governo propôs cortar do gasto público é algo muito modesto, muito além daquilo que o Plano de estabilização necessita e o que a população quer.

Por isso encaminhamos esta emenda, propondo cerca de 7 itens, cortes de gastos, que não prejudicarão o nível de emprego na economia, porque o corte desses 10 milhões deverá ser acompanhado por uma expansão, por uma maior folga da liquidez dentro do setor privado e das famílias. Isso poderá ajudar a conter a queda da produção, a conter a queda do emprego e, inclusive, a salvar a receita de impostos, porque, se houver uma depressão econômica, ironicamente e teremos déficit público, não porque o Governo gasta muito, mas porque vai arrecadar muito pouco. Porque o imposto sai da produção e do trabalho. E se a produção e o emprego caírem, cairão as receitas e aumentará o déficit. Nós estaremos no pior dos mundos, que é o mundo da inflação, e o mundo da depressão. Por isso é necessário que o Governo corte e que se reinjete liquidez no setor privado e para as famílias a partir desses cortes.

É esta emenda que apresentamos, para a qual pediremos destaque, para a fim de que esta Casa vote, para a respeitabilidade e credibilidade do programa, contra a inflação.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, nós termos do art. 6º do Regimento Comum, solicito a palavra para o Líder do PDT, para uma comunicação importante que representa

as Lideranças do PDT, PT, PCB, PC do B, e PSB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Doutel de Andrade, por cinco minutos, em nome dos Partidos relacionados pelo nobre Congressista Brandão Monteiro, para uma comunicação urgente.

O SR. DOUTEL DE ANDRADE (PDT — RJ. Como Líder, para comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago à Casa, nesta oportunidade histórica, comunicação subscrita por cinco Partidos. Solicitaria de V. Ex.^a a melhor atenção para os termos desta comunicação, cuja leitura passo a proceder.

Alerta à Nação

1. Os partidos políticos abaixo assinados denunciam à Nação o caráter antinacional e recessivo do pacote econômico que o Governo Collor pretende impor ao povo brasileiro. Esse pacote, além de apresentar aspectos abertamente inconstitucionais, vai provocar desemprego, reduzir salários, além de promover a desnacionalização das empresas estatais, sob o disfarce da privatização.

2. Reiterando comportamento autoritário, assumido desde o início do seu mandato, o Presidente da República isolada e desalmadamente voltou hoje a fazer inadmissível advertência ao Congresso, afirmando, pelos jornais, que se este “mexer no Plano, será a tragédia”. O Congresso não pode aceitar esta imposição antidemocrática: não pode dar um cheque em branco ao Executivo para vender empresas estatais, não pode reduzir salários, não pode confiscar poupança; extinguir arbitrariamente órgãos e empresas da administração.

3. Os partidos que proclamam estar em oposição ao Governo têm votos suficientes para barrar a irresponsabilidade e aprovar emendas que revertam a lógica perversa do “pacote”, em negar ao Governo meios para combater a inflação. Infelizmente, não se tem conseguido esta unidade, no curso das votações desta semana. Os relatórios sobre as Medidas do “pacote”, todos da lavra dos representantes do PMDB, introduzem modificações que não alteram seus objetivos estratégicos de produzir, mediante recessão e desnacionalização, um modelo de modernização conservadora e dependente da economia brasileira. Os projetos de conversão, propostos por este partido, em relação à política salarial, desestatização, extinção de empresa estatais estratégicas, não alteram o sentido geral do Plano.

Visando a aprovação de seus objetivos de conversão sem alterações promovidas pela participação democrática de todos os partidos, o PMDB bloqueou negociações regimentais, modificou relatórios e

tem dificultado a apreciação de emendas que modifiquem o Plano em sua essência, correndo assim o risco de se comprometer, com o Pacote do Governo

4. Diante deste quadro, os partidos abaixo assinados:

— repudiam a ameaça do Presidente da República e reafirmam que, ao contrário da sua afirmação de que o Congresso pode atrapalhar o pacote, o que o Congresso pode é salvar o País do desastre, promovendo as necessárias alterações no seu conteúdo

— reiteram sua disposição de exercer plenamente sua tarefa constitucional, lutando, com todos os meios regimentais disponíveis, contra as Medidas Provisórias antipopulares e antinacionais e a favor de emendas que beneficiem o povo e assegurem a autonomia nacional;

— fazem um apelo a todos os partidos opositores para que se unam em torno das emendas que podem alterar os objetivos estratégicos do “Pacote”;

— conclamam a sociedade civil, que nesses dias de funcionamento do “Pacote”, teve a oportunidade de se esclarecer sobre o seu verdadeiro conteúdo, a se mobilizar contra o mesmo, a fim de defender a economia popular e a independência econômica do país

Brasília, 8 de abril de 1990 — Dep. **Doutel de Andrade**, Líder do PDT — Dep. **Gumercindo Milhomem**, Líder do PT — Dep. **José Carlos Sabóia**, Líder do PSB — Dep. **Haroldo Lima**, Líder do PC do B — Dep. **Roberto Freire**, Líder do PCB.

Escusável dizer que toda a população brasileira, se pudesse, estaria aqui neste momento, também, assinando este documento. Ele é uma denúncia, mas é também uma conclamação a esta Casa,...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a já terminou?

O SR. DOUTEL DE ANDRADE — ... na hora em que a Nação está ameaçada de naufrágio. Esta Casa não pode, sob pena de falhar às suas responsabilidades, deixar de atentar ao que aqui está escrito.

Era esse, Srs. Congressistas, o manifesto que tiyemos a honra de ler. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — (Faz acionar as campainhas) — A Mesa deu 5 minutos e o orador falou 7 minutos.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, V. Ex.^a ao acionar as campainhas, desrespeitou a Liderança que falava em nome de cinco Partidos, e comportamento semelhante a este não foi adotado em relação a outros partidos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa deu 5 minutos.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a não fala antes de mim!

A Mesa deu 5 minutos, ao orador para ler um documento. O orador o leu, bem como as assinaturas — não tem que fazer comentário algum, depois de 7 minutos.

A Mesa, agora, vai dar a palavra a outro Partido. V. Ex.^a pediram a palavra para que o Líder do PDT falasse; S. Ex.^a falou. Agora, vão ouvir o outro lado. Ou V. Ex.^a só querem ouvir um lado?

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Renan Calheiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra por cinco minutos ao nobre Congressista Renan Calheiros, solicitando ao Plenário a mesma atenção com o que ouviu o Deputado Doutel de Andrade, com o mesmo respeito se deve ouvir a parte contrária

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com todo o respeito que temos pela Oposição, essa intervenção foi verdadeiramente anti-regimental, porque já haviam encaminhado a votação seis representantes; três a favor e três contra. Este processo de obstrução, na prática é contra o Brasil. Os Congressistas querem votar, nós queremos votar. É hora de moralizarmos o Brasil, Sr. Presidente. Vamos acabar com essa demagogia ultrapassada. Portanto, queremos votar.

Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex.^a que, na votação da próxima medida, vamos entrar com um requerimento para votar os destaques e as emendas em globo, porque esta Casa quer votar, o Brasil quer que este Plano seja aprovado, e essa demagogia vai ter que acabar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o Projeto de Lei de Conversão.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não posso concedê-la agora a V. Ex.^a A Mesa só dá a palavra com a invocação do dispositivo regimental. Qual é o dispositivo regimental em que V. Ex.^a se baseia? (Pausa) Não há.

Assim, a Mesa vai proceder à votação. Em votação o Projeto de Lei Conversão na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, peço verificação de votação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa acolhe o pedido de verificação de V. Ex^a.

Vamos proceder à verificação de votação. Não há mais o que discutir.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares, para se proceder à verificação. (Pausa)

Os Srs. deputados que estão nas suas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa) (manifestações das galerias)

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares. Vai se proceder à verificação requerida pelo Relator, Deputado José Genoíno.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Peço aos Srs. Parlamentares dos Partidos democráticos que não aceitem as provocações que estão vindo do outro lado, visando a promover uma imagem negativa do Congresso Nacional.

Não vamos deixar que o outro lado coloque o Congresso Nacional com uma imagem desfavorável em relação à posição dos Partidos democráticos, Sr. Presidente!

Vamos com cautela, Sr. Presidente! Não vamos entrar na provocação do outro lado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para a verificação requerida.

Os Srs. Líderes podem orientar suas Bancadas

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dentro do clima que achamos que deve haver, de calma; nesta Casa, queremos somente lamentar o ocorrido, pois a figura do Deputado Doutel de Andrade merecia, como continua a merecer, a consideração e o respeito desta Casa e de V. Ex^a

Quero dizer a V. Ex^a que me dirigi a este microfone, porque V. Ex^a havia cortado o som do outro e o Deputado Renan Calheiros teria afirmado que o nosso requerimento era anti-regimental. Quero contraditar, para informar que estávamos nos baseando nos termos do art. 6^o do Regimento Comum, que

nos permite pedir a palavra para uma comunicação importante. Não queremos tumulto. Agora, lamentamos que o Deputado Ibsen Pinheiro, nosso querido irmão, o qual nós respeitamos tenha tido tempo necessário para explicar a posição do ilustre Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e nós não tenhamos merecido a mesma condescendência, o mesmo rigor regimental. Mas estamos aqui para colaborar, estamos aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Deputado Brandão Monteiro, a Mesa deve uma explicação. A Mesa, a pedido de V. Ex^a, concedeu, sem nenhuma disposição regimental, o prazo de cinco minutos para o nobre Deputado que declarou que ia fazer uma comunicação importante. Leu o seu manifesto por sete minutos, com todas as assinaturas das pessoas e depois começou a fazer comentários; a Mesa não o interrompeu enquanto S. Ex^a leu o documento. Mas quando S. Ex^a concluiu a leitura do documento, a Mesa não podia conceder-lhe a palavra para continuar comentando, só isso (Palmas)

Mas a minha admiração pelo velho companheiro Doutel de Andrade, companheiro de tantas lutas, de tantos sacrifícios é a mesma, como é por todos os Colegas desta Casa.

Srs. Congressistas, queiram colaborar com a Mesa e ocupar os seus lugares para a votação

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, já ouvimos da Esquerda todo o seu pronunciamento. Ouvimos, com respeito, Sr. Presidente. Agora, queremos que a Esquerda professe o rito democrático. Vamos votar, e ganha quem tiver maioria. É isto o jogo democrático, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa pede a todos os Srs. Congressistas que não façam mais comentários. Vamos votar.

Os Srs. Congressistas que não estão nas suas bancadas queiram ocupar os seus lugares.

Vai ser procedida a votação

A Mesa não concede mais a palavra. A Mesa não recebe apartes. Os Partidos podem manifestar o seu ponto de vista, a sua posição, se é a favor ou contra.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, quero me manifestar contra a baderna, contra a bandalheira da Esquerda.

Nós do PDS iremos votar "sim"

O Sr. Ricardo Fiúza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO FIÚZA (PFL — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do PFL pede à sua Bancada que vote "sim"

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Partido Democrático Trabalhista, sabendo que o momento é grave para o País e que é preciso haver reformas, entendendo que o plano de estabilização financeira do País é necessário, mas que não se sacrifique no altar desse plano de estabilização a única coisa que os trabalhadores sofridos têm, que é o seu sustento e o de sua família. Por isso, estamos votando contra esse acodamento nessa votação, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL Pela ordem) — Sr. Presidente, para aprovar a mais ousada e corajosa reforma administrativa da história do País, a Liderança do Governo pede o voto "sim"

O Sr. Gumercindo Milhomem — Sr. Presidente, peço palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, para encaminhar o voto do Partido dos Trabalhadores, votamos contra a violência que se comete contra o funcionário público, a violência que se comete contra o patrimônio nacional, e a violência que se comete nesta Casa, cortando a palavra dos Partidos de Oposição.

Por isso, votaremos contra este Projeto de Lei de Conversão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa deu a palavra ao intérprete dos Partidos de Oposição. Não pode ser acusada de cercear a palavra de ninguém.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB, fazendo a ressalva dos destaques, vota "sim" ao Projeto de Lei de Conversão.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil solicita aos Deputados e Senadores democratas o voto "não", contra este Projeto de Lei de Conversão, contra esta Medida Provisória, contra a entrega do País e contra a recessão que o projeto quer impor ao nosso povo.

O Sr. Francisco Rolim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex'.

O SR. FRANCISCO ROLIM (PSC — PB. Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido Social Cristão recomenda o voto "sim"

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex'

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Pela ordem) — Sr. Presidente, quero apenas registrar que a Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa votará contra o Projeto de Lei de Conversão que extingue estatutos

O Sr. Eduardo Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Pela ordem) — Sr. Presidente, pela reforma administrativa e pela Extensão Rural, o PDC votará "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido Comunista Brasileiro votará contra o Projeto de Lei de Conversão.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PRN votará "sim" ao projeto de Lei de Conversão.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela orde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB recomenda a sua Bancada o voto "sim" ao Projeto de Lei de Conversão e o voto "sim" aos destaques apresentados pelo Partido.

O Sr. Afif Domingos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido Liberal, em coerência com o seu programa partidário, vota "sim" ao Projeto de Lei de Conversão e, depois, vota acompanhando o acordo nos destaques.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim" ao projeto de Lei de Conversão que aperfeiçoa a Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

Srs. Deputados, queiram registrar os seus códigos de votação e selecionar os seus votos

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos (Pausa)

(Procede-se à votação)

VOTAM OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — Sim
Francisco Diógenes — Sim
Geraldo Fleming — Abstenção
Maria Lúcia — Não
Narciso Mendes — Sim
Osmir Lima — Sim
Rubem Branquinho — Sim

Amazonas

Antar Albuquerque — Sim
Beth Azize — Não
Eunice Michiles — Sim
Ézio Ferreira — Sim
José Dutra — Sim
José Fernandes — Sim
Sadie Hauache — Sim

Rondônia

Arnaldo Martins — Sim
Assis Canuto — Sim
Francisco Sales — Sim
José Guedes — Sim
Jose Viana — Sim
Raquel Cândido — Não
Rita Furtado — Sim

Pará

Ademir Andrade — Não
Aloysio Chaves — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Asdrubal Bentes — Sim
Benedicto Monteiro — Sim
Dionísio Hage — Sim
Domingos Juvenil — Sim
Eliel Rodrigues — Sim
Fausto Fernandes — Sim

Fernando Velasco — Sim
Gerson Peres — Sim
Jorge Arbage — Sim
Manoel Ribeiro — Sim
Paulo Roberto — Sim

Tocantins

Ary Valadão — Sim
Edmundo Galdino — Não
Eduardo Siqueira Campos — Sim
Freire Júnior — Sim
Leomar Quintanilha — Sim
Paulo Mourão — Sim
Paulo Sidnei — Sim

Maranhão

Albérico Filho — Sim
Antonio Gaspar — Sim
Cid Carvalho — Sim
Costa Ferreira — Sim
Edivaldo Holanda — Sim
Eliézer Moreira — Não
Enoc Vieira — Sim
Eurico Ribeiro — Sim
Francisco Coelho — Sim
Haroldo Sabóia — Não
Joaquim Haickel — Sim
José Carlos Sabóia — Não
Victor Trovão — Sim
Wagner Lago — Sim

Piauí

Átila Lira — Sim
Felipe Mendes — Sim
Jesusaldo Cavalcanti — Sim
Jesus Tajra — Sim
José Luiz Maia — Sim
Manuel Domingos — Não
Mussa Demes — Sim
Myriam Portella — Não
Paes Landim — Sim

Ceará

Áécio de Borba — Sim
Bezerra de Melo — Sim
César Cals Neto — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim
Firmo de Castro — Não
Furtado Leite — Sim
Gidel Dantas — Sim
José Lins — Sim
Lúcio Alcântara — Não
Luiz Marques — Sim
Moema São Thiago — Sim
Orlando Bezerra — Sim
Osmundo Rebouças — Sim
Paes de Andrade — Sim
Raimundo Bezerra — Não
Ubiratã Aguiar — Sim

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — Sim
Flávio Rocha — Sim
Henrique Eduardo Alves — Sim
Iberê Ferreira — Sim
Ismael Wanderley — Sim
Marcos Formiga — Não
Ney Lopes — Sim
Vingt Rosado — Sim

Parafba

Adauto Pereira — Sim
 Agassiz Almeida — Não
 Aluizio Campos — Sim
 Antonio Mariz — Não
 Edivaldo Motta — Sim
 Edme Tavares — Sim
 Evaldo Gonçalves — Sim
 Francisco Rolim — Sim
 João Agripino — Sim
 João da Mata — Sim
 José Maranhão — Sim

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — Não
 Cristina Tavares — Não
 Egídio Ferreira Lima — Sim
 Fernando Bezerra Coelho — Sim
 Fernando Lyra — Não
 Gilson Machado — Sim
 Harlan Gadelha — Não
 Horácio Ferraz — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 José Carlos Vasconcelos — Sim
 José Jorge — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Moura — Sim
 José Tinoco — Sim
 Marcos Queiroz — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Osvaldo Coelho — Sim
 Osvaldo Lima Filho — Não
 Paulo Marques — Sim
 Ricardo Fiuza — Sim
 Roberto Freire — Não
 Salatiel Carvalho — Sim
 Wilson Campos — Sim

Alagoas

Albérico Cordeiro — Sim
 Antonio Ferreira — Sim
 Eduardo Bonfim — Não
 Geraldo Bulhões — Sim
 José Costa — Sim
 José Thomaz Nonô — Não
 Renan Calheiros — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim

Sergipe

Acival Gomes — Não
 Bosco França — Não
 Djenal Gonçalves — Sim
 João Machado Rollemberg — Não
 José Queiroz — Não
 Leopoldo Souza — Não
 Messias Góis — Sim

Bahia

Abigail Feitosa — Não
 Ângelo Magalhães — Sim
 Benito Gama — Sim
 Carlos Sant'Anna — Sim
 Celso Dourado — Sim
 Domingos Leonelli — Não
 Eraldo Tinoco — Sim
 Fernando Santana — Não
 Francisco Benjamim — Sim
 Francisco Pinto — Não
 Genebaldo Correia — Sim

Haroldo Lima — Não
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Joaci Góes — Sim
 Jonival Lucas — Sim
 Jorge Hage — Não
 Jorge Vianna — Sim
 José Lourenço — Sim
 Jutahy Júnior — Sim
 Leur Lomanto — Sim
 Lídice da Mata — Não
 Luiz Eduardo — Sim
 Luiz Vianna Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Mário Lima — Não
 Milton Barbosa — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Murilo Leite — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Prisco Viana — Sim
 Raul Ferraz — Sim
 Sérgio Brito — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Virgildásio de Senna — Sim
 Waldeck Ornelas — Sim

Espírito Santo

Jones Santos Neves — Sim
 Lezo Sathler — Sim
 Lurdinha Savignon — Não
 Nelson Aguiar — Não
 Nyder Barbosa — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Rita Camata — Sim
 Rose de Freitas — Não
 Stélio Dias — Sim

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Anna Maria Rattes — Não
 Arolde de Oliveira — Sim
 Artur da Távola — Não
 Benedita da Silva — Não
 Bocayuva Cunha — Não
 Brandão Monteiro — Não
 Carlos Alberto Caó — Não
 César Maia — Não
 Daso Coimbra — Sim
 Doutel de Andrade — Não
 Edmilson Valentim — Não
 Ernani Boldrim — Sim
 Fábio Raunheitti — Sim
 Feres Nader — Sim
 Flavio Palmier da Veiga — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Jorge Gama — Sim
 Jorge Leite — Não
 José Carlos Coutinho — Não
 José Luiz de Sá — Sim
 José Maurício — Não
 Luiz Salomão — Não
 Lysâneas Maciel — Não
 Márcio Braga — Não
 Messias Soares — Sim
 Miro Teixeira — Não
 Nelson Sabrá — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim

Paulo Ramos — Não
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Jefferson — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Rubem Medina — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Sotero Cunha — Abstenção
 Vivaldo Barbosa — Não
 Vladimir Palmeira — Não

Minas Gerais

Aécio Neves — Sim
 Aloísio Vasconcelos — Sim
 Álvaro Antônio — Sim
 Alysso Paulinelli — Sim
 Carlos Cotta — Não
 Carlos Mosconi — Sim
 Chico Humberto — Sim
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Dáilton Canabrava — Sim
 Genésio Bernardino — Não
 Humberto Souto — Sim
 Ibrahim Abi-Ackel — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 João Paulo — Não
 José da Conceição — Sim
 José Geraldo — Sim
 José Santana de Vasconcelos — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 Lael Varella — Sim
 Leopoldo Bessone — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Leal — Sim
 Marcos Lima — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Maurício Campos — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Melo Freire — Sim
 Mello Reis — Sim
 Milton Reis — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Oscar Corrêa — Sim
 Paulo Almada — Sim
 Paulo Delgado — Não
 Raul Belém — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Ronaldo Carvalho — Sim
 Ronaro Corrêa — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Saulo Coelho — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Sérgio Werneck — Sim
 Sílvio Abreu — Não
 Virgílio Guimarães — Não

São Paulo

Afif Domingos — Sim
 Agripino de Oliveira Lima — Sim
 Airton Sandoval — Sim
 Antonio Carlos Mendes Thame — Sim

Sim

Antônio Perosa — Sim
 Aristides Cunha — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Bete Mendes — Não
 Cardoso Alves — Sim

Cunha Bueno — Sim.
 Del Bosco Amaral — Sim
 Delfim Netto — Sim
 Doreto Campanari — Sim
 Eduardo Jorge — Não
 Fábio Feldmann — Sim
 Fausto Rocha — Sim
 Fernando Gasparian — Não
 Florestan Fernandes — Não
 Gastone Righi — Sim
 Geraldo Alckmin Filho — Sim
 Gerson Marcondes — Sim
 Gumerindo Milhomem — Não
 Hélio Rosas — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 João Cunha — Não
 João Rezek — Sim
 José Camargo — Sim
 José Carlos Grecco — Sim
 José Egreja — Sim
 José Genofino — Não
 José Maria Eymael — Sim
 José Serra — Sim
 Koyu Iha — Não
 Leonel Júlio — Sim
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Ricardo Izar — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Roberto Rollemberg — Sim
 Samir Achóa — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tidei de Lima — Sim
 Ulysses Guimarães — Sim

Goiás

Aldo Arantes — Não
 Antonio de Jesus — Sim
 Délio Braz — Sim
 Fernando Cunha — Sim
 João Natal — Sim
 José Freire — Sim
 José Gomes — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Pedro Canedo — Sim

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Não
 Francisco Carneiro — Sim
 Geraldo Campos — Não
 Jofran Frejat — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Valmir Campelo — Sim

Mato Grosso

Antero de Barros — Não
 Joaquim Sucena — Sim
 Jonas Pinheiro — Sim
 Júlio Campos — Sim

Oswaldo Sobrinho — Sim
 Percival Muniz — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil — Não
 Ivo Cersósimo — Sim
 José Elias — Sim
 Levy Dias — Sim
 Plínio Martins — Sim
 Rosário Congro Neto — Sim
 Saulo Queiroz — Sim
 Valter Pereira — Não

Paraná

Airton Cordeiro — Sim
 Alarico Abib — Não
 Basílio Villani — Sim
 Borges da Silveira — Sim
 Darcy Deitos — Sim
 Dionísio Dal Prá — Sim
 Euclides Scalco — Sim
 Gilberto Carvalho — Sim
 Hélio Duque — Não
 Jacy Scanagatta — Sim
 José Carlos Martínez — Sim
 José Tavares — Sim
 Jovanni Masini — Sim
 Matheus Iensen — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Nelton Friedrich — Não
 Nilso Sguarezi — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Tadeu França — Não
 Waldyr Pugliesi — Não

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — Sim
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Artenir Werner — Sim
 Cláudio Avila — Sim
 Eduardo Moreira — Sim
 Francisco Kuster — Não
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Luiz Henrique — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Wilson Souza — Não
 Walmor de Luca — Sim

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Sim
 Adylson Motta — Sim
 Amaury Muller — Não
 Arnaldo Prieto — Sim
 Carlos Cardinal — Não
 Darcy Pozza — Sim
 Erico Pegoraro — Sim
 Floriceno Paixão — Não

Hermes Zanetti — Sim
 Hilário Braun — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim
 Irajá Rodrigues — Não
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 Jorge Ueque — Não
 Júlio Costamilan — Sim
 Lélcio Souza — Não
 Luis Roberto Ponte — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Paulo Paim — Não
 Rospide Netto — Sim
 Ruy Nedel — Não
 Tarso Genro — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim

Amapá

Annibal Barcellos — Sim
 Eraldo Trindade — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Raquel Capiberibe — Não

Roraima

Alcides Lima — Sim
 Chagas Duarte — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Ottomar Pinto — Sim

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
 — Todos os Srs. Deputados já votaram?
 Vou encerrar a votação. (Pausa.)
 Vai ser feita a apuração. (Pausa.)
 Votaram Sim 329 Srs. Deputados; e Não
 103.

Houve 2 abstenções.

Total: 434 votos.

Foi aprovado o Projeto de Lei de Conversão, salvo os destaques, na Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
 — Passa-se, agora, à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o Projeto de Lei de Conversão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

O Sr. Jamil Haddad (PSB R.J.) — Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
 — V. Ex^a está apoiado pelo número regimental. (Pausa.)

Passa-se, então, à verificação no Senado.

O Sr. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
 — Enquanto as máquinas fazem o processamento, concederei a palavra ao nobre Congressista.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS).
 Para uma comunicação, sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas,

fui surpreendido com um documento assinado por cinco partidos, e digo literalmente surpreendido, porque encontram-se aqui algumas assinaturas de homens afeitos ao diálogo, com os quais temos dialogado longas horas nestes dias: Doutel de Andrade, José Carlos Sabóia, Roberto Freire, Haroldo Lima, Gumerindo Milhomem. Se eu tivesse que apontar cinco testemunhas privilegiadas do esforço de negociação que faz o meu partido, talvez escolhesse essas cinco e sei que a honestidade de cada um deles, os forçaria a testemunhar o quanto o PMDB tem dedicado à negociação, ao entendimento político com todos eles.

Não me surpreende, no entanto, Sr. Presidente, que o gosto pelo patrulhamento político tenha levado esses homens e esses partidos a cometer uma injustiça tão flagrante, muito mais contra a verdade do que contra o PMDB.

Dizem S. Ex's Sr. Presidente que o pacote tem defeitos. Mas para isto estamos tentando corrigi-los pelo voto, Sr. Presidente, e para isto fomos eleitos. Aqui estão homens eleitos pelo voto para decidir pelo voto, e o meu Partido desde o primeiro momento assumiu uma posição, que reafirma nesta hora, não temos parceiros privilegiados no processo político, não aceitamos patrulhamento de nenhuma espécie, até porque, Sr. Presidente, esse patrulhamento serve muito mais aos desígnios restritos dos partidos signatários. Nem sempre, e muitas vezes conflitam com o interesse do processo político, esse patrulhamento estreito é de um Brasil superado, Sr. Presidente, de um Brasil do tempo da ditadura, quando esses signatários encontravam a proteção do velho MDB, Sr. Presidente. (Palmas)

O Brasil democrático é o Brasil da diversidade, o Brasil da pluralidade, o Brasil da variedade das posições; e o PMDB faz entendimento político com todas as forças políticas aqui representadas, do PC do B ao PCB, passando por todo o espectro político, Sr. Presidente. (Palmas)

O PMDB não tem parceiro privilegiado e não discrimina também, Sr. Presidente. Fazemos entendimentos políticos com a direita e com a esquerda. E achamos mais, Sr. Presidente, que nenhum partido está tão habilitado a ser instrumento estabilizador da decisão parlamentar quanto o maior partido, sendo como o é um partido equilibrado e democrático.

Por estas razões, Sr. Presidente, não vemos nenhum fundamento em afirmar que o Plano tem defeitos, mas que não se pode corrigi-los.

Aí estão as propostas do PMDB, e eu confio que esse patrulhamento seja para valer lá fora, porque aqui dentro, Sr. Presidente, esses patrulheiros estão condenados a votar com o PMDB que tem a melhor causa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Murto bem! Palmas)

O Sr. Ruy Nedel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa dará a palavra a V. Exª depois de ouvir o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram registrar o seu voto

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (ES. Pela ordem.) — A Liderança do Governo no Senado, pela reforma administrativa que se pretende, pelo enxugamento da máquina do Estado e pela modernização do Estado, vota "sim".

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

OSR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, recomendo à Bancada do PFL que vote também "sim" a este Projeto de Conversão.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PMDB no Senado encaminha "sim".

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PDC recomenda à sua Bancada votar "sim".

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PDS no Senado vota "sim".

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Bancada do PRN no Senado vota "sim".

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Bancada do PDT no Senado vota "não".

O SR. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PSDB no Senado, feito o acordo e introduzindo as modificações da maioria dos representantes do PSDB, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Srs. Senadores, queiram selecionar seus votos.

Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram acionar, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

Todos os Srs. Senadores já votaram?
(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS SENADORES:

*003 Acre

Aluizio Bezerra - Sim
Mário Maia - Não
Nabor Junior — Não

Amazonas

Aureo Mello — Sim
Carlos De'Carli - Sim
Leopoldo Peres - Sim

Rondônia

Odacir Soares — Sim
Olavo Pires — Sim
Ronaldo Aragão — Sim

Pará

Almir Gábel — Não
João Menezes — Sim

Tocantins

Antonio Luiz Maia — Sim
Carlos Patrocínio — Sim
Moisés Abrão — Sim

Maranhão

Alexandre Costa — Sim
Edison Lobão — Sim
João Castelo — Sim

Piauí

Chagas Rodrigues — Não
Hugo Napoleão — Sim
João Lobo — Sim

Ceará

Afonso Sancho — Sim
Mauro Benevides — Sim

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — Sim
José Agripino — Sim
Lavoisier Maia — Não

Paraíba

Humberto Lucena — Não
Marcondes Gadelha — Sim
Raimundo Lira — Sim

Pernambuco

Marco Maciel — Sim
Mansueto de Lavor — Não
Ney Maranhão — Sim

Alagoas

Divaldo Suruagy — Não
João Lyra — Sim

Sergipe

Albano Franco — Sim
Francisco Rollemberg — Não
Lourival Baptista — Sim

Bahia

Jutahy Magalhães — Sim
Luiz Viana — Sim
Ruy Bacelar — Sim

Espírito Santo

João Calmon — Sim
José Ignácio Ferreira — Sim

Rio de Janeiro

Jamil Haddad — Não
Nelson Carneiro — Abstenção

Minas Gerais

Alfredo Campos — Sim
Ronan Tito — Sim

São Paulo

Fernando Henrique Cardoso — Sim
Mario Covas — Sim
Severo Gomes — Não

Goiás

Iram Saraiva — Não
Irapuan Costa Junior — Sim

Distrito Federal

Maurício Corrêa — Não
Meira Filho — Sim
Pompeu de Sousa — Não

Mato Grosso

Lourenberg Nunes Rocha — Sim
Marcio Lacerda — Sim
Roberto Campos — Sim

Mato Grosso do Sul

Mendes Canale — Sim
Rachid Saldanha Derzi — Sim
Wilson Martins — Sim

Paraná

José Richa — Sim
Leite Chaves — Sim

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — Não
Jorge Bornhausen — Sim
Nelson Wedekin — Não

Rio Grande do Sul

José Fogaça — Sim
José Paulo Bisol — Não

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram Sim 48 Srs. Senadores; e Não 17. Houve 1 abstenção.

Total: 66 votos

O Projeto de Lei de Conversão foi aprovado no Senado, salvo os destaques.

O Sr. Ruy Nedel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. RUY NEDEL (PSDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ex-Presidente do Senado Federal, Humberto Lucena, na tarde de hoje, faltou com elementares princípios da ética parlamentar, citando, entre outros nomes, também o meu, como aprovando um eventual "trem da alegria" para esta Casa.

Houve assinatura da minha parte dentro dos moldes, como V. Ex^a conhece bem, como todos os Congressistas desta Casa conhecem e como o ex-Presidente Humberto Lucena perfeitamente conhece. Portanto, não lhe cabia o direito de citar nome algum de apoio para apresentação de matéria, mesmo discordando, e querendo envolver pessoas como comprometidas com o tema, com a matéria em si. Não é um preceito digno de um homem honrado, de um homem digno ou de um Colega no Congresso.

Quero aqui deixar bem claro, Sr. Presidente, o meu protesto ante esse tipo de atitude antiética e quero, com isso, também, embora já sabendo do acordo do PSDB para que fosse eliminada a matéria, justificar assim claramente o meu voto "não" contra o próprio acordo, porque eliminei essa eventual "mistura" do meu nome àquele tema, àquele assunto; votei contra o Projeto de Lei de Conversão, mesmo sabendo que em acordo de Lideranças já havia sido determinado que esta matéria seria retirada dele.

Deixo aqui um apelo, Sr. Presidente, neste microfone, tantas vezes utilizado por questões de somenos importância, e a Presidência da Mesa fique alerta quando Colegas do Congresso ferem princípios e preceitos de ética para que recebam, já da própria Mesa, o pro-

testo pela atitude, no mínimo, descuidada que foi adotada.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a foi citado. Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para uma explicação pessoal) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é profundamente lamentável o que acabo de ouvir. Fui à tribuna defender-me; a ética pedia-me que fizesse as considerações que fiz. Por quê? Porque a imprensa envolveu o meu nome. **O Jornal do Brasil** e a TV Globo, ontem, no **Jornal Nacional**, acusavam-me de ser autor de uma emenda, que dispõe sobre a inclusão, nos quadros do Senado, da Câmara e dos Tribunais Superiores, de funcionários requisitados, seria um novo "trem da alegria".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu tinha o dever indeclinável de desfazer essa inverdade. E, para isso, tive que ler a Emenda n^o 123, de autoria do Senador Maurício Corrêa e outros, que tratava da matéria. Mencionei todos os nomes, apenas para provar que o meu não constava das assinaturas.

É de estarrecer que o nobre Deputado Ruy Nedel, que, talvez, por mera cortesia, pôs o seu nome nessa proposição se tenha constrangido com a citação do seu nome. Mas não tive o intuito de atingir este ou aquele Deputado ou Senador.

É um direito que qualquer um tem de apresentar emendas. Agora, não pode nem deve deixar de assumir a responsabilidade da autoria ou da co-autoria. Eu é que não sou autor nem co-autor de nenhuma emenda sobre funcionário requisitado.

O SR. VIVALDO BARBOSA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria que V. Ex^a verificasse os termos do art. 6^o do Regimento Comum. Foi com base neste artigo que o Deputado Brandão Monteiro solicitara antes a palavra, concedida ao líder Doutel de Andrade.

Diz o art. 6^o que ao "Líder é lícito usar da palavra em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 20 minutos, para comunicação urgentes". V. Ex^a, quando concedeu a palavra ao Deputado Doutel de Andrade desrespeitou este artigo do Regimento Interno, que dava a S. Ex^a, como líder, o direito de falar por 20 minutos. V. Ex^a, Sr. Presidente, quis que S. Ex^a falasse tão-somente por 5 minutos. Pior ainda, quis influir no conteúdo do que S. Ex^a ia dizer e queria admitir que S. Ex^a tão-somente lesse uma nota e daí para a frente se viu no direito de censurar o que S. Ex^a teria a dizer ao Plenário, à Nação brasileira e aos Anais desta Casa. E. V. Ex^a, Sr. Presidente, depois, para justificar a sua

ação disse que S. Ex^a se excedeu, porque ele foi à tribuna, tão-somente para ler a nota. A partir da leitura da nota, V. Ex^a tinha um "poder imperial" ao dizer que, o nobre Líder não podia falar mais nada além da leitura.

V. Ex^a desrespeitou um artigo do Regimento, como Colega do Congresso Nacional, a um Líder de Bancada, não foi correto e não teve uma atitude digna ao cassar-lhe a palavra, ao ofendê-lo, fazendo soar a campainha e desligando-lhe o microfone.

Peço, encarecidamente, ao Presidente do Congresso Nacional que não desrespeite, desta maneira afrontosa, a um Parlamentar que merece ser tratado com dignidade por qualquer pessoa, especialmente pela que preside a sessão do Congresso Nacional.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra como Relator dessa medida que está em processo de votação, para prestar um esclarecimento imprescindível ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O nobre Deputado Brandão Monteiro não invocou o art. 6º do Regimento Interno, apenas pediu oportunidade de ler um documento que se desse a S. Ex^a oportunidade de ler um documento que representava o pensamento de cinco Partidos da Casa A Mesa deu a S. Ex^a o direito de ler o documento; e, apenas, como não havia nenhum pedido de prazo, orietou-o dizendo que lhe daria o prazo de 5 minutos, como daria a outro Congressista. S. Ex^a meu velho e querido amigo, Deputado Doutel de Andrade, leu o documento, na íntegra, inclusive os nomes dos signatários. Encerrado, estava atendido o apelo do Deputado Brandão Monteiro. E esse apelo transpôs os 5 minutos chegou aos sete, e a Mesa não interrompeu S. Ex^a leu, durante 7 minutos o documento para o qual tinha 5 minutos

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agora não é possível. Deixe-me responder ao nobre Congressista.

De modo que não houve de minha parte nenhuma intenção de menosprezar e nem ferir o nobre Congressista Doutel de Andrade. Atendi ao apelo de cinco partidos, expressos na palavra do Congressista Brandão Monteiro; S. Ex^a não invocou esse dispositivo. De modo que, se alguém é culpado, não fui eu, foi o Congressista Brandão Monteiro, que não invocou o art. 6º do Regimento Interno

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, nós estamos em processo de votação

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, pedi a palavra, e gostaria que V. Ex^a garantisse a minha palavra como Relator dessa matéria

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, nós estamos em processo de votação. Há uma obstrução intencional. Peço a V. Ex^a que coloque em votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Calma! Eu vou ouvir o Relator, que quer fazer uma declaração importante. Acho que é importante para o Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Cid Sabóia de Carvalho

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador).— Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

A imputação de que há "trem da alegria" além de ser ridícula, é inoportuna, é, acima de tudo, leviana. Não há "trem da alegria" nesse relatório, o que há, Sr. Presidente, é uma possibilidade de, ouvidos os poderes em questão, um funcionário do Poder Executivo por exemplo, que esteja prestando serviços necessários ao Poder Judiciário, tendo sido o seu órgão extinto no Poder Executivo, aos invés de ser lançado em disponibilidade, ser transferido para o outro Poder, ouvidos os dois poderes. É um processo em que os dois Poderes serão ouvidos, tanto o Poder ao qual originariamente, pertence o servidor, como o outro Poder, que poderá optar por esta providência se conveniente. É uma mera autorização; é apenas uma possibilidade, em que não são obrigados nem um Poder, nem outro a consumir essa solução, que foi de Emenda do Senador Mendes Canale e do Senador Maurício Corrêa, e não do Senador Humberto Lucena. Essa é uma medida democrática

Agora, como é que esses partidos, que dizem defender o proletariado, defender o trabalhador, vêm aqui pregar o máximo de demissões dos servidores, o máximo de miséria na classe de quem trabalha? Isso é que não entendo, Sr. Presidente. Porque o relatório, na verdade, buscou aproveitar, ao máximo, os servidores que, porventura, sejam prejudicados pela extinção desses órgãos e pela dissolução dessas empresas. Não há "trem de alegria"

Veja V. Ex^a: esta Casa vive aqui questionada pela imprensa que nos calunia, nos injúria, nos difama, porque autorizamos aqui, com a levandade interna, a levandade externa. Essa é que é a verdade.

O que se faz lá fora é porque muitos fazem aqui dentro, criando um clima de injúria, de difamação ao próprio Poder.

Recomendo aos Srs, que leiam primeiro o relatório. Leiam e vejam que há meras autorizações ao Poder Executivo, meras autorizações. Não há alteração da espinha dorsal dessa medida. E garanto a V. Ex^a que, pela minha vontade, eu rejeitava essa medida como um todo, porque há muitas inconstitucionalidades, há irregularidades. Mas o meu Partido tomou uma posição e eu segui essa posição, mantendo a espinha dorsal dessas medidas. Quanto ao BNCC, por exemplo, Sr. Presidente, é uma mera permissão para que o Governo Central aproveite o BNCC, o seu patrimônio e seus servidores no Banco do Brasil; não há uma obrigatoriedade.

Esse é o esclarecimento necessário. Sei que muitos não querem ouvir, porque é melhor

a balbúrdia e a bagunça do que as coisas claras e bem explicadas

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, eu pedi a palavra antes da votação e V. Ex^a não me concedeu. Diz-se que todos os líderes têm o mesmo direito aqui, mas uns são mais iguais. Eu gostaria de ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a tem a palavra. Eu não podia dá-la antes do Relator, que queria dar uma explicação à Casa

Agora, V. Ex^a tem a palavra nobre Congressista Ronan Tito

O SR. RENAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PMDB não deve satisfação a nenhum Partido, nem mesmo a cinco ou seis Partidos.

O PMDB presta contas ao povo brasileiro e o faz sempre que pode. Fez isto, recentemente, pela TV, no programa do TSE.

O PMDB não elegeu o atual Presidente, não assinaria o atual pacote de medidas, pois o julga de altíssimo risco. No entanto, tem a consciência plena de que as medidas não têm retorno.

Por isso, afirmamos: não somos autores e não queremos ser co-autores desse projeto. Não abrimos mão, no entanto, de aperfeiçoá-lo, para diminuir a área de risco. Temos consciência de que não se coíbe inflação galopante com demagogia ou com dedurismo.

O PMDB conhece muito essas práticas. Só que, no passado, foram usadas pela ditadura. Estamos num regime democrático. E, num regime democrático, se não me engano, cada Partido assume a sua responsabilidade diante da Nação, diante dos seus eleitores.

Gostaria, e muito, se fosse possível que nestas galerias, Sr. Presidente, estivessem presentes 150 milhões de brasileiros. Não só alguns representantes de funcionários de estatais. Já enfrentei esta tribuna, muitas vezes, com galerias adversas, algumas vezes, até, com homens fazendo "ordem unida".

Muitos parlamentares que hoje se encontram possuídos de "ira santa", contra o PMDB, usaram a sigla do PMDB para se elegerem. Espero que se reelejam pela suas siglas, agora heróicas. Espero, sinceramente, que esses Parlamentares se elejam, desta vez, pelas legendas heróicas que assumiram a posteriori.

Não denunciaram nenhum dos outros Partidos, nem o PSDB, nem o PFL, nem o PDS, nem o PRN. Será que é a velha história, a velha prática de se voltarem as criaturas contra o Criador?

A democracia assume a sua postura diante da Nação e se submete ao julgamento das urnas. Em outubro próximo, Sr. Presidente, teremos o julgamento do povo. E, apenas diante deste julgamento nos curvamos. Muito obrigado.

O Sr. Gumerindo Milhomem — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Álvaro Valle — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª fazer constar que votei "sim" e meu nome não apareceu no pamel.

O Sr. Waldeck Ornelas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o art. 303 do Regimento do Senado Federal, que é supletivo ao Regimento Comum, diz que a votação não se interrompe, senão por falta de quorum, pelo término da sessão e para apreciação da matéria prevista no art. 336-A.

Desta forma, requero a V. Exª que dê prosseguimento à votação e considere que a verificação de votação se conclui às 17 horas e 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para a Emenda nº 2.

O Sr. Gumercindo Milhomem — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Dou-lhe dois minutos. Se V. Exª vai levantar uma questão de ordem, pode fazê-lo em dois minutos.

Qual é a questão de ordem?

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, se a Mesa considerar assim necessário, aguardo o momento oportuno nesta sessão, mas quero ter o mesmo direito que a Mesa concedeu ao prezado líder do PMDB no Senado. Senador Ronan Tito, para pronunciar, em nome do meu Partido, comentário a respeito da mesma questão que foi feita por S. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Partido de V. Exª já falou pela voz do nobre Deputado Doutel de Andrade.

O Sr. Gumercindo Milhomem — Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 2, de autoria do nobre Deputado Lysâneas Maciel.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada na Câmara dos Deputados, a Emenda nº 2, deixa de ser apreciada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 3, de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 4, de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 5 de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 6, de autoria do nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Prejudicado, na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 7, de autoria do nobre Deputado Gonzaga Patriota, requerida pelo Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado, na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 8, de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda nº 9, de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade, requerida pelo Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação de destaque para a Emenda nº 10, de autoria do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 11, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 12, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 13, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 14, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 15, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 16, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 17, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 18, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada. Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 58
Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação e Emenda n° 59, de autoria do Sr. Deputado José Luiz de Sá

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, a emenda não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 60, de autoria dos Congressistas Átila Lira e Marco Maciel
Em votação na Câmara dos Deputados
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, a emenda não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 60, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti. (Pausa)
Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 61, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 63, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 64, da autoria dos Congressistas José Costa e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado Federal.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex'

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Pela ordem.) — Essa emenda a que V. Ex' se referiu, de minha autoria, por acordo de Liderança, peço a V. Ex' que a retire, e vamos aprovar a Emenda N° 370, do Senador Fernando Henrique Cardoso, que preserva a Embratel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A emenda está retirada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 74 de autoria dos Deputados Oswaldo Lima Filho e Roberto Freire.

Peço a opinião das Lideranças. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não vai ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 81, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 82, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 84, de autoria do Deputado Jonas Pinheiro.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 91, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 100, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a emenda n° 104, de autoria do Deputado Fernando Cunha.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 105, de autoria dos Deputados Vivaldo Barbosa e Lúcia Alcântara.

Solicito aqui a manifestação das Lideranças (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 106, de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 107, na Câmara dos Deputados

A emenda é do Senador Lavoisier Maia, pedido o destaque pelo nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 113 de autoria dos Deputados Otávio Elísio e Euclides Scalco.

Qual é o pronunciamento das Lideranças?

O Sr. Otávio Elísio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. OCTAVIO ELÍSIO (PSDB — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a propósito desse destaque, trata-se da preservação da Petromisa através da Petrofértil

As declarações no jornal hoje mostram o crime que significa esse

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As Lideranças se manifestaram contra. Terrei de proclamar o resultado.

O SR. OCTAVIO ELÍSIO — Peço a V. Ex' que verifique a votação entre os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Entre os Líderes não posso

O SR. OCTAVIO ELÍSIO — Quero verificar o voto "sim" do PSDB a esse destaque. E solicito a V. Ex' que verifique entre os Líderes o voto a essa emenda destacada, e que propõe somar os votos de todos os Partidos.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem.) — Não há verificação.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, não pode haver verificação de votação nem simbólica, nem nominal. É do Regimento.

Srª Benedita da Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

Srª BENEDITA DA SILVA (PT — RJ Pela ordem) — Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, queria que V. Exª registrasse o voto do PDT, favorável a esta emenda, e requerer a V. Exª que tome o voto de todos os Partidos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Partidos que quiserem manifestar-se podem fazê-lo, mas não obrigatoriamente.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA Pela ordem) — Sr. Presidente o PSB vota "sim".

O SR. ALDO ARANTES Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. pela ordem) - Sr. Presidente o PC do B vota "sim"

O Sr. Augusto Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB — DF. Pela ordem.) — Sr. presidente, o PCB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A maioria votou "não". Rejeitada.

Emenda nº 114, de autoria dos Deputados Octávio Elísio e Euclides Scalco

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Emenda nº 123, dos Deputados Artur Lima Cavalcanti e Ruy Nedel

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Emenda nº 125, de autoria dos Deputados Leopoldo Souza, Ibsen Pinheiro e Átila Lira

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Emenda nº 126, de autoria do Deputado Oswaldo Lima, é idêntica à anterior e fica prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Emenda nº 127, de autoria do Deputado Oswaldo Lima Filho.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Emenda nº 131, de autoria dos Deputados José Serra e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O Sr. Presidente (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL Pela ordem.) — Sr. Presidente, peço verificação de votos, em nome do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se não houve possibilidade de verificação de votos, dentro de uma hora, evidentemente, eu não posso fazer uma verificação. Às 18 horas e 50 minutos farei a verificação, se até lá estivermos votando.

O SR. JOSÉ COSTA — Concordo com as ponderações de V. Exª.

O Sr. Cunha Bueno — Sr. Presidente, para uma questão de ordem Essa emenda do Deputado José Serra é a que corta 10 bilhões de dólares no Orçamento? Para uma esclarecimento, Sr. Presidente Porque eu entendo que as emendas às medidas provisórias do Presidente Fernando Collor foram tímidas e poderão até comprometer o Plano Econômico Se essa emenda corta mais fundo a carne do Estado, eu quero registrar o meu voto a favor, Sr. Presidente. E esta a emenda?

O SR. JOSÉ COSTA — Sr. Presidente, para que conste dos Anais, o PSDB faz questão de registrar o seu voto favorável à Emenda nº 131, do Deputado José Serra

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Constará de Ata

O Sr. Ricardo Izar — Sr. Presidente, eu quero anunciar a minha posição a favor desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Constará de Ata

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 132, de autoria do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeita na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 133, de autoria do deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - votação da Emenda nº 134, de autoria dos Congressistas Doutel de Andrade e Iram Saraiva.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 136, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A emenda nº 136, do nobre Deputado Vivaldo Barbosa, fica prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da emenda nº 137, do Deputado Artur Lima Cavalcanti. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da emenda nº 138, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti, na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da emenda nº 139 do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 140, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 141, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da emenda n° 148, de autoria do Deputado Lysâneas Maciel. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 149, de autoria do Deputado Lysâneas Maciel. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 152, de autoria do Deputado Haroldo Lima.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 154, de autoria do Deputados Doutel de Andrade

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 156, de autoria do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 160, de autoria do Deputado Francisco Kuster

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 163 de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Emenda n° 166, do Deputado Érico Pegoraro, fica prejudicada, pois é idêntica à anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 167 de autoria do Deputado Osvaldo Macedo

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n° 168 de autoria do Deputado Osvaldo Macedo

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 169, de autoria do Senador Maurício Corrêa.

Em Votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Fica prejudicada a emenda seguinte, do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 170, de autoria do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 171, de autoria do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 176, de autoria do nobre Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 183, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Lima.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 195, de autoria do nobre Deputado Lysâneas Maciel.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 196, de autoria do nobre Deputado Lysâneas Maciel.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 197, de autoria do nobre Deputado Lysâneas Maciel.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 200, de autoria do nobre Deputado José Carlos Sabóia.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 201, de autoria do nobre Deputado José Carlos Sabóia.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, essa privatização é da Embrafilme. É a Emenda n° 202.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não é a Emenda n° 201.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 202, dos Srs. Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n° 203, dos Srs. Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 204, dos Srs. Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 205, de autoria dos Srs. Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovação queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 206, dos Srs. Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 207, dos nobres Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDNETE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 211, do nobre Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 215, dos nobres Deputados Antônio Câmara, Alcides Lima e Genebaldo Correia.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 220, de autoria dos Deputados Lídice da Mata e Haroldo Lima.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 221, de autoria do Deputado Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 222, de autoria do Deputado Artur da Távola e Euclides Scalco

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 229, de autoria do Deputado Edimilson Valentim.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 237, de autoria

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 238, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 239, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 240, de autoria dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 244, de autoria dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 245, de autoria dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 246, de autoria dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 247, de autoria dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, quero registrar o voto "sim" da Bancada do PSDB à Emenda nº 247.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 248, dos nobres Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 249, do nobre Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda nº 252, do nobre Deputado Érico Pegoraro.

Em votação na Câmara.

O Sr. Érico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas me referir que esse é um pedido de destaque; é que, na Medida Provisória nº 151 cria-se a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e se extinguem duas superintendências. O que a Emenda estabelece é a possibilidade de a atividade das

superintendências ser exercida por uma secretaria regional, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional

Quero dizer aos Líderes do PFL e PRN que, na verdade, não se extingue a Sudam e não se extingue a Sudene. Apenas para dizer a esse pessoal do Nordeste que se está se perpetrando aqui um ato doloso contra o Sul do País. Então, o que se pede aqui é que se vote favoravelmente a essa Medida.

Sr. Presidente, a única forma de um parlamentar se fazer ouvir é através desse microfone, não há outro jeito. E V. Ex.^a não me deixa falar. Sou um parlamentar, tenho o direito de defender essa Medida. Repito que esta se perpetrando aqui um ato doloso contra o Rio Grande do Sul, contra o Paraná e contra Santa Catarina, e a única maneira de se fazer ouvir é através deste microfone, não tem outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa cumpre o Regimento.

O SR. ERICO PEGORARO — Sei que V. Ex.^a cumpre o Regimento. É apenas para dizer aos Parlamentares que está se perpetuando aqui uma perseguição odiosa contra o Rio Grande do Sul.

Já no governo Sarney, tentou-se fazer isso, e o Congresso, em fevereiro, não permitiu que se fechasse a Sudesul, e, agora, novamente o Governo Collor fecha a Sudesul.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não tem partido, nem Estado. De modo que a Mesa não está contra nenhum Estado, apenas pede a opinião das Lideranças.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não vou, de modo algum, contestar o Deputado Erico Pegoraro em relação ao procedimento dos Deputados do Nordeste.

O que quero dizer a V. Ex.^a é que há um entendimento para que se transfiram as funções da Sudesul para a Secretaria do Interior, até para guardar coerência com o procedimento do relatório, em todos ou outros órgãos.

O Sr. Erico Pegoraro — É exatamente isso.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Quando se extingue o órgão, transfere-se as funções àquele que consta na nova organização. Todos os Partidos concordam com essa transferência das funções. De maneira que, havendo concordância da Mesa, o Sr. Relator poderá fazer uma errata, para corrigir esse erro para que se mantenha a coerência do relatório e o procedimento adotado em todos os outros cargos. Todos os Partidos estão de acordo com isso: extinguem-se e transferem-se as funções para a Secretaria correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a então é contra?

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pela ordem.) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto a favor da emenda do Deputado Erico Pegoraro.

Peço que consignem o meu voto, Sr. Presidente.

O Sr. Ricardo Fiúza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a emenda, na forma como o Deputado Genebaldo Correia leu, ou seja, transferindo só as funções, nós a aceitamos tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Então, o nobre Deputado Genebaldo Correia é contra a emenda?

O Sr. Genebaldo Correia — Eu sou contra a emenda, sou a favor de que o Relator, na errata, transfira as funções.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Rejeitada a emenda, nos termos do voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 256, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 257, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já é matéria vencida, nobre Deputado, não posso voltar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 258, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 259, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 260, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 261, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 262, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 263, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 263, do nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 264, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 264, do Deputado Vivaldo Barbosa. (Pausa)

Prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.º 275, do Deputado José Tavares.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 281, do Deputado José Carlos Sabóia.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 295, dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 302, do Senador Jutahy Magalhães e do Deputado Euclides Scalco.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 303, do Senador Jutahy Magalhães e do Deputado Euclides Scalco.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Votação da Emenda nº 304, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 305, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 306, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 307, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 308, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 309, do Deputado Gumerindo Milhomem.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 316, do Senador Fernando Henrique Cardoso e Deputado Euclides Scalco
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem) — Gostaria de registrar o voto favorável da Bancada do PSDB à Emenda nº 316.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Constará da ata.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Votação da Emenda nº 317, do Senador Fernando Henrique Cardoso e do Deputado Euclides Scalco.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Pediria permissão a V. Ex^a para identificar aqui a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Página 112

O SR. GENEBALDO CORREIA — O PMDB vota a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
A Emenda é aprovada pela Câmara.
Passa-se à votação no Senado.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a emenda no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 320, do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não será examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 321 do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 322, do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 323, do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 243, do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 325, do Deputado Doutel de Andrade.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 328, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.
Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação a Emenda nº 329, dos Deputados Roberto Freire, Augusto Carvalho e Fernando Santana.
Em votação na Câmara

Os Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 330 dos Deputados Roberto Freire, Augusto Carvalho e Fernando Santana.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 334, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 335, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 337, do Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 338, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 341, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 342, do Deputado Gumerindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 354, dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 355, dos Deputados Artur da Távola e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 356, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 358, do Deputado Osvaldo Macedo.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 360, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 361, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Pela ordem.) — Sr. Presidente, peça a V. Ex^a que acione as campainhas, porque o barulho aqui embaixo não nos está permitindo ouvir V. Ex^a

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— A Mesa pede silêncio aos Srs. Parlamentares para que possam acompanhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 362, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 364, do Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 367, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em votação a Emenda nº 370, do Deputado Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, esta emenda visa excluir a Embratel da reforma na Telebrás. Portanto, ela se destina apenas a dizer “exceto a Embratel”.

Portanto, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O parecer é favorável.

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Pela ordem.) — Sr. Presidente, no inciso I do art. 16 do Projeto de Lei de Conversão, após a expressão “integrantes do respectivo sistema” entraria a expressão “excetuada a Embratel”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Foi isso o que disse o Relator.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

aprovada no Senado.

A Emenda foi aprovada nos termos do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Votação do destaque da Emenda nº 376, do Deputado Gumerindo Milhomem.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa de ser apreciado no Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Emenda subsequente, também do De-

putado Gumercindo Milhomem, nos mesmos termos, fica prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 377, de autoria do nobre Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa de ser apreciado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 378, de autoria do nobre Deputado José Carlos Sabóia.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa de ser apreciado pelo Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 382, de autoria do nobre Deputado Artur da Távola.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa de ser apreciado pelo Senado.

Fica prejudicado, conseqüentemente, o mesmo destaque de autoria da nobre Deputada Sandra Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda n° 385, do Deputado José Carlos Sabóia.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque para a Emenda n° 388, do Deputado José Carlos Sabóia

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 389, do Deputado José Carlos Sabóia.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 390, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 393, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser apreciada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 394, do Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara, dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara dos Deputados, deixa de ser apreciada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do destaque da Emenda n° 397, de autoria do nobre Senador Jutahy Magalhães e Deputado Euclides Scalco

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, esta emenda do Deputado Euclides Scalco revoga a expressão contida no art. 31, do Projeto de Lei de Conversão e, com essa revogação, não se permite a falência das estatais. Entendemos que se trata de uma matéria que merece apreciação mais detalhada. Por isso, votamos pela supressão, ou seja, a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pelo que vejo aqui, a emenda diz: "Revoga-se o Decreto-Lei n° 2.421. " É esse o que V. Exª está lendo?

O SR. GENEBALDO CORREIA — Suprime uma referência ao Decreto-Lei n° 2.421, de 29 de março de 1988, no último dispositivo.

O Sr. Ricardo Fiúza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE. Pela ordem.) — De que trata a matéria?

O Sr. Genebaldo Correia — Está dirigida ao art. 25 da Medida Provisória, que corresponde ao art. 31 do Projeto de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É o art. 25, da Medida Provisória.

O Sr. Genebaldo Correia — Mas que corresponde ao art. 31 do Projeto de Conversão.

O SR. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT se incorpora na supressão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a emenda.

O Sr. Ricardo Fiúza (PFL — PE) — Votamos contra, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Contra o voto do PFL

O Sr. Ricardo Fiúza (PFL — PE) — Não, mas o PRN vota também.

Peço verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Octávio Elísio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Octávio Elísio (PSDB — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PSDB é favorável.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª consultasse o relógio e verificasse se é pertinente o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai verificar a hora da última verificação.

Quero agir aqui com absoluta imparcialidade.

A última votação terminou às 17 horas e 49 minutos.

V. Exª requereu a verificação 1 minuto após.

O Sr. Ricardo Fiúza — Exato, 1 minuto após

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Então, vamos ter que fazer a verificação.

O Sr. Ricardo Fiúza — Certo, porque não estava em acordo esta matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, vamos pedir aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O pedido foi feito 1 minuto depois do prazo. De modo que, tem que ser feita a verificação

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, veja que a Liderança do Governo ajuda e está fazendo a obstrução.

É só para registrar na Casa que esse pedido de verificação foi feito pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quero também registrar a colaboração de V. Exª pelo bom andamento dos trabalhadores (Palmas)

O Sr. José Genoíno — É que V. Ex.^a precisa registrar com imparcialidade que quem está dificultando a aprovação é a Liderança que interessa ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

Será feita a verificação de **quorum**

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, há um destaque supressivo do Sr. Congressista Lysáneas Maciel que tem o mesmo objetivo.

Então, numa contribuição para não interromper a votação neste momento, concordamos com a rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O PMDB opinou pela rejeição da Emenda, o PMDB modificou o seu parecer para opinar pela rejeição da emenda.

O Sr. Genebaldo Correia — Votaremos o destaque supressivo do Deputado Lysáneas Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Relator decidiu modificar o seu parecer e concluir pela rejeição da emenda, de modo que não há motivo para V. Ex.^a pedir verificação

O Sr. Ricardo Fiúza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. RICARDO FIÚZA PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, estou tentando não ser cansativo com V. Ex.^a, mas não consigo falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A emenda foi rejeitada...

O SR. RICARDO FIÚZA — Muito bem, então não há por que votar mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A emenda, inicialmente, tinha sido aprovada, V. Ex.^a pediu verificação. Agora, o nobre Relator modifica o seu voto para também rejeitar a emenda. Sendo assim, não há motivo para o pedido de verificação.

O SR. RICARDO FIÚZA — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Robson Marinho — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V. Ex.^a, Sr. Presidente anunciou a aprovação da Emenda n^o 397; em seguida, o ilustre Deputado Ricardo Fiúza solicitou verificação de votação. Relator algum se manifestou, quem o fez foi o Deputado Genebaldo Cor-

reia, pela Liderança do PMDB. S. Ex.^a é o Relator da matéria e, no momento, está com o Líder da Bancada do PMDB V. Ex.^a, ou coloca em votação o pedido do Congressista Ricardo Fiúza ou este retira o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Deputado Genebaldo declarou que passava a rejeitar a medida e assim, evidentemente, modificou a posição

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, quero deixar bem claro qual é o nosso propósito, há um destaque do Deputado Lysáneas Maciel — a Mesa pode conferir — suprimindo essa referência ao art. 31 do Projeto de Conversão; nos vamos votar esse destaque, por isso, concordo com a rejeição dessa emenda, sem necessidade, portanto, da verificação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas V. Ex.^a já pensou que, rejeitada a emenda, ela pode ser considerada prejudicada quando for examinada a mesma matéria na Emenda Lysáneas Maciel?

O Sr. Genebaldo Correia — Não, ela se refere à Medida Provisória e o destaque se refere ao Projeto de Conversão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu estou apenas lembrando para evitar o conflito que poderia surgir depois.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, eu acho que V. Ex.^a não entendeu direito, nós não estamos votando contra a emenda, nós estamos retirando a emenda, por isso, ela não prejudica o destaque no final.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex.^a retira a emenda? Aí muito bem, retirada a emenda, não há o problema.

Vai continuar a votação
A emenda foi retirada, de modo que não há nem parecer, nem pedido de verificação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a emenda n^o 402 do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 405 dos Deputados José Costa e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 408, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 409 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 410 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 411 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 412 do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 413 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 414 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 415 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.
Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n^o 416 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 420 do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 421 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 422, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 423, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 424, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 425 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 426 do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 427, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 428, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 429, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 430, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 431, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 432, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 443, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda nº 444, do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, deixa de ser examinada pelo Senado.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Emenda nº 443 incorpora o acervo da Interbrás à Petrobrás para evitar a sua extinção. Nós gostaríamos de pedir a posição partidária em relação a esta Emenda nº 443.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ficou consignada a posição do Partido de V. Exª

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o Deputado Artur Lima Cavalcanti está solicitando que V. Exª tome os votos por Partido e, em função do resultado do voto de bancada, nós vamos levantar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agora, V. Exª pode pedir verificação, porque realmente já passou a hora. Se V. Exª está pedindo verificação vamos fazê-la, porque eu declarei que, de acordo com Lideranças, há rejeição.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, V. Exª está proclamando que a emenda está rejeitada pela votação de liderança, então, nós pedimos verificação dessa votação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Solicito aos Srs. Congressistas que ocupem os seus lugares.

O Sr. José Genoíno — Um minuto, Sr. Presidente, com calma e serenidade nós temos a noite inteira para trabalhar.

Nós solicitamos que V. Exª leia a emenda, por gentileza, pois há uma confusão aqui no plenário

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A emenda é do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti, e diz o seguinte:

“Petróleo — Petrobrás — alíneas “c” do inciso IV do art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

Petrobrás Comércio Internacional S/A — Interbrás, através de sua incorporação pela Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás”

Esclarecido, vamos fazer a verificação.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O Sr. Ricardo Fiuza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança pede à Bancada do PFL que vote “não”.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS pede à sua Bancada que vote “não”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Haroldo Lima (PC do B — Ba. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PC do B votará “sim”.

O Sr. Augusto Carvalho — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra, ao nobre Congressista

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB DF. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PCB vota “sim”.

O SR. RICARDO IZAR — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO IZAR (PL — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PL vota “não”.

O SR. RENAN CALHEIROS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo pede o voto “não”.

O Sr. José Carlos Sabóia — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PSB vota “sim”.

O Sr. Ronaldo Cezar Coelho Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente,

o PSDB em defesa do patrimônio da Interbrás, do patrimônio nacional, vai votar “sim”.

O Sr. Sólton Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O Sr. Francisco Rolim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FRANCISCO ROLIM (PSC — PB. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PSC vota “não”.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O Sr. Doucel de Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. DOUTEL DE ANDRADE (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT em defesa do interesse nacional, vota “sim”.

O Sr. Gastone Roghi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, a liderança do PTB recomenda que se vote “não”.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar seus códigos de votação.

Srs. Deputados, queiram selecionar seus votos.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada até que as luzes do posto se apagam.

Os Srs. Deputados que não registraram seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

(*Procede-se à votação*)

Votam os Srs Deputados:

Acre

Alércio Dias — Não
Francisco Diógenes — Não
Geraldo Fleming — Não
José Melo — Não
Maria Lúcia — Não
Narciso Mendes — Não
Osmir Lima — Não
Rubem Branquinho — Não

Amazonas

Antar Albuquerque — Não
Beth Azize — Sim
Eunice Michiles — Sim
Ézio Ferreira — Não
José Dutra — Não
José Fernandes — Não
Sadie Hauache — Não

Rondônia

Arnaldo Martins — Abstenção
Assis Canuto — Não
Chagas Neto — Não
Francisco Sales — Não
José Guedes — Sim
José Viana — Não
Raquel Cândido — Sim
Rita Furtado — Não

Pará

Ademir Andrade — Sim
Aloysio Chaves — Não
Arnaldo Moraes — Não
Asdrubal Bentes — Não
Benedicto Monteiro — Sim
Dionísio Hage — Não
Domingos Juvenil — Não
Eliel Rodrigues — Não
Fausto Fernandes — Não
Fernando Velasco — Não
Gerson Peres — Não
Manoel Ribeiro — Não
Paulo Roberto — Não

Tocantins

Ary Valadão — Não
Edmundo Galdino — Sim
Eduardo Siqueira Campos — Não
Freire Júnior — Não
Leomar Quintanilha — Não
Paulo Mourão — Não
Paulo Sidnei — Sim.

Maranhão

Albérico Filho — Não
Antonio Gaspar — Sim
Cid Carvalho — Não
Costa Ferreira — Sim
Edivaldo Holanda — Não
Eliézer Moreira — Abstenção
Enoc Vieira — Não
Eurico Ribeiro — Não
Francisco Coelho — Não
Haroldo Sabóia — Sim
Joaquim Haickel — Não
José Carlos Sabóia — Sim
José Teixeira — Não

Sarney Filho — Não
Victor Trovão — Não
Wagner Lago — Sim

Piauí

Átila Lira — Não
Felipe Mendes — Não
Jesuvaldo Cavalcanti — Sim
José Luiz Maia — Não
Manuel Domingos — Sim
Mussa Demes — Não
Myriam Portella — Sim
Paes Landim — Não
Paulo Silva — Sim

Ceará

Aécio de Borba — Não
Bezerra de Melo — Não
Carlos Virgílio — Não
César Cals Neto — Não
Etevaldo Nogueira — Não
Firmo de Castro — Sim
Furtado Leite — Não
Gidel Dantas — Não
José Lins — Não
Lúcio Alcântara — Sim
Luiz Marques — Não
Moema São Thiago — Sim
Paes de Andrade — Não
Raimundo Bezerra — Sim
Ubiratan Aguiar — Sim

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha — Sim
Henrique Eduardo Alves — Não
Iberê Ferreira — Não
Ismael Wanderley — Não
Marcos Formiga — Não
Ney Lopes — Não
Vingt Rosado — Não

Paraíba

Adauto Pereira — Não
Agassiz Almeida — Não
Antonio Mariz — Sim
Edivaldo Motta — Não
Edme Tavares — Não
Evaldo Gonçalves — Não
Francisco Rolim — Não
João Agripino — Não
João da Mata — Não
José Maranhão — Não

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — Sim
Egídio Ferreira Lima — Sim
Fernando Bezerra Coelho — Não
Fernando Lyra — Sim
Gilson Machado — Não
Harlan Gadelha — Sim
Horácio Ferraz — Não
Inocêncio Oliveira — Não
José Carlos Vasconcelos — Não
José Jorge — Não
José Mendonça Bezerra — Não
Marcos Queiroz — Não
Maurício Ferreira Lima — Não
Nilson Gibson — Não
Oswaldo Coelho — Não

Oswaldo Lima Filho — Sim
Paulo Marques — Não
Ricardo Fiuza — Sim
Roberto Freire — Sim
Wilson Campos — Não

Alagoas

Albérico Cordeiro — Não
Antonio Ferreira — Não
Eduardo Bonfim — Sim
Geraldo Bulhões — Não
José Thomaz Nonó — Sim
Renan Calheiros — Não
Roberto Torres — Não
Vinicius Cansanção — Não

Sergipe

Acival Gomes — Sim
Bosco França — Não
Djenal Gonçalves — Não
João Machado Rollemberg — Não
José Queiroz — Sim
Leopoldo Souza — Sim
Messias Góis — Não

Bahia

Abigail Feitosa — Sim
Ângelo Magalhães — Não
Benito Gama — Não
Carlos Sant'Anna — Não
Celso Dourado — Sim
Domingos Leonelli — Sim
Eraldo Tinoco — Não
Fernando Santana — Sim
Francisco Benjamim — Não
Francisco Pinto — Sim
Genebaldo Correia — Não
Haroldo Lima — Sim
Jairo Azi — Não
Jairo Carneiro — Não
Joaci Goes — Sim
João Carlos Bacelar — Não
Jonival Lucas — Não
Jorge Hage — Sim
Jorge Viana — Não
José Lourenço — Não
Jutahy Junior — Sim
Leur Lomanto — Não
Lidice da Mata — Sim
Luís Eduardo — Não
Luiz Viana Neto — Não
Manoel Castro — Não
Marcelo Cordeiro — Não
Milton Barbosa — Não
Miraldo Gomes — Não
Murilo Leite — Não
Nestor Duarte — Não
Prisco Viana — Não
Raul Ferraz — Não
Sergio Brito — Não
Uldurico Pinto — Sim
Virgildasio de Senha — Sim
Waldeck Ornélas — Não

Espírito Santo

Lezio Sathler — Sim
Lurdinha Savignon — Sim
Nelson Aguiar — Sim
Nyder Barbosa — Não

Pedro Ceolin — Não
Rita Camata — Sim
Rose de Freitas — Sim
Stélio Dias — Não

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — Não
Álvaro Valle — Não
Amaral Netto — Não
Anna Maria Rattes — Sim
Artur da Távola — Sim
Benedita da Silva — Sim
Brandão Monteiro — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim
César Maia — Sim
Daso Coimbra — Não
Doutel de Andrade — Sim
Edmilson Valentim — Sim
Ernani Boldrim — Não
Flavio Palmier da Veiga — Não
Francisco Dornelles — Não
Jayme Campos — Não
Jorge Gama — Sim
José Luiz de Sá — Não
José Maurício — Sim
Luiz Salomão — Sim
Lysâneas Maciel — Sim
Márcio Braga — Sim
Messias Soares — Não
Miro Teixeira — Sim
Nelson Sabrá — Não
Osmar Leitão — Não
Oswaldo Almeida — Não
Paulo Ramos — Sim
Roberto Augusto — Não
Roberto Jefferson — Não
Ronaldo Cezar Coelho — Sim
Rubem Medina — Não
Sandra Cavalcanti — Não
Simão Sessim — Não
Vivaldo Barbosa — Sim
Vladimir Palmeira — Sim

Minas Gerais

Aécio Neves — Sim
Aloísio Vasconcelos — Não
Álvaro Antônio — Não
Alysson Paulinelli — Não
Carlos Cotta — Sim
Carlos Mosconi — Não
Chico Humberto — Não
Christóvam Chiaradia — Não
Dalton Canabrava — Não
Genésio Bernardino — Não
Hélio Costa — Não
Humberto Souto — Sim
Ibrahim Abi-Ackel — Não
Israel Pinheiro — Não
João Paulo — Sim
José da Conceição — Sim
José Santana de Vasconcelos — Não
José Usses de Oliveira — Não
Lael Varella — Não
Leopoldo Bessone — Não
Luiz Alberto Rodrigues — Não
Luiz Leal — Não
Marcos Lima — Não
Mário Assad — Não
Mário de Oliveira — Não
Mauro Campos — Sim

Melo Freire — Não
 Mello Reis — Não
 Milton Reis — Não
 Octávio Elísio — Sim
 Paulo Almada — Não
 Paulo Delgado — Sim
 Raul Belém — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Vital — Não
 Ronaldo Carvalho — Sim
 Ronaro Corrêa — Não
 Saulo Coelho — Sim
 Sérgio Naya — Não
 Sérgio Werneck — Não
 Sílvio Abreu — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim

São Paulo

Afif Domingos — Não
 Agripino de Oliveira Lima — Não
 Airton Sandoval — Não
 Antonio Carlos Mendes Thame — Não
 Antônio Perosa — Sim
 Aristides Cunha — Não
 Arnaldo Faria de Sá — Não
 Bete Mendes — Sim
 Cardoso Alves — Não
 Cunha Bueno — Não
 Delfim Netto — Não
 Doreto Campanari — Não
 Eduardo Jorge — Sim
 Fábio Feldman — Não
 Fausto Rocha — Não
 Fernando Gasparian — Sim
 Florestan Fernandes — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Gastone Righi — Não
 Geraldo Alckmin Filho — Não
 Gerson Marcondes — Não
 Gumerindo Milhomem — Sim
 Hélio Rosas — Não
 Irma Passoni — Sim
 Jayme Paliarin — Não
 João Rezek — Não
 José Camargo — Não
 José Carlos Grecco — Sim
 José Egreja — Não
 José Genoíno — Sim
 José Maria Eymael — Não
 Koyu Iha — Sim
 Leonel Júlio — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Maluly Neto — Não
 Manoel Moreira — Não
 Mendes Botelho — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Ricardo Izar — Não
 Roberto Rollemberg — Não
 Robson Marinho — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Não
 Theodoro Mendes — Não
 Tidei de Lima — Não

Goias

Aldo Arantes — Sim
 Antonio de Jesus — Não
 Délio Braz — Não
 Fernando Cunha — Sim
 João Natal — Não

José Freire — Não
 José Gomes — Não
 Lúcia Vânia — Não
 Luiz Soyer — Não
 Maguito Vilela — Não
 Mauro Miranda — Não
 Naphtali Alves de Souza — Não
 Pedro Canedo — Não

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Sim
 Francisco Carneiro — Não
 Geraldo Campos — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Márcia Kubitschek — Não
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Valmir Campelo — Abstenção

Mato Grosso

Antero de Barros — Sim
 Joaquim Sücena — Não
 Jonas Pinheiro — Não
 Júlio Campos — Não
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Percival Muniz — Não
 Rodrigues Palma — Não
 Ubiratan Spinelli — Não

Mato Grosso do Sul

Gandí Jamil — Sim
 José Elias — Não
 Levy Dias — Não
 Rosatto Congro Neto — Sim

Paraná

Airton Cordeiro — Não
 Alarico Abib — Sim
 Basílio Villani — Não
 Borges da Silveira — Não
 Dionísio Dal Prá — Não
 Euclides Scalco — Sim
 Gilberto carvalho — Não
 Hélio Duque — Sim
 Jacy Scanagatta — Não
 José Carlos Martínez — Não
 Jose Tavares — Não
 Jovanni Mastini — Não
 Matheus Jensen — Não
 Mattos Leão — Não
 Maurício Fruet — Sim
 Mauricio Nasser — Não
 Max Rosenmann — Não
 Nilton Friedrich — Não
 Nilso Sguarezzi — Não
 Osvaldo Macedo — Não
 Paulo Pimentel — Não
 Renato Bernardi — Não
 Santinho Furtado — Não
 Sérgio Spada — Sim
 Tadeu França — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — Não
 Antônio Carlos Konder Reis — Não
 Cláudio Avila — Não
 Eduardo Moreira — Não
 Francisco Kuster — Sim

Henrique Córdova — Não
 Luiz Henrique — Não
 Orlando Pacheco — Não
 Paulo Macarini — Sim
 Renato Vianna — Não
 Ruberval Pilotto — Não
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Sim
 Walmor de Luca — Sim

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Não
 Adylson Motta — Não
 Amaury Muller — Sim
 Arnaldo Prieto — Não
 Carlos Cardinal — Sim
 Darcy Pozza — Não
 Erico Pegoraro — Não
 Floriceno Paixão — Sim
 Hermes Zaneti — Sim
 Hilário Braun — Não
 Ibsen Pinheiro — Não
 Irajá Rodrigues — Sim
 Ivo Lech — Não
 Ivo Mainardi — Não
 João de Deus Antunes — Não
 Jorge Uequet — Sim
 Júlio Costamilan — Não
 Lélcio Souza — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Mendes Ribeiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Osvaldo Bender — Não
 Paulo Paim — Sim
 Rospide Netto — Não
 Ruy Nedel — Sim
 Tarso Genro — Sim
 Telmo Kirst — Não
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim

Amapá

Annibal Barcellos — Não
 Eraldo Trindade — Não
 Geovani Borges — Não
 Raquel Capiberibe — Sim

Roraima

Alcides Lima — Não
 Marluce Pinto — Não
 Ottomar Pinto — Não

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para registrar que o meu voto é "não". Votei "sim" inadvertidamente.

O Sr. Aristides Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARISTIDES CUNHA (PSC — SP Pela ordem) — Sr. Presidente, também quero registrar que votei "sim" erradamente. O meu voto é "não".

O Sr. Costa Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. COSTA FERRERIRA (PFL — MA. Pela ordem) — Sr. Presidente, retificando o meu voto Votei "sim" mas meu voto é "não".

O Sr. Victor Faccioni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. VICTOR FACCIANI (PDS — RS. Pela ordem) — Sr. Presidente, quero retificar o meu voto, que é "não", mas registrei "sim"

O Sr. Nelson Friedrich — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, Srs Congressistas.

Privatização apressada é um crime contra a História e o futuro do País

É inconcebível estabelecer uma apressada proposta de extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, sem primeiramente delinear as linhas básicas de um projeto nacional. Que Brasil queremos? Qual o nosso projeto de sociedade? Em segundo lugar, discutir e redefinir o papel do Estado, relações com a sociedade, intervenção na economia e suas relações com a iniciativa privada. Concomitante às iniciativas acima, colocar em execução um plano de desenvolvimento para nosso País onde muitas estatais podem ter, novamente, atividades produtivas básicas para o planejamento de curto, médio e longo prazos.

Privatizar de maneira abrupta é um crime de lesa-pátria, de lesa-patrimônio público.

A economia está parada, seu desempenho é fraco, e, por consequência, não há grande ânimo em investir. Com poucos investimentos, cai ainda mais o valor do patrimônio das estatais e poderão ser privatizadas por preços vis, irreais.

Além do mais, a preferência na privatização deveria ser democratização do capital e privilegiar a possibilidade dos próprios trabalhadores serem proprietários das empresas.

Por estes e outros fatores, somos contrários à Medida Provisória nº 151, e seu respectivo projeto de conversão, face inexistir estudo preliminar das suas consequências e ausência dos pressupostos previstos no início desta manifestação.

Para bem evidenciar nossas preocupações, solicitamos anexar o trabalho "O Fim da Petromisa é prejuízo al ao País" e a carta da Associação dos Empregados da Interbrás — AEI.

Um dos maiores crimes ante a história da República poderá consumir-se com a extinção de determinadas estatais estratégicas, co-

mo Petromisa; primeiro, porque se trata de empresa rentável, significando que, com o seu desaparecimento, desaparece, também, a receita que ela propicia, ocasionando, portanto, o aumento no déficit público; segundo, porque, essa extinção forçará o Brasil a importar, só em 1991, cerca de 100 milhões de dólares em potássio e outros minerais que atualmente são por ela extraídos, contribuindo para agravar a crise no balanço de pagamento e para aumentar a dívida externa.

Deve ser ressaltado, Sr. Presidente, que a Petromisa sozinha pode atender às necessidades nacionais em pelo menos 25 por cento do cloreto de potássio, que é um produto vital para a agricultura, e que tem naquela empresa brasileira o único produtor latino-americano e em condições de elevada produtividade, tanto que de uma produção de 162 mil toneladas, em 1989, deverá produzir, este ano, cerca de 306 mil toneladas, com previsão de que em 1991 produzirá 1 milhão e 600 mil toneladas.

Foi por isso que apresentamos emenda à Medida Provisória nº 151, no sentido de excluir-se da lista de empresas a serem extintas a Petromisa, que, em verdade, Sr. Presidente, é alvo da clara intenção de saque internacional e vítima do entreguismo do atual Governo, que nomeou para a Presidência da Petrobrás, à qual se vincula a Petromisa, o Sr. Luiz Octávio da Mota Veiga, ex-Presidente do Grupo Anglo-Americano Bozzano Simonsen, segundo maior conglomerado estrangeiro na área de pesquisa mineral e o terceiro maior grupo na produção mineral brasileira.

E sabem, por acaso, os senhores, quem é o maior importador nacional de potássio? O Grupo Monteiro Aranha, cujo titular, é, nada mais, nada menos, do que o ex-sogro do Presidente Fernando Collor de Mello, um de seus maiores amigos e um dos principais "colaboradores" de sua campanha à Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, como diz bem o ditado popular "por baixo desse angu tem carvão", e esse carvão é o potássio, alvo da ganância e, repetimos, da fúria entreguista e desnacionalizante que começa a varrer o Brasil; se este Congresso concordar com a extinção pura e simples da Petromisa, estará sinalizando no sentido de que os abutres internacionais poderão, daqui para frente, devorar o que bem entender em nosso País

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. NELTON FRIEDRICH EM SEU
DISCURSO*

**ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS
DA INTERBRÁS — AEI**

Rio de Janeiro, 29 de março de 1990

Ao
Ilmª (a) Sr. (a)
Nelson Friedrich

No intuito de permitir a V. Exª a análise séria e objetiva do pleito que defendemos, a não extinção da Petrobrás Comércio Inter-

nacional S/A — Interbrás, tendo em vista as disposições da Medida Provisória nº 151, do dia 15 do corrente mês, relacionamos, abaixo, os aspectos que demonstram a importância desta Empresa para a Economia Nacional:

— É a maior **Trading** do Brasil, que ao longo dos seus 14 anos de existência, concretizou vendas no montante de US\$ 27 bilhões, operando com 92 países, tendo obtido um lucro de US\$ 205 milhões.

— Possui presença marcante nos principais mercados internacionais, operando, principalmente naqueles de alto risco como Irã, Iraque, Argélia, China, Índia, etc., dificilmente ocupados por segmentos privados, sem o apoio de uma **trading** de grande porte.

— Mantém em seu cadastro mais de 12.000 empresas registradas entre fornecedores, clientes e prestadores de serviços, o que bem demonstra a capacidade de penetração e a credibilidade que conseguiu acumular, e que é utilizada em benefício do setor privado nacional, principalmente em áreas de siderurgia, petroquímica, agroindustrial e bens de capital.

— Possui capacidade de alavancagem financeira junto às instituições bancárias nacionais e internacionais, possibilitando a viabilização de operações comerciais complexas e em volume expressivo.

— Representa um importante Fundo de Comércio que, acumulado ao longo de sua existência, vem sendo utilizado em apoio a pequenas e médias empresas no acesso ao mercado internacional, incentivando a produção nacional e, consequentemente, a geração de emprego no setor privado.

— É uma empresa comprovadamente eficiente, gerida por recursos próprios, com seus balanços apresentando sempre resultados positivos, propiciando regularmente dividendos à Petrobrás. Em 1989, apresentou um volume de vendas de US\$ 2,7 bilhões que geraram um lucro líquido de US\$ 19,6 milhões.

— Mantém grande volume de negociações, aliada a sua reconhecida eficiência empresarial, apresentando índices de lucratividade somente comparáveis às maiores **Tradings** internacionais.

— É uma empresa formadora de mão-de-obra especializada, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento gerencial da atividade de comércio exterior.

— Nunca recebeu dotações do Tesouro Nacional nem tampouco se socorreu dos cofres públicos, não cabendo sua inclusão em projetos cujo objeto seja a redução do déficit público, que é o caso da Medida Provisória nº 151.

Em conclusão, a extinção da Interbrás não trará qualquer benefício à economia nacional. Pelo contrário, provocará prejuízo para os cofres públicos. Caso o objeto seja, simplesmente, retirar o Estado deste segmento da economia, outra alternativa menos onerosa para o contribuinte deve ser analisada com seriedade e responsabilidade, de modo a salvaguardar o patrimônio público que, de

outra forma, estará sendo irremediavelmente dilapidado.

Atenciosamente, Associação dos Empregados da Interbrás

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Deputados já podem votar. Todos os Srs. Deputados já votaram? Vai ser feita a apuração. (Pausa) Votaram SIM 135 Srs. Deputados; e NÃO 274.

Houve 3 abstenções

Total 412 votos.

O destaque foi rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa ser apreciado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do Destaque 448, do Deputado Euclides Scalco.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PMDB vota favorável a esta emenda. Ela define os objetivos básicos da Companhia Nacional de Abastecimento. O Governo propõe a criação da Companhia Nacional de Abastecimento, e esta emenda define os seus objetivos básicos.

Nós, no entendimento que tivemos, admitimos que se colocassem estes objetivos, entre outros. Desta forma, somos favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a inclusão de "entre outros".

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PSDB, através do Deputado Vicente Bogo, com a Emenda nº 448, está exatamente procurando definir os objetivos da Companhia Nacional de Abastecimento, criada pela própria Medida Provisória. Por esta razão, é que estamos, tanto o PMDB quanto o PSDB e demais Partidos, votando favoravelmente a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O PMDB vota favoravelmente à emenda.

Gostaria de conhecer o pensamento do PFL. (Pausa)

É contrário.

A Mesa se sente numa dificuldade de proclamar o resultado. De modo que vai colher os votos das bancadas

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, solicito a V Exª que tome o voto por Partidos para definir onde está a maioria.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Não cabe isso, Sr. Presidente, pois foi feita verificação agora.

O Sr. José Genoíno — Não pode pedir verificação, Sr. Presidente, não passou uma hora

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa está numa dificuldade. Qual é a maioria? A Mesa não pode saber qual é a maioria, se um grupo se manifesta e o outro se manifesta em outro sentido. Só pode colher o voto das Bancadas.

De modo que é muito difícil a Mesa escolher um resultado entre os dois. Se houvesse, como tem havido, harmonia entre as duas Bancadas, a Mesa poderia decidir. Então, a Mesa tem que colher os votos das Bancadas, porque há uma divisão frontal. Eu não posso proclamar o resultado: não é visível o resultado, e eu não posso declarar qual foi a corrente vitoriosa.

De modo que eu vou colher os votos dos partidos.

Como vota o nobre Líder do PMDB?

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o nobre Líder do PFL?

O Sr. Ricardo Fiuzza (PFL — PE) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O Sr. Robson Marinho (PSDB — SP) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O Sr. César Maia (PDT — RJ) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. José Lourenço (PDS — BA) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRN?

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o líder do PTB?

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP) — Não. Mas quero assinalar o número da Bancada é de 28 componentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PDC — TO) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O Sr. José Genoíno (PT — SP) — Sim

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O Sr. Ricardo Izar (PL — SP) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. Jamil Haddad (PSB — RJ) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PC do B?

O Sr. Haroldo Lima (PC do B — BA) — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSD?

O Sr. José Tavares (PMDB — PR) — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PCB?

O Sr. Fernando Santana (PCB — BA) — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSC?

O Sr. Francisco Rolim (PSC — PB) — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PST?

O Sr. José Fernandes (PST — AM) — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PTR?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PLP? (Pausa)

O Sr. Ismael Wanderley (PTR — RN) — O PTR vota sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PPB?

O Sr. Leonel Júlio (PPB — SP) — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRP? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PLP? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai somar as manifestações do Partido.

Vai ser feita a apuração. (Pausa)

Votaram SIM 274 Srs. Deputados; e NÃO 135.

A emenda foi aprovada

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa)

Vai ser feita a apuração (Pausa)

Como vota o Líder do PMDB no Senado?

O Sr. Ronan Titó (PMDB — MG) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PFL?

O Sr. Marco Maciel (PFL — PE) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O Sr. Chagas Rodrigues (PSDB — PI) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O Sr. Moisés Abrão (PDC — TO) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O Sr. Carlos De'Carli (PTB — AM) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRN?

O Sr. Ney Maranhão (PRN — PE) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Roberto Campos (PDS — MT) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. Jamil Haddad (PSB — RJ) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Senador Rachid Saldanha Derzi?

O Sr. Florestan Fernandes — Quero retirar o destaque feito para o art. 5º do Projeto de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai atender o pedido de V. Exª

O Sr. Rachid Saldanha Derzi (MS) — Não

O Sr. Alfredo Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ALFREDO CAMPOS (MG) — Sr. Presidente, quero declarar o meu voto, já que estou sem Partido no Senado. O meu voto é não.

O Sr. Florestan Fernandes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, quero, por favor, retirar o destaque feito para o art. 5º do projeto de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª sabe o número?

O SR. FLORESTAN FERNANDES — Art. 5º do projeto de conversão. Muito obrigado

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI (MS — Pela ordem) — Sr. Presidente, o voto do

Senador Saldanha Derzi, sem partido, é "não"

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mais um voto "não"

Vai ser feita a apuração. (Pausa)
Votaram SIM 43 Senadores; e NÃO 31.
Houve 1 abstenção
Total: 71 votos.

Está aprovado também no Senado Federal
O Sr. João Lyra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOÃO LYRA (PSC — AL — Pela ordem) — Sr. Presidente, comunico a V. Exª que estou no PSC. Não faço mais parte do PMDB. Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está consignado o voto de V. Exª

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES — Pela ordem) — Sr. Presidente, peço verificação de **quorum** para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª não pode pedir.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Posso, Exª

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP Pela ordem.) — Sr. Presidente, se fosse para pedir verificação, V. Exª não precisava ter colhido os votos por bancada. A exemplo do que fez na Câmara, V. Exª consultou as Lideranças no Senado e proclamou o resultado favorável.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — Sr. Presidente, não foi pedido verificação no Senado. O tempo fluiu e o Senado está em condições de pedir verificação

Nessas condições, insisto no pedido de verificação, com o apoio de outras Lideranças.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, o PDS apóia o pedido de verificação.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG Pela ordem) — Sr. Presidente, estamos representando o Senado e eu queria um esclarecimento de V. Exª. foi pedida uma verificação de **quorum** exatamente às 17 15h: tem apenas

15 minutos passados; pode ser pedida uma nova verificação de **quorum**? É a pergunta que faço a V. Exª

O SR. MOISÉS ABRÃO (PDC — TO) — Sr. Presidente, o PDC apóia a verificação.

O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB — AM) — Sr. Presidente, o PTB pede a verificação.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE) — Sr. Presidente, o PRN pede verificação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É a primeira vez que isso ocorre no Congresso.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, eu gostaria também de, secundando o apelo de outros líderes, pedir a V. Exª que proceda à verificação no Senado

Como é evidente, há mais de uma hora, com toda a certeza, que, no Senado, não se faz nenhuma verificação

Dai por que, peço a V. Exª que pondere essas razões.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, não ouvi a decisão de V. Exª

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Regimento Comum diz que as votações são separadas, trata-se de poderes distintos.

Não posso votar por um Senador.

A verificação feita foi com a votação na Câmara dos Deputados. Venceu há uma hora Quem pediu a verificação foi um Deputado

Então, este é o primeiro argumento que coloco para V. Exª

E, para completar este argumento, o § 3º, do art. 45 diz que:

"§ 3º Procedida à verificação de votação e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora"

Ora, quem pediu a verificação pela Câmara esse pedido venceu há uma hora

No Senado, ninguém pediu verificação. Então, o Senado tem que ser verificado.

A votação é separada, não é conjugada.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP Para contraditar Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra com base no § 3º do art 45

Temos sessões do Congresso Nacional. A sessão é do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Estou lendo aqui a Seção IV do Regimento Comum, Título IV, que fala das sessões em geral

Portanto, temos uma sessão do Congresso Nacional, não é uma sessão da Câmara ou uma sessão do Senado Federal. A sessão é do Congresso Nacional

O art. 45, no seu § 3º, é claro:

“§ 3º Procedida a verificação de votação e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora”

A sessão é do Congresso Nacional e não da Câmara ou do Senado

Portanto, Sr. Presidente, não passou o tempo de uma hora

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o argumento do nobre Congressista José Genoíno vem embasar a própria questão de ordem que eu levanto. S. Exª diz que a votação é bicameral. Se é bicameral, são de formas separadas. Na votação verificada anteriormente, somente a Câmara foi verificada; não houve a verificação no Senado. Portanto, a votação simbólica procedida por V. Exª podia atender apenas parcialmente à proposta colocada em votação

O art 43 do Regimento Comum diz, claramente, o seguinte:

“Nas deliberações, os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão sempre computados separadamente. O voto contrário de uma das Casas importará na rejeição da matéria.”

Como vou saber qual o voto contrário de uma das Casas que pode rejeitar a matéria? Através da verificação de **quorum**. O Senado não tinha feito verificação de **quorum** há mais de duas horas e trinta minutos. Portanto, ainda que seja um precedente, ele tem que ter a sua jurisprudência. E V. Exª tem que proceder à verificação no Senado Federal.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nós não estamos em processo de votação no Senado? O sistema não é bicameral?

Depois que V. Exª concedeu a palavra ao Congressista Arnaldo Faria de Sá, eu gostaria que agora respondesse a indagação do Senador Ronan Tito. Estamos em processo de votação no Senado? Fiz uma indagação como Líder do PMDB no Senado.

A indagação que foi feita é a seguinte: nós estamos em reunião do Congresso Nacional, ou seja, Câmara e Senado. Foi pedido, há quinze minutos, uma verificação de **quorum** pela Câmara. Neste instante, nós estamos em processo de votação no Senado. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte: o tempo de uma hora previsto no Regimento é para sessão conjunta?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — Sr. Presidente, permita-me, só para contribuir mais um pouco para elucidação na espécie; o § 1º do art 45 do Regimento Comum é claríssimo:

“Proclamado o resultado da votação de cada Casa, poderá ser feita sua verificação, a requerimento de Líder, de cinco Senadores ou de vinte Deputados.”

Está claríssimo. “de cada Casa”, Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, o § 3º da seção 4ª das modalidades de votação:

“Procedida à votação e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora”

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Pela ordem) — Parece-me que há uma tempestade num copo d'água. O assunto é simples e claro. Não sei por que essa discussão toda, porque a votação da Câmara é completamente separada da do Senado e tanto é verdade que, às vezes, se faz só votação na Câmara e o Senado não é chamado a votar. Mas, quando tem a oportunidade de fazê-lo, vota pela Casa do Senado. Então, o caso está perfeitamente esclarecido. O Senado ainda não pediu nenhuma vez verificação. Está dentro do prazo. E a lei e o Regimento estabelecem o direito do Senado de pedir a verificação. Tanto é que a votação é feita separadamente

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exª para chamar os Srs. Senadores, nos gabinetes, para essa votação.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ LINS (PFL — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Exª fez a votação

simbólica na Câmara. Não tendo condições de decidir, V. Exª ouviu Partido por Partido. Entre os Partidos, subsistia uma dúvida e eles requereram uma votação em separado, a verificação de **quorum**. V. Exª tem de dar o mesmo tratamento ao Senado

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Eu queria levantar os seguintes argumentos: em primeiro lugar, há coisas, na sessão do Congresso, que valem simultaneamente para as duas Casas. A sessão começa na mesma hora para as duas Casas, termina na mesma hora para as duas Casas, há discussão da matéria na mesma hora para as duas Casas, intercalam-se Senadores e Deputados para discutir a matéria. Só há uma coisa que se faz separadamente. É a votação. É o único instante em que se vota separadamente. Aqui há uma regra que, feita uma verificação de votação, só se pode fazer outra uma hora depois; está escrito taxativamente no Regimento. No entanto, sustentou-se o seguinte: como foi feito na Câmara não chegou a se votar no Senado, e só não se chegou a votar no Senado porque foi derrubado na Câmara, o Senado ainda poderia ter porque não passou uma hora para ele, já que ele não fez a votação nominal, e só não se chegou a votar no Senado porque foi derrubado na Câmara.

Ora, se é verdade que isso pudesse ser feito, só quem podia estar levantando questão de ordem agora é Senador, Deputado não podia estar levantando questão de ordem, pois se há uma independência tão grande que na hora da votação, em pleno processo de votação o Senado é tão independente na votação que ele pode requisitar uma votação nominal a despeito de já ter sido feito uma hora antes, não era possível admitir que um Deputado e não um Senador levantasse a questão de ordem.

É evidente que também esta regra vale para as duas Casas. É lógico se faz uma hora que se votou, isso foi feito assim até agora, Sr. Presidente. Ontem, nós tivemos a derrubada de um projeto de conversão feito pela Câmara e daí para a frente não se pôde pedir verificação no Senado para nada, simplesmente porque já tinha acontecido uma verificação de votação, e uma vez feita, não pode ocorrer outra a não ser no prazo de uma hora. Se essa regra não valer para as duas Casas, então, é melhor que nós façamos, realmente, o projeto bicameral completo, vamos fazer sessão da Câmara, ela funciona, ela vota e depois faz sessão do Senado, ele vota, e estabelece cada regra individualmente para cada uma das Casas.

Ora se temos uma Casa comum, só há uma coisa diferente, é que na hora de votar, os votos dos Senadores e os votos dos Deputados são computados separadamente, de tal

maneira que as duas Casas precisam aprovar ou uma delas precisa rejeitar

Ora, é evidente que se houve uma regra que vale para uma Casa, vale para as duas. Portanto havendo menos de uma hora, não tem a menor dúvida, Sr. Presidente, não pode pedir a verificação de votação antes de decorrida outra hora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu acho que a questão é dos Senadores, no momento. Eu deixei vários Deputados intervirem, mas o problema é dos Senadores. E foi pedida a verificação pelo Senador...

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, objetivando o bom andamento e a seriedade dos trabalhos, mas sem abrir mão dessa tese, eu declino do requerimento que formulei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agradeço a V. Ex.^a Vai continuar a votação. (Pausa)

A emenda foi aprovada.

O Sr. Carrel Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. CARREL BENEVIDES (PTB — AM. Pela ordem.) — Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Veja V. Ex.^a, ainda uma vez da confusão nasce a luz.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 449, de autoria do nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti:

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 450, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 459, do Deputado Artur Lima Cavalcanti

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Emenda n.^o 461, do Deputado Eliel Rodrigues foi retirada pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 467, do Deputado Paes Landim

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 475, do Deputado Júlio Campos.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 482, do Deputado Fernando Santana

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da Emenda n.^o 483, do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Emenda n.^o 477 não foi anunciada

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já foi rejeitada.

O SR. ERICO PEGORARO — Ela não foi anunciada, Sr. Presidente. Apenas para comunicar a V. Ex.^a, que ela não precisa ser anunciada em função de um entendimento entre os Líderes do Governo, do PFL, do PMDB e do PSDB para que o Relator faça a errata na Medida n.^o 151 na Subsecretaria Destaque da Emenda n.^o 477

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não houve destaque para a Emenda n.^o 477.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.^o 491, de autoria do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada, não vai ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.^o 500, de autoria do nobre Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.^o 506, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação, a Emenda n.^o 512, de autoria dos nobres Deputados Geraldo Campos e Euclides Scalco

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a Emenda n.^o 513, de autoria do Deputado Artur Lima Cavalcanti.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada

Rejeitada na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Serão votados agora os destaques das Medidas Provisórias.

Até agora foram votados os destaques ao projeto de lei de conversão.

O Sr. Ivo Cersósimo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. IVO CERSÓSIMO (PMDB — MS. Pela ordem.) — Sr. Presidente, na votação registrada no painel anteriormente, meu voto “não” não foi registrado no painel.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PFL — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, queria deixar nos Anais desta sessão um apelo meu ao Presidente da República, Doutor Fernando Collor de Mello, para que veto a Emenda n.^o 448

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Durante cinco minutos, a Secretaria necessita pôr em ordem as emendas para apreciação do Plenário.

De modo que, nesses cinco minutos, concedo a palavra ao nobre Congressista Gumerindo Milhomen.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há alguns dias, invocando o mesmo art. 6.^o do Regimento Comum, solicitei a palavra para falar pela Liderança do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Naquela ocasião, ouvi e tive que engolir uma interpretação que considero facciosa da Presidência dos trabalhos, de que aquele artigo havia sido escrito — e estava ainda em vigor — no tempo em que havia apenas dois Parti-

dos na Casa. Naquela ocasião, podia a Presidência conceder a palavra ao Líder de Partido, para fazer comunicação importante ao Congresso.

Tivemos que engolir esse procedimento autoritário. Em função disso mesmo, hoje tendo uma comunicação muito importante a fazer ao Congresso, de cinco Partidos, escolhemos um representante desses cinco Partidos para fazê-la. No entanto, o que vimos, em seguida, foi que a Presidência dos trabalhos concedeu a palavra, por solicitação ao Líder do Governo, ao Líder do PMDB na Câmara, ao Líder do PMDB no Congresso, que daquele microfone perguntou ao Presidente: tenho que gritar para conseguir a palavra, Sr. Presidente? E o Presidente prontamente acedeu e concedeu a palavra ao Líder do PMDB, que falava pela terceira vez ou como terceiro orador, sobre o mesmo assunto. E eu, ali naquele microfone, gritei, cheguei perto da apoplexia, como brincava comigo um parlamentar, e não tive o direito à palavra. Ora, que ironia, nós, que no movimento popular, na rua, nas lutas suprapartidárias em defesa da democracia, quantas e inúmeras vezes pedimos ao movimento popular que não vaiasse, que garantisse a palavra daqueles muitos que, hoje, aqui, laboram para que não tenhamos reconhecida a plenitude dos nossos direitos democráticos!

Tenho, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, muitos amigos no PMDB. Reconheço militantes honrados, combativos que estiveram no MDB, no PMDB e muitos que ainda estão no PMDB. Isso, no entanto, não me autoriza a concordar com a prática que esse Partido vem desenvolvendo, pela sua direção e pela sua Liderança no Congresso Nacional, especialmente neste momento em que estamos votando as chamadas medidas provisórias do pacote do Governo.

Todos sabemos, o País inteiro sabe, que por uma atitude excludente o PMDB tomou a si as relatorias de todas as comissões. Todos sabemos, também, que os relatórios desrespeitaram as normas de tramitação das medidas provisórias como também não foram apresentados às suas comissões; nenhuma comissão pode discuti-las, pode emendá-las e por cobrança de muitos Partidos, conseguimos, finalmente, que fosse instalada uma reunião de todas as Lideranças, ocasião em que a Liderança do PMDB comprometeu-se, já que havia esse precedente ruim, a levar os pré-relatórios para que na reunião de Líderes se pudessem apreciá-las, inclusive, interferir nos mesmos, antes que fossem formalmente apresentados ao Congresso Nacional.

No entanto, Sr. Presidente, contrariamente a isso, o que aconteceu é o que todo o País sabe, os Relatores do PMDB foram trocados, relatórios foram mudados e, inclusive, um Relator que nos cobrou aqui, neste momento, também teve o comportamento de mudar o seu relatório para aproximá-lo mais da medida provisória que havia sido encaminhada pelo Governo.

Não podemos concordar com isso. Também não podemos concordar que, pela nossa

crítica, sejamos apontados como dedos duros. Dedo duro é quem indica alguém a algum organismo de repressão. Qual foi o organismo de repressão a quem encaminhamos a nossa crítica com relação ao PMDB? A nenhum. Melhor seria, nobre Senador Ronan Tito, que nos identificasse com aqueles emedebistas, muitos bravos, não todos, que durante a ditadura militar, aqui, tiveram a coragem e a ousadia de criticar a ditadura, de criticar a Arena, que era o partido que representava a ditadura neste Congresso.

Nós, o que estamos fazendo é uma crítica severa, uma crítica de quem quer votar junto. Não nos consideramos condenados a votar junto com o PMDB, como disse o Líder Ibsen Pinheiro. Isso faz parte da nossa luta. Queremos votar junto com o PMDB, mas com um PMDB que cumpra os seus compromissos lá fora, que cumpra os compromissos que assume com a população. É a esse PMDB que queremos dar o nosso voto.

Por isso, Sr. Presidente, brado aqui o meu protesto a esse encaminhamento, que considero, reitero, como um encaminhamento antidemocrático.

Não sou dos que mais usam o microfone para, inclusive, atrapalhar encaminhamentos de trabalhos, mas quero deixar aqui consignada a minha discordância com o tratamento discriminatório que se dá aos partidos que aqui representam a minoria, entre os quais os cinco partidos que, bravamente, querem apresentar ao País, a todo o Brasil, a sua posição discordante, com o que consideramos um grande acordo, feito fora do Congresso Nacional.

Queremos chamar os militantes bravos, combativos, honrados, que ainda existem no PMDB, a somarem suas forças conosco, já que, realmente, têm discordância, como manifestaram publicamente, com esse pacote do Governo, para que aqui tenham uma atitude prática, coerente com aquilo que está no seu discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, fui citado nominalmente e peço a palavra para encaminhar um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — Sr. Presidente, requero à Mesa que consulte as notas taquigráficas, para sabermos, nesta sessão, quantos minutos cada Líder, de cada partido usou. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa poderá fazer oportunamente esses levantamentos. Hoje, neste momento, não pode. Mas, aceita o requerimento de V. Ex^a e tomará as providências para fazer o levantamento.

O Sr. Ronan Tito — Está bem. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos prosseguir, agora, a votação das emendas oferecidas à medida provisória. Por-

que votamos as emendas ao projeto de lei de conversão, vamos votar, agora, as emendas, que são várias, à medida provisória.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, desejo indagar da Mesa, quando serão votados os destaques requeridos ao projeto de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estes já foram encerrados. Agora vamos votar os destaques à medida provisória.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, há um destaque oferecido por mim, pelo Deputado Irajá Rodrigues e pelo Líder Roberto Freire, no art. 18, do projeto de conversão, que não foi submetido à votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a sabe o número da emenda?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não é uma emenda, Sr. Presidente, é um destaque para que este artigo seja votado separadamente. Por isso é que indago a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Será votado. Apenas não foi possível ainda votar.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, há uma sugestão que faço à Mesa, neste intervalo em que estão separando os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu gosto sempre da colaboração de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Colaborando com a Mesa e com o aceleramento dos trabalhos na aprovação do pacote econômico, com a aprovação serena e cautelosa, eu apelo à e ao Congresso Mesa que está aqui com **quorum** qualificado, já que V. Ex^a prorrogou a sessão até às 21 horas e 20 minutos que esta sessão continue até às 24 horas, para que, com esse **quorum** possamos continuar a votação hoje à noite, dando uma demonstração à Nação, de que estamos aqui discutindo e votando as matérias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa atende à solicitação de V. Ex^a, prorrogando a sessão por mais 4 horas, e agradece a colaboração.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, gostaríamos que V. Ex^a permanecesse conosco até à meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, aí V. Exª não quer me dar um presente, quer me dar uma punição

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem.) — Peço a V. Exª, que desde logo alerte aos Srs. Parlamentares que teremos muitas outras votações ainda, inclusive nominais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todos os Srs. Parlamentares têm em mãos a Ordem do Dia, nela há outras matérias a serem apreciadas.

Nas quatro horas da sessão, que se prolongará, todas essas matérias podem ser examinadas, e certamente o serão.

Daí o apelo que faço aos Srs. Parlamentares para que continuem no plenário, e possam contribuir com o seu voto, para a deliberação dessas matérias.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Obrigado a V. Exª

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PRESIDENTE (PDT — RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-me que o entusiasmo do Deputado José Genoíno o contagiou. Evidentemente que V. Exª já tinha prorrogado a sessão por quatro horas, e regimentalmente só poderia prorrogá-la por mais duas horas e depois mais duas. Eu gostaria que V. Exª ouvindo a nossa questão de ordem, nos respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nobre Congressista, o que sugere V. Exª?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Não sou eu que sugere é o Regimento que estabelece: a primeira prorrogação, por 4 horas, daí, em seguida, por 2 horas. V. Exª pode prorrogar 10 vezes, por duas horas, mas não mais uma vez por quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa agradece a V. Exª, retifica a sua decisão e prorroga a sessão mais duas horas. Pedimos a atenção das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vão ser votados os destaques à Medida Provisória.

Peço aos Srs. Líderes que ocupem seus lugares a fim de acompanharem a votação.

Espero contar com a colaboração de todos os Srs. Congressistas

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quando da votação das emendas era mais fácil porque tínhamos os números que acompanhávamos pelo avulso.

Entretanto, vamos votar destaques supressivos de matéria da Medida Provisória para incorporar ao projeto de conversão. Entendo que se pudéssemos, por ordem de artigo, e naturalmente com mais calma, fazer a indicação dos destaques, seria mais elucidativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há o art. 1º inciso III, à primeira emenda.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, antes tem um destaque ao art. 1º § 1º

Perdão, são destaques à Medida Provisória V Exª está certo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º inciso III, da Medida Provisória.

Requer destaque para a votação em separado, do dispositivo abaixo, da medida provisória. Aí está. Art. 1º inciso III, do nobre Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação esse destaque, na Câmara (Pausa.)

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados.

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixará de ser examinado no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do inciso III e alíneas "a" "b" e "c" do art. 1º do nobre Deputado Brandão Monteiro.

Em votação na Câmara:

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara, deixará de ser apreciado no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação a alínea "c" do inciso III, do art. 1º da Medida Provisória nº 151.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque do nobre Deputado Ricardo Fiuza sobre o mesmo assunto. (Pausa.)

Esta prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 1º inciso IV de autoria do Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara, deixará de ser examinado no Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação em separado da alínea b, do inciso IV do art. 1º de autoria dos Srs. José Ignácio

Ferreira, Marco Maciel e outros.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação alínea g do inciso IV do art. 1º (Pausa.)

Está prejudicado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação as alíneas "c" "d" e "e" do inciso IV do art. 1º de autoria do nobre Deputado Brandão Monteiro.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 3º de autoria do Deputado Haroldo Lima, em substituição ao art. 8º do Projeto de Lei de conversão.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 4º e seu parágrafo, de autoria dos Deputados José Serra e Euclides Scalco.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do texto integral do art. 10º de autoria dos Deputados Gastone Righi, Afif Domingos, Eduardo Siqueira Campos.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente vamos aprovar um destaque supressivo. Por isso, rejeitamos esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado, na Câmara dos Deputados, não será submetido ao Senado Federal.

O art. 10 de autoria do Deputado Roberto Jefferson, também está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do parágrafo único do art. 10, de autoria do Deputado Gumercindo Milhomem.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 11 § 1º, de autoria do Deputado Gumerindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 12, de autoria do Deputado Gumerindo Milhomem.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do inciso I, art. 12, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do inciso I, art. 12 de autoria do Deputado Haroldo Lima.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 12 inciso I, do Deputado Gumerindo Milhomem

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 15, do Deputado Oswaldo Lima Filho. O Deputado pedia voto em separado do art. 15 da Medida Provisória. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação o art. 25 da Medida Provisória. (Pausa.)

Os Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos passar aos destaques supressivos do Projeto de Lei de Conversão.

Supressão do art. 1º do projeto, de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa.

O Sr. Genebaldo Correia — O Deputado José Tavares tem destaque para o § 1º, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esse é todo; S. Exª quer todo o artigo. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Do Deputado Lysâneas Maciel, também com o mesmo objetivo: a expressão "a extinguir-se", ou retirar do art. 1º essa expressão (Pausa.)

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º inciso I, do Deputado Florestan Fernandes. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º, inciso I, do Deputado Gumerindo Milhomem. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Artur Lima Cavalcante, art. 1º, inciso I. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Vivaldo Barbosa, art. 1º, inciso I. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º, item I — A, de autoria do Deputado Gumerindo Milhomem. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea b do inciso I, do art. 1º do Sr. Deputado Vivaldo Barbosa. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea c do art. 1º (Pausa.)

Em votação na Câmara.

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O destaque seguinte, do mesmo teor, do Sr. Deputado Vivaldo Barbosa. (Pausa.)

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Prejudicado.

O SR. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Exª está examinando somente o projeto de lei de conversão ou a medida provisória original? Porque o projeto de lei de conversão já foi aprovado e é ele que tem que ser examinado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estamos examinando os destaques ao projeto de lei de conversão.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Exª está pondo em votação os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim, os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação em separado para a alínea d, do inciso I, do art. 1º, do Deputado Doutel de Andrade

Em votação na Câmara

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara, não irá ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O mesmo dispositivo é objeto de destaque do Deputado Vivaldo Barbosa

O destaque está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Destaque é para a alínea e...

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE *(Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS. Pela ordem) — V. Exª está votando o requerimento ou a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa já admitiu todos os destaques. Estamos votando exatamente o mérito. A Mesa admitiu todos os destaques, não selecionou destaque algum para rejeitar. Todos foram admitidos — inclusive alguns até que não tinham assinaturas de Líder.

Alínea e, do inciso I...

O Sr. Ricardo Fiuza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE. Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, V. Ex^a vai me desculpar, eu não estou interrompendo, mas descobri que há uma grande confusão aqui no plenário. Inclusive, também estou incluído entre os confusos. Eu entendia que V. Ex^a estava votando os requerimentos de destaque, e V. Ex^a está votando o mérito de destaque. Nós estamos votando errado por falta de entendimento, no que pese V. Ex^a ter se esforçado para que nós compreendêssemos. Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Se o destaque foi rejeitado, evidentemente que não se votará a matéria. Mas para atender ao interesse da votação, a Mesa admitiu todos os destaques e colocou a votos a matéria.

O SR. RICARDO FIUZA — V. Ex^a não cometeu nenhum equívoco, só que nós é que não sabíamos disso, e julgávamos estar votando os requerimentos — esse é o problema. Mas, se V. Ex^a pudesse e os companheiros não se incomodassem — os destaques são em número muito pequeno, apenas 5 ou 6. Eu ficaria muito grato a V. Ex^a, já que não é matéria polêmica. V. Ex^a não é culpado, mas fica a critério...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quando V. Ex^a vota “não”, V. Ex^a está mantendo o projeto de conversão, porque rejeitou ou não — isso é que é claro

Eu admiti todos os destaques, nós estamos votando se vamos modificar ou não o projeto de conversão

O SR. RICARDO FIUZA — Sr. Presidente, pelo que estou vendo, estou confundindo a sessão, e é difícil chegar a um entendimento. Daqui para frente, vamos votar dentro do entendimento. Confesso que cometemos alguns erros.

Desculpe-me V. Ex^a ter interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Entendo que, ainda que V. Ex^a tivesse interpretado que se estava votando apenas o destaque e vota contra, V. Ex^a exclui do debate esse destaque. Então, rejeita sequer a apreciação do mérito. De modo que, quando V. Ex^a vota “não”, V. Ex^a não quer nem examinar o mérito.

O SR. RICARDO FIUZA — Sr. Presidente, apenas para esclarecer: tínhamos feito um acordo a respeito da alínea c do inciso III do art 1º, a respeito da Embrater Aliás, foram dois, o segundo sobre o BNCC, que também fizemos acordo. Não votaram ainda ..

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação a este assunto que votamos, foi um destaque para retirar matéria de medida provisória e incluir no projeto. Votamos “sim” e acertadamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para incluir no projeto, porque V. Ex^a já tinham aprovado. Todos os destaques foram admitidos pela Mesa. Não há necessidade de duas votações, porque assim um destaque rejeitado nem sequer seria examinado no mérito. A Mesa admite todos.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, votamos inicialmente os destaques à medida provisória. Nesta etapa aprovamos dois destaques, justamente para retirar duas alíneas da medida provisória e incluí-las no projeto de conversão. Nós votamos “sim” e V. Ex^a entendeu que estávamos aprovando estas duas alíneas, para incluir no projeto de conversão. Portanto, votamos acertadamente.

Agora estamos em uma outra etapa, que é votando o projeto de conversão. V. Ex^a colocou, até agora, todos os destaques que foram majoritários, não. Conseqüentemente, não se suprimiu nada do projeto de conversão até agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai tomar uma orientação que talvez atenda a todos os Srs. Deputados

Quando o voto for “sim”, a matéria será incluída no projeto de conversão; quando o voto for “não”, a matéria não será incluída no projeto de conversão. É isto que tem acontecido.

O Sr. Ricardo Fiuza — Sim, Sr. Presidente, nós compreendemos, só que o comportamento seria inverso se fosse votando o requerimento. E nós não havíamos entendido que era mérito. Então, nós votamos em algumas matérias “não” e ao votar “não” nós suprimimos do projeto de conversão.

Então, eu pediria a V. Ex^a, se fosse possível, que votasse de novo esses destaques, porque realmente há um erro de interpretação, um erro grave.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa não quer nenhuma dúvida sobre essa votação. A Mesa vai renovar toda a votação, para que não haja nenhuma dúvida sobre ela (muito bem!), embora os destaques sejam ao projeto de lei de conversão

O Sr. Ricardo Fiuza — Eu agradeço muitíssimo a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos, então, votar se aceitam ou não os destaques. Os destaques que forma rejeitados não serão votados no mérito.

O Sr. Brandão Monteiro — A interpretação correta, Sr. Presidente, é exatamente essa

O Sr. Renan Calheiros — Sr. Presidente, essa é uma matéria muito importante e nós

precisamos votar com muita calma os destaques, de modo a fazermos um certo julgamento do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, então estamos votando na preliminar. Quando o destaque for rejeitado, não se vota o mérito, quando for a pleito se votará o mérito. É evidente que se não se admite o destaque, não precisa votar o mérito

O Sr. Ricardo Fiuza — Perfeitamente, Sr. Presidente. O “não” será para suprimir do projeto de conversão, e o “sim” .

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, o “não” suprime, o “sim” mantém. É evidente!

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, vamos esclarecer, V. Ex^a coloca em votação um destaque, se dissermos “não”, não aceitamos o destaque, está superado o problema. Se aceitarmos o destaque, nós votaremos em seguida a matéria no mérito. Se for “sim”, é para o efeito do que é pedido nesse destaque, ou seja, se for supressão é para suprimir, é isso!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É claro, a Mesa vai renovar a votação.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, V. Ex^a aceitou o destaque, o que vamos votar agora é a parte destacada

O Sr. Ricardo Fiuza — Exatamente, Sr. Presidente, nós estamos votando a parte destacada.

O Sr. José Genoíno — ... é apenas a parte destacada. Não pode ser votado, Sr. Presidente, se se aceita ou não o destaque, porque a Mesa já aceitou o destaque. De ofício, a Mesa aceitou o destaque. Nós temos que votar agora a matéria destacada. Já foi votada a matéria e temos que prosseguir a votação

O Sr. Ricardo Fiuza — É isso, Sr. Presidente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nessa votação acontecerá tudo, até esse debate final, mas a Mesa vai dar andamento ao processo. Para que se conclua essa votação. A Mesa vai renovar todas as votações.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, eu gostaria só de apelar para a Mesa, para que a votação que houve, já houve, nós não temos como, no processo legislativo, voltarmos. Com engano ou sem engano, o que já foi votado, foi votado. Qualquer providência de V. Ex^a é para a frente e não para trás, porque assim nós estamos admitindo uma anulação do processo legislativo. Aí é impossível. Vamos votar de onde paramos para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa quer que haja, neste processo, como em todas as votações, o conhecimento e a maior lisura no pronunciamento dos Srs. Parlamentares

A Presidência tem a possibilidade de afirmar que não procurou qualquer dos Srs. Par-

lamentares, nem direta, nem indiretamente, para votar nesse ou naquele sentido.

A Mesa não indicou qualquer relator, não indicou um único membro de comissão

Desta forma, a Mesa tem o maior interesse na lisura do procedimento

Se foi arguida de irregularidade a votação, não há mal em que se a repita, porque os votos serão os mesmos. Não haverá dificuldade de votação.

A Mesa vai colocar em votação o destaque do Deputado Vivaldo Barbosa, para o art 1º

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para a boa ordem dos trabalhos, creio que os encaminhamentos — e estou dizendo isto para colaborar com a Mesa — está absolutamente equivocado. No destaque de votação em separado, retira-se do projeto aquela matéria para votá-la posteriormente. Não existe admissibilidade para o requerimento. O requerimento está expresso no Regimento.

Em alguns casos, e que não é a hipótese, com um número "X" de líderes que representam o partido ou individualmente o parlamentar

Da forma como V. Exª está votando, no mérito, poderemos requerer a fita e anular a votação, porque está absolutamente equivocada em relação ao Regimento da Casa, sabem os assessores de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Opina V. Exª também pela anulação da votação?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Não estou querendo anular; estou dando a V. Exª subsídios para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Exª sugere De modo que não há divergência. Todos estão de acordo em que se vote.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, porque V. Exª, Sr. Presidente, não convida aí para cima os líderes dos diversos partidos, e chega a um entendimento sobre como prosseguir o processo de votação? Afinal, estamos aqui desde as 10 horas da manhã Não é justo agora que se suspenda toda a matéria vencida e se retorne à votação V. Exª convida os líderes e, durante 3, 4 ou 5 minutos, decide sobre o processo de votação para prosseguir Não é necessário repetir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O "não" é para suprimir, evidentemente. o "sim" é para manter. Evidentemente que isto é o que tem sido feito Não há necessidade de nova votação.

As votações feitas não foram equivocadas. Penso que se votou a matéria lisamente. De modo que vamos continuar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esclarecido o assunto, o nobre Congressista Ricardo Fiúza, que levantou a questão, também concorda que se continue votando, desde que o "não", como tem sido admitido, é para suprimir e o "sim" é para manter. Não haverá necessidade de se renovar a votação. Vamos então continuar.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V. Exª, outra vez, usa a palavra suprimir. A questão é a seguinte, quem vota "sim" é para incluir, quem vota "não" é para não incluir o artigo, porque o artigo não foi votado, ele está em separado Então, não se trata de suprimir, ele não está no projeto aprovado Se votarmos "sim" é para incluí-lo no projeto, se votarmos "não" é para não incluí-lo no projeto. Não há supressão.

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a votação "sim" não é para incluir, nem é para excluir, é necessário ver a natureza do destaque Se um destaque é requerido para suprimir uma alínea, então o "sim" é pela supressão do dispositivo na Medida Provisória

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todos os requerimentos estão aceitos Apenas, depende de saber se o "sim" inclui ou se o "sim" exclui

Em face da divergência, a Mesa vai renovar e tomar uma decisão.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, creio que em relação à Medida Provisória não há nenhuma contestação; esta votação já está resolvida.

Em relação ao Projeto de Conversão, estamos apenas no art 1º; acho que V. Exª pode retomar a votação só do projeto de conversão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É só do projeto de conversão; são os desta-

ques da medida ao projeto de lei de conversão E assim tiramos qualquer dúvida quanto à votação.

Destaque nº 1 — se for para incluir...

O SR. GENEBALDO CORREIA — Gostaria que V. Exª citasse o autor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O art. 1º do Projeto de Lei de Conversão é objeto de um destaque do Deputado Vivaldo Barbosa para excluir. Desde que se vote "não", está-se negando a ele o direito de excluir; se votar "sim", é que está afirmando o direito dele excluir. É natural Isso é que tem havido

Isso é uma combinação, depende do acordo, "sim" ou "não". Agora, o que é preciso é que todos tenham o mesmo entendimento

Quem quiser manter o dispositivo, nega o destaque, vota "não".

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, acho que poderíamos adotar o seguinte raciocínio, que me parece que é o entendimento da Mesa: todos são destaques, todos são DVS, quem desejar que a matéria seja incluída no Projeto de Conversão, vota "sim"; quem desejar que a matéria não seja incluída no Projeto de Conversão, vota "não" Parece-me que é esse o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço ao Deputado Ricardo Fiúza que modifique a sua afirmação. O voto "sim", evidentemente, é o afirmativo, que diz que o destaque deve ser aprovado.

O Sr. Gastone Righi (fora do microfone) — Não é o destaque, Sr. Presidente, é a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É a matéria, o destaque já foi objeto. Agora é o mérito O "sim" é para incluir no projeto; o "não" é para não incluir.

O Sr. Ricardo Fiúza — Muito obrigado a V. Exª Esse era o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas foi uma confusão tão grande...

O Sr. Renan Calheiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL. Pela ordem) — Sr. Presidente, só para facilitar a votação, encarecemos que V. Exª, na hora em que anunciar o destaque, esclareça se é para incluir ou não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aí, V. Exª, deve ter em mãos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Primeiro destaque, do Deputado Vivaldo Barbosa, que pede a exclusão do art. 1º Pede a exclusão, olha, "sim" é para excluir.

O Sr. Ricardo Fiúza — Mudou, Presidente. V. Exª mudou

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Olha, eu vou ler o destaque. Eu vou dizer a V. Ex^a. Deixe-me ler o destaque:

“Requeremos, para votação em separado, para supressão do art. 1º”

Se V. Ex^a votam “sim”, estão aprovando a supressão do art. 1º, é evidente.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS (PFL — CE. Pela ordem) — Sr. Presidente, basta que V. Ex^a, para orientar o Plenário, faça o que está fazendo agora. Destaque de ponto tal, em separado, para incluir ou para rejeitar. Basta que V. Ex^a anuncie que todos se orientam. Não precisa perguntar se é “sim” ou “não”. Basta que anuncie os objetivos do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai atender a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O primeiro destaque é para suprimir do art. 1º, do Projeto de Lei de Conversão

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas ontem, o nobre Congressista Nelson Jobim fez uma questão de ordem a V. Ex^a, e V. Ex^a respondeu da seguinte maneira. “Quando o destaque é supressivo, é uma coisa que está resolvido”. Quando é para votação em separado, aquela parte que foi destacada e que está separada, para ela entrar no texto, se é votação em separado, tem que votar “sim”, Sr. Presidente. Porque o destaque de votação em separado para entrar no texto, tem que votar “sim”. Porque quem fez o destaque na votação em separado, é que separou do projeto de conversão. Portanto, quem quer incluir aquela matéria no texto, portanto o “sim” é para incluir. E quem não quer incluir, é o “não”.

Esse é o destaque da votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas é isso o que nós estamos fazendo.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Separar os destaques supressivos e

separar os DVS. Nós votamos primeiro os supressivos da forma como V. Ex^a estava votando e, depois, nós votamos os DVS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas é muito difícil separar. Eu vou lendo todos e assim, o que for supressivo, se vota supressivo.

Quem aprovar o destaque está aprovando a supressão ou a exclusão ou inclusão, pois temos muitos destaques. De modo que se nós formos destacar e separar a essa altura, chegaremos às 22 horas votando apenas isso. A Mesa vai dizendo o objetivo do destaque. Quando dissermos: supressão do art. 1º do projeto, quem votar “sim” estará aprovando a supressão; e quem votar “não”, rejeitando. Isso é tão óbvio.

De modo que o primeiro destaque é pela supressão do art. 1º.

O Sr. Genebaldo Correia — Não queremos a supressão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não. Foi rejeitado o destaque no mérito. Porque na preliminar todos estão aceitos.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (Para uma questão de ordem) — Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, para que houvesse uma pausa de cinco de minutos nos trabalhos, enquanto a Mesa ordena isso, porque a confusão está feita.

Então, o que é que custa ordenar isso melhor? Na verdade, não estou vendo nenhum dispositivo ser votado em separado. O que está havendo é uma supressão do processo legislativo, isto é, diretamente estamos dizendo, tira isso. Quando na verdade o destaque é um artigo que é separado para ser apreciado isoladamente. Não estou vendo isso.

Sugiro a V. Ex^a que se faça uma pausa de cinco minutos enquanto V. Ex^a acerta com a Assessoria, as Lideranças se acertam.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Já está acertado

Emenda nº 2 ..

O Sr. Arnaldo Martins — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARNALDO MARTINS (PSDB — RO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, nós desejávamos que nesta votação, pelo menos, fosse dito o que é que está se votando. Exemplo: nós recebemos um projeto de lei de conversão em que fazia a fusão da Embrater com a Embrapa. Agora, soubemos que as Lideranças se uniram e estão aqui alterando tudo. Agora serão tomadas medidas inteiramente diferentes do que se acertou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estamos dentro do processo.

Destaque para excluir a expressão “a extinguir-se”, constante do art. 1º, do Deputado Lysáneas Maciel. (Pausa)

Rejeitada a exclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para votação em separado do art. 1º, inciso 1º.

Os Srs. Congressistas que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Eu não estou de acordo que se inclua isso. Então, tenho que votar .

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pediu-se apenas a votação em separado. Então, a Mesa, aceitando o “sim” do plenário, colocará a votos no mérito.

Vamos votar se ele fica ou sai. Quem quiser que ele fique, vota “sim”; quem quiser que saia vota “não”.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Eu voto “sim”, para ficar no texto.

O Sr. Genebaldo Correia — Nós votamos “sim”, para ficar no texto

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Rejeitado no mérito.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Rejeitada não.

O Sr. Genebaldo Correia — Rejeitado não. Então, está fora do texto quero dizer a V. Ex^a que é pedido para retirar do texto para votar em separado. Votamos em separado. Agora, temos que votar ou não o texto

Se V. Ex^a diz “sim”, V. Ex^a está retornando o inciso.

O Sr. Genebaldo Correia — Não, se eu digo “sim”, Sr. Presidente, eu estou aprovando a matéria para entrar no texto.

Se eu digo “sim”, a matéria que está separada volta ao texto, se eu digo “não”, ela não volta ao texto, se é DVS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — E melhor dizer-se volta ao texto ou não volta, porque todo mundo sabe porque, evidentemente, o Deputado Florestan Fernandes não disse a intenção. Como S. Ex^a pede destaque para votar em separado, não é para manter, mas sim para excluir.

O Sr. Genebaldo Correia — S. Ex^a pediu destaque para votação em separado. Essa matéria ficou separada, ela ainda não foi votada. Agora é que ela será votada. Como eu quero que ela volte ao texto votarei “sim”, para que ela volte ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Então, V. Ex^a votando “sim”, a mantém no texto.

O Sr. Genebaldo Correia — Eu digo “sim”, para voltar ao texto

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É muito difícil ouvir tantas opiniões, cada um tem ponto de vista diferente

Mas vamos ao “sim”. V. Ex^a vota “sim”, para manter no texto?

“Sim”, mantido no texto.

Destaque em separado. Esta mesma emenda está prejudicada, Deputado Gumercindo Milhomem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para a alínea "a" do inciso I, do art. 1°.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, V. Exª precisa dizer se é destaque para votação em separado ou se é destaque supressivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para votação em separado.

O Sr. Genebaldo Correia — Para votação em separado, quero que permaneça no texto. Então, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É mais fácil dizer: manter no texto.

O Sr. Renan Calheiros — Para ficar no texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Deputado Vivaldo Barbosa. Para supressão da alínea "a" do inciso I do art. 1°.

O Sr. Vivaldo Barbosa — sim.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, eu não quero suprimir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como é que eu vou aprovar "sim" para dizer que a supressão é "sim", e ele fica no texto? Não posso. Tem-se que dizer "não".

O Sr. Genebaldo Correia — Esse é um destaque diferente, Sr. Presidente. Esse é um destaque supressivo. Eu não quero a supressão, digo não ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É isso que precisamos dizer. Tem-se que dizer "não", porque dizer "2Sim" e supressão.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, "não", para ficar no texto.

O Sr. Genebaldo Correia — Voto "não" ao destaque, porque não quero a supressão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É melhor, em vez dessa confusão, dizer se mantém no texto ou não. Assim, acaba a briga. "Sim" a supressão ou "não" a supressão.

O Sr. Genebaldo Correia — "Não" à supressão do Deputado Vivaldo Barbosa.

O Sr. Renan Calheiros — "Não" à supressão.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, para evitar uma nulidade, peço a V. Exª que coloque em votação na Câmara e no Senado. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, se já foi rejeitado. Quando se rejeita, não é preciso ir ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para votar em separado, evidentemente, para excluir, o art. 1°, inciso I, letra "a", do Projeto de Conversão.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, para votar em separado, sou a favor de que a matéria permaneça no texto. Se o destaque é para votar em separado, e se desejo que ela permaneça no texto, meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mantém o texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Idêntico ao do Deputado Vivaldo Barbosa (Pausa) Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação da alínea "c", do inciso I, do art. 1°, de autoria do Deputado Doutel de Andrade.

Mantém ou não o texto?

O Sr. Genebaldo Correia — Mantenho o texto e sou contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação em separado para supressão da alínea b, inciso I, do art. 1°, de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sou contra a supressão. Mantenho o texto.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PDT é pela supressão da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação em separado da alínea d, do inciso I, do art. 1°.

Mantém o texto?

O Sr. Genebaldo Correia — Mantenho o texto.

Sr. Presidente, há um destaque para o § 1°, do art. 1°, de autoria do Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ainda não, se chegou lá. A minha dúvida é esta, de que quando se mantém o texto está-se negando o destaque e não precisa ir ao Senado.

O Sr. Genebaldo Correia — Mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De autoria do Deputado Vivaldo Barbosa, supressão da alínea d, inciso I, do art. 1°.

O Sr. Genebaldo Correia — Mantém o texto, Sr. Presidente.

O Sr. José Genoíno (PT — SP) — Sr. Presidente, essa votação que aprova o texto tem que se completar no Senado, está se votando só na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É porque foi rejeitado, não foi aprovado. Quando for aprovado, farei a votação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para a alínea e, do inciso I do art. 1° de autoria do Deputado Doutel de Andrade.

O Sr. Renan Cavalheiros — Mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Idêntico ao anterior, de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa. (Pausa) Prejudicado.

O Sr. Renan Cavalheiros — Mantém o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1°, inciso II, de autoria do Deputado Florestan Fernandes.

O Sr. Renan Cavalheiros — Mantém o texto, Sr. Presidente.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no destaque de votação em separado o SIM mantém o texto.

A Câmara disse SIM, ele não foi rejeitado. De forma que tem que ir ao Senado, Sr. Presidente.

O destaque de votação em separado ele é SIM, aprovou a parte do texto.

Neste caso e DVS, o nobre Senador acabou de ler que foi incluído no texto, de forma que é DVS.

Se foi DVS e a Câmara disse SIM, ele tem que repetir essa votação no Senado, Sr. Presidente, de haver irregularidades na votação. E isso é claro, Sr. Presidente.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Câmara disse Não, ela manteve o texto, disse "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu me refiro quando é destaque para votação em separado.

Quando se trata de destaque para a votação em separado e a Câmara diz SIM e é mantido

o texto, isto é, aquela parte volta ao texto, esta votação terá que se completar no Senado

Essa é a questão que levanto à Mesa.
É isso é evidente, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— O texto já estava no projeto.

Houve um destaque para que fosse votado em separado. Quando se rejeita esse destaque, evidentemente que o texto que já foi aprovado anteriormente inclui o outro dispositivo.

O Sr. Luiz Salomão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se foi votado com destaque para votação em separado, essa parte do texto não entra. Tem que ser confirmado.

É preciso verificar se os destaques são supressivos simples ou se são destaques para votação em separado.

Se forem destaques para votação em separado, quando se votou o texto, essa parcela do texto não foi votada.

Logo, ao ser aprovado na Câmara tem que ser aprovado também no Senado.

O que é preciso verificar na Mesa é se se trata de um destaque para votação em separado ou se é um destaque simples.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A nota é a seguinte. Se o objetivo é incluir na Medida parte destacada, a decisão deve ser tomada por ambas as Casas. Se o que não se pretende é não aprovar parte destacada, basta que só uma Câmara decida neste sentido. A outra não é ouvida. Por enquanto, todas as decisões foram no sentido de não incluir ..

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª e contar com o apoio das demais Lideranças. Gostaria de pedir que V. Exª suspendesse a sessão e a Secretaria da Mesa separasse o que é VDS e o que não é VDS e depois fariamos a votação separado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa acata a sugestão de V. Exª
Temos que ver todas as hipóteses e todas as conclusões.

A Mesa vai suspender a sessão por cinco minutos, e peço aos Srs Congressistas que continuem no recinto.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20 horas e 51 minutos; a sessão é reaberta às 21 horas e 1 minuto.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Está reaberta a sessão.

A Mesa considera todos os destaques supressivos, para a votação em separado. Sendo assim, todos os destaques para votação em separado constantes aqui visam a suprimir. Embora a votação em separado, todos os destaques falam em supressão, quando eles apenas querem votação em separado. Sendo votação em separado, a Câmara já se manifestou sobre alguns. Agora, o Senado vai se manifestar. A Mesa vai ouvir.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, esta decisão da Mesa tem um problema regimental sério. Se o projeto de conversão foi aprovado, ressalvados os destaques de votação em separado e de supressão, nós temos duas situações. A medida provisória foi aprovada com aquela matéria que vai ser suprimida. Se o projeto de conversão foi aprovado com aquela matéria que o destaque supressivo vai suprimir, esta é uma situação. Mas, temos a situação dois: o projeto de conversão foi aprovado, mas não consta dele aquela parte que foi destacada para votação em separado. Portanto, Sr. Presidente, esta decisão não pode ser tomada. Por quê? Porque o destaque de votação em separado, que foi admitido pela Mesa, quer dizer o seguinte: o projeto de conversão foi aprovado e aquela parte foi expungida, aquela parte saiu. É diferente do destaque para suprimir. O destaque para suprimir quer dizer o seguinte: o projeto de conversão existe com aquela parte. Portanto, são duas situações. Os destaques não podem, todos eles, se transformar em destaques supressivos por essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa vai ouvir o Senado e, assim, atende a V. Exª

Em votação, no Senado, o Destaque nº 1 do art. 1º do projeto de lei de conversão.

A questão é que os destaques não podem ser para supressão, porque, se está a matéria separada, evidentemente que não tem o que se suprimir; tem de incluir. Mas, apesar de todos sabermos disso, todos os autores de destaque escreveram "supressão", o que confundiu, evidentemente, a votação.

Se essas matérias não foram votadas, têm que ser votadas agora e não suprimidas, porque não pode suprimir o que não existe. Então, o que se vai fazer é manter ou não no texto, incluir no texto ou não. Isso é que o que é normal. Se se diz que se vai incluir no texto, então, pela primeira vez, essa matéria está sendo votada e aprovada pela Câmara, a inclusão tem que ser mantida pelo Senado, evidentemente.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, para manter o texto, para voltar ao texto, como é que devo votar? Sim?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Para manter?

O SR. RONAN TITO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Era a informação anterior. Desde o primeiro momento a Mesa estava certa: para incluir, tem que votar "sim"; para retirar, tem que votar "não". (Pausa)

O SR. RONAN TITO — Então, o PMDB, no Senado, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Então, V. Exª inclui essa matéria que está separada no texto do projeto, é isso.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo, no Senado, vota "sim", para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação, no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a inclusão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Agora, aqui, é para excluir, porque o que se pede aqui é destaque da votação em separado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Os Srs. Senadores estão de acordo com a votação em separado?

A preliminar é a seguinte: o projeto foi aprovado todo, menos aquelas matérias que se queria separar.

O Plenário tem que dizer se concorda ou não com esse pedido, se concorda ou não com a separação. Se disser "não", está mantido o texto do projeto.

Mantém ou não o Senado a expressão "a extinguir-se", que consta do art. 1º do projeto? (Pausa)

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Sim. Mantenho a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Está aprovada a inclusão.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PT — SP)
— Sr. Presidente, "sim", para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Para incluir no texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Art. 1º, inciso I.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com que se inclua o texto no projeto dirão "sim". (Pausa)

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Incluído o texto do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea "a" do inciso I, art. 1º

Os Srs. Senadores que querem incluir esse dispositivo dirão "sim". (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — "sim", para incluir no texto

O Sr. Marco Maciel (PFL — PE) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º, item I, alínea "b".

Os Srs. Senadores que estão de acordo com que se inclua o texto no projeto dirão "sim" (Pausa)

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Sim

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea "c", do inciso I, do art. 1º

Os Srs. Senadores que estão de acordo com que se inclua o texto no projeto dirão "sim". (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira — "Sim", Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — "Sim", para incluir no texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Vivaldo Barbosa, alínea "b", do inciso I, do art. 1º

Os Srs. Senadores que queiram incluir no texto dirão "sim". (Pausa)

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — "Sim", Sr. Presidente.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Incluído no texto.

Alínea d do inciso I do art. 1º do Deputado Doutel de Andrade.

Os Srs. Senadores que querem incluir no texto dirão "sim". (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — "Sim", Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — "Sim", Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 1º, inciso III. Os Srs. Senadores que querem incluir dirão "sim" (Pausa)

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — "Sim", Sr. Presidente.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — "Sim", Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Incluído no texto

Inciso III e suas alíneas a, b e c, do art. 1º, que não foram votadas Para serem incluídos no texto.

Os Srs. Senadores que querem sua inclusão dirão "sim". (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — "Sim"

O Sr. Ronan Tito (PSDB — MG) — "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea c do art. 1º da Medida Provisória. Os Srs. Senadores que querem incluir no texto dirão "sim". (Pausa)

O Sr. Ronan Tito — "Sim", para incluir no texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Esta está prejudicada. Querem incluir no texto?

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Qual é a expressão. Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O texto vai ser lido

Essa já está incluída, já foi votada pelo Senado, porque foi incluída. De modo que não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação no Senado da alínea d, inciso I, do art. 1º, Deputado Vivaldo Barbosa. Para incluir ou não.

O Sr. Ronan Tito — Para incluir, "sim"

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Para incluir, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea e do inciso I do art. 1º, do Deputado Doutel de Andrade. Como vota a Câmara?

O Sr. Ronan Tito — "Sim", Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quer dizer inclusão

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, a votação está-se fazendo no Senado ou na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agora acabou, agora volta ao normal. A Câmara tem que incluir ou não.

Como vota a Câmara?

O Sr. Genebaldo Correia — votamos "sim", para incluir no texto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs. Senadores como votam?

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para incluir no texto.

Alínea e, inciso I, do art. 1º, Deputado Vivaldo Barbosa.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — Sim, para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado.

O Sr. Vivaldo Barbosa — (PDT — RJ) — Sr. Presidente, qual o dispositivo a que se refere este último destaque?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Alínea e, inciso I, do art. 1º Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa) Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Florestan Fernandes, art. 1º, inciso II.

A Mesa pede a atenção do Plenário para que os Líderes possam acompanhar. Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Gumercindo Milhomem, inciso II do art. 1º

Em votação na Câmara. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Miro Teixeira, inciso II e suas alíneas, do art. 1º

Em votação na Câmara. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Jorge Hage, inciso II e suas alíneas, do art. 1º

Em votação na Câmara. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inclusão

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Doutel de Andrade, alínea a do inciso II do art. 1º

Em votação na Câmara. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Sr. Vivaldo Barbosa, alínea a, inciso, II, do art. 1º

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa) Aprovada

Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Doutel de Andrade, alínea b, inciso II, do art. 1º.

Em votação na Câmara dos Deputados
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Vivaldo Barbosa, alínea c, inciso II, do art. 1º.

Em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Doutel de Andrade, alínea d, inciso II, do art. 1º.

Em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Doutel de Andrade, alínea e, inciso II, do art. 1º.

Em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado Doutel de Andrade, alínea f, inciso II, do art. 1º.

Em votação na Câmara dos Deputados
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada

Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada no Senado Federal

Decisão unânime na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Deputado Rosário Congro Neto, § 1º, do art. 1º

Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão queiram permanecer sentados. (Pausa)
Aprovada

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Do Deputado José Tavares. Votação, em separado, da expressão “quando de sua instalação”.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, para excluir do texto a expressão “quando de sua instalação”. Eu quero excluir, por isso estou votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pela não inclusão.

O Sr. Genebaldo Correia — Há mais a expressão para retirar “quando da sua instalação”. Nosso voto é “não”, para excluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — “Não”, para excluir

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para manter

O Sr. Genebaldo Correia - Peço a V. Exª que tome os votos dos Partidos.

O Sr. Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) — O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Eduardo (PFL — BA) — O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o nobre Líder do PMDB?

O Sr. José Genoíno (PT — SP) — Sr. Presidente, para acelerar a votação, o voto do PT é “não”.

O Sr. Aldo Arantes (PC do B — GO) — Sr. Presidente, o voto do PC do B é “não”, para excluir

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa vai colher votos.

Como vota o nobre Líder do PMDB?

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — O artigo fica como está. É a posição do PMDB, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Para excluir O PMDB vota pela exclusão dessas palavras da expressão: “quando de sua instalação”

“Sim” mantém, “não” exclui.
Como vota o Líder do PFL?

O Sr. Ricardo Fiuza (PFL — PE) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O Sr. Robson Marinho (PSDB — SP) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O Sr. Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Cunha Bueno (PDS — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRN?

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC.

O Sr. José Maria Eymael (PDC — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O Sr. José Genoíno (PT — SP) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O Sr. Aff Domingos (PL — SP) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. Ademir Andrade (PSB — PA) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PC do B?

O Sr. Aldo Arantes (PC do B — GO) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PST?

O Sr. José Fernandes (PST — AM) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PCB?

O Sr. Augusto Carvalho (PCB — DF) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSC?

O Sr. Francisco Rolim (PSC — TB) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSD? (Pausa)
Como vota o Líder do PTR?

O Sr. Ismael Wanderley (PTR — RN) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o PPB?

O Sr. Leonel Júlio (PPB — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o PLP? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o PRP? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o PCN? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votaram “sim” 216 Srs. Deputados; e “não”, 274

A matéria não será incluída no projeto de conversão.

A matéria não irá ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para a palavra “estáveis” do art. 1º do projeto de lei de conversão

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — “Sim” na Câmara e “Sim” no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todo o art. 2º do Projeto. Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Todo o art. 2º “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado.

O SR. IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso I e II do art. 2º, Deputado Folrestan Fernandes

Na Câmara ds Deputado

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso I do art. 2º, Deputado Doutel de Andrade

Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O art 2º está prejudicado Do nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Destaque para excluir a expressão “e as receitas e dotações orçamentárias”. Deputado Gumercindo Milhomem. Na Câmara

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso II do art. 2º, Deputado de Andrade. Na Câmara dos Deputados

O Sr. Gumerciano Milhomem (PT — SP) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente. Aprovado no Senado e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Este é igual. É do Deputado Gumercindo Milhomem. Está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Parágrafo inciso II, do art. 2º de autoria do Deputado Lysâneas Maciel. Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Art. 3º De autoria do Deputado Florestan Fernandes. Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDNETE (Nelson Carneiro) — Este também é igual. Art. 3º de autoria do Deputado Jorge Hage. (Pausa) Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do art. 3º, para retirar a expressão “a dissolver”

Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do inciso I do art. 3º. Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, refere-se ao inciso I do art. 3º da Portobrás?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim

O SR. VIVALDO BARBOSA — O PDT é favorável à manutenção, e não à extinção da Portobrás. O PDT vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Qual o voto no Senado Federal?

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Votação do inciso I do art. 3º. De autoria do Deputado Vivaldo Barbosa.

Na Câmara dos Deputados.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — No Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, para anunciar a posição do PDT. O inciso I do art. 3º refere-se à extinção da Companhia Auxiliar de Empresa Elétrica Brasileira — CAEB.

O PDT é pela manutenção, e vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso II do art. 3º. Do Deputado Doutel de Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim” para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — “Sim”, para incluir.

O Seguinte, do Deputado Vivaldo Barbosa, está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso III do art. 3º do Deputado Vivaldo Barbosa

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Inciso IV do art. 3º Do Deputado Lúcio Alcântara.

Em votação na Câmara dos Deputados

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, refere-se à extinção da Interbrás

O PDT vota “não”.

Eu gostaria de ouvir a proclamação do resultado por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Constará dos Anais.

O SR. VIVALDO BARBOSA — Sr. Presidente, pedimos verificação de votação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Sr. Congressistas ocupem os seus lugares.

O Sr. Humberto Souto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. HUMBERTO SOUTO (PFL — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª que mandasse soar as campainhas, para que os Parlamentares que estão nos gabinetes devido ao cansaço, venham a Plenário, para que possamos fazer a verificação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Houve um pedido de verificação.

Peço aos Srs. Congressistas ocupem os seus lugares (Pausa)

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveitando o intervalo em que V. Exª não começa a verificação de votação, para chamar a atenção do Plenário para a relevância da matéria que vamos votar agora.

Trata-se de uma empresa lucrativa, uma empresa essencial aos serviços da Petrobrás, na compra de petróleo e etc. É uma empresa que tem prestado relevantes serviços à economia nacional e grande responsável pelo superávit de balanço de pagamentos que o Brasil tem atingido nos últimos anos. Esta empresa representa uma marca comercial, um fundo precioso para o comércio internacional brasileiro.

É uma irresponsabilidade do governo querer extinguir esse patrimônio nacional

O Congresso Nacional, pela visão pública que tem, não pode jamais consentir com o Governo em jogar um patrimônio desse pela janela. É um crime contra o patrimônio nacional, é uma lesão ao patrimônio da Petrobrás. A Petrobrás tem interesse, tem ações da sua subsidiária, ela não poder abrir mão para que isso possa ser jogado no lixo. Temos que manter viva a Interbrás como patrimônio da Petrobrás, como linha auxiliar para que a Petrobrás possa comprar petróleo no mercado internacional e pagá-lo com produtos brasileiros, auxiliando a linha de produção nacional

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Congressistas que ocupem seus lugares.

Vai ser procedida a verificação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas uma orientação. Gostaria de saber o que representa o voto “sim” e o que representa o voto “não”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O requerimento de votação separado visa excluir, não a incluir, o inciso IV do art. 3º do projeto de lei de conversão

Os Srs. Congressistas que votarem “sim” estão aprovando a parte destacada

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Gostaria de chamar a atenção de V. Exª e da Casa que nós já votamos essa matéria. Ela está prejudicada, esta votação está toda errada, porque os DVS estão repetindo as

emendas. Eu não queria interromper V. Exª porque nós já estamos em fase de andamento, mas o que está acontecendo é o seguinte: já derrotamos as emendas relativas a todos os assuntos que estão sendo discutidos aqui. A última verificação de votação foi para a Emenda 344, que foi votada pelo plenário, suprimindo a Interbrás, emenda do deputado Artur Lima Cavalcanti.

Sr. Presidente, eles estão enganando V. Exª, já foi votado esse assunto, a Emenda 344, foi quando da última verificação de **quorum**, já votamos pela extinção da Interbrás e vamos fazê-lo novamente.

A matéria está prejudicada, Sr. Presidente, aliás, há dezenas de emendas que estão sendo repetidas, estão fazendo confusão em relação às DVS, para as emendas também é votação em separado, na medida em que as emendas mandarem excluir e incluir, o assunto já foi superado, agora, está-se repetindo tudo. É uma maneira de obstruir. Sr. Presidente, é muito fácil, V. Exª pegue o resultado da última verificação, derrotamos por 300 votos a 130 nela extinção da Interbrás. É só examinar isso, estamos repetindo a votação, a matéria está prejudicada.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, o que nós votamos foi a Emenda nº 443 que incorpora a Interbrás à Petrobrás, a Emenda nº 420 não foi votada, ela simplesmente não reconhece a extinção da Interbrás.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência pede aos Srs. Congressistas ocupem seus lugares. Não há o que discutir, vamos votar. Se consta do texto e se pede a votação em separado, é um entendimento que vai ser objeto de votação.

O Sr. Percival Muniz — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB — MT Sem revisão do orador) — Pela ordem. — Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Como se vai votar uma medida com característica de votação em separado, eu queria saber o seguinte, o Parlamentar que quiser tirar a Interbrás da relação de empresas extintas, ele deverá votar “não” ou “sim”?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quem quiser tirar a Interbrás tem de aprovar a votação em separado.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a votação em separado é uma parte que não está no texto, votamos o art. 3º, separamos o item IV, quer dizer, a INTERBRÁS. Nós que queremos ser a favor da INTERBRÁS temos de votar “não”. Quem quiser manter o texto vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não ha dúvida O que se está votando é a parte destacada Quem votar "sim" pede a inclusão no projeto; quem votar "não" mantém fora do projeto. "Sim" inclui: "não" mantém fora do projeto

Como vota o PC do B?

O Sr. Aldo Arantes (PC do B — GO.) — Sr. Presidente, na linha em defesa da INTERBRÁS, o PC do B vota "não."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PRN?

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — Sr. Presidente, para orientar a Bancada: esta matéria já foi votada e, para repetir o resultado vamos votar "sim". A Liderança do Governo nesta Casa recomenda e pede o voto "sim"

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PMDB?

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP) — Sr. Presidente, para que fique bem claro, queremos a extinção da INTERBRÁS, portanto, para manter a extinção da INTERBRÁS, o PTB vota "sim."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O Sr. Luiz Salomão (PDT — RJ.) — Sr. Presidente para preservar a INTERBRÁS e a integridade da PETROBRÁS, o PDT votará "não."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Amaral Netto (PDS — RJ) — Sr. Presidente, peço ao PDS o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PFL?

O Sr. Ricardo Fiuza (PFL — PE.) — Sr. Presidente, a Liderança do PFL pede aos seus Companheiros votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O Sr. Ronaldo Cezar Coelho (PSDB — RJ.) — Sr. Presidente, o PSDB vai votar pela INTEBRÁS, o PSDB vai votar "não."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PDC — TO.) — Sr. Presidente, a liderança do PDC recomenda à sua Bancada o voto "sim."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. Ademir Andrade (PSB — PA) — Sr. Presidente, a Liderança do PSB recomenda a sua Bancada o voto "não", pela manutenção da INTERBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O Sr. Afif Domingos (PL — SP.) — Sr. Presidente, o PL, embora considere que esta matéria já foi votada, no caso de nova votação vota "sim", pela extinção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O Sr. José Genoíno ((PT — SP) — O PT recomenda o voto "não", Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Como vota o Líder do PSC?

O Sr. Francisco Rolim (PSC — PB.) — O PSC vota "sim", Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que se encontram nas Bancadas que registrem seus códigos de votação.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá (PRN — SP.) — Sr. Presidente, por favor, mande acionar as campanhas, porque há muitos Deputados em seus Gabinetes

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Os Srs Deputados queiram registrar os seus códigos de votação (Pausa.)

Os Srs Deputados queiram selecionar os seus votos. (Pausa)

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram selecionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até ue as luzes do posto se apaguem.

Os Srs Deputados que não registraram os seus que votos queiram fazê-los nos postos avulsos.

(*Procede-se à votação*)

Votaram os Srs Deputados.

Acre

Alércio Dias — Sim
Francisco Diógenes — Sim
Geraldo Fleming — Sim
Maria Lúcia — Sim
Narciso Mendes — Sim
Osmir Lima — Sim
Rubem Branquinho — Sim

Amazonas

Antar Albuquerque — Sim
Beth Azize — Não
Carrel Benevides — Sim
Eunice Michiles — Sim
Ézio Ferreira — Sim
José Dutra — Sim
José Fernandes — Sim

Rondônia

Arnaldo Martins — Sim
Assis Canuto — Sim
Chagas Neto — Sim
Francisco Sales — Sim
José Guedes — Não
Raquel Cândido — Não

Pará

Ademir Andrade — Não
Asdrubal Bentes — Sim
Dionísio Hage — Sim
Elhel Rodrigues — Sim
Fausto Fernandes — Sim
Fernando Velasco — Sim
Gerson Peres — Sim
Jorge Arbage — Sim

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos — Sim
Freire Júnior — Sim
Leomar Quintanilha — Sim
Paulo Mourão — Sim

Maranhão

Antonio Gaspar — Não
Cid Carvalho — Sim
Costa Ferreira — Sim
Edivaldo Holanda — Sim
Enoc Vieira — Sim
Eurico Ribeiro — Sim
Haroldo Sabóia — Não
Joaquim Haackel — Sim
José Carlos Sabóia — Não

Piauí

Átila Lira — Sim
Felipe Mendes — Sim
Jesuado Cavalcanti — Sim
José Luiz Maia — Sim
Manuel Domingos — Não
Mussa Demes — Sim
Paes Landim — Sim
Paulo Silva — Não

Ceará

Bezerra de Melo — Sim
Carlos Virgílio — Sim
Firmo de Castro — Não
Gidel Dantas — Sim
José Lins — Sim
Lúcio Alcântara — Não
Moema São Thiago — Sim
Osmundo Reboças — Sim
Ubiratan Aguiar — Não

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — Sim
Flávio Rocha — Sim
Henrique Eduardo Alves — Sim
Iberê Ferreira — Sim
Ismael Wanderley — Sim
Marcos Formiga — Sim

Paraíba

Adauto Pereira — Sim
Agassiz Almeida — Sim
Antonio Mariz — Não
Edivaldo Motta — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim
Francisco Rolim — Sim
João Agripino — Sim
João da Mata
José Maranhão — Sim

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — Não
 Gilson Machado — Sim
 Harlan Gadelha — Não
 Horácio Ferraz — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 José Carlos Vasconcelos — Sim
 José Jorge — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Tinoco — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Osvaldo Coelho — Sim
 Osvaldo Lima Filho — Não
 Paulo Marques — Sim
 Ricardo Fiuzza — Sim
 Roberto Freire — Não

Alagoas

Albérico Cordeiro — Sim
 Antonio Ferreira — Sim
 Eduardo Bonfim — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 Renan Calheiros — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim

Sergipe

Acival Gomes — Não
 Bosco França — Sim
 Djenal Gonçalves — Sim
 José Queiroz — Não

Bahia

Abigail Feitosa — Não
 Ângelo Magalhães — Sim
 Benito Gama — Sim
 Carlos Sant'Anna — Sim
 Celso Dourado — Não
 Fernando Sanatana — Não
 Francisco Bejamim — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Aroldo Lima — Não
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 João Carlos Bacelar — Sim
 Jonival Lucas — Sim
 Jorge Hage — Não
 Jorge Vianna — Sim
 Jutahy Junior — Não
 Leur Lomanto — Sim
 Lidice da Mata — Não
 Luis Eduardo — Sim
 Luis Viana Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Mario Lima — Não
 Milton Barbosa — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Murilo Leite — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Sergio Brito — Sim
 Ulldurico Pinto — Sim
 Virgildasio de Senha — Não
 Waldek Ornelas — Sim

Espírito Santo

Lezio Sathler — Sim
 Lurdinha Savignon — Não
 Nyder Barbosa — Sim

Pedro Ceolin — Sim
 Rita Camata — Não
 Rose de Freitas — Não

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Anna Maria Rattes — Não
 Artur da Távola — Não
 Benedita da Silva — Não
 Bocayuva Cunha — Não
 Carlos Alberto Caó — Não
 César Maia — Não
 Daso Coimbra — Sim
 Doutel de Andrade — Não
 Edmilson Valentim — Não
 Ernani Boldrim — Sim
 Flavio Palmier da Veiga — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Jayme Campos — Sim
 Jorge Gama — Não
 Jorge Leite — Não
 José Luiz de Sá — Sim
 José Maurício — Não
 Luiz Salomão — Não
 Lysâneas Maciel — Não
 Márcio Braga — Não
 Messias Soares — Sim
 Miro Teixeira — Não
 Osmar Leitão — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Paulo Ramos — Não
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Jefferson — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Rubem Medina — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Vivaldo Barbosa — Não
 Vladimir Palmeira — Não

Minas Gerais

Alofso Vasconcelos — Sim
 Alysson Paulinelli — Sim
 Carlos Cotta — Não
 Chico Humberto — Sim
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Dálton Canabrava — Sim
 Genésio Bernardino — Não
 Hélio Costa — Sim
 Humberto Souto — Sim
 Ibrahim Abi-Ackel — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 João Paulo — Não
 José da Conceição — Sim
 José Santana de Vasconcelos — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 Lael Varella — Sim
 Leopoldo Bessone — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Marcos Lima — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mauro Campos — Não
 Melo Reis — Sim
 Mello Freire — Sim
 Octávio Elísio — Não
 Oscar Corrêa — Sim
 Paulo Almada — Sim

Paulo Delgado — Não
 Raul Belém — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Saulo Coelho — Não
 Sérgio Naya — Sim
 Sílvio Abreu — Não
 Virgílio Guimarães — Não
 Ziza Valadares — Não

São Paulo

Afif Domingos — Sim
 Agripino de Oliveira Luma — Sim
 Airton Sandoval — Sim
 Antônio Perosa — Não
 Aristides Cunha — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Bete Mendes — Não
 Cunha Bueno — Sim
 Doreto Campanari — Não
 Eduardo Jorge — Não
 Fausto Rocha — Sim
 Fernando Gasparian — Não
 Francisco Amaral — Sim
 Gastone Righi — Sim
 Geraldo Alckmin Filho — Sim
 Gumercindo Milhomem — Não
 Hélio Rosas — Sim
 Irma Passoni — Não
 Jayme Paliarin — Sim
 João Rezek — Sim
 José Camargo — Sim
 José Carlos Grecco — Não
 José Egreja — Sim
 José Genofino — Não
 José Maria Eymael — Sim
 Koyu Iha — Não
 Leonel Júlio — Sim
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Nelson Seixas — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Ricardo Izar — Sim
 Roberto Valle Rollemberg — Abstenção
 Solon Borges dos Reis — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tidei de Lima — Sim

Goiás

Aldo Arantès — Não
 Antonio de Jesus — Sim
 Délio Braz — Sim
 Fernando Cunha — Não
 João Natal — Sim
 José Freire — Sim
 José Gomes — Sim
 Luiz Soyer — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Tarzan de Castro — Não

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Não
 Geraldo Campos — Não

Jofran Frejat — Não
 Márcia Kubitschek — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Valmir Campelo — Não

Mato Grosso

Antero de Barros — Não
 Joaquim Sucena — Sim
 Jonas Pinheiro — Sim
 Júlio Campos — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Percival Muniz — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim

Mato Grosso do Sul

Gandí Jamil — Não
 Ivo Cersósimo — Sim
 José Elias — Sim
 Levy Dias — Sim
 Rosário Congro Neto — Não

Paraná

Airton Cordeiro — Sim
 Basílio Villani — Sim
 Dionísio Dal Prá — Sim
 Euclides Scalco — Não
 Gilberto Carvalho — Sim
 Jacy Scanagatta — Sim
 José Carlos Martinez — Sim
 José Tavares — Sim
 Jovanni Masini — Sim
 Matheus Jensen — Sim
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Nasser — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Nelton Friedrich — Não
 Nilso Sguarezzi — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Spada — Não
 Tadeu França — Não

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Luiz Henrique — Sim Ivo Vanderlinde — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Walmor de Luca — Não

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Sim
 Adyilson Motta — Sim
 Arnaldo Prieto — Sim
 Carlos Cardinal — Não
 Darcy Pozza — Sim
 Erico Pegoraro — Sim
 Floriceno Paixão — Não
 Hermes Zaneti — Não
 Hilário Braun — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 João de Deus Antunes — Sim

Júlio Costamilan — Sim
 Lélío Souza — Sim
 Luis Roberto Ponte — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Paulo Pam — Não
 Rospide Netto — Sim
 Tarso Genro — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim

Amapá

Annibal Barcellos — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Raquel Capiberibe — Não

Roraima

Alcides Lima — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Ottomar Pinto — Sim

O Sr. Tarzan de Castro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TARZAN DE CASTRO (PDT — GO Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a registrasse o meu voto "não" à Medida Provisória n^o 151.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa registrou o voto de V. Ex^a.

O Sr. Cunha Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Pela ordem) — Sr. Presidente, embora eu já tenha votado a respeito dessa matéria, quero aqui novamente declarar que as medidas a respeito da extinção das estatais são tímidas e superficiais. É preciso um corte muito mais profundo para não comprometer o plano econômico. A sociedade civil já está cansada de pagar contas do déficit público, Sr. Presidente.

O Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva

O Sr. Eraldo Tinoco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ERALDO TINOCO (PFL — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que os técnicos do computador verificassem o que está ocorrendo, porque o meu código está dando duplicado, meu nome não consta do pannel e desde a primeira votação na Bancada que isto está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita a V. Ex^a chegue até a Mesa, para podermos solucionar esta questão.

O Sr. Milton Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MILTON REIS (PTB — MG. Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, considerando que há um número expressivo de Congressistas na Casa e, considerando ainda que nos achamos, digamos assim, atrasados em relação ao número imenso de matérias submetidas à consideração do Congresso Nacional, requeiro a V. Ex^a se digne prorrogar a sessão por mais duas horas — ou considerar mais duas horas — a fim de que possamos ganhar tempo — já que nos achamos em pleno domingo — e demonstrar que o Congresso Nacional está cumprindo com afinco, as responsabilidades que lhe cabem (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece ao Congressista Milton Reis que uma vez que esta sessão vai até as 22 horas e 20 minutos, a prorrogará no momento oportuno.

O Sr. Luiz Salomão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex^a que, antes de tomar essa decisão, averiguasse se, na primeira verificação de quorum as 11 horas da manhã, o Congressista Milton Reis estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai encerrar a votação. (Pausa) Todos os Srs. Deputados já votaram?

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, solicitamos a V. Ex^a aguarde mais um pouco, porque estávamos nos Gabinetes, em virtude da discussão e há muitos Parlamentares chegando dos mesmos.

O Sr. Eraldo Tinoco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. ERALDO TINOCO (PFL — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, como o computador não resolve o problema, quero declarar o meu voto "sim"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Constará em ata

O SR. ERALDO TINOCO — Sr. Presidente, como ainda não foi proclamado o resultado, gostaria que o meu voto fosse registrado, porque não tenho culpa de o computador não funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Vai ser computado.

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu queria apenas dizer que, nesta votação sobre a Interbrás, o Partido Comunista Brasileiro votou “não”, para manter a Interbrás junto à Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que todos os Parlamentares, especialmente os da Bancada do Governo, prestassem atenção ao meu requerimento.

Dado o tumulto no processo de votação em que alguns equívocos ocorreram, requeiro:

Primeiro, que V. Exª encaminhe ao Partido Democrático Trabalhista, a cópia da anotação dos destaques e emendas registrados pela Mesa.

Segundo, que não se proceda à leitura da redação final, a não ser com a presença dos Líderes dos Partidos. É o meu requerimento. Primeiro, desejo cópia da anotação dos destaques de emendas. Segundo, que não se proceda à leitura da Redação Final, a não ser que essa Redação Final seja apresentada aos Líderes dos Partidos. É regimental

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência defere a solicitação de V. Exª

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pergunto se o ilustre Congressista Brandão Monteiro encaminhou o requerimento por escrito a V. Exª, porque só pode ser deferido ..

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — V. Exª está discutindo com a Mesa uma matéria que já foi decidida.

O SR. GERSON PERES — Não estou discutindo, estou pedindo um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Já decidi, nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES — Estou perguntando, perguntar não ofende.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Mas já esclareci a V. Exª, é matéria vencida. Por gentileza, já decidi

O SR. GERSON PERES — V. Exª considera vencido? Mas não me esclarece se tem documento formal na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência já decidiu, já deferiu.

O SR. GERSON PERES — Quero saber se tem um documento formal

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Mas a Presidência já deferiu, nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES — Deferiu o que?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A solicitação feita oralmente pelo Cong. essista Brandão Monteiro.

O SR. GERSON PERES — Pergunto, nos termos regimentais. Aqui tem, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não há documento escrito.

O SR. GERSON PERES — Se não há documento escrito, não há deferimento. Não existe nada sobre a mesa

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Acolhi.

O SR. GERSON PERES — Sr. Presidente, quero ajudar a Mesa a cumprir o Regimento, que diz que esse tipo de procedimento tem que ser iniciado através de um requerimento, é inicial, para que V. Exª amanhã possa dar forma a um processo. Qual é a intenção do Deputado Brandão Monteiro em requerer essas medidas? Estará, porventura, desconfiando da lisura e do procedimento da Mesa? Pergunto a V. Exª. Daí a razão do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Todos os Srs. Deputados já votaram? (Pausa.) Está encerrada a votação

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram “sim” 233 Srs. Deputados; e “não”, 105.

Houve 1 (uma) abstenção.

Total 339 votos.

A matéria está incluída no texto

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que desejam incluir a matéria no texto votem “sim”; e os que desejarem retirar a matéria do texto votem “não”. (Pausa.)

Os Srs. Líderes podem votar.

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Mário Maia

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo no Senado vota “sim”.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O Sr. Roberto Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PRN vota “sim”.

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDC vota “sim”.

O Sr. Carlos De'Carli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB — AM. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PTB vota “sim”

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A matéria foi incluída no Senado.

O Sr. Mário Maia — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A verificação de votação tem apoio; vai-se proceder a verificação no Senado.

A Presidência pede apenas que se aguarde o painel eletrônico esfriar

Srs. Senadores, por gentileza, queiram permanecer nas bancadas.

A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico

Os Srs. Senadores, que se encontram nas bancadas, queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem) — Sr. Presidente, para orientar. A Liderança do Governo no Senado vota "sim", para incluir no texto "a Interbrás", que, assim, fica extinta. Fica autorizada, com o "sim", a extinção da Interbrás. E a Liderança do Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os Srs. Senadores que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação (Pausa)

Srs. Senadores, queiram selecionar os seus votos. (Pausa)

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem) — Sr. Presidente, a Liderança do PFL recomenda mais uma vez à sua Bancada vote "sim"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os Srs. Senadores queiram selecionar os seus votos (Pausa)

Os Srs. Senadores, que se encontram nas bancadas, queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem. (Pausa)

Os Srs. Senadores, que ainda não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos. (Pausa)

Proceder-se a votação.

Votam os Srs Senadores:

Acre

Aluzio Bezerra — Sim
Mário Maia — Não
Nabor Júnior — Sim

Amazonas

Carlos de Carlh — Sim

Rondônia

Odacir Soares — Sim
Olavo Pires — Sim
Ronaldo Aragão — Sim

Pará

Almir Gabriel — Não
João Menezes — Sim

Tocantins

Antonio Luiz Maia — Sim
Carlos Patrocínio — Sim
Moises Abrão — Sim

Maranhão

Alexandre Costa — Sim
Edison Lobão — Sim
João Castelo — Sim

Piauí

Chagas Rodrigues — Não
Hugo Napoleão — Sim
João Lobo — Sim

Ceará

Afonso Sancho — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Não

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — Sim
José Agripino — Sim
Lavoisier Maia — Não

Paraíba

Humberto Lucena — Não
Marcondes Gadelha — Sim
Raimundo Lira — Sim

Pernambuco

Marco Maciel — Sim
Mansueto de Lavor — Não
Ney Maranhão — Sim

Alagoas

Divaldo Suruagy — Não
João Lira — Sim

Sergipe

Albano Franco — Sim
Francisco Rollemberg — Sim

Bahia

Jutahy Magalhães — Não
Ruy Bacelar — Sim

Espírito Santo

Gerson Camata — Sim
João Calmom — Sim
José Ignácio Ferreira — Sim

Rio de Janeiro

Jamil Haddad — Não
Nelson Carneiro — Abstenção

Minas Gerais

Alfredo Campos — Sim
Ronan Titó — Sim

Goiás

Mauro Borges — Sim

Distrito Federal

Maurício Correa — Não
Meira Filho — Sim

Mato Grosso

Lourenberg Nunes Rocha — sim
Márcio Lacerda — Não
Roberto Campos — Sim

Mato Grosso do Sul

Rachid Saldanha Derzi — Sim
Wilson Martins — Não

Paraná

José Richa — Sim
Leite Chaves — Sim

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — Não
Jorge Bornhausen — Sim
Nelson Wedekin — Não

Rio Grande do Sul

José Fogaça — Sim
José Paulo Bisol — Não

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram "Sim" 40 Srs. Senadores; e "Não", 16!

Houve 1 abstenção.

Total: 57 votos.

O texto está incluído no projeto aprovado. Portanto, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Destaque para o inciso V, art. 3º, do Projeto de Lei de Comissão nº 21, de 1990.

Os Srs. Deputados estão prestando atenção?

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente eu não ouvi ..

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Agora é a vez da Presidência. A Presidência enunciou, perguntou se os Srs. Deputados estavam prestando atenção.

O Sr. Genebaldo Correia — V. Exª estava fazendo uma verificação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não. A Presidência já terminou, já anunciou. Mas vai repetir, para que não haja qualquer problema.

O Sr. Genebaldo Correia — V. Exª chegou novinho aí na Presidência; nós estamos aqui há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai anunciar novamente. Estamos destacando o inciso V, art. 3º, do PLC nº 2.190.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — "Sim" é para incluir?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — "sim" para incluir; "não" para não incluir.

Em votação na Câmara dos Deputados (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia — “Sim”, para incluir.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está incluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O próximo, inciso V, art. 3º.

Do Deputado Vivaldo Barbosa Também prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação, do Deputado Lúcio Alcantara, inciso VI, art. 3º.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sim, para reincluir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votação em separado, art. 3º, inciso VI.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Reincluir.

Do Deputado Vivaldo Barbosa Fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação, do Deputado Doutel de Andrade, inciso VII, art. 3º.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Prejudicado o do nobre Deputado Gumerindo Milhomeme prejudicado o nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art 4º do projeto de lei de conversão, de autoria do Deputado Haroldo Lima.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído

Prejudicado, sobre o mesmo assunto, o do Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Do Deputado Doutel de Andrade, art. 4º, em seu parágrafo único, do projeto de lei de conversão.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Prejudicado, sobre o mesmo assunto, o do Deputado Florestan Fernandes.

No art. 4º parágrafo único, do Deputado Florestan Fernandes, a palavra, “poderá”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, para incluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Do Deputado Gumerindo Milhomem, as expressões: “ou as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos”, § 2º, art.4º.

Em votação na Câmara dos Deputados (Pausa.)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal (Pausa.)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Do Deputado Gastone Righi e outros Líderes, § 1º do art. 5º

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES.) — “Não”, Sr. Presidente

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — Sr. Presidente, por obséquio, gostaria que V. Exª repetisse

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Pois não A Presidência vai repetir o texto integral do art. 1º § 5º.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, existe destaque do Deputado Gastone Righi para suprimir os parágrafos. O caput, votamos para mantê-lo.

Portanto, no momento votamos “sim”, para incluir todo o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Aqui é o texto integral do § 1º do art. 5º Só o § 1º.

O Sr. Genebaldo Correia — Só o § 1º, porque existe o do Deputado Gastone Righi, para exclusão dos dois parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Vou repetir: Deputados Gastone Righi, Afif Domingos, Eduardo Siqueira Campos, Ricardo Fiuza e Renan Calheiros; Senadores Marco Maciel e Ney Maranhão. Confere?

O Sr. Genebaldo Correia — Af, votamos “não”, para excluir os §§ 1º e 2º, permanecendo o caput.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Rejeitado na Câmara, deixa de ir ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — § 2º

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP Pela ordem.) — Sr. Presidente, então ficou o caput e não o § 1º nem o § 2º?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não. Por enquanto, vou colocar o § 1º o § 2º vou colocar em votação agora.

O SR. GASTONE RIGHI — Mas expungiu o § 1º?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Agora, o § 2º do art. 5.

Em votação na Câmara dos Deputados (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não precisa ir ao Senado Federal. Expungido.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 6º e parágrafos.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Deixa de ir ao Senado Federal. Está expungido.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Prejudicado, do Deputado Doutel de Andrade.

Prejudicado, do nobre Senador Maurício Corrêa.

Prejudicado, dos nobres Deputados Eliel Rodrigues e Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — § 1º, do art 6º Prejudicado também.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — § 2º, do nobre Deputado Gastone Righi e outros. Prejudicado.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Para esclarecimento) — Sr. Presidente, V. Exª considerou prejudicados os destaques relativos ao art 6º?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Ao art 6º. Agora, estou entrando no art. 7º

Em votação o art. 7º na Câmara dos Deputados. (Pausa)

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra, mais uma vez, para um esclarecimento

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Para esclarecimento) — Sr. Presidente, houve alguma votação em que se excluiu o art. 6º?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Houve. Por isso, foi prejudicado.

O SR. VIVALDO BARBOSA — Queria registrar a votação do PDT contrária a essa exclusão, ou seja, pela manutenção do art. 6º E, em atendimento a isso houve destaque, neste sentido, do Sr. Deputado Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Constará de Ata

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 8º, § 3º

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 9º, § 2º, as expressões “ou a instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, como tal reconhecidas na forma da lei”

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art 10.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES.) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Do Deputado Gumercindo Milhomem, que trata do mesmo art. 10 (Pausa.) Prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 13.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O § 1º do art. 14.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira — (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O § 2º, do art. 14.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Rejeitado, deixa de ir ao Senado. Está expungido. Matéria vencida.

Estão prejudicados os dos Srs. Congressistas César Maia, Euclides Scalco e José Serra, por tratarem do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 15, § 1º

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente. Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 16.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.
Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está prejudicado o do nobre Deputado Vivaldo Barbosa, por tratar do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência vai desdobrar a votação
Inciso I do art. 16.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.
Está incluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Parágrafo único do art 16
Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Sr. Presidente, o parágrafo único do art 16, na Câmara dos Deputados é “não”.

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Rejeitado na Câmara, deixa de ir ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — *Estão prejudicados os seguintes, por tratarem do mesmo assunto: do Senador Fernando Henrique Cardoso, do Deputado Euclides Scalco, do Deputado Florestan Fernandes, dos Deputados José Costa e Euclides Scalco, da Deputada Cristina Tavares e Deputado Lysâneas Maciel, dos Deputados Florestan Fernandes, Gastone Righi e Líderes. Todos prejudicados.*

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 17 “Salvo as de natureza trabalhista ou previdenciária”.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Cavalheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 18

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Ex’.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Há um destaque de minha autoria e do Deputado Irajá Rodrigues para este art. 18.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É extamente este que estamos votando.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — É um artigo da maior importância, porque, se for mantido, permitirá que nas empresas dissolvidas se promova a falência das empresas estatais, e as negociatas que se farão neste País serão uma vergonha para o Brasil.

O Sr. Presidente (Iram Saraiva) — Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia — (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o art. 18, § 5º, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o art 22, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação no Senado Federal

O Sr. Ronan Tito — (PMDB — MG) — “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está reincluído

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votação do parágrafo único do art 24.
Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, Sr. Presidente

O Sr. Renan Calheiros (PRN — AL) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Rejeitado na Câmara, deixa de ir ao Senado.

Prejudicadas as emendas dos Parlamentares: Humberto Lucena, Genebaldo Correia, Gastone Righi e outros: Gumercindo Milhomem, Márcio Braga; Maurício Corrêa e outros; Lúcia Alcântara e Márcio Braga

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votação do art 25.

Em votação na Câmara dos Deputados

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quanto à votação do art 25, queremos votar “sim” para incluir, permanecendo esse texto do referido artigo, justamente em que os servidores das entidades referidas nessa lei, que rescindiram seus contratos de trabalho, tenham direito a mais três salários se de nível médio, e a mais dois salários se de nível superior, além da indenização legalmente prevista, a título de ajuda de custo para sua reintegração ao mercado de trabalho.

Entendemos que essa indenização é justa, tendo em vista que essas pessoas serão demitidas durante uma recessão prevista em função do plano econômico. Por isto, o PMDB deseja a permanência do texto e vota “sim” para incluir

O Sr. Renan Calheiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL. Pela ordem) — Não, Sr. Presidente, isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PDT?

O Sr. Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) — O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PSDB?

O Sr. Euclides Scalco (PSDB — PR) — O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PMDB?

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — Já votamos o art. 25. Votamos “sim” para incluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PT?

O Sr. Gumercindo Milhomem (PT — SP) — O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PCB?

O Sr. Augusto Carvalho (PCB — DF) — O PCB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PSB?

O Sr. Ademir Andrade (PSB PA) — “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PDT?

O Sr. Vivaldo Barbosa (PDT — RJ) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PDC?

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PDC — TO) — Sr. Presidente, o PDC vota “não” É um absurdo, como diz o nobre Deputado Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PTB?

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP) — O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PFL?

O Sr. Ricardo Fiuza (PFL — PE) — O PFL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PDS?

O Sr. Gerson Peres (PDS — PA) — O PDS diz “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PSC?

O Sr. Francisco Rolim (PSC — PB) — O PSC vota “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PRN?

O Sr. Renan Calheiros (PRN AL) — O PRN vota “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estamos com a calculadora manual, por isso estamos demorando um pouco

A Presidência indaga se o PL quer votar?

O Sr. Afif Domingos (PL — SP) — O PL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PTR?

O Sr. Ismael Wanderley (PTR — RN) — O PTR vota “não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PC do B?

O SR. ALDO ARANTES (PC do B-GO) — O PC do B vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PST?

O SR. CHICO HUMBERTO (PST — MG) — O PST vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o nobre Líder do PPB?

O SR. LEONEL JÚLIO (PDB — SP) — O PPB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os Srs. Deputados já podem votar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram SIM 274 Srs. Deputados; e NÃO, 187.

Total: 461 votos.

O art. 25 foi mantido na Câmara dos Deputados.

Vamos passar a votação no Senado Federal.

Como vota o PMDB?

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDS?

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT) — O PDS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PSDB?

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI) — O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDC?

O SR. MOISÉS ABRÃO (PDC — TO) — O PDC vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PFL?

O SR. MARCO AMCIEL (PFL — PE) — O PFL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDT?

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC) — O PDT vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PSB?

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ) — O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PST?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — O PST vota “não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PTB?

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PTB — MT) — O PTB vota “não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e NÃO, 25.

Total: 68 votos.

A matéria está incluída.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 25. Expressões: “se de nível médio, ou a mais de dois salários, se de nível superior...”

O SR. GENEVALDO CORREIA (PMDB — BA) — “Sim”, para incluir, porque está prejudicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — No Senado. art. 25 — as expressões...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES) — “Sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 26, na Câmara.

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL) — Votamos “não”, para excluir, Sr. Presidente.

Art. 26. O PMDB votou “não”, para excluir.

O SR. GENEVALDO CORREIA (PMDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Vou fazer uma recontagem. Por gentileza, os Líderes.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA.) O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Na Câmara, como vota o PFL?

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE) — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDT?

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ) Sr. Presidente, para manter o texto, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDS?

O SR. GERSON PERES (PDS — PA) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PST?

O SR. CHICO HUMBERTO (PST — MG) — Sr. Presidente, o PST vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PL?

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP) — Sr. Presidente, o PL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PRN?

O SR. RENAN CALHEIROS (PRN — AL) — Sr. Presidente, o PRN vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDC?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO) Sr. Presidente, PDC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PTR?

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PTR — RN) — O PTR vota “sim”. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PPB?

O SR. LEONEL JULIO (PPB — SP) — Sr. Presidente, o PPB vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PT?

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP) — Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PC do B?

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PCB?

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB — DF) — Sr. Presidente, o PCB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PSB?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram SIM 376 Srs. Deputados; e NÃO, 58

Não houve abstenções
Total. 434 votos

O Sr. Presidente (Iram Saraiva) — Passa-se à votação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PMDB?

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está incluída a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 26 Expressão: “colocados em disponibilidade”.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O Sr. José Ignácio Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES. Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo que seja mantida a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É o que estamos perguntando.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está incluída.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Art. 31.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, “não”, para excluir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JORGE HAGE (PDT — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, o PDT vota “não” para excluir e pede o apoio dos Partidos, porque este artigo elimina a possibilidade de decretação de falência de sociedade de economia mista da importância do Banco do Brasil, da Petrobrás. É importante o voto “não”, para que este artigo da Lei das Sociedades Anônimas não seja revogado, pois é ele que impede a decretação de falência das estatais, como o Banco do Brasil, Petrobrás e outras.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa esclarecesse. Há dois destaques, estamos querendo votar “não” com referência ao destaque do Deputado Lysâneas Maciel, e não ao do Deputado Irajá Rodrigues, que é de todo o artigo. Queremos apenas a expressão

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estamos votando o assinado pelo nobre Líder Roberto Freire, pelos Deputados Oswaldo Lima Filho, Irajá Rodrigues

O SR. GENEBALDO CORREIA — Queremos excluir a expressão “art. 242 da lei”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Não. Não coloquei esse aí. O enunciado é do artigo.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Então, o voto do PMDB é para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O enunciado é o do art. 31

O SR. GENEBALDO CORREIA — “Sim”, para manter. Então, é para incluir todo o artigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Claro.

Então, é “sim”

Em votação no Senado

O Sr. José Ignácio Ferreira (PST — ES) — Sr. Presidente, desejo manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Então, é “sim”

O texto está mantido.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Dos Deputados Lysâneas Maciel e Jorge Hage, expressão: “o art. 242 da Lei n° 6.404, de 15 de setembro de 1976”.

O Sr. Genebaldo Correia (PMDB — BA) — “Não”, para excluir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — “Não”, para excluir. PMDB vota “não”.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, o PDT vota “não” para excluir

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Um minuto. Agora vou ter que fazer a contagem

O Sr. Augusto Carvalho — O PCB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita um pouco de calma e atenção dos Srs. Líderes, porque agora é na calculadora manual.

Como vota o PMDB?

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PSDB?

O SR. EUCLIDES SCALCO (PSDB — PR.) — O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PFL?

O SR. RICARDO FIUZA (PFL — PE.) — O PFL vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PL?

O SR. AFIF DOMINGOS (PL — SP.) — O PL vota “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP.) — Chamaria a atenção que voto “sim”, pela manutenção do texto, porque, inclusive, na Constituição, há tratamento igual para empresa pública e empresa privada, a manutenção do texto do decreto contraria a própria Constituição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PTB?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDT?

O SR. JORGE HAGE (PDT — BA) — Sr. Presidente, o PDT VOTA “não” a esse artigo da Lei das Sociedades Anônimas, que impede a decretação de falência em estatais como o Banco do Brasil e a Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PC do B?

O SR. ALDO ARANTESS (PC do B — GO) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PT?

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP) — Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PST?

O Sr. Chico Humberto (PST — MG) — Sr. Presidente, o PST vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PCB?

O Sr. Augusto Carvalho (PCB — DF) Sr. Presidente, o PCB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PTR?

O Sr. Ismael Wanderley (PTR — RN) — Sr. Presidente, o PTR "sim"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDC? **O Sr. Siqueira Campos** (PDC — TC) — Sr. Presidente, o PDC o vota "sim"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PSB?

O Sr. José Carlos Sabóia (PSB — MA) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "não"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PPB?

O Sr. Leonel Júlio (PPB — SP) — Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Como vota o PDS?

O Sr. Gerson Peres (PDS — PA) — Sr. Presidente, o PDS vota "sim"

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Votaram Sim 189 Srs. Deputados, e Não, 274.

Não houve abstenção

Total, 463 Votos.

Deixa de ir ao Senado.

O Sr. José Ignácio Ferrerira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES, Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é só para que a Mesa faça o registro, porque tem ocorrido sucessivos erros quando se faz o registro da votação no Senado.

Então, eu pediria que a Mesa conferisse o seguinte: PFL, 12; PDC, 8; PRN, 4; PTB, 4; PDS, 2; PST, 1; sem Partido, 2; e, o PSC 1 Ou seja, há 34 Senadores, e quando se dá o resultado tem se dado 24 Não sei por que.

V Ex^a quer que repita?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência irá esclarecer.

PMDB 23, PSDB 13, PFL 11.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — PFL, 12, PRN, 4, PTB, 4, PDS, 2, PST, 1; PSC, também, 1; e, sem Partido, 02. Que totaliza aí 34.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — E porque a nossa lista está: sem — Partido, 3.

O Sr. José Genóino — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT — SP, Pela ordem) — Sr. Presidente, serei sereno. É sobre esta questão dos sem Partido. V. Ex^a está coletando a votação de acordo com a votação

das Lideranças do PFL, do PMDB, dos Partidos. Os sem Partido teriam....

O Sr. Roberto Jefferson — Sr. Presidente, quem é o Líder desse grupo dos sem Partidos?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência quer esclarecer o quorum.

O Sr. João Lyra — Sr. Presidente, quero esclarecer que não estou mais no PMDB, estou no PSC

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Mesa vai oficializar, nobre Congressista José Ignácio Ferreira PMDB 22, PFL 12, PSDB 13, PDT 5, PDS 2, PRN 4, PTB 4, PDC 7, PSD 7...

O Sr. José Ignácio Ferreira — PDC 8.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece que esta é a relação oficial, não temos o comunicado do 8^o. Essa mudança de Partido pode acontecer a todo instante. Eu estou informando o que nós temos até agora.

PCB 2, PST 1 e sem Partido 2.

O Sr. José Ignácio Ferreira — Obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência deseja esclarecer que está com o destaque assinado pelos Deputados Vicente Bogo e Euclides Scalco. Acontece que o Deputado Vicente Bogo veio até a Mesa...

O Sr. Vicente Bogo — Retiro, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Então, não há problema, porque o Deputado Vicente Bogo retirou.

A redação final será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Os Srs. Deputados Genesio Bernardino, Octávio Elísio, gastone Righi, Del Bosco Amaral e Jorge Uequet encaminham à Mesa declarações de voto que vão à publicação.

São as seguintes as declarações de voto.

Brasília, 8 de abril de 1990.

Senhor Presidente, Senador Nelson Carneiro:

Sobre a Medida Provisória, n^o 151, bem como ao Projeto de Conversão do ilustre Senador Cid Sabóia de Carvalho, encaminho a Mesa declaração de voto.

Apesar de concordar em tese, com as medidas tomadas pelo Governo, que fundamentalmente buscam combater a inflação permanecendo a estabilização econômica no País, não posso de plena consciência concordar com esta MP 151, pois ela é um instrumento resultante de gesto autoritário que poderia temos a consequências impulsíveis.

Afínite que realmente torna-se necessário a extensão de alguns órgãos ou instituições com a finalidade de combater o deficit publico, mas não com uma pratica antidemocratica.

No meu entender o problema é de tamanha seriedade que deixarei preceder de amplo debate nacional ouvindo os seguintes interessados, e so assim, após analise profunda tamanha a decisão responsável e justa em correspondência ao interesse Nacional

Um homem so, isolado na solidão do Planalto, assessorado por um pequeno grupo de economistas, não pode em apenas uam canetada, levar ao país, a grandes riscos e ao sofrimento centenas e milhares de criaturas humanas que abandonadas mergulharão numa noite escura, sem esperança do amanhecer

Substituições, como a Embratel, BNCC, Federação Palmares, Funarte e tantas outras que talam de posto do desenvolvimento do processo cultural e economico do povo brasileiro, não podem ser destruidos sem estudos, a toque de Caixa, porque podem causar grandes prejuizos, consequências danosas ao novo tempo que esperamos construir

Pelo exposto, senhor Presidente, voto contra esta MP e o Projeto de Conversão, unicamente porque não concordo com o processo proposto, pois deveria ser procedido de debate mais amplo — Deputado **Genésio Bernardino**.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Quero encaminhar meu voto favorável a emenda do deputado Erico Pegoraro de n^o 252 a MP n^o 151/90.

Requeiro a publicação nos termos regimentais. NT, e deferimento.

Brasília 8-4-90 — Deputado **Jorge Uequet**.

Sr. Presidente.

A liderança do PSDB tendo negociado com PMDB aperfeiçoamentos importantes no Projeto de Lei da conversão se comprometem à aprovação do referido Projeto, contra a Medida Provisória. Apenas dos aperfeiçoamento, o meu voto é não por duas razões, pelo menos.

1) inconstitucionalidade da medida provisória como instrumento de reforma administrativa.

2) seu caráter austrário e autoritário, extinguindo órgãos as empresas que possam se mantidas e determinar demissão de INLEGÍVEL.

Por engano, ao seguir a orientação do voto da liderança marquei sim, quando havia nada lesado o voto que INLEGÍVEL..... Deputado **Octávio Elísio**.

Sr. Presidente do Congresso Nacional:

Os signatários deste, Deputados **Gastone Righi** e **Del Bosco Amaral** conseguiram seus votos "Sim" ao pedido de destaque n^o 00050, de autoria do Senador **Nabor Júnior**, portanto favorável à que os servidores da Portobrás sejam redistribuído em órgãos da administração direta ou indireta.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1990. — Deputado **Gastone Righi**, Deputado **Del Bosco Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso a realizar-se amanhã, às 14 horas e

30 minutos, com a Ordem do Dia constituída pelas matérias da sessão de hoje, que não puderam ser apreciadas em virtude do término do prazo regimental da sessão.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada:

MEDIDAS PROVISÓRIAS

1

MEDIDA PROVISÓRIA nº 154, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 154, de 15 de março de 1990 que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências, tendo

— Parecer proferido em Plenário pelo Deputado Tidei de Lima, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 155, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências.

— Parecer proferido em Plenário pelo Deputado Marcelo Cordeiro, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 1990, incorporando as Emendas de nºs 6, 113, 117, 119, 121, 122, 124, 128, 135, 151, 153, 154, 156 a 159, 174, 212, 214, 216, 218, 219, e 224 a 228, e, em parte, as de nºs 5, 11, 39, 49, 53, 57, 75, 78, 80, 83, 86, 88, 95, 96, 101, 107, 1100, 112, 120, 125, 140, 146, 152, 171, 179, 187, 200, 217 e 220, pela prejudicialidade das de nºs 7, 19, 30, 37, 47, 48, 50, 51, 54, 61, 69, 71, 74, 76, 82, 85, 90 a 93, 97, 106, 109, 114, 115, 126, 129, 132, 134, 137, 139, 147 a 149, 155, 160, 162, 164, 165, 175, 190, 201, 204, 215, 221, e pela rejeição das demais. (Mens/41/90-CN)

Prazo: 15-4-90

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 15 de março de 1990, que dispõe sobre criação de Certificados de Privatização e dá outras providências, tendo

— Parecer proferido em Plenário pelo Deputado Gerson Camata, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 1990, acatando a Emenda nº 16 e uma emenda de Relator, e rejeitando as demais. (Mens/43/90-CN)

Prazo: 15-4-90

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 158, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 158, de 15 de março de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de Importação e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em plenário pelo Senador Nabor Júnior, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, incorporando as Emendas de nºs 1, 11, 12 (em parte), 13, 14 (em parte), 15 a 18, 19 (em parte), 20 (em parte), 21, 22, 23 (em parte), 24, 27, 28, 29 (em parte), 32 (em parte) e 34 (em parte), pela prejudicialidade das de nºs 25, 30, 31 e 33, e pela rejeição das demais. Concluiu ainda pela apresentação de 2 emendas de Relator. (Mens. nº 44/90-CN.)

Prazo: 15-4-90

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 160, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 160, de 15 de março de 1990 (alterada pela Medida Provisória nº 171, de 17 de março de 1990), que altera a legislação do imposto sobre operações financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências, tendo

— Parecer proferido em plenário pelo Deputado Luiz Roberto Ponte, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, incorporando as Emendas de nºs 48, em parte, 75, 78, em parte, 94, em parte 98, em parte, 108, 109, em parte 110, em parte, 111, 118, em parte, 129, em parte, e 132, pela prejudicialidade das Emendas nºs 7, 15, 18, 20, 25, 32, 35, 37, 68, 74, 105, 115, 116, 120, e 135, e pela rejeição das demais. Concluiu, ainda, pela rejeição das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 171 (Mens/46/90-CN)

Prazo: 15-4-90

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168 DE 15 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990 (alterada pelas Medidas Provisórias nºs 172, de 17 de março de 1990; e 174, de 23 de março de 1990, que institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em plenário pelo Deputado Osmundo Rebouças, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 1990, incluindo as emendas acatadas pelo Relator. (Mens. 54/90-CN.)

Prazo: 15-4-90

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 170, DE 17 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 170, de 17 de março de 1990, que altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 7.800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em plenário pelo Deputado Irajá Rodrigues, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 1990, e pela rejeição das emendas apresentadas. (Mens. nº 56/90-CN.)

Prazo: 18-4-90

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 173, DE 18 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 173, de 18 de março de 1990, que dispõe sobre a não concessão de medida liminar em Mandados de Segurança e em Ações Ordinárias e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 33, de 1990, CN, da Comissão Mista, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 1990, e pela rejeição das emendas apresentadas, com voto vencido do Deputado Egídio Ferreira Lima. (Mens. nº 59/90-CN)

Prazo: 18-4-90

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 169, DE 15 DE MARÇO DE 1990

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade), da Medida Provisória nº 169, de 15 de março de 1990, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como Dívida Ativa da União tendo

Parecer sob nº 26, de 1990-CN, da Comissão Mista, pela inconstitucionalidade e rejeição da medida provisória. (Mens. nº 55/90-CN.)

Prazo: 15-4-90

10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 176, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da admissibilidade, quanto aos aspectos de relevância e urgência), da Medida Provisória nº 176, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre critérios de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências, tendo

— Parecer proferido em plenário pelo Deputado Ubiratan Aguiar, pela Admissibilidade da Medida. (Mens /63/90-CN.)

Prazo: 29-4-90

— Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 3º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN.

VETOS PRESIDENCIAIS

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 1989

(Nº 3 362/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que "concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento", tendo

Relatório, sob nº 4, de 1990-CN, da Comissão Mista.

Parte vetada: art. 4º do projeto. (Mensagem nº 2/90-CN)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 58, DE 1989 — COMPLEMENTAR**

(Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, relativamente as exportações”.

Partes vetadas: § 1º do art. 3º — art. 7º do projeto. (Mensagem nº 3/90-CN)
Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 1989**

(nº 1.482/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”

Parte vetada: — § 2º, acrescido pelo art. 1º do projeto ao art. 11 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

(Mensagem nº 04/90-CN.)
Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1989-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.086,00, para os fins que especifica”.

Parte vetada: restauração da Rodovia Paranaguá — Foz do Iguaçu BR/277-PR — (Km 4 0 5 — K m 4 3 6) — C ó d i g o 27202 16885395.167 constante do Anexo II.

(Mensagem nº 05/90 — CN.) Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

15

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, DE 1989**

(Nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados, que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”. Partes vetadas:

— § 1º e seus incisos, do art. 2º;

§ 2º do art. 2º;

§ 1º do art. 6º;

§ 2º e seus incisos, do art. 6º; e

§ 3º e seus incisos, do art. 6º do projeto. Mensagem nº 06/90-CN.) Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 32, DE 1989**

(Medida Provisória nº 100, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”.

Parte vetada: parágrafo único do art. 1º (Mensagem nº 248/89-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1989**

(Nº 991/88, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT; e dá outras providências”.

Partes vetadas: arts. 12, 13 e 14; inciso III do art. 16; incisos I, XII, XIII, XV e X, VI, do art. 19; art. 26; e parágrafo único do art. 28. (Mensagem nº 8/90-CN.)

Prazo 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.069,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.069,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição — 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações

532 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

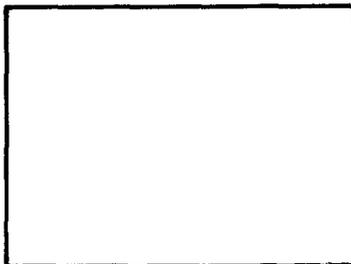
(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Divida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Sílvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 311-3578 e
311-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100)

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS